



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS



**MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NA FEIRA DE CULINÁRIA
VENEZUELANA EM RORAIMA**

GERMANO LOPES ÂNGELO

Manaus-Amazonas
Setembro/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS



GERMANO LOPES ÂNGELO

**MIGRAÇÃO E RELAÇÕES SOCIAIS NA FEIRA DE CULINÁRIA
VENEZUELANA EM RORAIMA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Antropologia Social.

Linha 4: A cidade e o urbano, migrações, patrimônios e territórios.

Orientadora: Prof. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa

Manaus-Amazonas
Setembro/2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A584m Ângelo, Germano Lopes
Migração e relações sociais na feira de culinária venezuelana em
Roraima / Germano Lopes Ângelo. - 2025.
266 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Priscila Faulhaber Barbosa .
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social, Manaus, 2025.

1. Migração venezuelana. 2. Inserção social. 3. Relações sociais. 4.
Estigma. 5. Boa Vista. I. Barbosa, Priscila Faulhaber. II. Universidade
Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social. III. Título

Germano Lopes Ângelo

Migração e relações sociais na Feira de Culinária Venezuelana em Roraima

Tese aprovada em 30 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Priscila Faulhaber Barbosa – **Presidente**
Universidade Federal do Amazonas-PPGAS

Prof. Dr. Sidney Antonio da Silva – **Membro Interno**
Universidade Federal do Amazonas-PPGAS

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva – **Membro Interno**
Universidade Federal do Amazonas-PPGAS

Prof. Dr. José Guilherme Cantor Magnani – **Membro Externo**
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Sandro Martins de Almeida Santos – **Membro Externo**
Universidade Federal de Roraima-UFRR

AGRADECIMENTOS

Expresso minha mais sincera gratidão a todos que fizeram parte desta etapa fundamental da minha formação acadêmica. À minha esposa, Jacirene da Silva Viana, pelo apoio incondicional, e aos meus filhos, Enzo Endrew da Silva Ângelo, Amber Sophie Viana Ângelo e Ashley Guinevere Viana Ângelo, por serem minha inspiração diária.

À minha orientadora, Prof.^a Dra. Priscila Faulhaber, por acreditar no meu potencial e abraçar minha proposta de pesquisa. À banca examinadora formada pelos professores doutores: José Guilherme Cantor Magnani (USP); Sidney Antonio da Silva (UFAM); Sandro Martins de Almeida Santos (UFRR); Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva (UFAM); José Carlos Franco de Lima (UFRR) e Pedro Paulo de Miranda Araujo Soares (UFAM).

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Roraima, que acompanharam minha trajetória no doutorado da Universidade Federal do Amazonas. Em especial, à minha orientadora de Mestrado, Prof.^a Dra. Olendina de Carvalho Cavalcante, por seu constante apoio e incentivo.

Agradeço também aos docentes e servidores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), assim como aos interlocutores da pesquisa, em especial Jonny e aos demais que participaram, mesmo solicitando sigilo.

Aos meus gestores e colegas das escolas onde atuo como professor, em especial aos professores David Costa Ribeiro, Moisés Gonçalves Dias, Lucenir Lucena Ferreira, Luzia de Jesus Sousa, Nádia Patrícia do Santos Ferreira, Loren Daniely Correa, Allen Keila Pereira da Silva e Marta Moraes Vanderley Fernandes, Débora Maia Carvalho, minha profunda gratidão.

Aos amigos doutorandos Emanuel Rabelo, Maria Auxiliadora e ao meu grande amigo, Bruno Mateus de Lima Coutinho, agradeço a parceria e companheirismo ao longo dessa caminhada acadêmica.

A todos, minha eterna gratidão!

LISTA DE FIGURAS

1- Vista da Avenida Brasil e suas bifurcações que cruzam o estacionamento da Rodoviária.....	14
2- Trecho do mapa urbano de Boa Vista, evidenciando o bairro 13 de Setembro.....	16
3- Representação cartográfica da zona urbana de Boa Vista	16
4- Deslocamento de venezuelanos rumo ao Brasil em busca de alimentos.....	65
5- Venezuelanos compram alimentos em Pacaraima.....	66
6- Migrantes venezuelanos caminham pela BR-174 em direção a Boa Vista.....	66
7- Venezuelanos na praça Simón Bolívar, em Boa Vista (RR), no último trimestre de 2017.....	67
8- Venezuelanos em situação de rua em Boa Vista (RR), em busca de formas de subsistência.....	68
9- Feira de culinária – Jonny, sua esposa e o pesquisador ao fundo.....	79
10- Recorte da Feira em funcionamento.....	80
11- Brinquedo improvisado.....	111
12- Vereadores no Terminal Rodoviário.....	162
13- Post de campanha política: eleição para a prefeitura de 2020.....	165
14- Conta de energia detalhando o consumo e tarifas aplicadas.....	198
15- Post da página Notícias 24h RR: Blackout no estado de Roraima.....	203
16- Post da página Notícias Roraima 24h: Apagão na capital do estado de Roraima.....	203
17- Artista venezuelano nas ruas do bairro 13 de Setembro.....	213

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
Como os venezuelanos materializam a mobilidade.....	24
Dinâmicas urbanas e estratégias de subsistência.....	26
Itinerário metodológico.....	27
A delimitação em campo.....	27
A escolha dos interlocutores.....	28
Nota sobre os termos utilizados na nomeação dos sujeitos da pesquisa.....	28
Perguntas norteadoras.....	29
Estruturação do trabalho de tese.....	30
 Capítulo I - Relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA): integração laboral de migrantes venezuelanos em Boa Vista-Roraima.....	32
1.1- A noção de relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) no contexto migratório de Boa Vista.....	32
1.2- Relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) e sua articulação na formação da rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) no contexto migratório venezuelano.....	41
1.2.1- A rede pessoal de solidariedade assistida e sua formação.....	46
1.2.2- O brasileiro como homem cordial.....	46
1.3- As trajetórias dos migrantes vinculados às RPSA e REPSA.....	50
1.4- Definindo a rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA).....	55
1.5- O papel das redes migratórias na busca pela inserção social.....	56
1.6- Os desafios e o papel das redes pessoais no processo migratórios.....	59
1.7- O capital social e a emergência da RPSA e REPSA nas relações migratórias.....	62
1.8- O início de uma jornada: ser migrante vai além de uma construção social, é Também um sentimento.....	65
1.9- Migrante e ser migrante.....	69
1.9.1- Ser migrante: algo tão subjetivo que se materializa no semblante.....	72
 Capítulo II-A Feira de Culinária Venezuelana em Boa Vista-Roraima: Apropriação do espaço e construção de relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA).....	77
2.1- A Feira de Culinária Venezuelana como parte de um circuito.....	84
2.2- A apropriação e configuração espacial da Feira de Culinária Venezuelana.....	89
2.3- Democracia étnica e multirracial nos pedaços da Feira-mancha	94
 Capítulo III- Dinâmica das interações na Feira de Culinária Venezuelana em Boa Vista-Roraima.....	102
3.1- O lugar e seu significado.....	108

3.2-	A Feira e seu papel de aproximação com a terra natal.....	113
3.3-	Para além das dinâmicas em espaços físicos: outras relações e redes pessoais em contextos migratórios em Roraima.....	116

Capítulo IV- A construção da identidade venezuelana a partir da Feira de Culinária em Boa Vista-Roraima.....121

4.1-	Ideologia igualitária e conflitos interétnicos	122
4.2-	A identidade e sua relação com a dinâmica cultural do migrante venezuelano.....	131
4.3-	Das memórias e da trajetória à reelaboração identitária na experiência migratória venezuelana.....	135
4.4-	Memória e Alimentação: A experiência venezuelana e o ser venezuelano em Boa Vista-Roraima.....	140
4.5-	Entre identidade e alteridade: o que significa ser venezuelano em Boa vista?.....	144

Capítulo V- A representação social estigmatizada do migrante venezuelano em Boa Vista-Roraima.....152

5.1-	O conceito de estigma e sua relação com a identidade migrante.....	152
5.2-	Entre memórias e experiências: algumas relações sociais entre brasileiros e venezuelanos em Santa Elena de Uairén e Puerto Ordaz.....	156
5.3-	A chegada dos migrantes venezuelanos em território brasileiro: tensões e representações sociais.....	159
5.4-	Entre solidariedade e tensão: As disputas no campo laboral e as questões raciais e étnicas.....	167
5.5-	A relação entre pobreza e migração: um breve panorama estatístico.....	168
5.6-	A língua como marcador social na integração e inserção social em Boa Vista.....	171
5.7-	A língua como parâmetro e ponte para uma inserção social.....	172
5.8-	A experiência haitiana como referência na barreira linguística.....	174
	5.8.1- A inserção sociocultural e o papel da língua	175
	5.8.2- O papel do capital linguístico na inserção dos migrantes.....	176
5.9-	A inserção dos migrantes e as dinâmicas culturais no contexto urbano de Boa Vista.....	178

Capítulo VI- O estigma e seu papel no processo de integração e inserção social do migrante venezuelano em Boa Vista-Roraima.....188

6.1-	O papel da mídia na construção do estigma migratório em Boa Vista.....	189
	6.1.1- Identidade como ideologia e representação coletiva.....	189

6.2-	Percepções de brasileiros sobre os migrantes venezuelanos em Boa Vista.....	192
6.3-	Boa Vista: uma tentativa de descrever o que significa ser um subsistente na capital de Roraima.....	196
6.4-	Estratégias de subsistência dos migrantes venezuelanos em Boa Vista.....	204
	6.4.1- Identidade: Estigmatização e desafios da inserção social.....	204
	6.4.2- A construção da identidade dos migrantes venezuelanos em Boa Vista e as disputas nos campos sociais.....	206
	6.4.3- Disputas sociais e simbólicas na construção da percepção sobre os migrantes.....	206
	6.4.4- Migrantes venezuelanos em Boa Vista como “inimigos externos”: uma construção simbólica e política.....	208
6.5-	O bairro 13 de Setembro e sua relação com o estigma dinâmica da migração venezuelana.....	209
	6.5.1- O bairro 13 de Setembro e a construção da identidade dos migrantes venezuelanos.....	211
	6.5.2- O papel das mídias digitais na consolidação do estigma e do pertencimento.....	212
6.6-	O trabalho como eixo de integração ou inserção social dos migrantes venezuelanos em Boa Vista.....	214
6.7-	Trajetórias: experiências migratórias em Boa Vista.....	220
6.8-	O processo de inserção social do migrante venezuelano em Boa Vista, Roraima.....	229
6.9-	A escola e seu papel na inserção social dos filhos dos migrantes venezuelanos em Boa Vista.....	235
	6.9.1- Interações entre estudantes venezuelanos e brasileiros no ensino médio de uma escola estadual no bairro 13 de Setembro.....	235
	Reflexões Finais: A título de transição para a conclusão.....	241
	Conclusão.....	247
	Referências.....	249
	ANEXOS.....	262

RESUMO

Esta tese tem por objetivo compreender as dinâmicas das relações sociais no processo migratório venezuelano em Boa Vista, Roraima. A investigação baseia-se em etnografia participante realizada na Feira de Culinária Venezuelana, situada no Bairro 13 de Setembro, em um dos estacionamentos da Rodoviária Internacional da capital. Fundamentada na perspectiva interpretativa de Geertz (1989), a pesquisa busca traduzir os significados atribuídos pelos migrantes às suas práticas nesse espaço, que extrapola sua função comercial e se consolida como território de interação, reorganização identitária e resistência cotidiana. A presença de brasileiros na Feira é esporádica e marcada por baixa interação, o que limita trocas culturais significativas. Entre os migrantes, destacam-se vínculos interpessoais que, embora fragmentados, originam relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e, em alguns casos, evoluem para redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA). Essas formas de vínculo operam como mecanismos de integração funcional, permitindo acesso parcial a circuitos sociais e laborais, mas sem garantir inserção plena ou reconhecimento social. O estudo analisa os modos de pensar, agir e sentir dos migrantes a partir de suas experiências e trajetórias, revelando como reconfiguram padrões sociais e constroem estratégias de atuação em meio a fronteiras simbólicas e disputas urbanas. O estigma — entendido como atributo depreciativo, segundo Goffman (1975) — é mobilizado tanto por segmentos da população local quanto pelos próprios migrantes, que o transformam em recurso simbólico para acessar oportunidades laborais, especialmente no setor da construção civil. Boa Vista revela um cenário de disputa por subsistência entre migrantes venezuelanos e segmentos da população local, em uma região historicamente marcada por desigualdades. Para que ocorra inserção social efetiva — e não apenas integração funcional — a educação básica e superior emerge como elemento fundamental, sem o qual não se alcança o desenvolvimento econômico, político e social da cidade.

Palavras-Chave: Migração venezuelana. Inserção social. Relações sociais. Estigma. Boa Vista. Identidade étnica. Capital social.

ABSTRACT

This thesis aims to understand the dynamics of social relations within the Venezuelan migration process in Boa Vista, Roraima. The investigation is based on participant ethnography conducted at the Venezuelan Culinary Fair, located in the 13 de Setembro neighborhood, in one of the parking lots of the city's International Bus Station. Grounded in Geertz's (1989) interpretive perspective, the research seeks to translate the meanings attributed by migrants to their practices in this space, which goes beyond its commercial function and becomes a territory of interaction, identity reorganization, and everyday resistance. The presence of Brazilians at the Fair is sporadic and marked by low interaction, limiting meaningful cultural exchanges. Among migrants, interpersonal ties emerge—though fragmented—forming personal relations of assisted solidarity (RPSA) and, in some cases, evolving into personal networks of assisted solidarity (REPSA). These forms of connection operate as mechanisms of functional integration, allowing partial access to social and labor circuits, but without guaranteeing full social insertion or public recognition. The study analyzes how migrants think, act, and feel based on their experiences and trajectories, revealing how they reshape social patterns and develop strategies within symbolic boundaries and urban disputes. Stigma—understood as a depreciative attribute, according to Goffman (1975)—is mobilized both by segments of the local population and by the migrants themselves, who transform it into a symbolic resource to access labor opportunities, especially in the construction sector. Boa Vista reveals a scenario of subsistence disputes between Venezuelan migrants and segments of the local population, in a region historically marked by inequality. For effective social insertion—not merely functional integration—basic and higher education emerges as a fundamental element, without which the city's economic, political, and social development cannot be achieved.

Keywords: Venezuelan migration. Social insertion. Social relations. Stigma. Boa Vista. Ethnic identity. Social capital.

RESÚMEN

Esta tesis tiene como objetivo comprender las dinámicas de las relaciones sociales en el proceso migratorio venezolano en Boa Vista, Roraima. La investigación se basa en una etnografía participante realizada en la Feria de Gastronomía Venezolana, ubicada en el barrio 13 de Setembro, en uno de los estacionamientos de la Terminal Internacional de Autobuses de la ciudad. Fundamentada en la perspectiva interpretativa de Geertz (1989), la investigación busca traducir los significados atribuidos por los migrantes a sus prácticas en este espacio, que trasciende su función comercial y se consolida como un territorio de interacción, reorganización identitaria y resistencia cotidiana. La presencia de brasileños en la Feria es esporádica y está marcada por una baja interacción, lo que limita los intercambios culturales significativos. Entre los migrantes, surgen vínculos interpersonales que, aunque fragmentados, originan relaciones personales de solidaridad asistida (RPSA) y, en algunos casos, evolucionan hacia redes personales de solidaridad asistida (REPSA). Estas formas de vínculo operan como mecanismos de integración funcional, permitiendo un acceso parcial a circuitos sociales y laborales, pero sin garantizar una inserción social plena ni reconocimiento público. El estudio analiza los modos de pensar, actuar y sentir de los migrantes a partir de sus experiencias y trayectorias, revelando cómo reconfiguran patrones sociales y construyen estrategias en medio de fronteras simbólicas y disputas urbanas. El estigma—entendido como un atributo despectivo, según Goffman (1975)—es movilizado tanto por segmentos de la población local como por los propios migrantes, quienes lo transforman en un recurso simbólico para acceder a oportunidades laborales, especialmente en el sector de la construcción. Boa Vista revela un escenario de disputa por la subsistencia entre migrantes venezolanos y segmentos de la población local, en una región históricamente marcada por desigualdades. Para que ocurra una inserción social efectiva—y no solo una integración funcional—la educación básica y superior emerge como un elemento fundamental, sin el cual no se alcanza el desarrollo económico, político y social de la ciudad.

Palabras clave: Migración venezolana. Inserción social. Relaciones sociales. Estigma. Boa Vista. Identidad étnica. Capital social.

INTRODUÇÃO

O fenômeno migratório venezuelano passou a se tornar visível em Boa Vista a partir de sua intensificação no segundo semestre de 2017. Esta pesquisa foi realizada na capital do estado de Roraima, entre os anos de 2022 e 2025, período marcado por uma presença expressiva e contínua de migrantes venezuelanos na região amazônica. Embora o foco da investigação esteja nesse intervalo, o fluxo migratório já vinha se consolidando nos últimos oito anos, e tudo indica que a mobilidade da população venezuelana rumo ao Brasil continuará nos próximos anos. Antes da chegada massiva de venezuelanos, a migração haitiana predominava, especialmente pelos municípios de Tabatinga, no Amazonas, e pelo estado do Acre, configurando outra dinâmica de mobilidade internacional na Amazônia brasileira.

Ao fim da tarde, em um dos lados da Avenida Brasil — paralela à Avenida das Guianas — a Feira de Culinária Venezuelana começava a se montar. As barracas, longe de serem improvisações, configuram-se como estruturas móveis que revelam uma apropriação precisa e informal do espaço. Cada uma parece ocupar seu lugar com naturalidade, compondo uma paisagem marcada por cheiros de *arepas*, *empanadas*, arroz chino e café, misturados ao som de vozes em espanhol, risos, saudações e músicas que escapam de pequenos alto-falantes carregados por clientes — migrantes venezuelanos.

As figuras que acompanham esta introdução ilustram esse espaço e seu entorno: o mapa urbano de Boa Vista com destaque para o bairro 13 de Setembro, e a representação cartográfica da zona urbana. Esse bairro, majoritariamente ocupado por migrantes venezuelanos, abriga centros da Operação Acolhida e está próximo à Praça Simón Bolívar — local que marca a chegada dos primeiros fluxos migratórios intensificados. A Feira, nesse contexto, emerge como ponto de encontro, circulação e resistência, articulando práticas culturais e estratégias de subsistência em meio às tensões da cidade.

Durante uma das visitas à Feira, em conversa informal com um interlocutor, ouvi que os migrantes a chamavam de *La Calle del Hambre* — expressão que, embora traduzida como “Rua da Fome”, carrega sentidos que extrapolam a literalidade, conforme será discutido no capítulo II. Denomino o lugar como “Feira de Culinária Venezuelana”, influenciado pela forma como observei as interações sociais ali presentes. A construção da intersubjetividade, neste caso, implicou compreender os significados atribuídos às relações construídas naquele território.

Apesar de não ser reconhecida institucionalmente como uma Feira, tampouco legitimada pela vizinhança nesse papel, os frequentadores são percebidos como ocupantes¹ de um espaço público. Essa percepção é reforçada pelas ações recorrentes das autoridades responsáveis pelo ordenamento urbano, que frequentemente os convidam a se retirar, sem oferecer alternativas concretas de realocação.

Figura 1: Vista da Avenida Brasil e suas bifurcações que cruzam o estacionamento da Rodoviária



Fonte da imagem: Google Maps

A partir da imagem que acompanha esta introdução, é possível visualizar o entorno imediato da Feira de Culinária Venezuelana e compreender como o espaço é apropriado pelos migrantes em múltiplas dimensões. Entre a área onde funciona a Feira e o saguão do estacionamento do terminal, há dois espaços cortados por uma calçada de acesso. Um deles é utilizado como campo improvisado de futebol por crianças migrantes; o outro abriga, em dias intercalados, aulas de português organizadas por voluntários e cultos promovidos por uma igreja protestante. Ao final da calçada, o acesso leva diretamente ao saguão do terminal, onde, à direita e à esquerda, dois quiosques brasileiros com funcionários venezuelanos vendem alimentos variados — funcionando desde as 5h até por volta das 23h. Atrás desses quiosques, grupos de migrantes costumam se reunir para socializar, próximos a um segundo estacionamento.

¹ Em um primeiro momento, os migrantes ocupam o espaço como estratégia de subsistência, por meio da renda gerada com a instalação de suas barracas. Com o tempo, esse espaço passa a ser apropriado pelos feirantes como um território relacional — não apenas um local de trabalho, mas um ambiente onde se constroem vínculos, práticas culturais e formas de pertencimento. A apropriação, nesse contexto, ultrapassa o uso funcional e revela uma ressignificação simbólica do espaço da Feira.

Do lado oposto, há uma fileira de quiosques que abrem ao meio-dia e seguem até as 22h, também operados por migrantes, mas com cardápios voltados à culinária brasileira. As mesas dispostas nesses espaços são abertas, cobertas e frequentemente utilizadas como abrigo por migrantes que não conseguiram vaga nos abrigos oficiais ou que aguardam acolhimento. A cobertura oferece proteção contra a chuva, permitindo que alguns migrantes ali durmam durante a noite. Isso não ocorre no interior da Feira, mas nos espaços que compõem o território onde ela se insere — áreas que, embora destinadas originalmente ao comércio e à circulação, são reaproveitadas como refúgio temporário. Essa prática está relacionada à dinâmica de entrada nos abrigos, que não se dá diariamente, mas por períodos. Novas vagas só são disponibilizadas quando alguém é retirado por descumprimento de regras, por processo de interiorização ou por saída voluntária — como quando o migrante encontra outro espaço para viver.

Além disso, há horários específicos para entrada, e migrantes já cadastrados podem ficar de fora caso não cheguem a tempo, o que reforça o uso desses espaços como alternativa de abrigo. A Feira, embora centrada na culinária venezuelana, está rodeada por quiosques que vendem alimentos da culinária brasileira e outros produtos diversos, compondo uma paisagem comercial híbrida.

Do lado direito da Feira, há ainda dois quiosques brasileiros com funcionários venezuelanos, reforçando a presença migrante em diferentes funções e horários de operação. Do outro lado da Avenida Brasil, onde se localiza a Feira, está a Avenida das Guianas, marcada por intensa ocupação comercial. Ali, migrantes venezuelanos e moradores brasileiros compartilham a gestão de pequenos negócios, e as calçadas — especialmente após a Escola Estadual Maria das Dores Brasil — são tomadas por barracas de camelôs, muitos deles migrantes, que disputam visibilidade e espaço na paisagem urbana. Embora a imagem que acompanha esta introdução seja apenas um recorte cartográfico do entorno urbano, sem representar diretamente a Feira ou os equipamentos mencionados, ela permite localizar o espaço onde se desenrolam as práticas descritas e compreender sua inserção na malha urbana de Boa Vista.

Figura 2: Trecho do mapa urbano de Boa Vista, evidenciando o bairro 13 de Setembro



Fonte da imagem: Google Maps

Este recorte cartográfico destaca o bairro 13 de Setembro e seus arredores, permitindo localizar espacialmente o território onde se desenrolam as práticas descritas. Embora não represente diretamente a Feira ou os equipamentos mencionados, a imagem evidencia a proximidade com a Praça Simón Bolívar, a Avenida General Sampaio, a Avenida das Guianas e outras vias relevantes para a circulação migrante.

Figura 3: Representação cartográfica da zona urbana de Boa Vista



Fonte da imagem: StepMap

Nesta representação mais ampla da cidade, observa-se a distribuição dos bairros e a organização territorial de Boa Vista. O panorama permite compreender como o bairro 13 de Setembro — onde se localiza a Feira — se articula com outras áreas urbanas, revelando conexões importantes para os fluxos migratórios, a circulação de pessoas e a ocupação dos espaços públicos por migrantes venezuelanos.

Os feirantes ainda não estavam organizados em associações formais que lhes permitissem participar de negociações ou reivindicar direitos coletivos próprios a toda a comunidade ou subgrupos destacados. Essa ausência parece estar relacionada ao caráter recente da mobilidade populacional — com menos de uma década de presença contínua — o que pode explicar a falta de estruturas representativas.

No mapeamento dos espaços de sociabilidade, observei no bairro Jockey Clube um grupo de venezuelanos reunido para jogar beisebol em um campo público. Em uma das visitas, presenciei um embate entre duas lideranças locais que discutiam, de forma pouco amistosa, a criação de uma liga esportiva. O desacordo impediu o avanço da proposta, e esses conflitos internos foram determinantes para que eu optasse por não incluir aquele espaço como parte da pesquisa, tampouco como representativo da dinâmica que buscava compreender.

Durante a defesa desta tese, o professor José Guilherme Magnani — autor de alguns termos analíticos mobilizados neste trabalho — destacou que a Feira de Culinária Venezuelana pode ser compreendida como uma “mancha² urbana”. Essa leitura reforça a interpretação aqui construída, ao evidenciar que o espaço apresenta fronteiras definidas, está fisicamente situado em um local específico e reúne diferentes grupos sociais, representados pelas barracas. Cada barraca, segundo ele, constitui um “pedaço” da mancha, e as formas de interação entre feirantes e clientes revelam dinâmicas próprias de sociabilidade, negociação e pertencimento (MAGNANI, arguição na banca, 2025).

Boa Vista e suas *maticas* — o jogo de beisebol, a Feira de Culinária Venezuelana, as boates Ibiza e *Guaka*, a Feira do produtor e o PITRIG — compõem o circuito frequentado por muitos migrantes. Aqueles que circulam pela Feira também frequentam ou já frequentaram um ou mais desses espaços. Esses locais funcionam como pontos de encontro, onde trajetórias migrantes se cruzam e experiências são compartilhadas, revelando vínculos que se estendem para além da Feira.

²² Comentário realizado por José Guilherme Magnani durante a defesa da tese de doutorado de Germano Lopes Ângelo, realizada em 30 de outubro de 2025, por videoconferência. A gravação está disponível em: (<https://www.youtube.com/live/RpzHJo6tax0>).

As experiências de migração observadas e relatadas na Feira permitiram compreender os modos de interação entre os migrantes. As relações pessoais, frequentemente baseadas na solidariedade, emergiram como elemento essencial para a construção de uma identificação coletiva entre os venezuelanos, independentemente de sua origem geográfica — sejam orientais, *caraqueños* ou pertencentes a outros grupos étnicos. Cada barraca expressava essas diferenças, mas também revelava estratégias comuns de subsistência e pertencimento.

Ali não se vendia apenas comida. Circulavam histórias, afetos e agenciamentos. A Feira funcionava como um território migrante, onde relações eram ativadas, redes eram construídas e vínculos eram cuidadosamente cultivados. Cada banca era um pedaço — não apenas físico, mas relacional. Os migrantes que ali trabalhavam não estavam simplesmente estabelecidos na cidade; teciam formas de integração funcional em meio à estigmatização social de tipo deteriorado, na trilha de Goffman (2008).

Nesta pesquisa, optei por chamar meus interlocutores venezuelanos como “migrantes”, em vez de “imigrantes”, conforme proposto por Sayad (1998). Essa escolha se fundamenta no entendimento de que essas pessoas são identificadas tanto como imigrantes (ao chegarem a um novo país) quanto como emigrantes (ao deixarem sua terra natal). Esses dois movimentos, imigrar e emigrar, estão intrinsecamente ligados por uma ordem nacional solidária entre si.

A migração, enquanto prática social e estratégia de sobrevivência e subsistência, tem sido historicamente acionada em contextos de ruptura e desestabilização — guerras, desastres naturais, perseguições políticas, colapsos econômicos. Esses deslocamentos não são eventos isolados, mas parte de processos mais amplos de reorganização territorial e relacional. Entre as múltiplas formas de migração, destaca-se aquela motivada pela subsistência, em que indivíduos e grupos se veem compelidos a deixar seus lugares de origem em busca de condições mínimas de vida, como é o caso dos venezuelanos.

Segundo Alexandre Betts, citado por Almeida (2015, p. 225), a migração por sobrevivência ocorre quando indivíduos são forçados a deixar seus países devido a desastres naturais, perseguições políticas, conflitos armados ou outras ameaças à vida — correndo o risco de desaparecer como povo. No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, o deslocamento não se deu por escolha, mas por necessidade (subsistência). Enquanto parte das classes médias altas buscou destinos fora da América do Sul, outros empreendedores e trabalhadores permaneceram na região, inclusive em Boa Vista, onde se observam algumas iniciativas comerciais de médio porte conduzidas por migrantes.

A partir dos meus interlocutores e das literaturas sobre migração no estado de Roraima, esta mobilidade populacional venezuelana trata-se de uma migração forçada por um contexto

de profunda instabilidade sociopolítica e econômica, onde a escassez de alimentos, medicamentos e recursos básicos tornou insustentável a permanência no país de origem. Muitos com curso superior, no momento que poderiam experimentar uma mobilidade social, tiveram que migrar ao território brasileiro.

Conforme Santos (2018),

Atualmente, diante do complexo cenário de crise política e econômica em que vive a Venezuela, foram os venezuelanos que recorreram ao Brasil para “fugir” da crise que passaram a ser estigmatizados, pela sociedade estabelecida no lado fronteiriço brasileiro, como sujeitos que estão numa condição de desqualificação social. Aparentemente, esse processo de desqualificação social dos venezuelanos torna-se pertinente para o entendimento das transformações das tipificações e dos estereótipos sociais no contexto migratório transnacional, bem como dos fatores determinantes dessa transformação. (SANTOS, 2018. p. 28)

Esse êxodo revelou não apenas uma crise humanitária, mas também a emergência de novas territorialidades e redes de apoio, como o que chamei relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA), que resultam, conforme elaboro, em redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) no contextos pesquisados. Esses conceitos emergiram durante a construção dos dados da dissertação de mestrado, ao observar a dinâmica de três espaços de sociabilidade entre migrantes venezuelanos.

Na tentativa de compreender como se agenciavam e buscavam integração laboral, tornou-se evidente a relevância dessas relações seletivas e encadeadas. (aqui o parágrafo que seguia foi retirado)

Entendo que como formas de classificação nocional, funcionam como ferramentas interpretativas úteis para compreender os vínculos de solidariedade que emergem nos espaços pesquisados.

Na análise do fenômeno migratório venezuelano não pretendo universalizar qualquer tipo de relação social, classe ou identidade. Ao contrário, os elementos aqui apresentados emergem das experiências dos interlocutores, da observação participante, das conversas informais com moradores do entorno da Feira e daqueles que a frequentavam, além das literaturas que buscaram compreender esse movimento populacional e sua presença no perímetro urbano. Soma-se a isso minha própria vivência cotidiana na cidade de Boa Vista, marcada por deslocamentos, convivências e escutas que contribuíram para aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais que atravessam esse território.

Mas afinal, o que seria uma relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA)? Trata-se de uma dinâmica relacional em que o migrante recém-chegado é acolhido por alguém já estabelecido, que posteriormente ajuda uma terceira pessoa indicada por esse agente acolhedor.

Essa reciprocidade encadeada é sustentada pela confiança e pela seletividade. A RPSA não se baseia em trocas imediatas, mas em gestos que se perpetuam por meio da indicação e da moralidade do cuidado.

A partir de uma relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) é possível o surgimento de uma rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) — um tipo de estrutura relacional fechada, composta por vínculos autônomos e delimitados, como as bancas da Feira, que são pedaços nas quais são construídos esses tipos de relações sociais.

Os migrantes referem-se aos membros de suas relações sociais como “*el mío*” (RPSA) e “*los míos*” (REPSA), indicando a pessoalidade e a seletividade dessas relações, portanto, extrapolando a relação de apoio mútuo: com uma estrutura estratégica fortalecida por princípios morais, propicia vínculos funcionais em meio à estigmatização. Ela organiza a circulação de pessoas, recursos e afetos, e permite aos migrantes disputarem espaços de trabalho, reconhecimento e pertencimento na cidade.

A pesquisa buscou compreender os fatores que moldaram — e continuam a influenciar — os comportamentos dos migrantes venezuelanos já estabelecidos em Boa Vista, que, por meio de suas trajetórias, tornaram-se agentes de acolhimento para recém-chegados ou para aqueles que ainda enfrentam dificuldades na inserção ou integração nos meios sociais constituídos localmente. Essas relações revelam dinâmicas de pertencimento e reconhecimento que ultrapassam os limites da integração funcional, apontando para formas de solidariedade construídas no cotidiano urbano entre segmentos da população local e migrantes.

O conceito antropológico de migração não se restringe ao deslocamento físico entre territórios, mas envolve processos de reconstrução social, afetiva e simbólica. Os migrantes, nesse sentido, não são apenas sujeitos em trânsito, mas agentes que constroem redes, ativam vínculos e reorganizam suas vidas em contextos marcados por fronteiras — físicas e sociais. A migração venezuelana em Boa Vista é relacionada a múltiplos fatores: crise política, colapso econômico, escassez de recursos e estigmatização social. Esses elementos não apenas motivam o deslocamento, mas também moldam as formas de presença e de relação dos migrantes com o espaço urbano.

Antropologicamente, comparam-se culturas, trajetórias sociais e formas de organização humana. Como afirma Roberto Cardoso de Oliveira (2005), ao refletir sobre contextos migratórios:

Indígenas, assim como migrantes, estarão sempre na condição de minorias e ocupam posições subalternas. No entanto, há casos em que não ocorre a situação de subalternação, como na fronteira entre o México e os Estados Unidos, quando um cidadão do país vizinho migra para o México. Por ser um país dotado de prestígio” (OLIVEIRA, 2005, p. 9)

Evidenciam-se, neste contexto social, os atos de recepção — marcado por prestígio simbólico, histórico e político — que influenciam diretamente a forma como o migrante será identificado no novo território. Além disso, o volume da mobilidade populacional impacta a configuração das relações sociais e o tipo de inserção possível. No caso da migração venezuelana para o Brasil, observa-se um processo de subalternação intensificado pela deterioração do prestígio internacional da Venezuela, pelas razões políticas que desencadearam a crise e pelo expressivo número de migrantes em busca de subsistência.

A maioria dos migrantes venezuelanos que escolheu o Brasil pertence às camadas populares — trabalhadores, comerciantes informais e autônomos — profundamente afetados pelos cortes de subsídios a produtos e serviços básicos. Esses sujeitos tinham suas expectativas voltadas à mobilidade social, interrompida por uma crise multidimensional (econômica, política, ideológica) que os lançou ao deslocamento forçado. Assim, as condições de chegada ao Brasil foram atravessadas por estigmas e narrativas de marginalização, que se atualizam nas relações interétnicas cotidianas, especialmente nos espaços públicos e laborais.

Nesse cenário, observa-se o processo de formação de identidades contrastivas, como propõe Cardoso de Oliveria, que emergem justamente na interação entre grupos distintos. No caso dos venezuelanos em Boa Vista, a identidade “venezuelana” não é uma essência, mas uma construção relacional, atualizada nas interações com segmentos da população local, com outros migrantes e com as instituições locais. Essa identidade é marcada por estigmas, mas também por estratégias de afirmação, como o uso da culinária, da língua e das redes de apoio como formas de resistência e pertencimento.

A partir do contato entre venezuelanos e brasileiros, a fricção interétnica, como diria Barth (apud OLIVEIRA, 1976, p. 4), revela que “na medida em que os agentes se valem da identidade étnica para classificar a si próprios e os outros para propósitos de interação, eles formam grupos étnicos em seu sentido de organização” (BARTH, 1969, p. 13–14). Isso se evidencia nos discursos de moradores de Boa Vista que participaram deste estudo: *“nós somos brasileiros, mas eles têm mais direitos que nós.”*

Essa identificação mútua, observável nas interações cotidianas da Feira de culinária, configura um agrupamento relacional que opera como grupo étnico no sentido proposto por Barth: não pela origem comum, mas pela forma como são percebidos e como se percebem em função da interação social. Trata-se de uma identidade construída no contato, que se atualiza nas práticas de subsistência, nas redes seletivas de solidariedade e nas estratégias de integração social.

A identidade étnica, conforme definida por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), deve ser compreendida como uma construção relacional e simbólica, que ganha forma na interação entre grupos e no contexto das fricções interétnicas. Nesse sentido, a identidade étnica se torna não apenas um marcador cultural, mas um instrumento discursivo que, ao ser ativado, pode conferir legitimidade moral e visibilidade pública a grupos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, a identidade migrante é reconstruída por diferentes segmentos da população de Boa Vista — especialmente aqueles que compartilham a subsistência, os que exploram sua força de trabalho e os que instrumentalizam sua presença como plataforma política. A noção “subsistente”, atribuída aos migrantes, funciona como rótulo ideológico que carrega estigma e delimita sua posição social no espaço urbano.

Essa classificação não se dá por critérios étnicos convencionais, mas por simbologias culturais e econômicas que operam como dispositivos de diferenciação. O conceito de etnia como classificador ideológico — Cardoso de Oliveira (1976), oferece uma chave interpretativa para compreender como a identidade migrante é construída, tensionada e manipulada no campo interétnico urbano da Feira.

No contexto da migração venezuelana, essa abordagem permite compreender como os migrantes, são identificados socialmente por atributos ideológicos — pobreza, informalidade, estrangeiridade — que os posicionam como “outros” frente à população local.

Como ideologia étnica no terreno de relações de dominação, é altamente etnocêntrica e atua como marco de referência que contamina as relações sociais no sistema interétnico. Ela se intensifica em situações de crise, tornando a etnia um foco privilegiado de análise.

Em Boa Vista, essa dinâmica se expressa na relação entre migrantes venezuelanos — frequentemente classificados por atributos estigmatizados — e segmentos da população local que ocupam posições diversas no sistema interétnico urbano. De um lado, os migrantes são identificados por marcadores como pobreza, vulnerabilidade e estrangeiridade; de outro, os residentes se distribuem em três segmentos que, de formas distintas, se relacionam com essa presença: aqueles que compartilham a condição de subsistência e convivem com os migrantes nos mesmos espaços urbanos; aqueles que exploram sua força de trabalho; e, na esfera política, aqueles que responsabilizam os migrantes pelas mazelas sociais da cidade, instrumentalizando essa condição como plataforma eleitoral e retórica de crise.

Essa estrutura relacional revela que a identidade étnica não opera apenas como uma referência de pertencimento, mas como uma construção ideológica que organiza posições sociais, legitima desigualdades e orienta práticas de exclusão ou solidariedade seletiva. A etnia, nesse contexto, funciona como um classificador simbólico que estrutura o campo interétnico

urbano, tornando visíveis os mecanismos de estigmatização, diferenciação e negociação identitária.

Ao distinguir identidade, grupo social e articulação social, Cardoso de Oliveira (1976. p.1) propõe uma abordagem relacional que conecta as representações simbólicas ao funcionamento organizacional dos grupos e às suas dinâmicas interativas no campo social.

A Feira de Culinária Venezuelana pode ser interpretada como espaço privilegiado de articulação étnica, onde os sujeitos atualizam práticas identitárias, constroem pertencimento e reorganizam suas posições sociais frente à sociedade anfitriã. Trata-se, portanto, de uma identidade relacional que se atualiza ideologicamente, organiza-se em redes informais e se articula por meio das relações interétnicas em contexto urbano.

No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, o termo “venezuelano” opera como um marcador étnico carregado de estigmas, frequentemente associada à informalidade, à pobreza e ao deslocamento forçado. Em contrapartida, os comportamentos étnicos se manifestam em práticas cotidianas de resistência e afirmação, como a organização da Feira de Culinária Venezuelana, os jogos de beisebol e os encontros nas *maticas* — territórios simbólicos onde se constroem vínculos, se atualizam significados e se reorganiza a identidade em meio à fricção interétnica urbana.

Ainda neste contexto, Sidney Silva (2008), em “Nacionalidade e etnicidade na tríplice fronteira norte”, propõe uma análise antropológica sobre como nacionalidade e etnicidade se entrelaçam em contextos fronteiriços marcados por conflitos, deslocamentos e diversidade cultural. A nacionalidade é entendida como vínculo legal e político ao Estado-nação — ser brasileiro, peruano ou colombiano — enquanto a etnicidade envolve aspectos culturais, linguísticos, religiosos e históricos que compõem a identidade de grupos como indígenas Ticuna, mestiços ou afrodescendentes. Essas identidades são vividas e negociadas socialmente, funcionando como posicionamentos relacionais e políticos.

A tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia se configura como espaço de tensões geopolíticas e sociais, com presença de narcotraficantes, guerrilheiros, migrantes em situação irregular e refugiados. Por meio de observações *in loco* e entrevistas com atores locais, Silva (2008) revela como essas populações constroem identidades sobrepostas — nacionais, étnicas e migrantes — que por vezes se entrecrocavam, constituindo fronteiras sociais intensamente vividas. A etnicidade, nesse cenário, pode reforçar ou suavizar os limites identitários, funcionando tanto como marcador de exclusão quanto como catalisador de redes de solidariedade.

A partir dessas reflexões, tornou-se possível compreender, ao longo da tese, como o processo de construção da identidade estigmatizada dos migrantes venezuelanos influencia sua integração no campo laboral e, ao mesmo tempo, se converte em estratégia para essa mesma integração. Identificaram-se os caminhos concretos que esses grupos percorrem na tentativa de estabelecer vínculos sociais e econômicos em contextos urbanos marcados por desigualdades.

O trabalho, nesse sentido, não é apenas um meio de subsistência, mas também um espaço de negociação de pertencimento, onde os migrantes enfrentam barreiras simbólicas e práticas impostas por segmentos da sociais receptores — entendidos aqui como um conjunto heterogêneo de atores, instituições e redes sociais que interagem com os migrantes de forma seletiva.

O papel das RPSAs e REPSAs na busca pela inserção social, como será aprofundado ao longo da tese, revela que essas relações apenas conseguem intermediar uma integração funcional. A presença dos migrantes na cidade configura uma forma de integração restrita ao atendimento das necessidades básicas, sem alcançar os circuitos de reconhecimento pleno. Trata-se de uma convivência atravessada por estigmas, disputas simbólicas e fronteiras visíveis e invisíveis.

Diante disso, tornou-se necessário aprofundar, descrever e exemplificar a nuance entre os termos inserção e integração, que emergiram durante a pesquisa. A inserção social refere-se a um processo que implica pertencimento, reconhecimento e participação ativa nas dinâmicas sociais locais. Já a integração diz respeito a formas parciais ou funcionais de envolvimento, como o acesso a serviços, ocupação laboral ou convivência em espaços públicos. Essa distinção será retomada com mais profundidade no capítulo seis.

Como os venezuelanos materializam a mobilidade

A materialização da mobilidade no imaginário dos venezuelanos leva este estudo a remontar a transformações profundas na dinâmica fronteira entre Brasil e Venezuela. Vale, analogicamente, que muitos haitianos foram atraídos pelas oportunidades geradas pelas construções dos estádios para a Copa do Mundo de 2014, evento que impulsionou a demanda por mão de obra no país. Somado a isso, segundo Da Silva (2016), a participação do exército brasileiro como força de paz no Haiti contribuiu para que muitos migrassem para o Brasil.

E no caso dos interlocutores venezuelanos? Essa pergunta será abordada por meio de uma breve digressão histórica, que se inicia antes da intensificação da chegada dos migrantes

ao território brasileiro, atravessando a fronteira entre Brasil e Venezuela. No estado de Roraima, brasileiros mantinham interações frequentes com o país vizinho.

Assim, como muitos moradores de Boa Vista e Manaus, vivenciei e ainda vivencio interações com os venezuelanos. Pouco antes de se intensificar a crise na Venezuela, além dos turistas, havia também brasileiros que trabalhavam nos garimpos da região de *Tumeremo, Las Claritas e El Callao*.

A cidade de *Puerto Ordaz*, na Venezuela, destacava-se como um centro de turismo médico, especialmente procurado por brasileiros em busca de cirurgias plásticas. Minha própria visita a Puerto Ordaz ocorreu devido à necessidade de realizar tratamentos médicos. Durante minha estadia, pude observar de perto a dinâmica do turismo médico na região, com as cirurgias plásticas atraindo muitos brasileiros. A Ilha de Margarita também se consolidava como um destino popular, com ônibus fretados partindo diretamente de Manaus e Boa Vista. Além disso, muitos viajavam de carro particular, enfrentando a longa jornada de mais de 12 horas até *Puerto la Cruz*, de onde seguiam de balsa para a ilha.

Entretanto, após as primeiras sanções econômicas aplicadas à Venezuela durante o governo de Barack Obama em 2015, a economia local começou a declinar. Produtos que antes eram abundantemente disponíveis em *Santa Elena*, como alimentos, itens de primeira necessidade e medicamentos, tornaram-se escassos. Os brasileiros, que costumavam fazer compras semanais na região, agora enfrentavam uma nova realidade de preços elevados. Por exemplo, enquanto o quilo de arroz custava R\$ 1,90 em Boa Vista, em *Santa Elena* esse mesmo arroz custava em média R\$ 0,20 centavos.

Diante desse cenário, famílias inteiras organizavam viagens a *Santa Elena* para abastecer seus porta-malas com itens essenciais para o mês ou a semana, incluindo bebidas, perfumes, pneus e até combustível. Nesse período, os chamados “puxadores de gasolina” tornaram-se figuras comuns em Boa Vista, impulsionados pela diferença de preços entre as cidades fronteiriças. Notícias locais frequentemente relatavam apreensões de veículos carregados com combustível. Além disso, o fornecimento de energia elétrica e internet em Boa Vista vinha da Venezuela, o que reforçava a interdependência entre os territórios e aprofundava a dinâmica fronteiriça.

Ao analisar um período de mais de uma década, evidencia-se a intensa interação entre os estados de Bolívar e Nueva Esparta, na Venezuela, e os estados de Roraima e Amazonas, no Brasil. Durante esse tempo, muitos brasileiros se beneficiaram dos produtos e serviços subsidiados pelo governo Chávez. Entretanto, com a crise econômica e política na Venezuela, migrantes provenientes de regiões que antes não tinham qualquer tipo de interação com as áreas

citadas—como *Monagas*, *Anzoátegui*, Sucre, e em menor proporção *Miranda*, *Aragua* e *Vargas*—agora buscam acesso aos serviços básicos garantidos por lei no Brasil, como saúde e educação, além de buscar alternativas para garantir sua subsistência e a de suas famílias.

Em 2016, passei quase seis meses viajando pelo país vizinho, intercalando essas viagens com os intervalos dos tratamentos médicos que realizava. Durante esse período, testemunhei de perto a escassez e as longas filas para adquirir alimentos e medicamentos. Como turista, tinha acesso aos produtos através do *bachaqueo*, uma prática local que envolve a venda de produtos subsidiados a preços acessíveis para estrangeiros, contrastando com a realidade cotidiana dos moradores locais.

No segundo semestre de 2017, já próximo ao final do ano, o movimento populacional venezuelano que atravessava a fronteira com o Brasil começou a assumir uma nova configuração. Deixava de ser um fluxo de venezuelanos que iam a Pacaraima ou Boa Vista para adquirir alimentos e produtos básicos. Em vez disso, eram milhares de venezuelanos se apropriando das calçadas e improvisando moradias em Pacaraima, enquanto muitos outros seguiam para a capital do estado de Roraima.

Os brasileiros, por sua vez, reduziram drasticamente suas viagens à Venezuela. A insegurança, resultante da crise política e econômica, levou milhares de brasileiros a abandonar as visitas ao país vizinho. Talvez tenha sido um dos últimos a frequentar aquele território e seus atrativos, como praias, resorts e clínicas médicas. Dessa forma, iniciava-se um intenso movimento migratório venezuelano, um fenômeno sem precedentes em Roraima, particularmente nas cidades de Pacaraima e Boa Vista.

Essas interações — somadas aos relatos de venezuelanos que vinham até Pacaraima para adquirir alimentos e que destacavam a fartura, o dinamismo comercial e a cordialidade dos brasileiros — influenciaram diretamente a decisão de migrar para o Brasil. A recepção solidária em Pacaraima, o histórico de trocas entre os dois povos e a proximidade regional contribuíram para que a barreira linguística não se configurasse como obstáculo significativo à mobilidade.

Dinâmicas urbanas e estratégias de subsistência

Em 2018, um ano após a intensificação da migração venezuelana, a Operação Acolhida, do Governo Federal, entrou em cena. Antes disso, docentes e discentes da Universidade Federal de Roraima haviam organizado uma força-tarefa chamada “Projeto Acolher”, voltada ao atendimento de migrantes venezuelanos e haitianos que, em decorrência da crise econômica e política na Venezuela, passaram a utilizar o país como rota ou residência temporária. Alguns haitianos haviam vivido por longos períodos na Venezuela, enquanto cubanos usavam o

território como passagem rumo a Manaus e, posteriormente, aos Estados Unidos. Nesse contexto, muitos migrantes optavam por permanecer próximos à fronteira, mantendo aberta a possibilidade de retorno, enquanto outros, especialmente haitianos com redes pessoais já estabelecidas, seguiam para as regiões Sul e Sudeste do Brasil.

A memória dos moradores de Roraima, especialmente daqueles com mais de duas décadas de vivência na cidade, evoca um período de menor movimentação populacional, contrastando com o cenário atual. Contudo, a interação transfronteiriça sempre esteve presente, seja por meio das viagens a Santa Elena de Uairén, na Venezuela, ou, mais recentemente, a Lethem, na Guiana — destinos de compras frequentes para milhares de moradores de Boa Vista nos finais de semana. Esses deslocamentos revelam uma dinâmica histórica de circulação que antecede o atual fluxo migratório venezuelano, evidenciando que a fronteira sempre foi espaço de trocas, negociações e encontros.

Itinerário metodológico

Por meio de uma etnografia participante, a abordagem que privilegiou a experiência direta e a imersão do pesquisador no cotidiano dos sujeitos investigados.

Essa imersão no cotidiano dos migrantes venezuelanos possibilitou compreender a experiência migratória para além dos números e estatísticas. Pude interpretar os sentidos atribuídos às práticas sociais, às redes de apoio e às formas de integração que se constroem nos espaços urbanos fronteiriços.

Estabeleceram-se como estratégias complementares: a imersão externa, voltada ao mapeamento dos espaços frequentados pelos migrantes e a imersão interna, dedicada à construção de vínculos com interlocutores-chave na Feira de Culinária Venezuelana. Essa abordagem foi inspirada na proposta “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2013, p. 4), que valoriza a inserção gradual do pesquisador nos circuitos sociais observados.

A entrada em campo ocorreu de maneira progressiva, permitindo o estabelecimento de confiança mútua com os interlocutores. Inspirado pela etnografia interpretativa de Clifford Geertz (1989), realizei uma descrição densa das relações sociais e, em seguida, interpretei as dinâmicas que se desenvolvem na Feira, valorizando os sentidos atribuídos pelos próprios migrantes às suas práticas e interações.

A delimitação em campo

Os recortes em uma pesquisa etnográfica são fundamentais para estruturar a interpretação das relações sociais. Muitas vezes, a etnografia se concentra na dinâmica de um

espaço específico, oferecendo uma projeção macro das relações. É comum delimitar o estudo a um “pequeno grupo, aos contatos face a face no interior de um bairro, de uma festa, de uma associação” (Magnani, 2013, p. 4). Como procedimentos complementares.

No caso desta pesquisa, essa articulação se deu por meio da observação das interações cotidianas na Feira de Culinária Venezuelana (dimensão micro), conectadas às formas como os migrantes venezuelanos constroem estratégias de integração social em Boa Vista e às maneiras pelas quais sua identidade é estigmatizada por diferentes segmentos da população local (dimensão macro). Essa dimensão macro também foi acessada por meio da análise de mídias digitais — especialmente redes sociais, portais de notícias e fóruns locais — que expressam discursos, representações e classificações sobre os migrantes, revelando como a opinião pública e os imaginários sociais influenciam as dinâmicas interétnicas urbanas.

Essa delimitação permitiu compreender como práticas localizadas expressam tensões, classificações e negociações identitárias que atravessam o campo interétnico urbano, articulando experiências vividas com narrativas públicas e simbologias compartilhadas.

A escolha dos interlocutores

Os interlocutores foram identificados progressivamente, conforme a aceitação e o estabelecimento de vínculos de confiança ao longo do trabalho de campo. Ao todo, foram pouco mais de vinte pessoas com quem estabeleci algum tipo de interação direta — seja por meio de conversas informais, entrevistas semiestruturadas ou observação participante. Dentre esses, apenas três aceitaram conceder entrevista gravada, e apenas um autorizou o registro fotográfico e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As conversas realizadas ao longo da pesquisa foram, em sua maioria, informais e distribuídas em diferentes momentos do trabalho de campo, nos espaços da Feira de Culinária Venezuelana e em seu entorno. Os demais interlocutores preferiram manter o anonimato. Entre os que foram efetivamente ouvidos — em diálogos mais densos e recorrentes — contabilizam-se pouco mais de vinte pessoas, entre feirantes, clientes, moradores da vizinhança e comerciantes locais. Além desses, outros sujeitos foram observados sistematicamente, compondo o universo relacional que sustenta a análise etnográfica desenvolvida ao longo da tese.

Nota sobre os termos utilizados na nomeação dos sujeitos da pesquisa

Ao longo desta pesquisa, ao me referir a expressões como “migrantes”, “venezuelanos”, “migrantes venezuelanos”, “brasileiros”, “boavistenses”, “residentes locais”, “moradores de

Boa Vista” ou “segmentos da população local”, estou me referindo exclusivamente às pessoas com as quais estabeleci contato direto durante o trabalho de campo ou interlocução indireta por meio de fontes bibliográficas e meios digitais. Essa delimitação tem como objetivo evitar generalizações e essencializações, reconhecendo que as experiências migratórias, identitárias e sociais são múltiplas, situadas e atravessadas por marcadores como gênero, classe, geração, religião e trajetória individual. A escolha por essas expressões busca respeitar a singularidade dos sujeitos envolvidos, sem pretensão de representar totalidades ou categorias homogêneas.

Perguntas norteadoras

Esta pesquisa aborda a migração venezuelana como um fenômeno atual, analisando como os migrantes constroem relações pessoais e redes de solidariedade para garantir a subsistência e buscar formas de integração funcional — especialmente no campo laboral. Contribui para os estudos migratórios e antropológicos ao oferecer uma leitura etnográfica das dinâmicas de integração em contextos urbanos de fronteira.

Ao tratar o estigma como operador simbólico nas disputas sociais revela como os próprios migrantes o mobilizam estrategicamente, ressignificando essa marca e utilizando-a como recurso para acessar circuitos laborais e negociar pertencimentos seletivos. Com isso, evidencia processos de conflito, fricção cultural e organização identitária no cotidiano urbano de Boa Vista.

O fluxo migratório venezuelano e sua presença crescente no contexto urbano de Boa Vista despertaram meu interesse em realizar uma investigação na Feira de Culinária Venezuelana, espaço onde imaginei que emergiam relações sociais capazes de mediar formas de integração funcional dos migrantes. Inspirado pela etnografia interpretativa, busquei compreender as dinâmicas que se desenrolam nesse espaço vivido, marcado por trocas, disputas simbólicas e estratégias de sobrevivência.

A partir dessa inquietação, formulei a seguinte problemática central: em que medida as relações e redes pessoais de solidariedade assistida construídas na Feira viabilizam a integração dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, especialmente no campo laboral? Partindo da hipótese de que essas relações são construídas nesse espaço, elaborei perguntas que orientaram a investigação: a Feira propicia a construção de redes pessoais de solidariedade assistida (RPSA/REPSA)? Como a identidade “venezuelana” é construída, atribuída e manipulada no cotidiano urbano da capital roraimense? De que forma os migrantes mobilizam o estigma como recurso simbólico para disputar sua integração nos campos laborais? E o que as interações interétnicas observadas revelam sobre os modos de acolhimento, exclusão e disputa simbólica presentes nas relações sociais urbanas em Boa Vista?

Essas questões guiaram a investigação etnográfica sobre os modos de integração e disputa simbólica vividos pelos migrantes em Boa Vista.

Visando respondê-las, defini como objetivo geral compreender como as relações pessoais são construídas e vivenciadas por migrantes venezuelanos na Feira de Culinária Venezuelana, em Boa Vista (RR), analisando como essas relações se articulam às dinâmicas de integração funcional em contexto urbano de fronteira.

A partir dessa perspectiva, busquei descrever o processo de apropriação do espaço da Feira; compreender a dinâmica das interações sociais entre migrantes venezuelanos e segmentos da população de Boa Vista nesse ambiente; interpretar como a Feira se torna um espaço de reorganização de identidades, analisando o papel da culinária e das práticas culturais na manutenção dos laços com a cultura de origem; analisar como os migrantes venezuelanos são percebidos como sujeitos estigmatizados no contexto urbano da cidade; e investigar a mobilização estratégica do estigma como recurso simbólico nas dinâmicas de integração social.

Os achados da pesquisa oferecem subsídios para pensar práticas institucionais e estratégias de acolhimento que considerem não apenas a presença dos migrantes, mas sua possibilidade concreta de pertencimento e participação ativa na vida social da cidade.

Estruturação do trabalho de tese

A estrutura segue a proposta do projeto que originou esta tese de doutorado, formulado a partir da necessidade de compreender as relações sociais dos migrantes venezuelanos — inquietação que surgiu um ano antes do início desta pesquisa, quando eu finalizava a dissertação de mestrado. Por isso, início tratando da relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) e da rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA), já a partir das observações na Feira de Culinária Venezuelana.

No primeiro capítulo, apresento os conceitos de RPSA e REPSA como modos de pensar, agir e sentir vivenciados pelos migrantes venezuelanos. Analiso como essas relações são construídas para enfrentar as dificuldades da integração social, com destaque para as disputas no campo laboral e as estratégias desenvolvidas no processo de deslocamento e estabelecimento em Boa Vista.

Após a contextualização da RPSA, examino como essas relações se manifestam na Feira, observando as dinâmicas de interação e a forma como a experiência migratória se converte em capital social, cultural, econômico e simbólico. Um ponto central é a representação social estigmatizada dos migrantes, refletida nas interações com moradores da cidade e nos

discursos presentes nas mídias digitais, que influenciam diretamente a construção da identidade migrante.

No segundo capítulo, abordo a configuração espacial da Feira e o processo de apropriação do espaço, destacando seu papel como componente central nas redes de acolhimento e apoio informal. Analiso como a RPSA e a REPSA se expressam nesse contexto, revelando a Feira como espaço de resistência, reorganização identitária e formação de grupos fechados.

O terceiro capítulo investiga a Feira como espaço de encontros e relações solidárias entre migrantes e a comunidade local. Examinoo como, por meio das interações cotidianas, os migrantes constroem estratégias de integração laboral, disputando sentidos e lugares na cidade.

No quarto capítulo, analiso a Feira como espaço de reelaboração da identidade venezuelana e das trocas culturais entre migrantes e brasileiros. Exploro como essas interações influenciam a identidade migrante e como os venezuelanos reorganizam suas práticas culturais em resposta às dinâmicas locais, atualizando sentidos de pertencimento.

O quinto capítulo discute as representações sociais dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, examinando os estereótipos e narrativas que moldam a percepção pública. Analiso como essas representações são instrumentalizadas por segmentos da população local, que direcionam o estigma para atender a interesses específicos, afetando diretamente a posição social dos migrantes.

No sexto e último capítulo, analiso como o estigma é mobilizado por três segmentos da população de Boa Vista e como os migrantes o transformam em estratégia no campo laboral, disputando espaços no mercado de trabalho. Diferencio os conceitos de inserção e integração social com base nas observações em campo, destacando o papel da educação básica e superior como possibilidade concreta de inserção — e não apenas de integração — dos migrantes venezuelanos na cidade.

Na conclusão, sintetizo os resultados da pesquisa etnográfica e as reflexões teóricas desenvolvidas ao longo dos capítulos, discutindo como as relações pessoais, fundamentadas no capital social, são essenciais para compreender as experiências migratórias dos venezuelanos que compõem o espaço social da Feira de Culinária Venezuelana em Boa Vista.

CAPÍTULO I - RELAÇÃO PESSOAL DE SOLIDARIEDADE ASSISTIDA (RPSA): INTEGRAÇÃO LABORAL DE MIGRANTES VENEZUELANOS EM BOA VISTA-RORAIMA

Compreender o surgimento das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) entre migrantes venezuelanos em Boa Vista exige atenção ao contexto socioeconômico em que esses sujeitos se integram ao chegar ao Brasil. Mais do que uma resposta espontânea à vulnerabilidade, essas relações emergem dentro de um sistema social tensionado por desigualdades históricas, disputas simbólicas e classificações ideológicas. Como observa Roberto Cardoso de Oliveira (2005), os migrantes enfrentam múltiplas dificuldades no processo de integração — da marginalização à exclusão do mercado de trabalho —, especialmente quando sua chegada coincide com cenários urbanos já marcados por precariedade. No caso roraimense, essas dificuldades se intensificam diante do volume migratório e do estigma que recai sobre os venezuelanos, em função da crise multidimensional que atravessa seu país de origem.

1.1- A noção de relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) no contexto migratório de Boa Vista

Segundo Cardoso de Oliveira (2005), “os migrantes tendem a encontrar todo tipo de dificuldade para sobreviverem no novo lugar, onde muitas vezes são discriminados e marginalizados” (OLIVEIRA, 2005, p. 10). Essa condição se agrava quando o deslocamento ocorre em um contexto de precariedade socioeconômica pré-existente, como é o caso de Boa Vista. Conforme Ângelo (2021), a chegada dos migrantes venezuelanos à capital roraimense se deu em um cenário de escassez de recursos e desigualdades já consolidadas.

Além disso, o país de origem dos migrantes, atravessado por uma crise política e econômica, não oferecia elementos simbólicos que favorecessem sua aceitação social no Brasil. A maioria dos migrantes pertence às camadas populares e busca subsistência em um campo laboral limitado, estruturado para atender às demandas básicas da população residente. Essa configuração revela como os mecanismos de acolhimento são atravessados por disputas simbólicas e hierarquizações silenciosas, dificultando ainda mais o processo de inserção.

Nesse cenário, a Feira de Culinária Venezuelana emerge como espaço privilegiado para observar a manifestação da identidade étnica em múltiplos níveis, conforme proposto por Cardoso de Oliveira (1976). No plano ideológico, os sujeitos mobilizam símbolos, narrativas e práticas culturais que reforçam um sentimento de pertencimento — seja por meio da língua, da culinária ou da estética dos produtos. No plano organizacional, constituem-se como grupos

sociais reconhecíveis, com formas próprias de ocupação do espaço, redes de solidariedade e estratégias de subsistência. Já no plano da articulação social, a Feira se revela como um espaço de negociação e tensão, onde diferentes grupos interagem, disputam visibilidade e constroem alianças. Assim, mais do que um espaço de comércio, a Feira configura-se como campo de articulação étnica, onde identidades são performadas, reconhecidas e, por vezes, contestadas.

A formulação das noções de relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) e rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) parte da necessidade de compreender formas específicas de organização social e estratégias de inserção mobilizadas pelos migrantes venezuelanos em Boa Vista. Inspirando-se na abordagem de Roberto Cardoso de Oliveira, especialmente em *Identidade, Etnia e Estrutura Social* (1976), adota-se uma perspectiva que articula os domínios ideológico, organizacional e relacional da identidade étnica.

RPSA e REPSA são aqui trabalhadas como noções interpretativas, construídas a partir da observação etnográfica, com o objetivo de captar justamente essa articulação: a RPSA como expressão cotidiana e interpessoal da solidariedade entre migrantes, e a REPSA como sua ampliação em rede, operando como sistema informal de suporte social.

Ambas se manifestam no contexto da Feira, espaço onde os migrantes constroem pertencimento, negociam estigmas e buscam inserção — ainda que parcial — nos circuitos sociais e econômicos da cidade. Essas noções não pretendem constituir categorias analíticas universais, mas sim oferecer uma leitura situada e atualizada das estratégias de resistência e agência em contextos de exclusão, em diálogo com a tradição antropológica das relações interétnicas.

As relações interétnicas entre migrantes venezuelanos e segmentos da população da capital de Roraima, observadas na Feira do bairro 13 de Setembro e em outros espaços urbanos de Boa Vista, revelam dinâmicas de disputa, estigmatização e articulação social. Embora o discurso público tenda a homogeneizar esses grupos sob os rótulos genéricos de “venezuelanos” e “brasileiros”, esta pesquisa evita tal universalização, reconhecendo a diversidade interna de ambos os coletivos. Nesse sentido, opta-se por utilizar o termo migrantes por subsistência para designar aqueles sujeitos — em sua maioria venezuelanos — cuja presença na cidade está marcada pela busca de condições mínimas de reprodução da vida, sem que isso implique uma identidade homogênea ou fixa.

Essa condição, contudo, não é exclusiva dos migrantes. Também há moradores da cidade em situação de vulnerabilidade que compartilham os mesmos espaços laborais e disputam recursos igualmente escassos. A Feira, nesse contexto, não se limita a ser um espaço de comércio, mas se configura como um território de articulação étnica (Cardoso de Oliveira,

1976), onde diferentes grupos interagem sob condições assimétricas de poder, negociando visibilidade, pertencimento e subsistência.

É nesse cenário que o estigma se revela como um recurso simbólico manipulável. Os migrantes o reelaboram estrategicamente como forma de inserção, enquanto determinados setores da sociedade local — como empregadores que se beneficiam do trabalho precarizado e atores políticos que instrumentalizam a presença migrante como capital eleitoral — o reforçam para manter hierarquias sociais. A Feira, portanto, não apenas espelha essas tensões, mas também as produz, funcionando como um microcosmo das disputas simbólicas e materiais que atravessam a cidade.

A partir da perspectiva de Cardoso de Oliveira (1976), entende-se que a fricção interétnica — como aquela observada entre brasileiros e migrantes venezuelanos — não resulta em fusão cultural, mas em processos seletivos de reelaboração. Os migrantes, deslocados de seus territórios nacionais, constroem valores e padrões de ação a partir das experiências vividas no deslocamento e na chegada, orientando suas condutas diante dos conterrâneos recém-chegados e dos sujeitos locais com quem estabelecem relações de vizinhança, trabalho e circulação.

Essas condutas se atualizam nas interações cotidianas, sobretudo em espaços como a Feira de Culinária Venezuelana, onde emergem vínculos seletivos e comportamentos específicos entre migrantes em situação de subsistência. As práticas observadas — como as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) — não derivam de uma cultura essencializada ou de etnias formalizadas, mas expressam uma identidade relacional, construída no contato urbano e nas negociações entre sujeitos em movimento.

Como afirma Cardoso de Oliveira:

Num sistema interétnico, é natural que emerja o que se poderia chamar de ‘cultura do contato’ — expressão que preferimos em lugar do consagrado ‘sistema intercultural’, uma vez que este costuma representar uma amálgama, uma mistura genérica de coisas diversas, indeterminada, muitas vezes descrita como uma resultante de ganhos e perdas (aculturação) entre sistemas culturais em conjunção. É no interior de uma determinada ‘cultura de contato’ que poderemos nos propor a buscar soluções para problemas de caráter geral, como o grau de sistematização e consistência entre diferentes valores que coexistem numa cultura. (OLIVEIRA, 1976, p. 21)

A partir dessa formulação, compreende-se que os migrantes reelaboram uma “cultura de contato” própria — situada, estratégica e seletiva — que articula referências herdadas, práticas adaptadas e classificações atribuídas. Mais do que fusão ou aculturação, trata-se de um

campo simbólico em que diferentes valores e padrões de ação coexistem, são reconfigurados e operam em função das necessidades concretas da vida migrante. As práticas de RPSA e REPSA emergem nesse campo como modos específicos de vínculo e assistência, revelando que a cultura no contexto da Feira é vivida como negociação e subsistência — uma cultura relacional, sustentada na fricção e na agência cotidiana.

Essa perspectiva relacional e situada da cultura migrante encontra ressonância em Pierre Bourdieu, especialmente na compreensão das estruturas sociais como condicionantes e produtos das práticas. Para Bourdieu (1989), a estrutura representa as condições objetivas do mundo social que organizam e influenciam a vida dos indivíduos — como ocorre no caso dos migrantes venezuelanos. São normas, instituições e disposições coletivas que estabelecem possibilidades e limitações dentro de um campo específico. Embora a estrutura não seja fixa nem imutável, ela impõe regularidades que orientam práticas e reproduzem padrões sociais.

Como afirma o autor:

A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social: do lado «objetivo», ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (...) do lado «subjetivo», ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas.(BOURDIEU, 1989. p. 139-140)

As estruturas estruturadas, segundo Bourdieu (1989, p. 142), referem-se à forma como os indivíduos em um grupo são moldados pelas normas e regras das instituições e práticas sociais. Já as estruturas estruturantes indicam que os indivíduos estão em constante processo de transformação, influenciando ativamente essas mesmas estruturas. Nesse movimento dinâmico, as estruturas sociais não são estáticas, mas passam por mudanças graduais, mediadas pela agência dos indivíduos e condicionadas pelo poder simbólico. Essas mudanças ocorrem em função da mobilização dos quatro tipos de capital identificados por Bourdieu: o econômico, o cultural, o social e o simbólico.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que as relações sociais estabelecidas pelos migrantes venezuelanos em Boa Vista não são apenas reflexos das condições externas, mas também mecanismos de transformação do campo migratório. É nesse contexto que se insere a relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA), como prática cotidiana que orienta vínculos de acolhimento e estratégias de integração social. Enquanto a RPSA se manifesta nas interações interpessoais e imediatas, a rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) configura-se como

uma rede ampliada de vínculos, sustentada pelo capital social acumulado nas trajetórias migratórias.

Essa formulação conceitual — inspirada na abordagem de José Guilherme Magnani — busca organizar e compreender os comportamentos urbanos dos migrantes venezuelanos a partir da observação etnográfica da Feira como mancha urbana. As barracas, enquanto pedaços dessa mancha, revelam territorialidades móveis e práticas sociais que expressam vínculos, negociações e estratégias de subsistência. Assim, RPSA e REPSA não são apenas termos analíticos, mas formas simbólicas que os migrantes atribuem sentido, como diria Clifford Geertz, às suas ações cotidianas em meio à fricção social.

Esta abordagem busca compreender as complexidades das relações sociais de apoio que emergem no contexto migratório, possibilitando uma análise da dinâmica das interações pessoais dos migrantes e da relevância dessa estratégia de suporte no processo de integração social dos venezuelanos em Boa Vista. No âmbito das redes migratórias, o capital social, segundo Bourdieu (1989), desempenha um papel fundamental na mobilidade populacional, influenciando a maneira como os migrantes constroem laços e acessam oportunidades.

No âmbito das redes migratórias, o capital social, segundo Bourdieu (1989), seria aquele que desempenha papel fundamental na mobilidade populacional, influenciando a maneira como os migrantes constroem laços e acessam oportunidades. Os venezuelanos, enquanto grupo migrante recente na região norte do Brasil, passaram por transformações significativas em suas trajetórias. Há apenas uma década, interlocutores desta pesquisa relataram que a possibilidade de deixar a Venezuela era improvável; no entanto, em 2024, essa continua sendo a realidade para muitos, conforme confirmado por Jonny, Daniele e Rafael, entre outros migrantes com quem conversamos formal e informalmente na Feira de Culinária Venezuelana.

A experiência migratória dos venezuelanos evidencia a reelaboração de práticas que orientam estratégias de superação de barreiras socioeconômicas, como o aprendizado da língua portuguesa e a inserção no campo laboral. Para aqueles que optaram por migrar para Boa Vista, tais estratégias foram moldadas pela necessidade de reorganização de suas práticas sociais e econômicas, ajustando-se às condições do novo contexto. Nesse processo, as práticas de RPSA e REPSA revelam-se como formas de agência simbólica e resistência cotidiana, operando dentro das estruturas sociais e tensionando os limites impostos pelo campo migratório.

Em vez de nos basearmos unicamente em estudos que situam o início desse movimento populacional entre o final de 2015 e o início de 2016, consideramos a vivência de nossos interlocutores, que relatam ter planejado sua migração em dezembro de 2017, motivados

principalmente pela busca por subsistência. Dessa forma, sua trajetória migratória se distancia da lógica da migração por circulação, conforme definida por Oswaldo Truzzi (2008),

Esses pioneiros, sobretudo se bem-sucedidos, podem agir como elementos de atração para que outros eventualmente se estabeleçam, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente. Ao cabo de alguns anos, a emigração outrora circular pode assumir uma característica de cadeia. Migrações em cadeia surgem assim como o modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino (TRUZZI, 2008. p.201)

Anteriormente, a mobilidade dos venezuelanos se caracterizava como deslocamento temporário e estratégico, no qual cruzavam a fronteira física apenas para adquirir produtos essenciais e retornavam à Venezuela. No entanto, com o agravamento da crise econômica e social, a necessidade de migração definitiva se intensificou, tornando-se uma estratégia para evitar o declínio das condições materiais e o sofrimento familiar decorrente da escassez de alimentos e recursos básicos.

Se antes os migrantes praticavam deslocamentos pontuais, viajando apenas para comprar insumos como alimentos e medicamentos, agora, sem alternativas econômicas viáveis, aventuram-se em territórios desconhecidos, enfrentando barreiras físicas, sociais e culturais que impõem novos desafios à sua inserção.

Vários interlocutores desta pesquisa relataram ter ouvido falar da hospitalidade dos brasileiros, bem como da disponibilidade de produtos a preços acessíveis em Pacaraima. Curiosamente, Boa Vista ainda não figurava nas narrativas iniciais desses migrantes, que atravessavam a fronteira exclusivamente para adquirir suprimentos e retornavam à Venezuela. Com o agravamento da crise socioeconômica, essa circulação pontual foi gradualmente substituída pela necessidade de permanência prolongada, o que contribuiu para a migração venezuelana.

O capital social, no sentido de Bourdieu (1989), desempenharia um papel fundamental ao viabilizar conexões que favorecem a integração dos migrantes, promovendo sua presença nos circuitos urbanos de Boa Vista e nos espaços que possibilitam a mobilização de recursos e oportunidades. No entanto, são as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) que assumem centralidade nesse processo. Estruturadas em um nível micro, essas relações operam como formas de acolhimento seletivo, capazes de atenuar os impactos das representações sociais estigmatizadas por parte de segmentos da população local.

A partir da experiência adquirida no mestrado e do aprofundamento desta pesquisa de doutorado, compreendi que a RPSA configura-se como um processo relacional fundamentado

na posição social e na trajetória do migrante venezuelano, no qual ele não se apresenta como agente passivo, mas como sujeito que mobiliza disposições internalizadas para atuar na integração dos recém-chegados. Trata-se de uma prática situada, que expressa agência simbólica e capacidade de reorganização diante das tensões do campo migratório.

A Feira de Culinária Venezuelana, nesse contexto, não se configura como um campo de disputa nos moldes clássicos propostos por Bourdieu (1989), onde a lógica da dominação e da reprodução de hierarquias prevalece. Ao contrário, trata-se de uma mancha urbana (Magnani, 1996), marcada por territorialidades móveis e vínculos seletivos, onde as interações interpessoais entre migrantes operam como estratégias de acolhimento e integração. É nesse ambiente que emergem as práticas de RPSA — pedaços dessa mancha — que não apenas respondem à vulnerabilidade, mas também reelaboram pertencimento e agência.

Como destaca Cardoso de Oliveira:

Queremos ferir aqui um ponto especialmente importante quando acabamos de trazer a discussão o tema ideologia. Estamos nos referindo as relações *sociais*, que deveriam estar sempre presentes em qualquer estudo do social (...) cognição perceptiva e comportamento somente são inteligíveis ao analista a condição de serem considerados como frutos de relações sociais. Tais relações é que engendram o nosso comportamento padronizado e nossa potencialidade perceptiva ou cognitiva, esta última, naturalmente, mediada por ideologias igualmente produzidas por agentes inseridos nessas relações sociais”. (OLIVEIRA, 1976.p. 99-100)

Essas formulações reforçam que os comportamentos dos migrantes — como a solidariedade seletiva e o acolhimento entre conterrâneos — não podem ser compreendidos isoladamente, mas como expressões de relações sociais mediadas por ideologias. A atuação dos migrantes como assistentes e acolhedores em seus grupos fechados revela estratégias de integração social em específico no campo laboral que se reelaboram no interior da cultura de contato, marcada por estigmas, disputas e classificações sociais.

A articulação dessa lógica relacional se dá por meio do poder simbólico (Bourdieu, 1989) que não opera por coerção explícita, mas por meio da legitimação de práticas, discursos e significados que são reconhecidos socialmente dentro do campo migratório. A distinção entre poder simbólico e capital simbólico é fundamental para compreender as dinâmicas de inserção e reconhecimento. Enquanto o capital simbólico refere-se ao prestígio social acumulado por indivíduos ou grupos — derivado da legitimidade de seus capitais econômicos, culturais e sociais — o poder simbólico consiste na capacidade de mobilizar esse prestígio para influenciar percepções, estabelecer normas e redefinir posições dentro do campo social.

No caso dos migrantes venezuelanos, essa mobilização ocorre de forma sutil, por meio das práticas de RPSA e REPSA, que operam como formas legítimas de assistência,

pertencimento e resistência simbólica. A legitimidade atribuída aos migrantes já integrados — por parte dos recém-chegados — revela como o capital simbólico se manifesta no cotidiano da Feira, conferindo autoridade àqueles que oferecem suporte e orientações práticas.

Ainda sobre a distinção entre poder simbólico e capital simbólico, é fundamental reconhecer que o capital simbólico representa o prestígio e o reconhecimento social adquiridos pelos indivíduos ou grupos por meio da legitimidade dos diferentes tipos de capital — econômico, cultural e social. No contexto migratório, esse reconhecimento se manifesta quando os recursos acumulados pelos migrantes são considerados legítimos e valiosos pelos recém-chegados, conferindo autoridade àqueles que oferecem suporte por meio da relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA).

Embora o capital simbólico não opere exclusivamente como mecanismo de manutenção das desigualdades sociais, ele influencia significativamente a maneira como os migrantes já integrados são percebidos e tratados nos diversos espaços de interação. Como Bourdieu (1989) argumenta, cada campo social estabelece regras específicas de reconhecimento e valorização, determinando os critérios pelos quais o capital simbólico dos migrantes pode ser aceito, contestado ou renegociado dentro das dinâmicas sociais da cidade.

Sendo assim, o poder simbólico opera como força invisível que reelabora e sustenta dinâmicas sociais, influenciando a forma como os indivíduos são percebidos e posicionados dentro dos campos sociais. Neste estudo, não buscamos definir os mecanismos de dominação que o poder simbólico exerce nas relações pessoais estabelecidas na Feira de Culinária Venezuelana, mas utilizamos esse conceito para compreender como ocorre a aceitação social e a validação da posição dos migrantes já estabelecido, conforme a teoria de Bourdieu (1989).

No que se refere aos capitais definidos por Bourdieu (1989), o capital econômico corresponde aos recursos financeiros e materiais, sendo evidente na trajetória dos migrantes que conseguiram se estabelecer e garantir não apenas seu sustento em Boa Vista, mas também o envio de remessas para seus familiares na Venezuela. O capital cultural, por sua vez, desempenha um papel central na compreensão da RPSA, pois abrange os conhecimentos acumulados ao longo da trajetória social dos migrantes, como o domínio da língua portuguesa, as habilidades gastronômicas e certificações profissionais adquiridas—mesmo que, em muitos casos, não sejam reconhecidas institucionalmente no Brasil.

Esse capital também abrange estratégias de integração, como o aprendizado das dinâmicas locais e a capacidade de interpretar códigos culturais essenciais para a convivência em situações sociais distintas. Já o capital social refere-se às redes de relações estabelecidas,

fundamentais para a mobilização de recursos no contexto migratório, exemplificadas pelas redes migratórias que possibilitam o fluxo de informações e apoio entre os migrantes.

A relação entre capital cultural e identidade migrante se evidencia na maneira como os venezuelanos atribuem sentido à solidariedade. Para eles, a prática de ajudar uns aos outros não decorre apenas da necessidade de subsistência no deslocamento, mas encontra raízes em padrões socioculturais anteriores à migração. Conforme observado em entrevistas e conversas informais com interlocutores, essa forma de sociabilidade, sustentada pelo poder simbólico, já fazia parte das interações no contexto venezuelano, sendo naturalmente reelaborada no espaço da Feira.

A mobilização desse capital cultural ocorre nos diferentes circuitos urbanos frequentados pelos migrantes, ampliando suas possibilidades de inserção social. O contato com brasileiros em espaços como supermercados e Feiras de produtores permite que os migrantes estabeleçam redes de recomendação e troca de informações sobre trabalho, funcionando como um mecanismo de integração econômica.

No entanto, a aceitação do capital cultural dentro do campo da Feira ainda não é homogênea. Embora alguns brasileiros frequentem e valorizem a culinária venezuelana, sua presença na feira permanece limitada. Os que retornam, conforme relatam Jonny, Rafael e Daniele, apreciam os sabores característicos, diferenciados pela combinação específica de temperos e especiarias, como o equilíbrio no uso do colorau, alho e cebola.

Contudo, para que esse capital tenha legitimidade dentro do campo, ele precisa ser reconhecido socialmente, o que está diretamente ligado ao poder simbólico. Quando os frequentadores da Feira veem o conhecimento culinário dos migrantes como um recurso valioso, ele se transforma em um mecanismo de empoderamento e pertencimento. No entanto, quando esse capital é desvalorizado ou associado a estereótipos negativos, sua funcionalidade como meio de inserção social torna-se limitada. Essa dinâmica pode ser observada nas narrativas reproduzidas em redes sociais, como um vídeo publicado no Instagram sobre a Feira, cujos comentários reforçavam representações estigmatizadas dos migrantes, demonstrando como a legitimidade do capital cultural é constantemente negociada e contestada dentro dos espaços urbanos ocupados pelos venezuelanos.

Dessa maneira, no contexto migratório, o capital cultural refere-se ao conjunto de conhecimentos, habilidades, práticas e recursos simbólicos que os indivíduos adquiriram tanto na sociedade receptora quanto nos campos de origem, possibilitando sua integração social na cidade de Boa Vista.

No caso dos migrantes venezuelanos, dois elementos centrais desse capital cultural se destacam: o domínio da língua portuguesa e a culinária venezuelana, que funcionam como mecanismos de inserção ou integração e reconhecimento dentro dos circuitos sociais e econômicos da cidade. Além disso, os migrantes apresentam conhecimentos específicos em áreas como a construção civil e a mecânica de automóveis, motocicletas e equipamentos domésticos, desenvolvendo estratégias de reutilização de peças que normalmente seriam descartadas por outros profissionais. O domínio desses saberes e ferramentas tem sido fundamental para sua integração laboral, seja no mercado informal, onde flexibilizam formas de trabalho autônomo, seja no mercado formal, onde se estabelecem em setores que demandam sua expertise técnica (Ângelo, 2021).

1.2-Relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) e sua articulação na formação da rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) no contexto migratório venezuelano

Neste segmento da pesquisa, analisamos a dinâmica das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e sua influência na construção de redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) no contexto migratório venezuelano. A mobilização de recursos sociais entre os migrantes em Boa Vista reflete a importância do capital social, conforme Bourdieu (1989), como elemento essencial para integração social.

No contexto migratório, as redes podem ser classificadas em formais e informais. As redes formais são aquelas amparadas por instituições, como programas governamentais, ONGs e entidades religiosas, que oferecem suporte por meio de políticas de acolhimento. No Brasil, a Operação Acolhida desempenha um papel fundamental nesse aspecto, disponibilizando abrigos e assistência para migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade.

Já as redes informais emergem da interação cotidiana dos migrantes e são articuladas por meio de plataformas digitais, como grupos em redes sociais, onde informações sobre a migração e a vida no Brasil são compartilhadas. No entanto, muitas dessas informações não correspondem completamente à realidade enfrentada pelos migrantes ao chegarem ao país ou ao se deslocarem pelo território brasileiro.

Além das redes institucionais e digitais, existem também as redes de acolhimento informais, constituídas a partir de espaços apropriados pelos próprios migrantes, como as *maticas* de Ângelo (2021) e a Feira de Culinária Venezuelana. Esses espaços se tornam fundamentais para a construção de laços de solidariedade e apoio mútuo, funcionando como pontos de referência para a integração social dos recém-chegados.

Segundo nosso interlocutor Jonny, a Operação Acolhida desempenhou um papel fundamental para que os migrantes pudessem viajar até seus destinos, facilitando a obtenção da documentação necessária e dos bilhetes para as viagens. Isso possibilitou economia nas passagens e viabilizou a chegada às cidades onde seriam acolhidos por amigos e familiares que os aguardavam. Esse foi o caso não apenas dos irmãos e familiares de Jonny, mas também de outros feirantes da comunidade.

Jonny atuou como uma verdadeira ponte entre os migrantes de sua rede pessoal e alguns profissionais da Operação Acolhida. Sua experiência nos trâmites burocráticos, sua fluência no idioma e seu capital social—ou seja, seu relacionamento próximo com membros desse setor—permitiram que ele facilitasse o processo de interiorização para amigos e familiares.

Antes de estabelecer a Feira, Jonny vendia *arepas* e dim-dim na entrada do Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), espaço responsável pela recepção e orientação dos migrantes. Essa atuação inicial revela não apenas uma estratégia de subsistência, mas também uma forma de engajamento coletivo, em que o conhecimento prático e os vínculos interpessoais se articulam como mecanismos de acolhimento e circulação de informações.

Naquele período, Jonny ainda não mantinha vínculos de assistência nem recebia apoio no sentido da relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA). Pelo contrário, enfrentava conflitos com servidores do PITRIG e, frequentemente, era convidado a se retirar quando tentava vender dim-dim próximo à entrada, enquanto sua esposa comercializava *arepas*. Foi somente após deixar de atuar nesse espaço e iniciar a Feira que essas relações começaram a se configurar.

Com o tempo, um dos responsáveis pelo posto tornou-se seu cliente e, juntos, passaram a lembrar dos episódios de tensão, transformando um espaço de conflito em um vínculo de cooperação. Hoje, esse servidor, que é militar, não apenas frequenta a Feira para consumir pratos como *arepas*, *arroz chino* e *espaguete com porco guisado*, mas também auxilia Jonny sempre que algum familiar, amigo ou recém-chegado precisa de informações ou atendimento. Durante uma das conversas que tiveram, Jonny descobriu que esse funcionário possuía ascendência mista, sendo filho de mãe venezuelana e pai brasileiro. Entre as diversas visitas antes da transferência do militar para outro local, os dois acabaram se tornando amigos.

Essa trajetória revela como o capital social por meio das relações pessoais estabelecidas em diferentes espaços podem facilitar o processo de inserção social dos migrantes, que não se limita apenas à integração econômica, laboral ou cultural, mas também à reunificação familiar. Muitos migrantes que chegam ao Brasil permanecem apenas alguns dias em Boa Vista antes de

serem interiorizados pela Operação Acolhida, buscando minimizar os custos com passagens aéreas.

Dessa maneira, Jonny exemplifica a prática manifestada por meio da RPSA, atuando como mediador e facilitador para migrantes que chegam à cidade em busca de integração social ou reunificação familiar. Durante o período de espera pela interiorização, ele oferece abrigo em sua residência e acompanha os migrantes aos espaços institucionais, mediando a comunicação sem esperar qualquer retorno. Sua ação é orientada pelo vivenciado sua própria experiência migratória, reafirmando o papel essencial da RPSA na integração e subsistência dos migrantes ao longo da jornada em Boa Vista.

A Relação Pessoal de Solidariedade Assistida (RPSA) refere-se a uma dinâmica social de assistência marcada por reciprocidade encadeada, na qual o migrante que foi acolhido em um primeiro momento não retribui diretamente àquele que o acolheu, mas ajuda uma terceira pessoa indicada por esse agente acolhedor. Essa lógica relacional se ativa quando o migrante chega ao Brasil — ou retorna de outro estado da federação — e se encontra em Boa Vista em busca de subsistência.

Em alguns casos, como veremos mais adiante, migrantes seguem diretamente para o interior do país sem antes encerrar os vínculos estabelecidos na cidade, como ocorreu com uma das interlocutoras da pesquisa. Essa prática confere poder simbólico aos indivíduos que iniciam a relação — frequentemente chamados de “cabeça” — legitimando sua atuação como mediadores sociais no processo de integração funcional dos migrantes nos circuitos urbanos em que estão integrados.

A reciprocidade, portanto, não se dissolve no anonimato: ela circula dentro de uma rede cuidadosamente construída, onde cada vínculo reforça a posição simbólica de quem o inicia. Essa forma de reciprocidade se aproxima da tríade dar, receber e retribuir, como propõe Marcel Mauss, mas com uma temporalidade própria, marcada pela confiança, pela seletividade e pela moralidade do cuidado.

É nesse contexto que os migrantes venezuelanos utilizam expressões como “el mío” para se referir àquele com quem mantêm uma relação pessoal de solidariedade assistida, e “los míos” para designar os membros que compõem sua rede pessoal. Essas redes não se misturam: cada REPSA é autônoma e delimitada, como as bancas na Feira — cada banca é um pedaço, cada relação é um território relacional próprio. Quando a rede se forma e se estabiliza, ela não se expande mais, justamente para preservar a confiança e evitar riscos.

A partir dessas múltiplas RPSAs, consolida-se a rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA): uma estrutura seletiva e estratégica, onde a solidariedade é cuidadosamente

distribuída para garantir proteção, pertencimento e continuidade. Mais do que uma rede de ajuda, a REPSA expressa a capacidade dos migrantes de reorganizar suas vidas em meio à estigmatização social de tipo deteriorado, criando sistemas próprios de acolhimento e integração nos territórios urbanos de Boa Vista.

Esses tipos de vínculos sociais começaram a se delinear para mim durante o mestrado, quando observava que a RPSA originava um tipo específico de rede pessoal, mantendo as características das relações assistidas, à qual denominei rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA). Ou seja, a partir das interações estabelecidas por meio da RPSA, formam-se redes mais amplas, porém fechadas, como analisaremos adiante. Essas redes desempenham papel fundamental no apoio e na mobilização de recursos sociais, diferenciando-se das concepções tradicionais de capital social solidário, conforme apontado por Oswaldo Truzzi (2008), que não contemplam as especificidades da RPSA e da REPSA.

A REPSA desempenha um papel ativo na mediação da integração social dos migrantes em Boa Vista e nas sociedades receptoras. Fundamentada na confiança mútua—pois não é qualquer um que seria recomendado e convidado a fazer parte de um grupo fechado—caracteriza-se por relações de assistência nas quais migrantes já estabelecidos socialmente interagem com aqueles vinculados à RPSA. Por meio da REPSA, esses migrantes conseguem acompanhar os recém-chegados ou aqueles que ainda não estão integrados, auxiliando-os no dia a dia e durante o processo de integração à nova sociedade.

Simone Tavares (2022) enfatiza a importância das redes sociais no processo migratório, especialmente para a integração dos migrantes na nova sociedade. No entanto, ressalta que essas redes, por si só, não são suficientes; é necessário que “[...] se desenvolvam relações confiáveis que conectem a origem e o destino, nas quais o imigrante possa se apoiar” (Tavares, 2022, p. 247). Essas conexões são de natureza pessoal e fundamentadas na solidariedade, como demonstrado ao longo de sua tese de doutorado e como será explorado nesta pesquisa.

Ângelo (2021) observa esse fenômeno nos espaços conhecidos como *maticas*, destacando como os vínculos interpessoais ali estabelecidos evoluem para formas de solidariedade assistida. Segundo o autor, essas relações podem se ampliar e configurar uma rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA), especialmente no contexto da interiorização e da integração laboral dos migrantes em Boa Vista.

A partir das observações realizadas na Feira de Culinária Venezuelana e das interações descritas por interlocutores como Daniele, Jonny e Rafael, entre outros, torna-se evidente que vínculos interpessoais e práticas de solidariedade desempenham papel central na integração social dos migrantes. Embora tanto Tavares (2022) quanto Ângelo (2021) tenham identificado

esse tipo de relação nos contextos migratórios, tais vínculos não foram sistematizados como termos analíticos voltados à compreensão das estratégias de integração. A presente pesquisa, ao propor as noções de Relação Pessoal de Solidariedade Assistida (RPSA) e Rede Pessoal de Solidariedade Assistida (REPSA), busca justamente organizar e interpretar essas práticas como formas simbólicas de assistência seletiva, que operam dentro dos circuitos urbanos e revelam a capacidade dos migrantes de mobilizar capitais sociais e culturais para enfrentar os desafios da subsistência e da integração social em Boa Vista.

No âmbito da Feira de Culinária Venezuelana, também observamos a formação da REPSA. Isso se evidencia nas narrativas dos interlocutores, que relatam como, por meio de suas relações sociais e dos capitais acumulados, conseguem indicar e recomendar oportunidades para aqueles que estão em busca de trabalho.

Um exemplo concreto desse processo ocorreu com Daniele, uma das feirantes, que costumava comprar carne diariamente em um supermercado para preparar os pastéis brasileiros e as *arepas* vendidas na Feira. Durante essas interações, desenvolveu um vínculo com um açougueiro brasileiro que, por sua vez, possuía uma relação próxima com o gerente do estabelecimento. Ao saber que um migrante venezuelano buscava emprego, Daniele recomendou esse trabalhador ao gerente, que aceitou a indicação e lhe ofereceu uma oportunidade. Já se passaram mais de dois anos desde essa recomendação, e o migrante continua empregado no supermercado, demonstrando a eficácia dessas redes pessoais na integração laboral.

Além da mobilização de recursos e oportunidades, a integração social dos migrantes também depende da acumulação de conhecimento sobre os códigos culturais e dinâmicas locais. Essa aprendizagem ocorre, em grande parte, por meio do agenciamento entre os migrantes que frequentam a Feira e os vendedores que nela atuam. Como propõe *Sherry Ortner* (2007), a agencialidade envolve interações carregadas de intencionalidade e moldadas por uma estrutura que organiza um grupo ou sociedade.

Dessa forma, podemos afirmar que a agencialidade é tanto uma reelaboração cultural coletiva quanto individual. No primeiro caso, corresponde aos padrões de interação social, que emergem dentro de um contexto estruturado, mas são constantemente reinterpretados pelos agentes; no segundo, refere-se às metas e objetivos pessoais dos indivíduos dentro do campo migratório. O termo de agenciamento permite compreender melhor como as relações pessoais desempenham um papel crucial no processo de inserção e mobilização dos migrantes na cidade.

Contudo, seguindo a perspectiva de Ortner (2007), essa agencialidade não se limita a reproduzir normas preexistentes, mas também opera de forma ativa, permitindo que os

migrantes transformem e redefinam suas redes sociais conforme suas necessidades e circunstâncias dentro do deslocamento.

A dinâmica das interações sociais, fundamentada no agenciamento dentro do contexto migratório venezuelano, está diretamente relacionada à capacidade dos indivíduos de negociar sua integração social, mobilizar redes de apoio e enfrentar os desafios impostos pelo novo ambiente. Essas interações não apenas viabilizam o acesso a recursos essenciais, como moradia e emprego, mas também favorecem a construção de laços simbólicos que fortalecem a participação dos migrantes na sociedade receptora.

Dessa forma, o capital social acumulado por meio dessas relações se configura como um elemento estratégico na reconfiguração das experiências e na superação das barreiras impostas pela migração, contribuindo para a criação de novas formas de pertencimento e interação na sociedade receptora.

1.2.1-A Rede pessoal de solidariedade assistida e sua formação

Foi essencial compreender o início e a dinâmica das redes migratórias, observando como os primeiros migrantes abriram caminho para que outros pudessem seguir o mesmo trajeto com menos dificuldades. Jonny, Daniele e Rafael, junto a outros interlocutores com quem manteve conversas formais e informais, destacaram que a necessidade de migrar decorreu da crise econômica e política instaurada na Venezuela.

Esses interlocutores relataram suas experiências em profundidade, permitindo que, com o tempo e a confiança estabelecida, eu interpretasse as ações e motivações que orientaram suas trajetórias. Segundo seus relatos, ao chegarem ao Brasil, não possuíam domínio da língua portuguesa nem conhecimento mínimo sobre as condições do país. Apenas haviam ouvido falar da cordialidade e da solidariedade dos brasileiros. Essa percepção remete ao termo “homem cordial”, formulado por Sérgio Buarque de Holanda (1995), cuja análise é retomada na seção seguinte.

1.2.2 O brasileiro como homem cordial

Compreender a leitura que os migrantes fizeram e ainda fazem do brasileiro é fundamental para entender como eles orientam suas relações pessoais e constroem redes de apoio. O conceito de homem ‘cordial’, descrito por Sérgio Buarque de Holanda (1995), reflete um traço cultural brasileiro que se manifesta tanto na aproximação solidária quanto na possibilidade de rompimentos abruptos, “Entendendo o “homem cordial” como exacerbação de afeto — tanto para a formação de laços comunitários quanto para sua ruptura violenta.”

(Holanda, 1995. p. 1). Dessa forma, o brasileiro não é apenas gentil e hospitaleiro, mas também pode reagir intensamente a mudanças no campo social, gerando conflitos e reconfigurações nas relações interpessoais.

Os migrantes venezuelanos rapidamente perceberam a dualidade presente nas interações cotidianas. Como destacado por Ângelo (2021), nas *maticas*—espaços de sociabilidade voltados ao encontro e ao trabalho—, as conversas entre migrantes e contratantes brasileiros tinham como objetivo compartilhar informações a partir da experiência diária nas interações laborais entre contratante e contratados. A partir disso, eles traçavam estratégias como a da confiança mútua, preços justos e ao mesmo tempo criar mecanismos de segurança nas relações de trabalho.

A aceitação de novos integrantes era cuidadosamente monitorada, a fim de preservar a reputação dos trabalhadores venezuelanos perante segmentos da população local, conforme destaca Ângelo (2021) e como relatado na *matica* descrita pelo interlocutor André, situada no bairro Caimbé. Essa dinâmica de confiança, no entanto, estava inserida em um contexto de disputas no campo laboral. A percepção dos migrantes como concorrentes diretos de trabalhadores brasileiros — especialmente daqueles que também atuavam em busca de subsistência — gerou tensões que, em alguns casos, resultaram na ruptura dos laços de solidariedade inicialmente estabelecidos.

Com a intensificação da migração venezuelana, a economia informal passou por transformações significativas. O aumento da concorrência e a maior oferta de serviços geraram reações entre segmentos da população local que também atuavam em busca de subsistência. Ao perceberem que essa luta se tornava cada vez mais acirrada, alguns passaram a ver os migrantes como uma ameaça direta. Essa mudança alterou a recepção dos venezuelanos na cidade: o que inicialmente era marcado pela hospitalidade passou a configurar-se como uma relação mais disputada no campo do trabalho e do acesso aos recursos urbanos.

Essa informalidade nas interações cotidianas foi interpretada pelos migrantes como parte do modo de ser brasileiro, especialmente no contexto urbano de Boa Vista. Muitos interlocutores relataram que, ao serem convidados para refeições na casa de moradores locais, perceberam diferenças marcantes em relação às práticas venezuelanas. Na Venezuela, o anfitrião costuma assumir a responsabilidade de servir os convidados, reforçando um gesto de respeito e acolhimento. Já em Boa Vista, a comida era colocada à mesa e cada pessoa se servia, o que inicialmente gerou estranhamento, mas depois foi compreendido como uma forma de convivência mais espontânea e descomplicada.

Outra diferença relatada dizia respeito à maneira como os convites eram feitos. Em Boa Vista, o convite para comer geralmente se resumia a um “bora comer”, sem formalidades, diferentemente do hábito venezuelano de anunciar a chegada com um gesto mais cerimonioso, como bater à porta ou tocar a campainha.

Essa flexibilidade nas interações favoreceu conexões mais espontâneas e informais, contribuindo para a construção de vínculos sociais entre migrantes e moradores da cidade. Além da informalidade presente nas práticas cotidianas, um dos aspectos marcantes do modo de ser brasileiro é a linguagem. Holanda (1995) observa que os brasileiros tendem a utilizar diminutivos como uma maneira de aproximar as pessoas e criar um vínculo emocional:

No domínio da linguística, para citar um exemplo, esse modo de ser parece refletir-se em nosso pendor acentuado para o emprego dos diminutivos. A terminação ‘inho’, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e de aproximá-los do coração.” (Holanda, 1995, p. 204)

Essa característica linguística foi especialmente evidente em Boa Vista, onde a presença de migrantes nacionais e internacionais contribuiu para um ambiente de interações diversas. Os venezuelanos rapidamente se familiarizaram com expressões utilizadas por diferentes grupos brasileiros, como “maninho” (entre paraenses), “painho” e “mainha” (entre baianos), além de gírias como “é nós” e “tamo junto”.

Essas expressões funcionaram como mecanismos de aproximação, facilitando a construção de laços sociais e permitindo que os migrantes superassem barreiras no cotidiano. O aprendizado dessas formas de comunicação, associado à constituição de relações baseadas na confiança, permitiu que muitos migrantes desenvolvessem um capital social significativo — fundamental para viabilizar uma RPSA e REPSA que auxiliam na integração daqueles recém-chegados ou que ainda estão em busca de subsistência.

Holanda (1995) também aponta que a sociabilidade brasileira difere de padrões ritualizados e formais, destacando,

Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma habitual de convivência social é, no fundo, o oposto da polidez. À primeira vista, pode parecer que somos corteses, mas, na verdade, essa atitude polida é uma espécie de imitação deliberada de manifestações que, no “homem cordial”, ocorrem naturalmente e de forma genuína. Assim, o que era espontâneo transforma-se em fórmula. (HOLANDA, 1995. p. 149)

Além disso, a polidez pode atuar como um mecanismo de proteção social, funcionando como uma barreira quando necessário. Em contextos de disputa, essa padronização das formas de cordialidade permite que os indivíduos exerçam estratégias de defesa, regulando o acesso e

as interações no campo social. Assim, a formalidade pode ser utilizada para delimitar espaços e evitar confrontos diretos, especialmente em momentos de tensão.

Esse tipo de sociabilidade também se manifestou na Feira de Culinária Venezuelana, onde as interações entre migrantes e moradores da cidade refletiram essa dinâmica. No contexto urbano de Boa Vista, a formalidade não se apresentou como elemento dominante, mas como uma convenção aplicada de maneira flexível, inclusive em espaços tradicionalmente formais.

A priorização da informalidade pôde ser interpretada como um meio de tornar as relações sociais mais fluidas e adaptáveis, inclusive em ambientes institucionais. A interação cotidiana nesses espaços frequentemente se caracterizou por uma comunicação mais descontraída entre colegas de trabalho, o uso de apelidos, gestos físicos como tapinhas nas costas e abraços, e uma hierarquia menos rígida. Dessa maneira, reforçou-se a ideia de que as relações sociais interpessoais frequentemente se sobrepõem às impessoais, desafiando normas burocráticas fundamentadas na racionalidade weberiana.

Quando determinados segmentos da população local, também em busca de subsistência, recorriam à polidez influenciados por representações sociais que reelaboravam sobre os migrantes, essa postura funcionava como uma barreira simbólica que delimitava espaços de interação e reforçava estigmas. Esse comportamento não pode ser interpretado apenas como resultado de valores individuais, mas sim como uma estratégia de subsistência em contextos de estresse, nos quais as relações sociais operam como mecanismos de defesa diante da instabilidade econômica.

Nesse cenário, para assumir o papel de agenciador de uma RPSA ou REPSA, tornou-se necessário possuir uma compreensão mínima da realidade social das disputas, além de certo domínio da língua portuguesa. A construção do capital social revelou-se como um processo complexo, no qual conhecer o outro foi fundamental para o estabelecimento de relações coesas, baseadas na alteridade.

Ao chegarem ao Brasil, os migrantes venezuelanos tiveram que interpretar as dinâmicas de sociabilidade dos brasileiros. Inicialmente, muitos carregavam a expectativa de um acolhimento pautado pela formalidade e pelas normas sociais vigentes em seu país de origem. No entanto, ao interagirem com os brasileiros, perceberam que a hospitalidade local seguia um padrão mais espontâneo e menos ritualizado, exigindo uma reconfiguração de suas interações para que pudessem estabelecer relações de confiança e pertencimento.

A RPSA e REPSA não operaram apenas como formas de suporte social, mas como mecanismos que organizaram práticas e estratégias dos migrantes, permitindo-lhes acessar oportunidades e fortalecer vínculos estratégicos dentro do novo território. Compreender o

brasileiro como homem cordial foi um dos principais desafios para os migrantes que desempenharam papéis centrais na mediação das relações sociais no contexto migratório venezuelano. Ao interpretar essas dinâmicas e aprender a mobilizá-las, puderam promover novas formas de interação e pertencimento. Como será retomado adiante, esse aprendizado foi essencial para o funcionamento das redes pessoais de apoio que intermediaram a integração laboral dos recém-chegados no contexto urbano de Boa Vista.

1.3 As trajetórias dos migrantes vinculados às RPSA e REPSA

Retomando a trajetória dos meus interlocutores com quem convivi por mais tempo durante esta pesquisa. Temos: Jonny, Daniele e Rafael, que com poucos recursos financeiros—ou mesmo sem dinheiro algum—motivados pela necessidade de garantir sua subsistência.

Vindos de cidades como *El Tigre*, *Puerto La Cruz* e *Puerto Ordaz*, atravessaram fronteiras geográficas, políticas e culturais, enfrentando os desafios impostos pelo deslocamento e pela condição de migrantes em busca de condições mínimas para subsistência. A primeira cidade brasileira que encontraram foi Pacaraima, que se tornou o ponto de entrada em solo brasileiro e o espaço inicial de suas experiências migratórias.

No percurso, suas trajetórias foram moldadas não apenas pelos desafios físicos da travessia, mas também pelas relações sociais que regulam a mobilidade humana e o acesso às redes de apoio. Essas redes, que posteriormente se consolidariam na RPSA e REPSA, atuam como mediadoras da integração dos migrantes, funcionando como mecanismos de suporte que facilitam o acesso a trabalho, moradia e informações essenciais sobre o novo ambiente.

Após um período de incertezas, ajustamentos e apoio por parte de moradores da cidade, esses pioneiros conseguiram, ao longo dos anos, se inserir socialmente por meio do trabalho. Essa trajetória evidenciou como as relações pessoais estabelecidas pelos primeiros migrantes consolidaram redes de apoio que, posteriormente, se tornaram fundamentais para a integração dos recém-chegados, contribuindo para a formação da REPSA.

Ao chegarem a Boa Vista sem conhecer ninguém, esses migrantes iniciaram um processo de acúmulo de conhecimento e construção de relações pessoais baseadas na confiança. Em um primeiro momento, estabeleceram vínculos individuais que, por meio de interações cotidianas, foram se expandindo e estruturando suas redes pessoais, sociais e migratórias. Tanto as redes de acolhimento formais quanto as informais desempenharam um papel essencial nesse processo, permitindo a formação de conexões duradouras e fortalecendo a integração dos migrantes no novo território.

De acordo com Truzzi (2008), as redes baseadas na solidariedade configuram o que ele denomina "[...] capital social de solidariedade, que produz sustentação mútua entre os integrantes da rede" (TRUZZI, 2008, p. 212). A migração venezuelana, em seu estágio inicial, revela um caráter particular: os pioneiros que vivenciaram essa experiência buscam, de alguma maneira, retribuir práticas solidárias por meio da RPSA e da REPSA, auxiliando seus conterrâneos recém-chegados.

Cabe destacar que esses migrantes não apenas absorveram os códigos simbólicos do contexto urbano de Boa Vista, mas também os alimentaram e os atualizaram a partir das interações locais. Essa transmissão ocorreu de maneira contínua, permitindo que os recém-chegados ou aqueles que ainda não estavam integrados recebessem orientações e apoio dentro das redes construídas pelos primeiros migrantes.

As relações pessoais e as teias que elas formam são fundamentais no processo migratório venezuelano, pois se formam por meio de contatos estabelecidos com familiares, conterrâneos e amigos já inseridos na sociedade receptora. Essas conexões baseiam-se em laços sólidos e de confiança.

Não é qualquer pessoa que pode fazer parte de uma RPSA ou REPSA. Posso afirmar, sem correr o risco de universalizar, que esse tipo de relação pessoal e rede se inicia no território brasileiro, e não na Venezuela. Para ser incluído nessa dinâmica social, o recém-chegado precisava ser recomendado por alguém já vinculado a uma REPSA ou possuir um vínculo familiar direto.

No caso da RPSA, sua origem podia se dar por essas mesmas especificidades exigidas na REPSA, ou por meio da interação frequente em espaços de sociabilidade dos migrantes, como as maticas e a Feira de Culinária Venezuelana. O acesso a uma RPSA não era algo superficial, pois essa relação interpessoal possuía um propósito claro: auxiliar na integração dos venezuelanos em Boa Vista.

A trajetória de Jonny, Daniele e Rafael na Feira de Culinária Venezuelana remete à de Júlio, Luís e Nelson, migrantes que conheci nas *maticas*. Todos chegaram ao Brasil em 2017, integrando o primeiro grupo de migrantes que buscava uma estadia temporária, mas que, oito anos depois, ainda permanecem no país. Apesar da permanência prolongada, todos continuam mantendo laços com familiares na Venezuela, enviando apoio contínuo e reafirmando a importância das redes construídas a partir da migração.

Em um primeiro momento, esses desbravadores buscaram se inserir na sociedade por meio do trabalho, pois esse era o principal objetivo da migração que realizavam: garantir sua própria subsistência e a de seus familiares na Venezuela. Após a instauração da Operação

Acolhida, já em 2018, muitos tiveram a oportunidade de seguir para outras regiões do Brasil, porém, optaram por permanecer em Boa Vista.

Os motivos para essa decisão foram diversos. O primeiro fator era a proximidade com a Venezuela, pois ainda havia esperança de que a situação no país melhoraria em curto prazo, possibilitando um retorno. O segundo estava relacionado ao envio de produtos alimentícios e outros bens essenciais para seus familiares, já que, naquele período, a escassez de insumos na Venezuela ainda era severa.

Antes da implementação de transferências eletrônicas entre Brasil e Venezuela, os envios ocorriam de maneira física, por meio de taxistas venezuelanos, que transportavam sacas de alimentos. Além disso, a remessa de dinheiro era feita por meio da moeda americana (*dólares*), ou, quando possível, os migrantes aproveitavam períodos de folga para viajar até suas cidades de origem, onde permaneciam por, no máximo, 30 dias antes de retornar ao Brasil.

Com a escassez de cédulas na Venezuela em 2017, os venezuelanos passaram a utilizar sistemas de transferência monetária e pagamento eletrônico instantâneo, antecipando o modelo que viria a ser implementado no Brasil como Pix em 5 de outubro de 2020. Na Venezuela, esse sistema era popularmente conhecido como *pago móvil* e operava sob o conceito de *Peer-to-Peer (P2P)*, permitindo transações diretas entre usuários sem a necessidade de intermediários bancários.

Esse movimento incentivou diversos migrantes a buscarem novos deslocamentos, incluindo a migração por carreira, conforme definido por Truzzi (2008). O envio de dinheiro digital trouxe maior segurança alimentar para os familiares que permaneciam na Venezuela, que não precisavam mais depender da remessa de produtos físicos, pois muitos alimentos que antes eram escassos passaram a estar disponíveis, embora a preços elevados. No entanto, a maioria desses produtos ainda era importada do Brasil.

Estamos nos referindo ao período que compreende o final de 2018 e o início de 2019, antecedendo a chegada do Pix em 2020. Com esse novo sistema de transferências, estar próximo da fronteira deixou de ser uma necessidade para muitos migrantes, que puderam aproveitar o processo de interiorização, sem perder a capacidade de enviar dinheiro para seus familiares.

O funcionamento desse sistema se dava da seguinte maneira: um migrante que realizava transferências recebia Pix ou dinheiro em real no Brasil e convertia o valor em moeda venezuelana. Ele então contatava seu correspondente na Venezuela, que, por sua vez, repassava o montante ao beneficiário final, independentemente de onde estivesse no país. O envio de dinheiro era feito por meio do *pago móvil*, sem burocracia e sem cobrança de impostos.

A negociação se dava diretamente entre os migrantes estabelecidos no Brasil e empresários responsáveis pelo transporte de alimentos para venda na Venezuela. O dinheiro arrecadado na moeda venezuelana era entregue aos destinatários locais, enquanto o montante recebido em reais no Brasil era utilizado para comprar novas remessas de produtos, que eram novamente levados e vendidos na Venezuela. Esse modelo de envio e distribuição foi exemplificado por uma interlocutora que conheci em uma das tantas visitas a Feira de culinária.

Retomando a particularidade da migração venezuelana e tomando como parâmetro os relatos de meus interlocutores, é possível afirmar que esse deslocamento populacional ocorreu de forma acelerada, sem espaço para uma migração por circulação no sentido descrito por Truzzi (2008).

Diante dessa mobilidade populacional intensa, os migrantes precisaram desenvolver estratégias ágeis para sua integração laboral. Inicialmente, não buscavam qualquer outro tipo de inserção social além da entrada no mercado de trabalho. Esses pioneiros começaram a construir suas conexões por meio de relações pessoais, que, aos poucos, se expandiram para redes sociais e, por fim, redes migratórias.

A RPSA desempenhou um papel central nesse processo, pois foi por meio dela que os migrantes conseguiram atingir seus objetivos primários, como garantir a segurança alimentar de seus familiares na Venezuela. Com a integração laboral, eles passaram a utilizar seus conhecimentos para facilitar a chegada de outros migrantes.

As redes pessoais estabelecidas pelos migrantes ofereceram não apenas hospedagem, assistência financeira e oportunidades de emprego, mas também informações essenciais para sua integração no contexto urbano de Boa Vista. Essas conexões interpessoais, em contraste com as interações impessoais, constituíram um eixo central da noção de capital social solidário, descrita por Truzzi (2008), evidenciando como a solidariedade no contexto migratório fortalece laços internos e impulsiona a formação de redes migratórias.

Se antes a relação era estabelecida entre dois migrantes—um como agente e o outro como agenciado—, agora, por meio da RPSA, os migrantes que outrora eram beneficiários passaram a ocupar o papel de agentes, cada um em sua respectiva instância. Esse processo possibilitou a aquisição de capital social, econômico, cultural e simbólico, o que os inseriu em uma rede informal e fechada, denominada REPSA.

REPSA é uma noção trabalhada por mim para descrever o tipo de apoio construído pelos migrantes, que, a partir das relações pessoais, evolui para uma rede estruturada, como será retomado adiante. A particularidade dessa rede reside no fato de que ela orienta os recém-chegados ou aqueles que ainda não estão integrados socialmente, proporcionando uma

experiência diferenciada em comparação àqueles que contam apenas com redes pessoais, sociais e migratórias.

A rede migratória, conforme descrita por Weber Soares (2002), não deve ser confundida com redes pessoais, uma vez que estas precedem o ato da migração. Segundo o autor, a rede migratória é definida como, "[...] um tipo específico de rede social que agrega redes sociais já existentes e possibilita a criação de outras; portanto, é uma rede de redes sociais" (SOARES, 2002, p. 12).

Barbosa e Martins Jr. (2018) acrescentam que as redes migratórias são compostas por um conjunto de relações sociais entre agentes organizados de forma horizontal, promovendo a acumulação de conhecimento compartilhado. Conforme os autores, à medida que essas redes se expandem e se fortalecem, elas viabilizam, "[...] arranjos produtivos alternativos e solidários" e formas mais participativas e eficazes de exercício da democracia e da integração social (BARBOSA E MARTINS JR., 2018, p. 241).

Outro ponto relevante a destacar é que as redes sociais têm ganhado cada vez mais importância em diversos contextos, incluindo o migratório venezuelano na terceira década do século XXI. Outro ponto relevante a destacar é o papel crescente das redes sociais no contexto migratório venezuelano na terceira década do século XXI. Essas redes não se constituem apenas por meio de interações diretas, mas também por meio de tecnologias de comunicação e informação, como ficou evidente durante a pandemia de COVID-19.

Esse fenômeno remete ao pensamento de Manuel Castells (2005), que argumenta que as tecnologias têm influenciado diferentes tipos de relações sociais, refletindo a sociedade da informação em que vivemos. De acordo com Barbosa e Martins Jr. (2018), essas tecnologias configuram:

“[...] novas formas de relações sociais, configurando e, ao mesmo tempo, sendo configuradas pela intensificação dos fluxos econômicos, culturais, informacionais e migratórios promovidos pela globalização. Entre outras coisas, possibilitam a constituição de formas de integração de indivíduos e de grupos sociais que se voltam para a minimização dos custos de transação inerentes ao intercâmbio das experiências humanas (BARBOSA e MARTINS JR., 2018. p. 242).

Assim como os migrantes, os venezuelanos têm utilizado tecnologias para facilitar suas migrações, enquanto uma parcela significativa dos habitantes de Boa Vista as utilizou para criar uma representação social estigmatizada, conforme discutido por Erving Goffman (1975) e Iana Vasconcelos (2021), evidenciando como as redes sociais podem tanto impulsionar a solidariedade quanto alimentar discursos discriminatórios. Dessa maneira, “[...] as identidades são frutos da operação do poder e materializadas através do discurso (MACHADO, 2021. p.15)

Portanto, conforme Oliveira (2005), essas tecnologias podem ser vistas como, "[...] uma ferramenta para a construção de projetos" (OLIVEIRA, 2005, p. 32), seja para iniciativas solidárias ou depreciativas, as redes digitais passaram a ocupar um papel estratégico na mediação das relações sociais no contexto migratório venezuelano.

1-4 Definindo a rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA)

A rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA) foi concebida como uma articulação de até dois níveis de relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA). Essa definição emergiu por meio da observação direta e dos relatos coletados na Feira de Culinária Venezuelana. A REPSA pode ser compreendida como uma estrutura relacional iniciada por um migrante pioneiro, já integrado no contexto urbano de Boa Vista, que estabelece uma RPSA com um recém-chegado recomendado. Essa recomendação, no entanto, não garante automaticamente a permanência do novo integrante na rede: é necessário que ele conquiste a confiança daquele que o recebe.

Dessa forma, a REPSA não se configura como uma rede social ampla, pois há uma preocupação explícita com o controle dos indivíduos que acessam esse sistema de assistência. Essa seletividade busca evitar situações como as analisadas por Santos (2021), que serão retomadas mais adiante.

Ainda dentro do contexto migratório, Barbosa e Martins Jr. (2018) destacam que as redes:

“[...] impõem um conjunto de coerções e constrangimentos que influenciam as ações dos agentes sociais (indivíduos ou grupos), estabelecendo formas de controle e exclusão que podem contribuir para a reprodução e reforço de desigualdades.” (Barbosa e Martins Jr., 2018, p. 242).

Os autores mencionados reforçam a ideia de que as redes em processo migratório são formadas por agentes e grupos sociais, por meio dos quais os indivíduos mobilizam e fortalecem valores compartilhados e identidades específicas. Essas redes podem atuar de maneira positiva, facilitando a integração social dos migrantes, ou gerar obstáculos, dependendo da dinâmica dos agentes envolvidos, do tipo de relação social inicial e das conexões.

As redes migratórias desempenham um papel ambíguo, pois podem tanto fortalecer vínculos sociais e identitários quanto impor desafios ao migrante. Em um primeiro momento, os recém-chegados desenvolvem redes pessoais, que gradualmente se expandem para redes

sociais e, por fim, redes migratórias. A formação dessas conexões depende diretamente da interação entre os agentes sociais e do contexto no qual estão integrados.

A distinção entre REPSA e redes sociais migratórias é essencial para compreender a especificidade dessas conexões. Segundo Soares (2002), uma rede social é definida como um, "[...] conjunto de pessoas, organizações ou instituições sociais conectadas por algum tipo de relação. Uma rede social pode abrigar várias redes sociais, dependendo do processo ao qual está associada" (p. 12). Em contrapartida, a rede pessoal é caracterizada como, "[...] um tipo de rede social fundamentada em relações de amizade, parentesco" (SOARES, 2002, p. 12).

A REPSA, diferentemente de uma rede pessoal convencional, não está vinculada a conexões amplas ou a pontos de encontro que envolvem múltiplos agentes. Sua configuração se mantém fechada e fundamentada em vínculos de confiança entre os participantes.

Por exemplo, Daniele, por meio de uma RPSA, entrou em contato com seu conhecido em Santa Catarina, um dos principais destinos dos migrantes, seja para reunificação familiar ou para iniciar um novo tipo de migração, como a migração por carreira, conforme definida por Truzzi (2008). Esse migrante recebeu o aval de Daniele para ser acolhido e assistido solidariamente, mas sua permanência dentro da rede exigia um passo adicional: conquistar a confiança daquele que o receberia.

Esse exemplo reforça que a construção de uma RPSA não ocorre de maneira automática, mas sim por meio da busca ativa pela confiança do recém-chegado, que deseja fazer parte desse tipo de rede pessoal.

A análise da RPSA no processo migratório permitiu compreender a dinâmica e a relevância desse comportamento na integração social dos migrantes em Boa Vista. Além disso, os integrantes da REPSA mobilizaram informações provenientes de redes pessoais e migratórias para otimizar o agenciamento dos migrantes vinculados à RPSA ou à própria REPSA, contribuindo para sua integração no território.

1.5 O papel das redes migratórias na busca pela inserção social

A análise das redes migratórias no contexto brasileiro revelou dinâmicas específicas de acolhimento e inserção social. Um exemplo relevante foi o dos migrantes provenientes do Haiti, conforme analisado por Sidney A. da Silva (2017). Segundo o pesquisador, essas redes se desenvolveram a partir de conexões preexistentes, fortalecendo os laços entre migrantes — dinâmica que também se observou entre os migrantes venezuelanos acompanhados nesta pesquisa.

No caso venezuelano, conforme observado por Ângelo (2021) nas *maticas*, a formação das redes sociais e pessoais seguiu uma lógica própria. Em diversos relatos, foi possível identificar estratégias familiares que priorizavam o envio de um membro — geralmente o chefe da família — para sondar oportunidades e enfrentar o período mais crítico de adaptação. Após esse primeiro deslocamento, os demais integrantes se reuniam progressivamente ao pioneiro, num processo característico das imigrações em cadeia, como já descrito por Truzzi (2008, p. 204).

No caso da migração haitiana, as redes de apoio e acolhimento foram acionadas tanto no Haiti quanto em países de trânsito, como Equador e Venezuela. Instituições religiosas — como a Igreja Católica e igrejas evangélicas —, além da internet, agências de viagens e governos estaduais brasileiros, desempenharam papel relevante ao oferecer abrigo temporário e orientação.

É importante destacar que os migrantes haitianos já contavam com redes migratórias consolidadas antes do terremoto de 2010, como apontado por Sidney A. da Silva (2017). Essas redes estavam presentes em países como Equador, Santo Domingo e Venezuela, sendo utilizadas para facilitar deslocamentos anteriores à chegada ao Brasil, especialmente durante o período que antecedeu a Copa do Mundo de 2014.

Entre 2017 e 2018, migrantes haitianos e venezuelanos compartilharam espaços na Universidade Federal de Roraima (UFRR), onde funcionava um centro de apoio e acolhimento. Muitos haitianos, que anteriormente residiam na Venezuela, foram impactados pela crise econômica e reconfiguraram suas rotas migratórias. Buscando melhores condições de vida, procuraram se estabelecer em outras regiões do Brasil, especialmente no Sul, onde a presença de migrantes haitianos já estava consolidada há quase uma década.

As redes migratórias observadas nesta pesquisa revelaram que suas bases fundantes estão frequentemente associadas à migração circular. Segundo Truzzi (2008), esse tipo de migração pode dar lugar a uma migração em cadeia, especialmente quando migrantes já estabelecidos acumulam bens materiais e conhecimento, tornando-se elementos de atração para os recém-chegados. Trata-se de um processo que demanda tempo e estabilidade.

No caso dos migrantes provenientes da Venezuela, a instabilidade política e econômica impediu a realização de uma migração circular prolongada, limitando sua permanência nas primeiras cidades brasileiras, como Pacaraima, e tornando o processo de inserção social mais desafiador.

A comparação entre os contextos haitiano e venezuelano evidenciou trajetórias distintas. Enquanto os migrantes haitianos já contavam com redes migratórias consolidadas antes do

terremoto de 2010, o deslocamento tornou-se mais intenso naquele período, forçando muitas pessoas a deixarem o país. Por outro lado, os migrantes venezuelanos iniciaram sua mobilidade populacional de forma massiva a partir de 2017, dois anos após o agravamento da crise política e econômica.

Nesse cenário, a migração forçada difere da migração voluntária por não resultar de uma escolha estratégica, mas da necessidade urgente de fuga. Tanto os deslocamentos haitianos em 2010 quanto os venezuelanos em 2017 podem ser compreendidos como migrações por subsistência, motivadas pela ausência de alternativas viáveis dentro das fronteiras nacionais.

No Brasil, migrantes provenientes da Venezuela foram contemplados com o status de refúgio, conforme previsto na Lei 9.474 de 1997, instituída sob o espírito da Declaração de Cartagena. Segundo Almeida (2015), o refugiado é aquele que se encontra em um território marcado por violações graves e generalizadas dos Direitos Humanos, sem possibilidade de retorno seguro ao país de origem. Além dessa proteção jurídica, foi também concedido o direito à residência temporária, conforme previsto na Portaria Interministerial nº 9³, de março de 2018, que regulamentou o acolhimento humanitário de cidadãos venezuelanos. Essa medida permitiu que migrantes que não se enquadravam nos critérios de refúgio pudessem permanecer legalmente no país, acessar serviços públicos e buscar inserção social, ampliando as possibilidades de permanência e reorganização da vida no território brasileiro.

Durante a pesquisa, muitos migrantes venezuelanos relataram que optaram pelo pedido de residência temporária em vez do reconhecimento como refugiados. Segundo eles, o status de refúgio implicaria a impossibilidade legal de retornar ao país de origem, o que dificultaria a manutenção dos vínculos familiares. Como haviam deixado parentes na Venezuela e desejavam visitá-los sempre que possível, a residência foi percebida como uma alternativa mais flexível, permitindo a permanência regular no Brasil sem renunciar à possibilidade de circular entre os dois territórios.

Apesar dessas garantias legais, os migrantes enfrentam obstáculos concretos à inserção social. Como apontam Norbert Elias e Scotson (2000), grupos já estabelecidos tendem a impor suas práticas sobre os recém-chegados, criando barreiras simbólicas e estruturais. Elias observa

³ A residência temporária para migrantes venezuelanos no Brasil foi regulamentada pela Portaria Interministerial nº 3, de 27 de fevereiro de 2018. Essa norma estabeleceu os procedimentos para autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, oferecendo uma alternativa legal ao pedido de refúgio. A portaria foi assinada pelos Ministérios da Justiça e da Segurança Pública e teve como base a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) e o Decreto nº 9.199/2017. Ela permitiu que migrantes provenientes da Venezuela solicitassem residência temporária com validade inicial de dois anos, podendo ser renovada ou convertida em residência permanente, desde que cumpridos os requisitos legais. Disponível em> <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=357090>.

que, diante do desconhecido ou das diferenças culturais, sociedades receptoras podem reagir com preconceito, ignorância e rejeição, dificultando o reconhecimento dos migrantes como parte do tecido social.

Assim, embora o ordenamento jurídico brasileiro busque assegurar proteção e respeito às diferenças, essas garantias não foram suficientes para eliminar os desafios enfrentados por migrantes em situação de deslocamento forçado. A aceitação social e a construção de redes de apoio emergem como fatores essenciais para viabilizar uma integração social mais efetiva. No entanto, essas redes não asseguraram participação ativa nas esferas sociais mais amplas, nem reconhecimento simbólico — elementos que caracterizariam uma inserção social efetiva. A presença foi tolerada, mas o pertencimento permaneceu restrito.

Como veremos adiante neste estudo, essa limitação revela os contornos de uma integração parcial, marcada por fronteiras simbólicas e funcionais que dificultam o acesso pleno à vida social em Boa Vista.

1.6 Os desafios e o papel das redes pessoais no processo migratórios

A análise das trajetórias migratórias observadas nesta pesquisa evidenciou que os vínculos de amizade e parentesco desempenharam um papel central na construção das redes de apoio entre migrantes. Em estudo apresentado em seminário internacional, Alessandra R. Santos (2021) analisou a inserção social de mulheres migrantes provenientes da Venezuela em Boa Vista (RR), destacando que, “[...] a relação de amizade e de parentesco constitui um aspecto básico no processo migratório.” (Santos, 2021, p. 3)

No mesmo trabalho, a autora apontou que, “[...] as redes de amizades e de parentesco se tornam indispensáveis, sendo atualizadas, especialmente, nas trocas de bens, valores e informações.” (Santos, 2021, p. 2).

Essas observações convergiram com os dados empíricos desta pesquisa, nos quais os vínculos interpessoais foram mobilizados como estratégias de subsistência, acolhimento e orientação. Santos (2021) também dialoga com Weber Soares (2002), ao afirmar que as unidades efetivas da migração não são indivíduos isolados nem famílias nucleares, mas sim conjuntos de pessoas conectadas por laços de amizade, parentesco ou trabalho. Como destaca, “[...] não apenas agregam redes sociais existentes como também incitam a criação de outras.” (Santos, 2021, p. 3).

Portanto, os laços de amizade e confiança desempenham um papel crucial na manutenção da esperança daqueles que deixam suas comunidades e países em busca de melhores condições sociais, econômicas e políticas. É dentro desses grupos, fortalecidos por

vínculos de solidariedade e assistência, que as redes migratórias começam a se formar a partir das relações pessoais.

Na sociedade contemporânea, marcada pela interconectividade digital, essas redes não se limitaram a interações presenciais, mas foram constantemente atualizadas por meio de tecnologias de comunicação. No caso dos migrantes provenientes da Venezuela, muitos encontraram redes de acolhimento logo ao cruzarem a fronteira. A Operação Acolhida desempenhou papel relevante na regularização documental e na interiorização desses migrantes, conforme aponta Ângelo (2021).

No caso de Jonny, Daniele e Rafael, a formação inicial das redes de acolhimento—predominantemente lideradas por igrejas—foi um processo desafiador. Naquele período, a maioria dos migrantes cruzava a fronteira a pé ou de carona. Jonny, por exemplo, atravessou a fronteira caminhando e, ao longo de seu trajeto até *Boa Vista*, contou com caronas para reduzir a jornada. Ele relatou que, ao longo da BR-174, algumas pessoas deixavam água e alimentos, como pão e bolachas, possibilitando que os migrantes se hidratassem e se alimentassem durante a travessia. No entanto, o percurso de quase 200 quilômetros entre Pacaraima e Boa Vista era marcado por dificuldades e riscos, incluindo a alta velocidade dos veículos na rodovia e a ausência de acostamento seguro.

Durante parte do trajeto, Jonny e outros migrantes que formaram um grupo receberam uma carona. Tudo transcorria bem até que, ao avistarem a polícia, o motorista desviou bruscamente da rota devido à documentação irregular. Forçados a desembarcar longe da estrada principal, os migrantes precisaram caminhar vários quilômetros até retornarem à BR-174 e prosseguir sua jornada.

Daniele e Rafael chegaram a Boa Vista com recursos financeiros suficientes para a viagem. Daniele permaneceu por três dias na Praça *Simón Bolívar*, enquanto Rafael passou duas noites na rua antes de ser contratado para um trabalho temporário em um bairro distante do centro. Durante esse período, ele morou na casa onde havia sido contratado para realizar a limpeza, permanecendo ali por dois meses até conseguir alugar um quarto, que dividia com três outros migrantes e suas esposas.

No terceiro dia, Daniele foi acolhida por uma das igrejas que prestavam apoio aos migrantes e recebeu uma oportunidade de trabalho na equipe de limpeza. Ela permaneceu nesse local por seis meses, até conseguir reunir recursos suficientes para trazer seu esposo e sua filha de oito anos, momento em que a família conseguiu alugar uma casa e se estabelecer em Boa Vista.

As relações construídas nos processos migratórios são diversas, mas as mais significativas para o apoio mútuo no início de uma migração, emergem da interação direta em espaços físicos de sociabilidade, como as *maticas* ou Feira de Culinária. Essas relações pessoais darão origem as redes que irão auxiliar tanto na migração interna e externa.

No caso da RPSA e da REPSA, essas redes se desenvolveram exclusivamente em território brasileiro, definindo sua gênese e influência no processo migratório dos meus interlocutores. Esses mecanismos desempenharam papel essencial na integração funcional dos migrantes, proporcionando suporte e orientação no novo contexto, sem necessariamente garantir inserção social plena.

Muitos dos migrantes com quem mantive contato destacaram constantemente a importância do apoio e da solidariedade entre compatriotas, especialmente quando estavam longe de casa, evidenciando o valor dessas relações na construção de pertencimento.

Migrantes que chegaram a Boa Vista entre os primeiros fluxos e permaneceram por mais tempo no território passaram a desempenhar funções de mediação na integração social de recém-chegados. Ao acumularem experiências, aprenderem a língua portuguesa e compreenderem os códigos sociais locais, esses interlocutores se tornaram referências para outros migrantes, oferecendo orientação prática e emocional. A partir dessas trajetórias, emergiram redes de apoio com configuração específica: as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA).

Essas redes não se expandem indiscriminadamente. São compostas por poucos integrantes e operam com base em vínculos seletivos, sustentados pela confiança mútua e pela convivência cotidiana. Ao contrário das redes convencionais, que podem reproduzir relações de dependência ou subordinação, as redes assistidas funcionam como espaços de acolhimento ético, nos quais o apoio não se converte em dívida ou submissão.

Como observa Santos (2021), nem toda rede de apoio resulta em proteção. Em contextos marcados por desigualdade de gênero e precariedade laboral, algumas mulheres migrantes relataram situações em que o auxílio recebido se transformou em controle, gerando relações assimétricas e vulneráveis.

A maioria das venezuelanas que vivem em cidades brasileiras, seja em Boa Vista ou em outro lugar, possui algum tipo de contato no Brasil antes de migrar, facilitando-lhes a inserção no local de destino. Contudo, tais redes podem criar também relações de dependência em que o favor pode transformar-se em dívida, pretendendo e subjugando as pessoas que as recebem. (SANTOS, 2021. p. 5)

Ao longo deste estudo, diversos autores e autoras utilizaram o termo “inserção” para se referir à ocupação de espaços sociais, ao acesso a serviços públicos ou à entrada no mercado de

trabalho. Contudo, conforme a distinção conceitual construída nesta pesquisa, tais processos são compreendidos como formas de integração funcional — ou seja, presença tolerada e utilitária, sem reconhecimento simbólico ou participação ativa nas esferas sociais mais amplas. A inserção, tal como definida aqui, exige pertencimento, transformação dos espaços e construção de redes de significação.

Para que a mediação das redes contribua de forma positiva na integração dos migrantes provenientes da Venezuela, é necessário que as relações estabelecidas sejam pessoais, solidárias e assistidas. Ainda dentro desse contexto, Santos (2021, p. 7) adverte que, “[...] não é possível visualizar somente a existência da solidariedade entre os migrantes. Algumas pessoas aproveitam sua posição social/laboral para explorar outros imigrantes.”

A autora reforça que a presença das redes em processos migratórios não garante tranquilidade aos recém-chegados. A solidariedade, para ser genuína e funcional, precisa ser vivida no cotidiano, sustentada por vínculos de confiança e reciprocidade. É nesse ponto que a RPSA e a REPSA se diferenciam das redes pessoais convencionais: ao manterem estrutura fechada e operarem por meio de vínculos confiáveis, essas redes evitam que o acolhimento se transforme em dependência. Elas não garantem inserção plena, mas viabilizam formas de integração funcional que permitem aos migrantes circular, trabalhar e acessar serviços básicos com maior segurança e autonomia.

1.7- O capital social e a emergência da RPSA e REPSA nas relações migratórias

Entre os migrantes que residem em Boa Vista há quase uma década, alguns passaram a ocupar posições de referência na dinâmica de interação entre recém-chegados e antigos moradores. Mesmo sem se reconhecerem como líderes, suas trajetórias acumuladas os tornaram mediadores informais, capazes de orientar, acolher e traduzir códigos sociais locais. Esse acúmulo de capital social e cultural viabilizou a emergência de mecanismos de apoio específicos, como a RPSA e a REPSA.

Um dos principais elementos desse capital cultural é o domínio da língua portuguesa, fundamental para a comunicação cotidiana e para a reelaboração da identidade migrante. O idioma funciona como um marco simbólico, separando a fase inicial da chegada da possibilidade de integração funcional. A RPSA, nesse contexto, atua como mediadora na superação de barreiras sociais, sendo a linguagem uma das mais evidentes.

Segundo Clifford Geertz (2015), a compreensão cultural é essencial para diferenciar uma piscadela de um tique nervoso—distinção que pode ter impacto significativo na dinâmica

de poder e comunicação durante interações em que migrantes busca exercer seus direitos e deveres, como o acesso a serviços de saúde, educação e benefícios sociais, incluindo o Bolsa Família e ‘Família que Acolhe’⁴.

Em Boa Vista, a RPSA se torna uma peça-chave na integração dos migrantes, oferecendo não apenas assistência prática, mas também facilitando a compreensão das nuances culturais e sociais da nova sociedade. Além de mitigar dificuldades imediatas, como a barreira linguística, essas redes contribuem para a familiarização com as normas locais e expectativas sociais.

A atuação da RPSA pode ser observada em casos como o de Rafael, que trouxe um primo um ano após sua chegada. Rafael o acompanhou à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), garantiu que estivesse com os documentos obtidos na fronteira e o ajudou a realizar os exames admissionais para um emprego em uma empresa terceirizada de limpeza. Esse tipo de acompanhamento direto é característico das redes assistidas.

Rafael, que trabalhava como técnico em manutenção de celulares e notebooks na Venezuela, levou um ano para deixar serviços temporários de limpeza e jardinagem e, finalmente, atuar em sua área de especialização em Boa Vista. Atualmente, ele divide seu tempo entre sua profissão e a venda de espetinhos com farofa e vinagrete, *arepas* e pastéis brasileiros na Feira.

Já Daniele trouxe sua irmã e o cunhado um ano e meio após sua chegada ao Brasil. Eles foram recebidos na rodoviária e acomodados temporariamente em sua casa. O cunhado, barbeiro, e sua cunhada, especialista em aplicação de cílios, conseguiram emprego em um salão de beleza cuja proprietária havia sido ex-patroa de Daniele. Ela relata que ambos só foram aceitos porque receberam sua recomendação, pois a dona do salão havia tido uma experiência negativa com um funcionário venezuelano, que acumulou dívidas e desapareceu sem pagá-las.

Após receberem seu primeiro pagamento, a família celebrou a nova fase experimentando carne de sol na chapa, um prato mencionado repetidamente aos parentes ainda na Venezuela. No dia seguinte, foram à Feira a uma banca próximo de sua residência para matar a saudade de *arepas*.

A RPSA também facilita o contato com a culinária local, os espaços de lazer e a organização espacial da cidade. Ela orienta os migrantes na busca por moradia próxima aos

⁴ O Família Que Acolhe é uma política pública integral, da Prefeitura de Boa Vista, para a primeira infância, que cuida da criança desde a gestação até os seis anos de idade, garantindo o acesso à saúde, educação e desenvolvimento social de maneira integrada.

locais de trabalho, evitando deslocamentos longos. A irmã e o cunhado de Daniele mudaram-se para um apartamento vinte dias depois, planejando trazer outro familiar.

Essas redes configuram comportamentos específicos, distintos de outras formas de relação social. Embora baseadas na solidariedade, não se confundem com redes pessoais convencionais, pois oferecem assistência mediada e acompanhamento personalizado. Nas análises de Ângelo (2021), os espaços chamados de *matica* — assim como a Feira de Culinária Venezuelana — revelam que relações pessoais podem evoluir para redes assistidas, mas envolvem número reduzido de indivíduos, geralmente três, formando núcleos restritos de capital social.

Como destacam Márcio de Oliveira e Fernando Kulaitis (2017), citando Bourdieu, “Indivíduos biológicos submetidos aos mesmos condicionamentos sociais serão homogêneos até um certo ponto” (p. 25). A partir dessa perspectiva, percebe-se que, à medida que a interação social envolve mais de três migrantes, essas redes deixam de ser RPSA ou REPSA, transformando-se em estruturas sociais mais amplas e menos mediadas.

No contexto dos migrantes provenientes da Venezuela, as práticas cotidianas revelam um sistema de disposições adquiridas ao longo da trajetória migratória, influenciado pelas estruturas sociais do país de origem e pelas dinâmicas da sociedade receptora. A forma como esses sujeitos negociam sua presença no Brasil depende da interação com as regras do campo social em que buscam se posicionar — mesmo que ainda não estejam plenamente inseridos nele.

Por fim, as relações pessoais alicerçadas na confiança e no reconhecimento do capital social são a base para a formação da RPSA. Esse mecanismo de apoio não apenas contribui para a integração funcional dos migrantes em Boa Vista, mas também define formas de acolhimento fundamentadas na assistência solidária. Nesse contexto, o início de uma jornada migratória carrega desafios que vão além da construção social do deslocamento — ser migrante é também uma experiência subjetiva, marcada por sentimentos de pertencimento, incerteza e resiliência.

1.8 O início de uma jornada: ser migrante vai além de uma construção social, é também um sentimento

Daniele iniciou sua trajetória no dia 25 de novembro de 2017; Rafael, três dias depois. Essas datas permaneceram como marcos afetivos, pois não representaram apenas deslocamentos geográficos, mas despedidas carregadas de emoção e incerteza. Ambos viajaram

sozinhos, com passagens garantidas até Boa Vista, acompanhando o trajeto por meio de páginas em redes sociais que compartilhavam informações sobre o percurso migratório.

Em 1º de dezembro daquele mesmo ano, Jonny e três amigos da mesma rua decidiram migrar para o Brasil. Suas famílias, como as dos demais integrantes do grupo, esperavam que eles trabalhassem, enviassem recursos e, eventualmente, retornassem para visitar os parentes. O objetivo inicial era garantir segurança alimentar aos familiares na Venezuela por meio de deslocamentos temporários — prática comum entre os poucos migrantes daquele período, sem imaginar que a viagem se tornaria definitiva.

Nos primeiros fluxos, os deslocamentos eram curtos e funcionais: cruzava-se a fronteira para adquirir alimentos, medicamentos e itens básicos, retornando no mesmo dia ou após um pernoite. Poucos permaneciam em território brasileiro para trabalhar, e os que o faziam voltavam à Venezuela ao fim do dia ou da semana. As longas filas nos comércios de Pacaraima tornaram-se uma imagem recorrente. A partir do primeiro trimestre de 2016, migrantes sem recursos suficientes começaram a buscar trabalho e a se estabelecer na cidade fronteiriça.

FIGURA 4: Deslocamento de venezuelanos rumo ao Brasil em busca de alimentos



Imagem do site G1-RR: <https://glo.bo/29Oqnb1>

Figura 5: Venezuelanos compram alimentos em Pacarima



Foto: DW/K. Andrade

No segundo semestre daquele ano e início de 2017, o fluxo migratório ganhou intensidade, alcançando Boa Vista com proporções inéditas. esse movimento ocorreu principalmente por meio da cidade de Pacaraima, município de Roraima, onde a maioria dos migrantes cruzava a fronteira a pé. Esse fenômeno pode ser observado na figura 6 a seguir.

Figura 6: Migrantes venezuelanos caminham pela BR-174 em direção a Boa Vista



Foto: Emily Costa/G1 RR/Arquivo

Entretanto, os primeiros migrantes que realizavam deslocamentos temporários não conseguiram consolidar redes de apoio duradouras. A velocidade com que o fluxo se intensificou dificultou a organização coletiva e a construção de vínculos sólidos antes que a mobilidade assumisse caráter definitivo para muitos recém-chegados.

Já em Boa Vista, ainda de forma improvisada, os migrantes tentavam se organizar na Praça Simón Bolívar⁵, que se tornou um ponto de encontro e desencontro para aqueles que chegavam em busca de subsistência, especialmente a partir de 2017.

Na imagem da figura 7, observa-se uma das dinâmicas recorrentes entre migrantes recém-chegados, especialmente aqueles que protagonizaram a primeira onda de mobilidade intensa rumo ao território brasileiro. Por se tratar de um fluxo inicial, esses sujeitos ainda não haviam tido tempo ou condições para estabelecer redes migratórias ou vínculos pessoais de apoio. Na ausência dessas redes, as relações interpessoais tornavam-se essenciais — mas como construir esses laços com segmentos da população local quando os meus interlocutores não falavam português? Muitos formavam filas para receber alimentos e doações, evidenciando a vulnerabilidade que marcava os primeiros momentos do processo migratório.

FIGURA 7: Venezuelanos na praça Simón Bolívar, em Boa Vista (RR), no último trimestre de 2017.



Foto: Reynesson Damasceno/ ACNUR

⁵ Antes desse estudo, a prefeitura estimava que 40 mil venezuelanos estavam na cidade. Nessa época, só a praça Simón Bolívar — que foi cercada com tapumes e desocupada em maio — tinha cerca de 1,2 mil venezuelanos acampados (G1 GLOBO, 2018)

Durante o dia, esse espaço se transformava em ponto de circulação e apropriação urbana, com migrantes ocupando esquinas e semáforos, exibindo cartazes em busca de trabalho, solicitando ajuda, vendendo produtos diversos ou oferecendo serviços informais, como limpeza de para-brisas de automóveis. Esses indivíduos, em sua maioria, seriam justamente aqueles que, a partir dessas experiências e interações, dariam início à construção das primeiras relações e redes pessoais de solidariedade assistida — como no caso de alguns dos meus interlocutores que fizeram parte dessa primeira mobilidade.

Figura 8: Venezuelanos em situação de rua em Boa Vista (RR), em busca de formas de subsistência.



Foto: Emily Costa/G1 RR/Arquivo

O Estado não estava preparado para receber os migrantes naquele período, e sete anos depois, ainda é possível encontrar muitos em situação de rua nas imediações da rodoviária próxima à praça, onde foram inicialmente acolhidos em 2017 e, posteriormente, realocados para abrigos temporários em 2018.

Ao observar esse cenário, percebemos que a identidade do venezuelano como migrante não se restringe a uma simples mudança territorial, mas envolve elementos subjetivos e emocionais profundamente ligados à experiência vivida. Como ressaltam Coelho e Oliveira (2020, p. 1088), “é incontestável que toda experiência emocional apresenta uma dimensão

temporal, no sentido de sua duração – como, por exemplo, na percepção de um amor como ‘eterno’ ou (...) a tristeza desencadeada por ritos funerários”.

A migração venezuelana, nesse sentido, expressa uma vivência marcada pela incerteza, pela esperança e pela negociação constante entre pertencimento e deslocamento. Compreender o que significa ser migrante exige ir além dos enquadramentos geográficos e classificatórios — é preciso escutar os afetos, os medos e os desejos que atravessam cada trajetória.

1.9- Migrante e ser migrante

Segundo Sayad (1998) a condição do migrante ao se ver fora de sua terra natal. Essa condição é marcada pela provisoriedade na sociedade receptora. Os migrantes precisam convencer a si mesmos, às vezes contra as evidências, de que sua situação é efetivamente provisória, “[...] numa sociedade que se sentem hostil, precisam convencer a si mesmos, às vezes contra as evidências, de que sua condição é efetivamente provisória” (SAYAD, 1988. p. 46).

Essa dimensão subjetiva da provisoriedade pode ser observada nas trajetórias de Jonny, Daniele, Rafael e tantos outros interlocutores acompanhados ao longo dos anos em Boa Vista.

No caso de Jonny, por exemplo, em vez de fixar residência imediatamente, ele optou por investir na Venezuela: reformou sua casa, ampliou o sítio onde criava galinhas de corte e adquiriu bens. Após obter um emprego formal com carteira assinada e receber sua rescisão, retornou à Venezuela há três anos.

Durante sua estadia, percebeu que os recursos acumulados não seriam suficientes para garantir estabilidade, e que a situação econômica do país seguia incerta. Inicialmente, acreditava que a crise venezuelana se reverteria, possibilitando seu retorno definitivo. No entanto, até o presente momento (2025), essa expectativa não se concretizou.

Seus dois filhos, que permanecem na Venezuela, manifestaram o desejo de migrar para o Brasil. Jonny, no entanto, pediu que ficassem para cuidar dos bens da família — a casa, o sítio e o carro. Ambos, policiais, assumiram essa responsabilidade, enquanto ele envia dinheiro regularmente para apoiá-los.

A preocupação dos migrantes com os bens na Venezuela está diretamente ligada à política de moradia do governo venezuelano. Durante a ausência prolongada de um proprietário, uma instituição chamada *Consejo Comunal* pode redistribuir a residência para uma mulher solteira com filhos, prática comum para expropriar imóveis pertencentes a migrantes que estão há muito tempo fora do país.

Em uma das visitas à Feira de Culinária, ouvimos a preocupação de um migrante com seus bens na Venezuela, o que me fez lembrar do caso de Jimenez, que deixou sua casa sob o cuidado de uma vizinha por mais de sete anos. Desde novembro de 2024, ela não respondia mais suas mensagens, levando-o a tomar a difícil decisão de vender sua casa em Maturín, localizada em uma das áreas mais movimentadas do comércio. Ele vendeu por um preço muito abaixo do valor real, apenas para evitar o risco de perdê-la completamente.

Residente no Brasil há oito anos, Jimenez trouxe toda a família para Boa Vista e já não tem parentes próximos na Venezuela. Essa preocupação com a manutenção dos imóveis é recorrente entre os migrantes que vivem há mais de seis anos no Brasil. Muitos enviam dinheiro para familiares ou amigos que cuidam de suas casas, buscando garantir que não sejam expropriadas. Por esse motivo, Jonny e outros fazem questão de manter parentes na Venezuela e os ajudam economicamente.

Ao longo dos anos, a visão de Jonny sobre a provisoriedade foi se transformando. Em junho de 2024, ele começou a buscar a aquisição de um terreno, já comprou um carro e tem planos de construir uma casa em Boa Vista. Sua convicção atual é de que a situação na Venezuela ainda levará tempo para se estabilizar, e está decidido a criar raízes no novo país.

De acordo com Silva (2006) o,

projeto de vida, no qual o imigrante começa a admitir a possibilidade de lá permanecer por um tempo mais longo. Embora essa seja uma decisão de cada imigrante, tais expectativas são compartilhadas, contudo, pelo grupo como um todo, pois a idéia de que as condições para o retorno ainda não estão consolidadas passa a ser compartilhada por todos. Nessa perspectiva, o retorno é transferido para uma outra fase da vida, como a aposentadoria, os filhos criados no caso que estamos focando, o que se verifica é que existe uma diferenciação de expectativas entre aqueles que estão há mais tempo no país e, portanto, com uma situação financeira relativamente definida, e aqueles que chegaram recentemente. Para os primeiros, o projeto do retorno é uma possibilidade que não foi descartada totalmente, porém já não se coloca mais como algo a ser buscado em curto prazo, em razão dos laços que foram criados com o Brasil, seja do ponto de vista econômico, cultural, seja afetivo. A volta se dá, portanto, de forma intermitente, para visitar os parentes, para matar a saudade da terra natal e de seus sabores, e regressar em seguida, pois lá se sentiriam como “peixes fora d’água”. (SILVA, 2006. p. 164-165)

Por outro lado, Daniele e Rafael estão há seis anos sem retornar à Venezuela e ainda não fixaram residência por meio da aquisição de terrenos ou casas, embora tenham conquistado veículos e mobiliado as casas alugadas onde vivem. Até o momento, não acumularam pecúlios suficientes para adquirir bens no país de origem. Durante esses anos, dedicaram-se ao trabalho e ao envio de recursos para familiares, além de atuarem como agentes de apoio dentro da RPSA e da REPSA.

Entre os três, Jonny foi quem conseguiu acumular capital econômico, além de outros capitais no sentido de Bourdieu (2006). Essa condição lhe permitiu comprar um veículo, utilizado para transportar suas mercadorias até a Feira — uma evolução em sua trajetória, já que anteriormente utilizava bicicleta ou triciclo.

As dificuldades, os arranjos e as estratégias fazem parte do cotidiano desses e de outros migrantes em Boa Vista. Ser migrante é mais do que um status jurídico ou social—é um sentimento, internalizado por meio das memórias de tudo que aconteceu ao longo de suas trajetórias.

Segundo Marandola e Del Gallo (2009), esse questionamento expressa a necessidade de compreender a migração como experiência vivida. Em termos fenomenológicos, o foco deve recair sobre como o fenômeno aparece na experiência dos migrantes, “[...] o migrante é um ser deslocado, movido de seu lugar primevo. E é nesse deslocamento que procuramos o significado dessa condição” (MARANDOLA; DEL GALLO, 2009, p. 1).

Nesse sentido, busquei compreender o significado de ser migrante a partir dos relatos dos interlocutores entrevistados durante esta pesquisa. Já em minha dissertação de mestrado (Ângelo, 2021), os relatos coletados revelavam que migrar não se limitava a um deslocamento físico, mas implicava transformações emocionais, culturais e sociais que reconfiguravam suas maneiras de habitar o espaço, de construir vínculos e de se posicionar diante das incertezas do cotidiano migrante. Essa escuta inicial apontava para a migração como experiência vivida — e não como classificação administrativa ou delimitação geográfica. Agora, no doutorado, essa percepção se reafirma: os novos interlocutores compartilham sentimentos semelhantes, revelando que o processo migratório continua sendo atravessado por rupturas, adaptações e negociações constantes, expressas nas práticas cotidianas e nas formas de ocupação urbana.

Longe da comodidade de suas casas, os interlocutores migrantes agora enfrentam uma realidade profundamente distinta. Sabem que esse conforto não se reproduz no Brasil, especialmente quando suas famílias se juntam a eles. As residências na Venezuela — onde cada filho tinha seu próprio dormitório, como no caso de Jonny — precisam se adaptar a uma nova configuração. Nesse contexto, estar juntos significa mais do que um ajuste material: representa uma experiência de reconstrução afetiva, marcada por negociações entre o passado e o presente.

Rafael e Daniele ainda moravam com os pais quando deixaram a Venezuela, onde desfrutavam de estabilidade e conforto. Como relatam, possuíam TV, ar-condicionado, internet, camas confortáveis e lençóis frequentemente trocados. Daniele comenta que, em sua época, os serviços básicos eram praticamente gratuitos: gás, energia, internet e TV a cabo custavam muito pouco, e a gasolina era quase dada. Eletrodomésticos, materiais de construção e bens de

consumo eram acessíveis, permitindo que as casas fossem bem construídas e mobiliadas. Segundo ela, qualquer pessoa — independentemente de trabalhar no setor público ou privado — conseguia usufruir dessas comodidades, além de carros e motos.

A comparação com o Brasil é inevitável. Daniele menciona que, atualmente, todo seu trabalho é voltado para pagar serviços e enviar dinheiro aos familiares que ficaram na Venezuela. No entanto, destaca que a Feira de culinária possibilitou um ingresso econômico adicional, já que, além da feira, trabalha com carteira assinada. Para ela, estar na Feira vai além de uma atividade comercial—é uma forma de lazer. Ali, ela tem a oportunidade de ouvir músicas, conversar em sua língua materna e interagir com pessoas com quem compartilha experiências e histórias.

Rafael relembra a loja de celulares e conserto de notebooks que possuía no Shopping *Alta Vista*, na Venezuela. Somente ao chegar ao Brasil e enfrentar as dificuldades do cotidiano, percebeu o quanto sua vida anterior era confortável. Para ele, o custo de vida no Brasil era acessível, mas após a pandemia tornou-se elevado, e tudo parece estar cada vez mais caro. Sua esposa, graduada na Venezuela, precisou refazer a faculdade no Brasil para atuar em sua área — processo que exigiu anos de dedicação e socialização.

Rafael conclui dizendo que, na Venezuela, aos finais de semana, o dinheiro permitia um estilo de vida tranquilo — comer, beber, reunir-se. No Brasil, essa realidade não se repetiu. Ele afirma que nunca mais conseguiu desfrutar da mesma forma, pois o dinheiro não dá. Os três interlocutores manifestam forte nostalgia ao recordar a vida antes da crise. Ser migrante, nesse sentido, é um processo contínuo — marcado por perdas, reconstruções e negociações entre o que foi e o que ainda pode ser.

1.9.1- Ser migrante: algo tão subjetivo que se materializa no semblante

Ao perguntarmos a Jonny o que significa ser migrante, ele respondeu: “Ser migrante é andar com o coração na mão. É um sentimento carregado de tristeza misturado com incertezas e um medo indescritível. Deixar aquilo que mais amamos, nossa família, desamparada, apenas com um teto e sem nada para comer. Ser migrante é muito sofrido; nada é fácil no início”.

A experiência migratória de Jonny evidencia um profundo vínculo entre emoção e temporalidade. Conforme destacam Coelho e Oliveira (2020, p. 1088), “ressentimento, saudade, remorso e nostalgia jogam com o passado, expondo modos subjetivos de lidar com aquilo que é percebido como não existindo mais, sejam perdas, derrotas, fracassos ou conquistas, vitórias, sucessos”. Sua trajetória reflete esse embate entre memória e presente, onde a nostalgia do que foi perdido se mistura à reconstrução do futuro.

A fisionomia de Jonny oscila entre a dor evidenciada pelas rugas em sua testa e o alívio ao lembrar que, atualmente, sua situação é melhor em comparação ao momento de sua migração. Ele conclui: “Hoje é mais tranquilo; agora posso me planejar e ajudar outros para que não passem pela mesma situação que vivi”.

Esse relato evidencia como o tempo e a experiência migratória se entrelaçam em uma dinâmica emocional complexa. Como afirmam Coelho e Oliveira (2020, p. 1089), “há, contudo, algumas emoções cuja essência reside na forma específica de relação com o tempo que entretêm, seja pela percepção de sua ‘passagem’, seja pelo vínculo que estabelecem entre a subjetividade e o passado, o presente e o futuro”.

Ao questionarmos sobre as pessoas que ele ajuda, Jonny nos informa que são apenas aquelas de seu círculo pessoal, e somente após conhecê-las e confiar nelas. Sua experiência como migrante lhe proporcionou um discernimento aguçado para identificar pessoas de má índole.

Daniele nos disse que ser migrante é ser alguém deslocado, afastado e estigmatizado. É uma vida não desejada e nem imaginada. É algo imposto, pois ou se sai ou se padece de fome. Segundo ela, trata-se de um sentimento indescritível, pois a cada lembrança do que já viveu e do que ainda vivência, a sensação de sofrimento se torna presente e contínua.

Rafael afirmou que ser migrante é estar em busca de mudanças para sua vida, vivendo um estado de luta constante. É um sentimento carregado de *recordaciones, buenas y malas*. Essa percepção da migração como um processo emocional e temporal se refletia na maneira como Rafael vivenciava sua experiência em Boa Vista: apesar de estar integrado à sociedade local, em alguns momentos, ao frequentar determinados espaços, ainda se sentia como um visitante indesejado.

Segundo Coelho e Oliveira (2020, p. 1089), “o deslocamento das subjetividades das realidades mais imediatas [permite] abordar modalidades de se viver, reviver e antecipar o tempo.” Em síntese, ser migrante transcende qualquer classificação social teórica. Vai além de uma construção institucional — é um sentimento carregado de nostalgia, apreensão, medo, incerteza e uma grande determinação para superar os desafios mencionados pelos interlocutores e por tantos outros migrantes entrevistados.

Como analisam Coelho e Oliveira (2020),

entre as características da vida moderna, a noção da passagem do tempo se estabelece na consciência como uma sequência de acontecimentos ordenados a partir de uma realidade presente e dividida entre as experiências do passado e as expectativas do futuro. Implica processos subjetivos de revitalização do que foi e de projeção do que virá, num deslocamento afetivo descompassado com a ideia de tempo enquanto fluxo contínuo e regular da vida. Imagens desse descompasso figuram mediante dois

sentimentos inscritos no tempo: a nostalgia, revivescência do passado, e a esperança, desabrocho ao futuro”. (COELHO E OLIVEIRA, 2020. p. 189)

Essa percepção sobre a relação entre tempo e experiência migratória ganhou contornos concretos na observação direta em campo. Durante visitas prolongadas, conversas informais e entrevistas realizadas, ficou evidente como esses sentimentos se manifestavam no cotidiano. Os relatos emocionados revelavam estratégias para lidar com a saudade de casa, a adaptação a novos contextos e os esforços contínuos para garantir o sustento e o bem-estar da família.

Dentro dessa vivência, a nostalgia desempenha um papel significativo, indo além da memória afetiva e se expressando em práticas cotidianas. Muitos migrantes venezuelanos desenvolvem a atividade de feirante não apenas como fonte de renda, mas também como uma forma de reconectar-se com suas origens. Vender alimentos, preparar pratos típicos e compartilhar sabores torna-se um ato carregado de significado emocional, resgatando memórias e fortalecendo identidades.

Como afirmam Coelho e Oliveira (2020),

Nostalgia é o sentimento de perda inscrito no fluxo do tempo. A origem do termo se desmembra no grego *nostos*, no sentido de 'retorno ao lugar de origem, ao ponto inicial', e *algos*, que significa 'dor, tristeza' em relação ao ausente. Entre os gregos, nostalgia refere-se a um estado de perturbação ou inquietação característico daqueles que realizavam longas viagens e se viam tomados pela lembrança do que estava distante. Assim, nostalgia aparece como um sentimento voltado para o ponto inicial, baseado na vivência subjetiva da continuidade de um passado reativado pela memória e que persiste em vigor no presente. (COELHO E OLIVEIRA, 2020. p. 189)

A culinária, com seus temperos, aromas e os sons da língua espanhola, tornou-se um dos meios mais potentes para reduzir a distância emocional em relação aos familiares e amigos que permaneceram na Venezuela. O ato de cozinhar e vender alimentos não era apenas um mecanismo para garantir a subsistência — era também uma forma de reconstrução simbólica e afetiva.

A experiência migratória revelou-se multifacetada e vai além das conceituações teóricas. Ouvindo aqueles que vivenciam a migração, adentramos um território onde as histórias individuais revelam o verdadeiro significado de ser migrante. Thomson (2000, p. 342) destaca essa relevância ao afirmar que estudos “[...] que exploram as migrações que ocorreram na memória viva, e em que as experiências da migração e das comunidades étnicas são parte igualmente importantes da história”. São essas memórias das trajetórias dos migrantes que melhor conceituam o que significa ser migrante.

Dentro dessa realidade, ser migrante é um sentimento de dor profunda, pois abandonar uma vida repleta de comodidades, lazer e convivência familiar não foi nada fácil. Entretanto,

essa dor se converte em um impulso para trabalhar e garantir a Dessa maneira, ainda de forma desorganizada, os migrantes tentavam se organizar na Praça Simón Bolívar⁶, que se tornou um ponto de encontro e desencontro para aqueles que chegavam em busca da subsistência dos familiares que ficaram na Venezuela. A esperança de uma reunificação no futuro se torna a única anestesia para suportar a separação.

A relação entre tempo e emoções desempenha um papel fundamental nesse processo. Como afirmam Coelho e Oliveira (2020),

No centro do debate entre tempo e sentimentos, importa a consideração do modo de vida pelo qual as pessoas compreendem suas experiências à luz de suas possibilidades. Trata-se de tomar como objeto de investigação a experiência subjetiva do presente que repousa sobre as chances de realização daquilo que se deseja ou daquilo que pode acontecer, uma vez diante de um horizonte temporal, factível ou não. Por esse prisma, as emoções no tempo poderiam ser pensadas pelos limites entre o aqui-agora e o que está além, um horizonte que influencia profundamente o modo como experimentamos o mundo. (COELHO E OLIVEIRA, 2020. p. 189)

Essa perspectiva reforça a importância de compreender a migração não apenas como deslocamento geográfico, mas como um fenômeno marcado por vivências subjetivas, expectativas e incertezas. Nesse sentido, Márcia Oliveira (2016), citada por Fernández (2020), problematiza a abordagem predominante nos estudos sobre migração. Embora haja reflexões teóricas relevantes sobre o tema, muitos estudos priorizam aspectos estruturais, como economia e direito, negligenciando os migrantes como sujeitos desses processos socioculturais. Oliveira destaca o desafio de conectar teoria e realidade ao afirmar, "Nas teorias das migrações, é muito comum perceber determinado distanciamento entre a teoria e a realidade dos sujeitos teorizados" (OLIVEIRA, apud FERNÁNDEZ, 2020, p. 18).

Para evitar essa desconexão mencionada por Oliveira (apud Fernández, 2020), concentro-me na busca pela intersubjetividade, no encontro entre a subjetividade do pesquisador e dos interlocutores. O objetivo é conceder protagonismo às histórias dos migrantes e à interpretação de suas ações em primeira mão. Parafraseando Geertz (1989), buscamos compreender o significado de ser migrante a partir da perspectiva daqueles que vivem essa experiência, e não apenas por meio de categorias teóricas abstratas.

Desde sua saída da Venezuela até sua chegada a Boa Vista, as estruturas sociais condicionaram suas práticas e estratégias de inserção. No decorrer da experiência migratória, o conhecimento adquirido se transforma em recurso para outros migrantes, especialmente por

⁶ Antes desse estudo, a prefeitura estimava que 40 mil venezuelanos estavam na cidade. Nessa época, só a praça Simón Bolívar – que foi cercada com tapumes e desocupada em maio – tinha cerca de 1,2 mil venezuelanos acampados (G1 GLOBO, 2018)

meio das redes pessoais de solidariedade assistida (RPSA e REPSA), que viabilizam suporte e fortalecem os laços comunitários.

Essas práticas solidárias, fundamentadas em círculos de confiança e vínculos afetivos, caracterizaram parte dos migrantes venezuelanos acompanhados. Na Feira, compartilham experiências, memórias e sabores, formando uma rede de conexões que transcende fronteiras geográficas e culturais. Mais do que um espaço de comércio, a Feira se tornou um ambiente de troca simbólica e emocional, onde os laços comunitários são reforçados e reconfigurados.

Dessa maneira, a migração não se resume a um deslocamento territorial — ela representa uma vivência subjetiva, relacional e profundamente emocional. Ao analisar as práticas solidárias e as estratégias conjuntas construídas pelos interlocutores, torna-se evidente que eles não apenas se ajustaram à nova realidade, mas também a transformaram. Moldaram suas formas de ser e agir conforme as circunstâncias, os vínculos sociais e as redes informais que os sustentaram.

A escuta dos interlocutores revelou que a integração laboral em Boa Vista ocorreu de forma limitada por meio de políticas públicas, como algumas ações promovidas pelo SETRABES. No entanto, foi sobretudo pelas redes informais de apoio — como as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) — que os migrantes conseguiram viabilizar o trabalho, garantir a subsistência familiar e construir espaços de pertencimento. Essas formas de organização social, operando fora das estruturas institucionais, mostraram-se decisivas para sustentar trajetórias migrantes em contextos de vulnerabilidade.

A Feira, nesse contexto, não é apenas um ambiente comercial — é uma configuração intersubjetiva, onde a integração funcional se realiza por meio da troca de saberes, da confiança construída e da circulação de afetos.

É nesse território relacional que se inscreve o próximo capítulo, dedicado à Feira de Culinária Venezuelana em Boa Vista. Ali, práticas cotidianas como cozinhar, vender, conversar e compartilhar sabores revelam como os migrantes se apropriam do espaço urbano e constroem vínculos que sustentam sua permanência. A Feira torna-se, assim, um cenário privilegiado para observar a constituição das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e das redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), formas de organização social que operam fora das estruturas institucionais, mas que são fundamentais para a subsistência, o pertencimento e a agência dos sujeitos migrantes.

CAPÍTULO II-A FEIRA DE CULINÁRIA VENEZUELANA EM BOA VISTA-RORAIMA: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES PESSOAIS DE SOLIDARIEDADE ASSISTIDA (RPSA) E REDES PESSOAIS DE SOLIDARIEDADE ASSISTIDA (REPSA)

Este capítulo analisa a Feira de Culinária Venezuelana como um espaço de apropriação simbólica e construção de vínculos sociais entre migrantes em Boa Vista-Roraima. Ao observar as práticas cotidianas que emergem nesse território, busca-se compreender como se constituem as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), formas de organização social que operam fora das estruturas institucionais, mas que são fundamentais para a subsistência, o pertencimento e a agência dos sujeitos migrantes. Para compreender essa territorialidade relacional, é necessário recorrer à perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira sobre o papel do espaço na persistência étnica.

Tal como afirma Roberto Cardoso de Oliveira:

Estamos convencidos de que, para os grupos étnicos persistirem como tais, torna-se indispensável um território, um ‘setting’ que lhes assegure a atualização de formas de organização social ‘típicas’, a saber, consistentes com as particularidades estruturais do grupo étnico, mesmo — ou sobretudo — quando em processo de articulação étnica. (OLIVEIRA, 1976, p. 63)

A partir dessa formulação, observa-se que os migrantes venezuelanos em Boa Vista constroem espaços de sociabilidade que funcionam como territórios simbólicos, essenciais para a afirmação coletiva e a reconfiguração de práticas culturais em contexto urbano. Essa formação, contudo, não se dá por meio de uma mobilização explícita ou formal — como a organização consciente de um grupo étnico estruturado. Ao contrário, emerge de afetos e práticas compartilhadas no cotidiano: memórias de cidades natalinas, sabores familiares, sociabilidades esportivas e vínculos informais.

Esses elementos impulsionam a criação de espaços como a Feira de Culinária Venezuelana, os jogos de beisebol e os encontros nas maticas — lugares que funcionam como zonas de resistência simbólica, atualização identitária e reorganização social diante de processos dos processos de dominação que vivenciam. São ambientes em que se desenha uma territorialidade relacional e seletiva, sustentada por práticas de convivência e pertencimento que não dependem de formalização étnica, mas de experiências situadas, afetivas e compartilhadas. É nesse contexto que se estruturam as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), como formas de organização social não institucionalizadas, mas profundamente eficazes na mediação da vida migrante.

No contexto das relações interétnicas em Boa Vista, a presença dos migrantes venezuelanos revela um campo simbólico marcado por tensões, negociações e acomodações de significados coletivos. Esses significados — os chamados valores culturais — correspondem a princípios que orientam a forma como os indivíduos interpretam o mundo, agem, se relacionam e se identificam em grupo. Envolvem crenças sobre identidade, território, tradição, língua, trabalho e espiritualidade, além de normas sobre como viver em comunidade, formar família e lidar com o diferente. Tais elementos não são homogêneos nem fixos; pelo contrário, variam entre culturas e coexistem, sobretudo em espaços de “cultura de contato”, como propõe Cardoso de Oliveira.

Segundo o autor,

“no interior de uma determinada ‘cultura de contato’ que poderemos nos propor a buscar soluções para problemas de caráter geral, como o grau de sistematização e consistência entre diferentes valores que coexistem numa cultura, tanto quanto questões mais específicas como o padrão de coerência entre o sistema de valores (qualquer que seja o grau de integração ou consistência) e os mecanismos de identificação étnica” (OLIVEIRA, 1976, p. 21).

Essa formulação permite compreender que, em contextos urbanos marcados pelo deslocamento — como a Feira de Culinária Venezuelana — diferentes valores, como solidariedade seletiva, subsistência, trabalho coletivo e preservação linguística, são reinterpretados como formas de pertencimento e reconhecimento. Trata-se da emergência de uma cultura situada e estratégica, vivida no contato e constituída por meio de práticas e classificações sociais que orientam os modos de relação entre migrantes e brasileiros.

Conforme mencionado anteriormente, o espaço onde se realiza a pesquisa está situado no estacionamento do terminal rodoviário, fica ao lado de um abrigo e próximo a um centro de apoio da Operação Acolhida. Essa área é adjacente ao Hospital da Criança, conectado à maternidade temporária do estado, e à sede da Polícia Federal, onde centenas de migrantes são atendidos diariamente. Também integra esse setor o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), vinculado à Operação Acolhida, além de um segundo abrigo para migrantes. Essa região abrange os bairros 13 de Setembro e Pricumã, cortados pelas duas principais rodovias do estado: a BR-174 e a BR-401.

Esse cenário urbano, marcado por fluxos migratórios intensos e pela presença de instituições de acolhimento, configura-se como um espaço de intersecção entre políticas públicas, práticas informais de subsistência e dinâmicas de territorialização simbólica. A Feira, nesse sentido, não é apenas um espaço de comércio, mas um território relacional onde se atualizam valores, se constroem vínculos e se negociam identidades.

A imagem abaixo apresenta um recorte da Feira de Culinária Venezuelana, especificamente a barraca de Jonny, um dos interlocutores desta pesquisa. A fotografia foi registrada com sua autorização e representa apenas uma fração do que é a Feira como um todo. Embora limitada em enquadramento, revela aspectos importantes da organização espacial, da circulação de pessoas e da atmosfera relacional que caracteriza esse território. A figura 09, portanto, não pretende representar a totalidade da Feira, mas sim evidenciar a vivência situada de um dos feirantes, cuja trajetória foi acompanhada etnograficamente.

Figura 09: Feira culinária – Jonny, sua esposa e o pesquisador ao fundo



Foto: Acervo do pesquisador

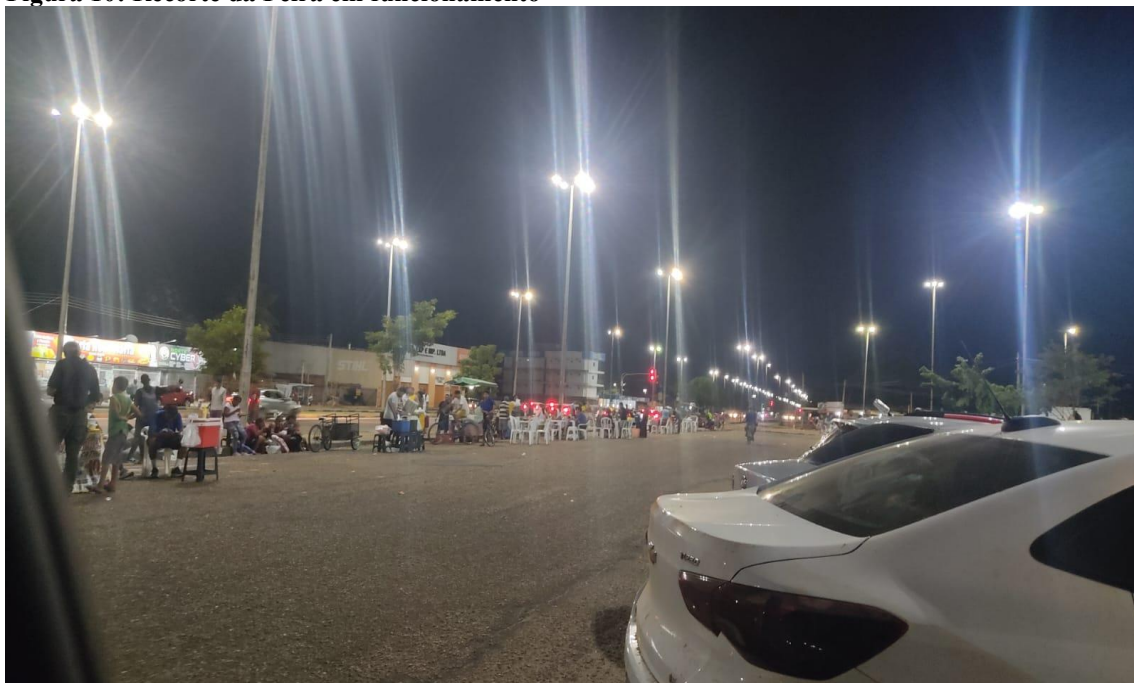
Cada barraca opera como um microcosmo social dentro da Feira, onde o aroma dos alimentos se mistura aos sons da música venezuelana, compondo um cenário sensorial e afetivo. Mais do que pontos de comércio, esses espaços funcionam como núcleos de interação e pertencimento, onde as relações pessoais emergem, se entrelaçam e se expandem. O fluxo contínuo dos corpos, o ritmo das trocas e os gestos cotidianos estruturam redes sociais dinâmicas, evidenciando a profundidade das interações e a função da Feira como espaço de produção de sociabilidade — dando origem às RPSA e REPSA.

A Feira é um componente central nas redes de acolhimento e apoio para muitos migrantes recém-chegados e não inseridos, funcionando como um território de conexão entre os migrantes e suas práticas culturais. Além disso, a RPSA se materializa dentro desse espaço,

fortalecendo vínculos e permitindo que os migrantes criem estratégias conjuntas de subsistência e integração social.

Dando início à análise espacial da Feira, destaco sua localização e funcionamento. O espaço opera diariamente das 17h às 23h, podendo se estender até meia-noite em algumas ocasiões. Sua organização é cuidadosamente planejada para não obstruir o fluxo veicular, com barracas e mesas estrategicamente dispostas ao longo do estacionamento. Essa disposição garante acessibilidade, facilita a circulação dos visitantes e comerciantes e mantém a visibilidade do Terminal Rodoviário, evitando possíveis conflitos com os administradores e com a prefeitura, tal como vemos na figura 10.

Figura 10: Recorte da Feira em funcionamento



Fonte: Acervo pessoal do pesquisador

A intensificação da migração venezuelana em Boa Vista evidenciou novos desafios e conflitos, frequentemente explorados por setores políticos que atribuem aos migrantes a responsabilidade pelas mazelas sociais da cidade—problemas que, na realidade, já existiam antes dessa mobilidade populacional de maneira acentuada. No entanto, os migrantes venezuelanos têm promovido uma dinâmica singular e inédita na cidade, inserindo elementos culturais nativos que influenciam a organização dos espaços urbanos.

Com a chegada desse contingente migratório, novos espaços contíguos emergem, onde os migrantes estabelecem negócios e oferecem sua força de trabalho em grupos, principalmente em esquinas e pontos estratégicos. Esses espaços não apenas refletem a presença dos recém-

chegados ou dos migrantes integrados e inseridos, mas também evidenciam dinâmicas de negociação e pertencimento em um contexto urbano em constante transformação.

Um desses espaços é a Feira de culinária, que se tornou um ambiente onde os migrantes compartilham refeições, experiências e momentos de recordação. Além disso, a Feira é um local onde se fortalecem relações pessoais de caráter solidário e assistido, fundamentais para a formação da RPSA. A partir dessas interações, são construídas redes pessoais, sociais e migratórias, que funcionam como mecanismos informais de acolhimento.

Ademais, esse espaço representa um importante processo de reelaboração das identidades migrantes, permitindo que os venezuelanos preservem aspectos de sua cultura e fortaleçam vínculos comunitários, apesar da distância de seu país de origem.

Para compreender melhor a dinâmica desses espaços de sociabilidade, utilizei a noção de “mancha” e “pedaço” proposta por José G. Magnani (1996). A pesquisa etnográfica concentrou-se na feira de culinária como uma mancha, na qual as barracas são os pedaços. Cada pedaço um ambiente onde os migrantes identificavam com facilidade aqueles que eram estranhos ao local. Essa abordagem permitiu também reconhecer-nos como pesquisadores à medida que iniciávamos nossas visitas a esses “pedaços”.

A Feira é um espaço de lazer onde migrantes solteiros, casais e famílias inteiras se reúnem, reforçando laços comunitários e culturais. Eles vêm de diferentes locais, como abrigos próximos, ruas adjacentes, praças onde diversos migrantes estão acampados e até mesmo regiões mais distantes da cidade. No final do dia, muitos venezuelanos que retornam de seus empregos passam pela Feira para se alimentar ou tomar um café.

O papel do café nesse contexto revelou-se especialmente significativo. A bebida, profundamente apreciada pelos migrantes, carregava um valor cultural: representava um momento de encontro, socialização e pertencimento. Diferente dos brasileiros, que geralmente bebem café em pequenas quantidades, os venezuelanos o serviam em copos quase cheios, reforçando a ideia de que o ato de beber café estava atrelado à experiência coletiva e ao compartilhamento. Por isso, surgiram inúmeras bancas especializadas, oferecendo exclusivamente café e cigarros, criando microespaços de sociabilidade dentro da Feira.

O "pedaço", para José G. C. Magnani (1996) é um espaço onde se tece a trama do cotidiano, envolvendo trocas de informações, pequenos serviços e inevitáveis conflitos. Nesse ambiente, são exercitadas as, “[...] regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade, o que é de suma importância para uma população cujo cotidiano não é marcado pelo pleno gozo dos direitos de cidadania” (MAGNANI, 1996, p. 13).

Esses espaços são vistos como "[...] intermediários entre o âmbito privado (casa) e o público" (MAGNANI, 1996, p. 13), onde as relações tendem a ser mais estáveis do que aquelas impostas formalmente pela sociedade. Os pedaços funcionam como locais de encontro que combinam elementos tradicionais e modernos. Como explica Magnani, "[...] quando o espaço (...) assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações, recebe o nome de 'pedaço'" (idem, ibidem, p. 13).

Os migrantes que frequentam esses espaços são assíduos visitantes, e aqueles que chegam pela primeira vez são rapidamente reconhecidos por sua forma de interação e maneira de solicitar comida. Essa identificação ocorre porque, em vez de simplesmente cumprimentar e pedir educadamente um prato de comida, os frequentadores estabelecem um vínculo mais pessoal com os feirantes, utilizando apelidos de carinho.

Jonny é chamado de "*Goldo*", precedido pela expressão "*Habla claro*"—uma forma enfática e expressiva de iniciar a conversa—seguida de um desejo de boa noite e, por fim, o pedido da refeição. Daniele e Rafael também possuem apelidos que reforçam a proximidade e os vínculos estabelecidos na Feira, mas opto por não identificar para garantir o anonimato solicitado por eles. Assim, dentro da feira, os feirantes não apenas exercem a função de comerciantes, mas também se tornam figuras centrais na rede de sociabilidade dos migrantes, fortalecendo laços de pertencimento e identidade dentro de cada pedaço.

Com base nas observações realizadas, compreendi as particularidades da construção das RPSA e REPSA, redes pessoais formadas na Feira. Nesse contexto, “pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que funcionam também como proteção” (Magnani, 1996, p. 13). A Feira constituía um espaço de formação de redes que extrapolavam a REPSA, pois, além de funcionar como ambiente de acolhimento temporário, as relações sociais ali estabelecidas conectavam migrantes tanto dentro quanto fora do Brasil.

Este ambiente é marcado pela inclusão e pela diversidade étnica e racial. Durante visitas frequentes, observei crianças, adultos e idosos compartilhando refeições e momentos de convívio. Os diálogos, que a princípio me pareciam acalorados, revelaram-se simplesmente uma característica da comunicação dos migrantes: falam alto e de forma expressiva, com entonações agudas. Os sorrisos e gargalhadas são parte das interações, evidenciando a importância da Feira como espaço de lazer e troca cultural.

Ao estudar a dinâmica urbana de Boa Vista, especialmente o Bairro 13 de Setembro e a mancha que corresponde à Feira de Culinária Venezuelana, baseei-me na ampliação do escopo analítico proposto por Magnani (2014), que investigou a interação entre o povo Sateré-Mawé e

suas aldeias urbanas. Utilizando a noção de circuito como ferramenta interpretativa, o autor buscou compreender os trajetos que conectam essas aldeias ao espaço urbano mais amplo. A adaptação desses termos antropológicos — inicialmente desenvolvidos no contexto paulistano — revelou-se fundamental para sua aplicação na realidade amazônica de Manaus e, por extensão, em Boa Vista.

Refletindo sobre essas adaptações, percebi que os migrantes venezuelanos em Boa Vista e os *Sateré-Mawé* em Manaus representam segmentos populacionais que constroem estratégias de subsistência por meio de trabalhos autônomos ou pouco remunerados, condicionados por suas realidades socioeconômicas. Ambos enfrentam estigmas que os colocam em desvantagem nas relações de poder, impactando diretamente suas tentativas de inserção social.

No entanto, os migrantes venezuelanos desenvolveram estratégias, por meio de suas relações pessoais e redes, para superar diversas situações de exclusão e obstáculos à sua integração ao mercado de trabalho. Assim, muitos conseguiram contornar estigmas e preconceitos direcionados, como é o caso de Nelson, conforme relata Ângelo (2021). Além disso, a Feira configura-se como parte de uma rede de acolhimento informal dentro do circuito dos migrantes venezuelanos.

Ao refletir sobre o papel dos migrantes na economia roraimense, tornou-se essencial considerar a adaptação dos conceitos de circuito e mancha às realidades locais. Magnani (2014) discute o circuito como uma rede de conexões entre espaços descontínuos, permitindo articular trajetos urbanos e relações sociais que não se limitam à proximidade física. Essa abordagem evita a fragmentação das experiências migrantes e contribui para uma leitura mais ampla das redes de apoio, como a REPSA, fundamentais para a integração social dos venezuelanos em Boa Vista.

Embora Boa Vista não tenha a dimensão das cidades de Manaus e São Paulo — onde Magnani desenvolveu suas pesquisas —, a cidade permite uma leitura relacional das práticas migrantes que extrapola o espaço físico da mancha urbana. Essas relações se expandem, como no caso de André, frequentador da Feira que residia em uma região distante. Em uma das visitas, ele conseguiu trabalho como ajudante de pedreiro em uma obra que duraria mais de um mês. Esse migrante havia chegado recentemente de Santa Catarina, sem recursos para retornar à Venezuela, pois, segundo ele, gastara todas as economias com passagens aéreas. Era conhecido de Rafael, que o recomendou para o trabalho.

Os migrantes venezuelanos transitam por diversos espaços da cidade, formando um circuito que conecta diferentes bairros, praças, feiras e pontos de encontro. Essa movimentação não apenas facilita sua integração social, mas também fortalece identidades de pertencimento

por meio de símbolos compartilhados. Magnani (2014) discute os pedaços como locais de reconhecimento mútuo entre desconhecidos, permitindo que essas interações se consolidem em redes sociais de apoio. No caso da Feira, embora ela funcione como mancha, abriga pedaços internos — como as bancas de Jonny, Daniele e Rafael — onde se constroem RPSA e REPSA.

Na mancha da Feira, o processo migratório se organiza por meio das redes sociais e dos espaços de sociabilidade que a compõem. Comparada às maticas — que possuem dimensões territoriais e sociais mais restritas —, a Feira apresenta maior alcance e diversidade de participantes, tornando-se um ponto de referência dentro do circuito migrante.

É essencial enfatizar que essa abordagem não busca generalizar ou homogeneizar as práticas dos migrantes, mas sim capturar a diversidade e complexidade dessas experiências dentro do processo migratório. A presença de pedaços, como as bancas mencionadas, evidencia como as relações pessoais se entrelaçam com estratégias de sobrevivência, afetos e trocas culturais.

Essa perspectiva teórica e etnográfica permitiu não apenas analisar as interações sociais dos migrantes, mas também compreender como suas práticas e estratégias de integração contribuíram para a dinâmica urbana e econômica de Boa Vista. A Feira — enquanto mancha — e os pedaços que a compõem tornaram-se elementos fundamentais de integração social, por meio da oferta de serviços, da circulação de saberes e da construção de vínculos.

Por fim, a etnografia das interações sociais na Feira possibilitou compreender e interpretar — em segunda mão, conforme propõe Geertz (1989) — a maneira como os migrantes se organizaram e se agenciaram diante das estruturas sociais às quais estavam submetidos. Ao mesmo tempo, em pleno 2025, demonstraram capacidade de transformar essas estruturas, evidenciando que não são sujeitos passivos. Ressalta-se que esta análise não buscou generalizar, homogeneizar ou universalizar as práticas dos diferentes grupos envolvidos nesse processo migratório da população venezuelana.

2.1 A Feira de Culinária Venezuelana como parte de um circuito

A presença dos migrantes venezuelanos em Boa Vista atualiza, no cotidiano urbano, insere-se num processo marcado pelo contato assimétrico entre grupos com formações socioculturais distintas, no qual se intensificam dinâmicas de exclusão, negociação e busca por reconhecimento. As relações entre migrantes — indígenas, mestiços e urbanos — e brasileiros locais revelam tensões latentes que se manifestam em práticas ambivalentes de acolhimento, estigmatização e solidariedade. Boa Vista, como cidade de fronteira, não opera apenas como

território de passagem, mas como espaço simbólico no qual se disputam sentidos de pertencimento, identidade e visibilidade social.

Nesse cenário, os marcadores étnicos são mobilizados estrategicamente pelos sujeitos, como resposta às situações de conflito e às demandas de afirmação identitária. A etnicidade dos migrantes, longe de se apresentar como categoria fixa, emerge de modo relacional a partir das experiências vividas nas fronteiras institucionais — como o acesso ao campo laboral, aos serviços públicos e às ações de ONGs — e nas interações cotidianas com os moradores locais. Assim, a identidade étnica pode ser intensificada por meio de autodeclarações específicas (como “sou indígena *pemón*, *Kariña*, *Warao*, etc.”) ou diluída em categorias genéricas e sociais (“migrante pobre”, “refugiado”). Dependendo dos enquadramentos sociais e das leituras contextuais feitas pelos interlocutores, os sujeitos negociam permanentemente os sentidos de sua presença e agência em meio às disputas por reconhecimento e dignidade. A etnicidade, nesse contexto, não é uma essência cultural, mas um recurso ideológico acionado em contextos conflitivos, como a Feira de Culinária Venezuelana.

Durante a pesquisa de campo, observei que a Feira se insere em um circuito migratório mais amplo, articulando diferentes espaços, práticas e relações sociais. A circulação entre abrigos, praças, centros de apoio, igrejas, mercados e feiras revela estratégias de mobilidade e pertencimento sustentadas por vínculos seletivos e pela construção de redes informais de suporte. A Feira não apenas representa um ponto de encontro, mas funciona como nó central de um circuito urbano, onde se negociam identidades, se constroem vínculos e se atualizam formas de resistência simbólica.

A partir da noção de circuito proposta por Magnani (2014), compreendi que os migrantes que frequentam e trabalham na Feira estão inseridos em um conjunto articulado de espaços, pessoas e interações que ultrapassam as fronteiras físicas e simbólicas de cada local específico. As interações dos migrantes se manifestam em múltiplas dimensões — na compra de alimentos, na frequência escolar dos filhos, na busca por trabalho, no acesso à saúde — compondo trajetos que conectam o Bairro 13 de Setembro a outras zonas da cidade. A Feira, nesse sentido, não pode ser analisada isoladamente, mas como parte de uma rede urbana de sociabilidade e subsistência.

Nas proximidades da Rodoviária Internacional de Boa Vista, onde ocorre a Feira, observa-se a presença massiva de migrantes venezuelanos e sua interação com outros espaços que compõem um circuito. Entre eles, destacam-se os abrigos da Operação Acolhida, igrejas, a sede da Polícia Federal, postos de saúde, barbearias, mercados, boates, bares e até um espaço

de recreação com piscina — todos gerenciados por venezuelanos e frequentados quase exclusivamente por eles.

A Feira de Culinária Venezuelana emerge como um componente essencial dentro do circuito migratório urbano, caracterizando-se como um espaço que congrega migrantes oriundos de diversas regiões da Venezuela. Embora predominantemente frequentada por venezuelanos, alguns brasileiros também visitam o local, ainda que em menor número. Dentro dessa mancha, os pedaços se distinguem por suas preferências alimentares específicas, refletindo a formação de identidades entre seus frequentadores. Durante as interações — seja nas mesas de refeição ou enquanto aguardam atendimento — criam-se conexões entre vendedores e clientes, bem como entre os próprios migrantes.

Neste sentido Pollak (1992) afirma,

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POPLAK, 1992. p. 6)

A partir da sétima visita à Feira, observei essa dinâmica mais de perto, dedicando mais tempo aos interlocutores e até mesmo sendo convidado a produzir um vídeo sobre o local. Segundo alguns feirantes, o vídeo servirá como registro significativo da história venezuelana. Durante uma conversa, perguntei se a Feira era exclusivamente de comida venezuelana. Jonny respondeu que seu nome faz alusão a uma rua de sua cidade natal, conhecida como *"La Calle del Hambre"*. Essa expressão não indica escassez de alimentos, mas sim o fato de que, ao sentir os aromas da culinária venezuelana, o apetite desperta intensamente, proporcionando uma experiência sensorial única. Em tradução livre para o português brasileiro, a ideia se aproxima da expressão *"vontade de matar a fome"*.

Esse espaço estabelece uma conexão emocional com o país de origem dos migrantes. A língua falada, os aromas dos pratos e a maneira como a comida é servida criam uma atmosfera de familiaridade. Os temperos característicos da culinária venezuelana contrastam com os de outras comidas populares na Feira, como espetinhos e pastéis brasileiros, evocando memórias e afetos. Durante minha estadia na Venezuela, chamava atenção o tamanho generoso dos pratos — aspecto que se atualiza na Feira.

A abordagem etnográfica revela que a Feira não se limita a um espaço comercial; trata-se de um território de sociabilidade, onde relações significativas se estabelecem, preservando e recriando elementos da cultura venezuelana dentro do contexto urbano de Boa Vista. Os pratos servidos são marcados pela generosidade — uma única porção, como o arroz chino a R\$ 5,00, é suficiente para duas pessoas. Enquanto alguns clientes brasileiros pedem porções menores, os migrantes aceitam com satisfação a fartura, complementando a refeição com maionese caseira e suco artificial fornecido como cortesia.

Os cachorros-quentes, ou "*perros calientes*", apresentam um sabor distinto dos tradicionais vendidos em Boa Vista, sendo elogiados por todos que os experimentam pela primeira vez. Destacam-se pela generosa quantidade de queijo ralado, assim como as *arepas*, sempre bem recheadas — uma característica recorrente em todos os pratos oferecidos na Feira. Por outro lado, os pratos brasileiros vendidos no local seguem o padrão de porção comum da cidade.

A Feira, enquanto parte de um circuito, se insere no termo proposto por Magnani (2014, p. 10), segundo o qual os circuitos são espaços de sociabilidade não contíguos, neste caso constituídos pelos percursos dos migrantes venezuelano e pela sua experiência no processo migratório ao longo dos últimos oito anos. Essas redes, marcadas pela circulação dos migrantes, delineiam trajetórias que conectam diferentes locais.

Nesse contexto, Magnani (2014) esclarece que os migrantes "[...] se conectam, fazem escolhas, exibem e exercitam suas diferenças nos 'pedaços', ampliam o leque de contato nas 'manchas' e, em seus deslocamentos pela cidade, configuram o 'circuito'" (MAGNANI, 2014, p. 7).

Esse leque de contato — entendido aqui como capital social — é um dos principais fatores que viabilizam a formação de REPSA e redes pessoais, pois serve como base para integrar migrantes no campo laboral e em outras esferas da vida urbana.

Ainda no que tange a noção de circuito de Magnani (2014, p. 8) argumenta que o "[...] circuito e trajeto permitiram romper com a ideia corrente de 'índios na cidade', ou 'índios urbanos', pois na verdade eles estão o tempo todo circulando entre diferentes pontos nos domínios tidos como unidades discretas – cidade, floresta, rio". Assim, os indígenas também são migrantes no contexto urbano, e, de alguma maneira, suas interações transformam as estruturas sociais da cidade.

Seguindo essa perspectiva, compreendo que os venezuelanos vivem uma mobilidade constante, que se manifesta dentro de suas próprias fronteiras sociais, mas também além das barreiras físicas da cidade de Boa Vista. Aqui, a noção de fronteira é adotada no sentido

relacional, referindo-se às interações sociais que delimitam espaços de pertencimento dentro do circuito migratório.

A Feira de Culinária Venezuelana integra um circuito que funciona como ponto central de pertencimento e construção identitária no Bairro 13 de Setembro. Nesse espaço, os migrantes negociam sua inserção na nova realidade. Além da Feira, outros espaços também compõem esse circuito, incluindo comércios diversos, instituições formais, centros de acolhimento, serviços públicos e burocracias migratórias. Nesses locais, os migrantes desenvolvem disposições para lidar com processos burocráticos e enfrentar barreiras de acesso a direitos fundamentais, como saúde e educação.

Ao mesmo tempo, constroem redes informais de apoio que desempenham papel essencial na facilitação da integração social, fortalecendo vínculos por meio das relações pessoais estabelecidas ao longo do percurso migratório.

Fora da Feira, migrantes venezuelanos com quem conversei ao longo das visitas mencionaram o jogo de beisebol no Bairro Jockey Clube, localizado a pouco mais de cinco quilômetros da Feira. A distância pode parecer pequena, mas a dimensão da cidade é significativa, especialmente em comparação com centros urbanos maiores como Manaus.

Esse espaço, onde ocorre o jogo aos domingos, reúne mais de uma centena de migrantes, criando um ambiente de interação e disputa. No entanto, segundo um dos interlocutores, não apenas a rivalidade esportiva está presente, mas também conflitos nas relações pessoais. Ele comenta que algumas pessoas se consideram superiores e tentam impor suas vontades aos demais.

Curiosamente, antes de focar a pesquisa na Feira, mapeei esse espaço em cinco visitas e consegui estabelecer vínculos com um dos seus representantes, além de ambulantes venezuelanos e alguns esportistas. Desde o início, tive a impressão de que esse ambiente funcionava como um campo, no sentido de Bourdieu (1989): um espaço de disputas sociais, onde os agentes competem por reconhecimento, prestígio e legitimidade.

Essa conversa ocorreu enquanto compartilhávamos uma refeição na Feira — eu degustando arroz chino com frango frito, e meu interlocutor com porco guisado. Antes de nos despedirmos, ele comentou que morava no Bairro Asa Branca, próximo ao local do jogo no Jockey Clube, e que frequentava a Feira uma ou duas vezes por semana, exceto aos domingos, dia de jogos.

Ele também relatou que, em seu bairro, há poucos venezuelanos vendendo comida de rua ou administrando restaurantes típicos. Sua trajetória diária é limitada a espaços como o

trabalho em uma padaria, sua residência, a escola da filha e o supermercado, evidenciando diferenças na mobilidade e na ocupação dos espaços urbanos.

2.2- A apropriação e configuração espacial da Feira de Culinária Venezuelana

Este item explora as configurações espaciais e sociais da Feira, com ênfase nas fronteiras compreendidas como interações sociais, para compreender sua apropriação e dinâmica. A apropriação, aqui considerada como o uso temporário e coletivo do espaço, evidencia diferenças culturais entre migrantes venezuelanos e alguns moradores da cidade que frequentam a Feira, refletidas no cotidiano desse território. Tanto os migrantes quanto os visitantes locais percebem essas diferenças no modo de se expressar, na culinária e nas práticas de consumo, reforçando as fronteiras culturais que delimitam o espaço investigado.

Por exemplo, quando um visitante brasileiro solicita farinha para colocar no macarrão com frango, nota-se distinções na língua, na forma de se comunicar, na vestimenta e na maneira de se alimentar. Esses aspectos marcam as trocas culturais e sociais vivenciadas na Feira, evidenciando que o espaço não é homogêneo, mas atravessado por múltiplas formas de pertencimento e negociação.

Na área urbana de Boa Vista, a migração evidencia fronteiras sociais que impregnam os movimentos identitários dos migrantes venezuelanos. A fronteira, segundo Cardin e Albuquerque (2018, p. 119), é um espaço construído a partir de “múltiplas relações de trânsito e pertencimento”. Neste estudo, compreendo a fronteira como um conjunto de interações que diferenciam os migrantes entre si — recém-chegados e estabelecidos — e em relação aos demais habitantes da cidade.

Para Priscila Faulhaber (2001, p. 105), em seu artigo sobre fronteiras na antropologia social, a cultura de fronteira e a linha de fronteira representam dimensões distintas, mas interligadas. A cultura de fronteira refere-se às interações sociais voltadas para a construção de identidades, relações de poder e outros aspectos. Esse termo transcende limites físicos, abrangendo pessoas, línguas, histórias, formas de relacionamento e práticas culturais, como a culinária.

Por outro lado, o termo "linha de fronteira" designa um limite geográfico, que nem sempre separa dois estados-nação, como ocorre na fronteira entre Brasil e Venezuela. Além disso, essas delimitações geográficas podem se manifestar internamente dentro de um país, como se observa nas dinâmicas sociais do Bairro 13 de Setembro, em Boa Vista. As "manchas" formadas pelas interações e relações entre migrantes venezuelanos configuram espaços de sociabilidade, onde as fronteiras sociais são constantemente negociadas.

A Feira de Culinária Venezuelana pode ser vista como uma fronteira geográfica móvel e temporária, pois marca a interação entre moradores de Boa Vista e migrantes venezuelanos, bem como entre os próprios venezuelanos. Neste estudo, compreendemos a fronteira segundo a perspectiva de Faulhaber (2001, p. 117-118), como um "[...] lugar de procedência (...) um lugar social vivido e redimensionado em seus aspectos imaginários e metafóricos pelos que nela vivem e travam interações baseadas na cidadania, na nacionalidade e na pertinência a uma comunidade local".

Em estudo mais recente sobre a migração venezuelana, Simone Tavares (2022) retoma essa abordagem para fundamentar sua interpretação das fronteiras no contexto migratório. Para Tavares, Faulhaber e este estudo, as fronteiras são concebidas como relações sociais, no âmbito da antropologia.

Reconheço que, dependendo do campo científico, a noção de fronteira pode assumir significados distintos. Como enfatiza Tavares (2022, p. 145), "[...] as fronteiras não podem ser consideradas meros limites espaciais, mas zonas de confrontos, interações e de misturas culturais e sociais."

Essa perspectiva evidencia que as fronteiras vão além dos limites territoriais; elas possibilitaram compreender os significados atribuídos pelos migrantes às suas ações dentro da Feira, como explica Tavares (2022, p. 145), "O termo tem sido empregado em vários sentidos, que vão desde o limite entre dois países até em sentidos simbólicos, como: fronteira social, fronteira cultural, fronteira linguística, dentre outras".

Em sua tese de doutorado, Simone Tavares (2022) também analisa as fronteiras como instrumentos de relações de poder, evidenciando que a criminalização dos migrantes ocorre em diversos contextos. Segundo a autora, "[...] contextos e a criação de barreiras, inclusive físicas (...) por outro lado, o discurso de vitimização dos imigrantes pode ser também uma forma de limitar o seu poder de organização e de participação na nova sociedade" (TAVARES, 2022, p. 116).

Em Boa Vista, os abrigos da Operação Acolhida funcionam como barreiras físicas e simbolizam formas de segregação, que reforçam a estigmatização social, especialmente em relação aos migrantes. Frequentemente considerados uma ameaça à estabilidade econômica local, os migrantes são acusados de reduzir salários, ocupar vagas educacionais e aumentar a pressão sobre os serviços públicos — preocupações manifestadas por parte da população.

Dessa forma, o processo de inserção social dos migrantes torna-se mais lento, dificultando a construção de redes de apoio e oportunidades econômicas. Neste contexto,

Tavares (2022) conceitua as fronteiras como "[...] espaços organizados em esfera de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados por aqueles que os definem, pelo menos parcialmente, como inclusivos e excludentes" (TAVARES, 2022, p. 148).

Um dos elementos que pode reforçar a exclusão social é a língua, especialmente quando sua não fluência dificulta a comunicação no cotidiano. Isso se manifesta no caso dos migrantes venezuelanos, que encontram barreiras linguísticas na interação com os moradores da cidade. Como aponta Tavares (2022, p. 156), "[...] a fronteira linguística no início foi um grande entrave para as duas famílias". Aqui ela refere-se as famílias que fizeram parte de sua pesquisa.

Aprender a língua do país de acolhimento é um fator essencial para a inserção social, pois a comunicação impacta diversas áreas da vida dos migrantes, incluindo trabalho, educação e acesso a serviços essenciais. Como ressaltam Santos et al. (2015, p. 50):

Aprender a língua do outro é um pré-requisito para a inserção na sociedade, não há como pensar inserção social separadamente da língua. Assim, entendemos o quanto é importante para um imigrante a aquisição da língua que, dentre seus sonhos e planos, individuais ou coletivos, ele necessita de um emprego, expressar-se, ser atendido nas mais diversas situações do dia a dia.

Nesse sentido, a RPSA e a REPSA emergem como elementos fundamentais no processo de integração social dos migrantes, tanto em Boa Vista quanto em Manaus. Aqueles que já estão estabelecidos compreendem a importância de interpretar corretamente gestos e comportamentos, evitando conflitos. Como sugere Clifford Geertz (1989), é essencial discernir entre uma piscadela amigável e um tique nervoso mal interpretado, pois equívocos na comunicação podem gerar tensões entre migrantes recém-chegados e brasileiros.

Ângelo (2021, p. 75) narra um acontecimento que exemplifica as dificuldades de comunicação entre migrantes venezuelanos e brasileiros, destacando o conflito gerado pela má interpretação das palavras "espalhar" e "nivelar". Ele descreve:

Na roda de conversa Luís narrou a odisseia que foi a construir uma fossa asséptica, logo os dois rapazes que costumam chegar cedo foram chamados, um cliente perguntou quanto cobrariam para espalhar 10 carradas de barro no terreno que fica bem em frente à *Sede*, logo ouvimos Luís sendo chamado para falar com o cliente, demorou pouco o cliente saiu dizendo, “Está doido!”

Perguntamos ao Luís o que aconteceu, ele disse que o serviço demandaria muito trabalho, no mínimo dois dias e uns 4 trabalhadores. Pediu R\$1.000,00 momento em que foi chamado de doido e que faria até pelos R\$800,00, mas o cliente sequer quis ouvir e foi embora. Uma hora depois esse mesmo cliente chegou com 3 migrantes venezuelanos e suas enxadas para fazerem o serviço, não eram de nenhum espaço que conhecemos.

Demorou pouco ele saiu, nesse momento os migrantes contratados por ele começaram a se desentender, a briga era pelo tamanho do serviço e pela quantia que iriam receber, para saber mais sobre isso, a os dois rapazes que foram convocados na *Sede*, atravessaram a rua e foram até eles, ao voltarem lógico todos perguntaram quanto eles cobraram e, se foi empreita ou diárias. O rapaz respondeu, são “*cara e locos*”, que disseram ter cobrado R\$700, 00 e era por empreita. Logo aparece o contratante com

refrigerante e bolo os chama lancham e depois eles continuam espalhando o barro, Luís disse, é diária, do contrário o rapaz não estaria lhes acompanhando”, ficamos curiosos e voltamos à *Sede*, quando ninguém mais estava isso, por volta das 16h, os “*cara e locos*”, não estavam mais no serviço e o barro estava espalhado.

Nesse momento, compreendemos que existe falha na comunicação entre os migrantes, não somente da *Sede*, também da *Matica* e do *Puesto el Índio*, a partir dos relatos nas rodas de conversas da qual participamos e outras vezes das experiências que nos narravam. No caso dos *caras e loco*, o cliente solicitou o serviço para espalhar o barro e não nivelar como os migrantes da *Sede* entenderam, ainda mais eles nos disseram que duas semanas atrás fizeram um serviço de nivelamento bem do lado do terreno para qual foram chamados cobraram R\$1.200, 00 foi realizado por 4 migrantes em três dias ficando R\$100,00 a diária para cada.

Espalhar e não nivelar, foi isto que criou um pequeno conflito na primeira tentativa para contratar serviços dos migrantes na *Sede*. (ÂNGELO, 2021. p. 75)

Esses conflitos evidenciam como códigos de comunicação vão além da linguagem falada, variando entre países, regiões e contextos específicos. Expressões como "se faz de doido que o pau te acha" podem ser interpretadas de maneiras distintas, dependendo do tom e do contexto em que são utilizadas, reforçando a importância de compreender as nuances culturais e linguísticas nas interações entre migrantes e moradores locais. Como veremos a seguir.

Durante as viagens entre Boa Vista e Manaus para aulas de doutorado ao longo de 2022, pude testemunhar um diálogo casual entre um migrante venezuelano com pouco domínio do português e outro que já se comunicava fluentemente. Em uma pausa para um lanche em uma das barracas mais antigas e conhecidas do centro da cidade, famosa por seus hambúrgueres artesanais com filé, observei a preparação dos alimentos enquanto aguardava meu pedido.

Ao lado da barraca, onde havia uma mesa com quatro bancos sob um guarda-sol, presenciei uma interação entre um migrante venezuelano e o vendedor. Eles discutiam sobre o troco entregue, que o migrante afirmava não se lembrar. A conversa prosseguia até que outro migrante interferiu, explicando que o dinheiro já havia sido guardado no bolso. Após esclarecimentos e desculpas mútuas, o vendedor citou um ditado popular mencionado anteriormente

Após esclarecimentos e desculpas mútuas, o vendedor citou um ditado popular mencionado anteriormente. O migrante já estabelecido na sociedade local sorriu e respondeu com um tranquilo ‘de boa’, enquanto o recém-chegado, confuso, temeu que o mal-entendido resultasse em uma confrontação física. Seu companheiro rapidamente o tranquilizou e o levou até uma motocicleta próxima, explicando que se tratava apenas de uma expressão idiomática.

Para um estrangeiro não familiarizado com o idioma local, expressões como essa podem ser facilmente mal interpretadas, aumentando o risco de conflitos. Em uma sociedade onde os migrantes muitas vezes são vistos com desconfiança, nuances culturais podem inadvertidamente levar a preconceito e discriminação.

Situações como essa podem ser evitadas quando o recém-chegado é acompanhado por alguém estabelecido há mais tempo, alguém que adaptou sua forma de interagir e comunicar-se, desempenhando um papel essencial como mediador. Essa presença é crucial para garantir que o migrante não apenas mantenha seus direitos, mas também cumpra suas responsabilidades perante a sociedade receptora.

Assim, a existência de vínculos pessoais que transcendam a solidariedade meramente assistencial é fundamental. A RPSA e a REPSA se destacam como formas significativas de relação social nos processos migratórios, especialmente na integração dos migrantes em novos contextos urbanos.

Em suma, as fronteiras são relações sociais multifacetadas, particularmente nos estudos migratórios. Ao analisar as experiências e trajetórias dos migrantes venezuelanos, identifiquei a língua como uma das principais barreiras. Neste contexto, Simone Tavares (2022, p. 156) afirma que:

No processo migratório, fronteiras simbólicas acompanham o imigrante em sua travessia e, para que suas vidas sejam marcadas pelo protagonismo e não apenas pela exploração e discriminação, esses imigrantes muitas vezes não veem outra alternativa senão a resistência e a luta diária diante das adversidades enfrentadas neste processo de transformação, sendo necessário ressignificar suas existências. Os desafios serão inúmeros; o caminho percorrido estará repleto de obstáculos, tanto na regularização no país acolhedor quanto na inserção social e laboral nesta nova sociedade (TAVARES, 2022, p. 176)

Diante desse cenário de enfrentamento cotidiano e ressignificação existencial, torna-se fundamental reconhecer os espaços onde essa resistência se materializa de forma concreta. É nos territórios vividos, nos gestos cotidianos e nas práticas culturais que os migrantes venezuelanos exercem sua agência, transformando adversidade em afirmação. A partir dessa perspectiva, é possível compreender como determinados espaços urbanos — como a Feira de Culinária Venezuelana — deixam de ser apenas locais de subsistência e passam a representar verdadeiros núcleos de reconstrução identitária e pertencimento.

Neste sentido, a Feira de Culinária Venezuelana pode ser compreendida como um espaço de resistência e afirmação cultural. Cada prato servido nesse ambiente reflete a identidade reelaborada dos migrantes venezuelanos, ao combinar especiarias tradicionais com ingredientes característicos da culinária local. Essa fusão gastronômica não apenas evidencia a continuidade das práticas culturais, mas também revela um processo dinâmico de transformação e negociação identitária contínua.

Por meio da culinária, os migrantes constroem sua própria narrativa cultural, promovendo suas origens, história e costumes. Além de expor e celebrar sua cultura, esses

espaços tornam-se instrumentos de reconhecimento, nos quais os migrantes lutam contra a estigmatização e buscam visibilidade e inserção na sociedade receptora.

A apropriação desse espaço ocorre, em grande parte, devido à sua proximidade com instituições ligadas à migração, educação, saúde e comércio, bem como à residência do fundador da Feira. Além disso, a Feira configura-se como um ponto de intenso trânsito de migrantes, especialmente nos horários em que muitos retornam aos abrigos ou às suas residências no bairro.

O fundador da Feira, Jonny, explicou que a escolha do local se deu por representar uma intersecção das trajetórias de muitos migrantes. Morador do bairro, sua residência fica próxima à Feira, o que facilita o transporte de mesas e alimentos em triciclo. Uma das características marcantes é a preocupação com a limpeza — tanto do espaço quanto dos utensílios utilizados para servir pratos e bebidas. Observei essa prática em todas as visitas realizadas entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024.

Em 2025, essa dinâmica persiste e, como mencionado anteriormente neste estudo, Jonny adquiriu um carro e ampliou seu cardápio. A compra do veículo já era um objetivo, mas foi acelerada após um acidente envolvendo uma de suas filhas, que, ao retornar no triciclo da Feira, foi atingida por um veículo, ficando impossibilitada de trabalhar ao lado do pai por quase duas semanas.

Com base em minhas observações e na confiança mútua estabelecida entre pesquisador e interlocutores, pude perceber que a Feira de Culinária Venezuelana se apresenta como um território democrático, multicultural e multirracial. Aqui, as fronteiras culturais não são rigidamente delineadas, e elementos como a comida, a língua e o gingado venezuelano ganham novas expressões ao se relacionarem com o modo de vida local.

Ser venezuelano em território brasileiro significa adotar práticas de solidariedade e seletividade, incorporando falas e temperos sem se desconectar das raízes culturais. Essas transformações, ainda que sutis, são pouco perceptíveis para os que vivem essa realidade, mas tornam-se evidentes para aqueles que a interpretam a partir da observação etnográfica.

2.3- Democracia Étnica e Multirracial nos Pedacos da Feira-Mancha

Este item aborda a coesão social observada entre migrantes venezuelanos na Feira de Culinária Venezuelana, destacando as relações colaborativas entre os frequentadores. A convivência nesse espaço revela uma dinâmica marcada por respeito mútuo, trocas culturais e solidariedade seletiva, configurando o que pode ser interpretado como uma forma de

democracia étnica e multirracial vivida no cotidiano. Embora as diferenças regionais e étnicas estejam presentes, elas não operam como barreiras, mas como elementos que enriquecem a experiência coletiva dos migrantes.

Durante uma das conversas realizadas na Feira, Jonny compartilhou que os venezuelanos se reconhecem inicialmente como compatriotas, mas logo distinguem sua origem regional e, em seguida, sua etnia. Ele se identifica como indígena *Kariña* e mencionou que os *Warao* e *Pemón* também frequentam o espaço, criando um ambiente de convivência e trocas culturais. Essa dinâmica revela que, embora haja diversidade étnica entre os migrantes, o vínculo nacional e a experiência compartilhada de deslocamento tendem a prevalecer como base para a construção de pertencimento.

Roberto Cardoso de Oliveira (2000), ao discutir os processos identitários em contextos migratórios, destaca como a identidade étnica pode ser construída a partir de relações conflituosas, especialmente quando os sujeitos se inserem em sociedades estruturalmente segmentadas por categorias étnicas e raciais. Ao comentar os estudos de Gustavo Lins Ribeiro (1998a, 1998b, 1998c) sobre imigrantes brasileiros em San Francisco, Califórnia, Cardoso de Oliveira observa que o processo de etnização torna-se evidente: as identidades regionais brasileiras — como goiano, mineiro, paulista ou carioca —, significativas dentro da comunidade imigrante, são frequentemente englobadas pela sociedade anfitriã na categoria genérica de “hispanicos”.

Nesse caso, “hispanico” não é uma nacionalidade, mas uma etnia socialmente construída, o que revela a sujeição dos processos identitários a um sistema social que classifica os indivíduos segundo marcadores étnicos e raciais. “Há, portanto, o que se pode reconhecer como a sujeição dos processos identitários a um sistema social estruturalmente segmentado em etnias (ou, mesmo, grupos raciais).” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 9)

Essa análise permite compreender como, em contextos de migração e fronteira, as identidades não são apenas expressões de origem ou cultura, mas também produtos das relações sociais e das classificações impostas pela sociedade receptora. A etnicidade, nesse sentido, emerge como um campo relacional, onde os sujeitos são posicionados e se posicionam em função das leituras sociais que os cercam. Entende-se assim como migrantes — como os venezuelanos em Boa Vista — podem ser etnizados não apenas como “venezuelanos”, mas como “migrantes pobres”, “estrangeiros” ou “culpados” pelas mazelas locais, revelando um processo de construção identitária marcado por fricção interétnica e disputas simbólicas.

No entanto, entre os próprios migrantes venezuelanos, a etnicidade não opera como mecanismo de exclusão. Na minha concepção — construída a partir das observações de campo

— os grupos humanos pertencentes à Venezuela não utilizam as diferenças étnicas como instrumento de poder ou dominação interna. Ao contrário de contextos marcados por conflitos étnicos intensos, como os que envolvem práticas de limpeza étnica, os migrantes tendem a se identificar primeiramente como venezuelanos e, posteriormente, como *Warao*, *Kariña*, *Pemón* ou *criollos*.

Quanto à miscigenação na Venezuela, Jonny descreve a formação racial do país. Existem os *criollos*, resultado da mistura entre negros e brancos, e os mestiços, fruto da união de indígenas com brancos, *criollos* ou negros. Ele se considera mestiço, filho de um negro com uma indígena, e arrisca algumas palavras no dialeto *kariña*. Além disso, Jonny nos conta sobre os *Warao*, são uma maioria em Boa Vista, que possui um abrigo exclusivo. Esse grupo desfruta de regalias, como a possibilidade de cozinhar e até mesmo um mercado dentro do abrigo. Surpreendentemente, não há ressentimento por essa diferenciação; eles são assíduos frequentadores da Feira de culinária.

Um dos principais valores humanos que permeiam a Feira é o respeito. Independentemente de credo ou cor, os migrantes sentem esse respeito mútuo, reforçado pela experiência de estar longe de casa, em um país estrangeiro. Durante as cinco visitas realizadas em novembro de 2024, permaneci, em média, três horas em cada ocasião. Nas últimas duas visitas, acompanhei toda a movimentação desde o início até o encerramento da Feira, que funciona das 5h30 até aproximadamente 23h30. Essa prática segue presente na continuidade da pesquisa, como ainda ocorre em março de 2025.

Durante essas interações, não presenciei nenhum episódio de desrespeito entre feirantes e clientes. Pelo contrário, as trocas eram sempre marcadas por cumprimentos cordiais como “boa noite”, “por favor”, “com licença”, “muito obrigado” e “tudo bem”. Mesmo diante de situações que poderiam gerar impaciência, como eventuais demoras no atendimento, os clientes permaneciam calmos e compreensivos. Um exemplo significativo foi quando a mangueira do fogão de Jonny rasgou na junção da entrada. Fomos até sua casa buscar outra mangueira, mas, ao retornarmos, sua companheira já havia resolvido o problema ao reduzir o tamanho da mangueira e remover a parte danificada.

Esses acontecimentos provocaram atrasos na entrega dos alimentos, resultando na formação de uma fila com cerca de vinte pessoas. Com o passar do tempo, a fila gradualmente se transformou em rodas de conversa, nas quais os migrantes, enquanto aguardavam as *arepas* e *empanadas* recheadas com carne, presunto, frango e carne desfiada, passavam o tempo interagindo descontraidamente.

As conversas fluíam de maneira espontânea e natural, revelando o caráter relacional daquelas interações. Perguntas como "De qual região você é?", "Como está o trabalho?" e "E a família?" surgiam com frequência, funcionando como pequenas pontes que conectavam diferentes trajetórias e experiências.

Nesse dia específico, permaneci próximo ao fogão onde os alimentos são fritos. Normalmente, fico do lado oposto, ao lado de Jonny, onde há três mesas com diversas comidas e um garrafão de suco disponível para todos, inclusive para quem não compra alimentos na banca dele.

Casos similares também ocorrem em situações como a de Rafael, quando o carvão molhou em um dia de chuva e os clientes se reuniram em rodas de conversa, ao invés de formar uma fila, para aguardar os alimentos. Ou como no episódio em que acabou a massa dos pastéis de Daniele e ela teve que enviar o esposo rapidamente ao supermercado próximo, enquanto permanecia na banca. Nessas ocasiões, observamos gestos de solidariedade, como quando alguém compra um prato para quatro pessoas e os clientes se oferecem para complementar o valor ou até pagar integralmente, especialmente quando há crianças envolvidas.

Retomamos aqui o conceito de fronteira para compreender por que a Feira de Culinária Venezuelana pode ser considerada um espaço de democracia étnica e multirracial. Nessa perspectiva, as fronteiras são entendidas como interações sociais, especialmente nos pedaços descritos por Magnani (2014), onde se estabelecem vínculos, trocas e formas de reconhecimento.

Concordamos com Cardin & Albuquerque (2018) ao afirmar que a fronteira é um espaço intercultural marcado pela produção de identidades, alteridades, estereótipos e formas de discriminação. Esses espaços estão carregados de memórias e sentimentos, refletindo as interações vividas entre os migrantes.

No caso da Feira, observamos que a fronteira interna está restrita às bancas entre os feirantes, sem nenhum tipo de distinção racial ou étnica. Assim, o termo fronteira nos ajudou a entender como ocorreu o processo de apropriação e configuração social e espacial da Feira de Culinária Venezuelana.

A apropriação do espaço aconteceu da seguinte maneira: Jonny e sua esposa, após serem orientados a não vender mais na porta do Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG)—parte da Operação Acolhida—, procuraram outro local para comercializar seus produtos. Cerca de trezentos metros dali, encontraram um dos estacionamentos do terminal rodoviário da cidade.

Esse terminal foi o primeiro lugar onde Jonny desembarcou, em dezembro de 2017. Além de representar um espaço de resistência e trocas culturais, a escolha de fundar a Feira

nesse local reflete o contraste entre o momento inicial de incerteza e o presente, agora transformado.

Jonny relembra que, ao chegar, não sabia para onde ir nem como garantir sua subsistência em Boa Vista. Durante os primeiros meses, conseguiu pernoitar em uma oficina, disponibilizada das 20h às 5h, apenas para ele e seus companheiros de viagem. Um brasileiro, a quem Jonny faz referência, os ajudou com alimentação durante vários dias, até que conseguissem empregos.

Para Jonny, a escolha do local ocorreu devido à localização estratégica e à boa iluminação. O espaço funciona como uma passagem diária para venezuelanos que retornam às suas residências, abrigos ou que estão em trânsito pela cidade.

Quando questionados sobre possíveis restrições ao uso desse espaço, os migrantes relataram que, certa vez, funcionários da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR) visitaram o local. Eles observaram o espaço rapidamente e partiram sem emitir comentários ou instruções. Recentemente, porém, o terminal foi privatizado.

Jonny mencionou que a única mudança perceptível foi a redução do fluxo de migrantes que ocupavam o saguão do terminal. Além disso, os banheiros passaram a ser restritos para aqueles que não estão em trânsito. Até o momento, nenhum representante ou órgão abordou diretamente Jonny, Daniela, Rafael ou os outros feirantes sobre o uso do espaço. Apesar disso, Jonny já considerou a possibilidade de alugar um ponto comercial em frente à Feira ou até mesmo encontrar outro local, caso sejam solicitados a deixar o atual.

Entre certezas e incertezas, os migrantes feirantes continuam a tecer suas vidas em meio à harmonia que reina no espaço da Feira. Os sons, cheiros e conversas tornam-se elementos marcantes das interações sociais neste ambiente democrático, caracterizado pela diversidade étnica e racial.

As experiências compartilhadas pelos migrantes sobre suas estratégias de apoio mútuo demonstram como eles conseguem superar adversidades e aproveitar os recursos disponíveis. Essas práticas são fundamentadas em relações pessoais e redes solidárias de assistência.

A RPSA e a REPSA emergiram como componentes fundamentais no apoio aos migrantes venezuelanos, como observado ao longo deste estudo, que concluiu as idas ao campo em 22 de março de 2025. Jonny, por exemplo, compartilhou como as relações pessoais de tipo RPSA deram origem a uma REPSA, tornando-se uma ponte essencial para aqueles que buscam inserção social tanto em Boa Vista quanto em Santa Catarina.

Essa rede de apoio não apenas facilita uma integração social mais rápida, mas também ajuda a minimizar conflitos culturais entre venezuelanos e brasileiros, superando uma das

principais barreiras: a comunicação entre os idiomas português e espanhol. Com o tempo, formou-se uma espécie de língua híbrida, criada pelos migrantes para melhorar sua comunicação. Contudo, esse hibridismo linguístico também pode ser usado como um elemento de estigmatização, reforçando barreiras de exclusão.

Nesse contexto, estar vinculado a um capital social torna-se fundamental para que o migrante não seja alvo de discriminação ou segregação nos espaços que frequenta. Por meio de sua REPSA, o migrante chega ao ambiente recomendado por alguém que detém poder simbólico — não apenas entre os próprios venezuelanos, mas também junto aos moradores da cidade — o que contribui para legitimar sua presença e facilitar sua integração funcional no campo laboral.

Além disso, a configuração espacial e o processo de apropriação do espaço, juntamente com as dinâmicas sociais na Feira de Culinária Venezuelana, facilitam a formação de vínculos próximos e redes solidárias assistidas, transformando este espaço em um ponto significativo de acolhimento e interação migratória.

Neste segundo capítulo, descrevo a configuração espacial, a dinâmica social e o processo de apropriação do espaço onde funciona a Feira. Este campo é marcado pela ausência de disputas, como aponta Bourdieu (1989). Em seu lugar, emergem vínculos de solidariedade assistida, fruto das experiências dos migrantes, que mobilizam diferentes formas de capital — social, cultural, econômico e simbólico. Por meio do poder simbólico, esses migrantes gerenciam suas redes de apoio e integração dentro da Feira, consolidando sua RPSA.

Desta maneira, por meio das noções de pedaço, mancha, circuito e fronteira, compreendemos a formação das RPSA e REPSA na Feira. Ao reconhecer que as mobilidades populacionais são moldadas pelo capital social como suporte crucial para a migração, podemos refletir sobre o papel dessas relações no contexto específico da migração venezuelana para o Brasil, especialmente em Boa Vista, capital de Roraima.

Para isso, foi essencial abordar não apenas o aspecto físico da migração, mas também os aspectos sociais, culturais e emocionais que acompanham cada migrante em sua jornada. A apropriação do espaço onde a Feira opera é guiada pela memória de seu fundador e pelo significado que este espaço representa como local de encontros e transições, proporcionando aos migrantes um senso de pertencimento, mesmo longe de casa.

Finalmente, a Feira está estrategicamente localizada no segundo estacionamento do Terminal Rodoviário principal de Boa Vista, dentro do bairro 13 de Setembro, esta mancha e seus pedaços compõem um circuito urbano. Este local não apenas serve como ponto de

comércio, mas também como espaço essencial de conexão e reconhecimento para os migrantes venezuelanos na cidade.

Segundo Bourdieu, “[...]o espaço social é simbolicamente estruturado em conformidade com princípios de diferenciação que, sendo múltiplos e variados, estão associados aos estilos de vida e às disposições dos indivíduos e dos grupos”. (Bourdieu, 1989, p. 144). No entanto, na Feira de Culinária Venezuelana, esse espaço social assume uma configuração distinta. As interações não revelam hierarquias simbólicas, mas se concentram na busca por conexão com o país de origem e na integração funcional na sociedade local.

A análise das relações entre migrantes venezuelanos e brasileiros revela uma dinâmica interétnica que não se encaixa integralmente nas três tipologias clássicas propostas por Roberto Cardoso de Oliveira (1976, p. 24). Não há relações simétricas entre unidades étnicas, tampouco uma hierarquia formal por status étnico. E embora haja fricções simbólicas e experiências de estigmatização, a relação entre migrantes e nacionais não se estrutura sob uma lógica de dominação institucional direta, como ocorre no “colonialismo interno”.

No interior do grupo migrante também não há uma organização hierárquica ou lideranças formalizadas pautadas por distinções étnicas. Os vínculos entre migrantes se constroem de modo seletivo e pragmático, especialmente por meio das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e das redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), que operam como formas de acolhimento, orientação e ajuda mútua — sobretudo entre migrantes mais antigos e recém-chegados. O que se observa é uma identidade agregadora, mobilizada sob o marcador “venezuelano”, acionada como estratégia de pertencimento, proteção simbólica e negociação social.

Essa configuração urbana, observada no perímetro do bairro 13 de Setembro, especialmente no entorno da Feira de Culinária Venezuelana, configura uma situação interétnica emergente. As práticas de subsistência, os estigmas sociais e os posicionamentos ideológicos tensionam as relações entre migrantes e moradores da cidade, mas sem obedecer aos contornos clássicos de estratificação ou dominação formal.

Embora o caso não se encaixe diretamente nas tipologias formais descritas por Cardoso de Oliveira, é possível reconhecer que compartilha certos elementos estruturais presentes nas zonas de interseção entre os modelos. Como descreve o autor:

“Se representássemos estes ‘tipos’ como círculos, verificaríamos que eles teriam em suas áreas de interseção um conjunto de elementos comuns e que poderíamos imaginar como sendo propriedades estruturais do processo de identificação étnica: a) o caráter contrastivo da identidade étnica e seu forte teor de ‘oposição’ com vistas à afirmação individual ou grupal; b) sua manipulação em situações de ambiguidade, quando abrem-se diante do indivíduo ou do grupo alternativas para a ‘escolha’ (de

identidades étnicas) à base de critérios de ‘ganhos e perdas’ [...]” (OLIVEIRA, 1976, p. 24)

Sob essa perspectiva, compreende-se que os migrantes venezuelanos mobilizam sua identidade de modo seletivo, ora como recurso de pertencimento entre conterrâneos, ora como marcador contrastivo frente aos brasileiros. Essa manipulação ocorre em situações ambíguas, como disputas laborais, tentativas de acesso a políticas públicas ou estratégias de subsistência — revelando um uso situado e pragmático da identidade.

A convivência na Feira pode ser interpretada como uma expressão local de conflitos interétnicos embora o contexto da Feira não envolva grupos tribais, a interação entre migrantes e brasileiros se configura como uma relação dialética — marcada por tensões, interdependência e disputas cotidianas. A conflitualidade manifesta-se em disputas simbólicas pelo espaço, nas formas de reconhecimento ou estigmatização, nas aproximações seletivas entre feirantes e clientes e nas estratégias de negociação no universo da subsistência.

Essas redes, como a REPSA, não são institucionalizadas nem coletivas: estabelecem-se localmente, nas barracas, por vínculos que envolvem clientes recorrentes e práticas compartilhadas. A presença dos migrantes reorganiza o território urbano e desafia os modos estabelecidos de convivência, enquanto os brasileiros — em múltiplas posições, como trabalhadores informais, agentes políticos ou empreendedores — reconfiguram suas práticas frente à alteridade migrante.

O que se delineia é um campo interétnico em movimento, no qual as fronteiras sociais não se definem por etnias formais, mas pelas funções exercidas, pelos vínculos seletivos de solidariedade e pelas disputas simbólicas em espaços compartilhados. A Feira de Culinária Venezuelana inscreve-se nesse contexto como uma mancha composta por múltiplos pedaços — cada barraca operando com regras próprias, formas específicas de reconhecimento e arranjos cotidianos de convivência. Inserida em um circuito migratório tecido por trajetos, memórias e práticas de subsistência, a Feira expressa um território onde as fronteiras se manifestam como interações sociais, atravessando gestos, sabores e afetos.

CAPÍTULO III- DINÂMICA DAS INTERAÇÕES NA FEIRA DE CULINÁRIA VENEZUELANA EM BOA VISTA- RORAIMA

Neste terceiro capítulo, concentro-me nas dinâmicas sociais que emergem no contexto da Feira de Culinária Venezuelana. Mais do que um espaço de comercialização de pratos típicos, a Feira configura-se como uma mancha urbana composta por múltiplos pedaços — cada barraca funcionando como núcleo de convivência, onde histórias de vida se entrelaçam e novas formas de pertencimento são continuamente construídas.

A Feira funciona como ponto de encontro entre migrantes venezuelanos e alguns brasileiros que circulam pelo bairro. As interações cotidianas entre os venezuelanos transcendem a lógica do consumo. Nesse ambiente, desenvolvem-se vínculos pessoais, amizades e redes de solidariedade seletiva, fundamentais para a integração social e laboral dos migrantes em território brasileiro.

A investigação aqui proposta busca compreender como essas interações — marcadas por trocas simbólicas, afetivas e práticas — contribuem para a construção de uma sociabilidade migrante. Analiso, portanto, os modos pelos quais os sujeitos se conectam, negociam identidades e constroem pertencimento a partir das relações estabelecidas na Feira.

Ao pensar em uma Feira, muitas vezes imaginamos um ambiente de negociação comercial, onde produtos são comprados e vendidos. No entanto, a Feira de comida venezuelana em Boa Vista, Roraima, apresenta uma dinâmica muito mais complexa. Os migrantes venezuelanos oferecem pratos típicos, e os clientes são majoritariamente venezuelanos, com uma presença reduzida de brasileiros, haitianos, cubanos e colombianos.

A Feira emerge como um espaço onde identidades são constantemente negociadas e reafirmadas, promovendo não apenas trocas culturais, mas também partilhas afetivas — muitas vezes mais significativas do que os próprios pratos servidos. A apropriação desse espaço pelos migrantes está diretamente relacionada à sua localização e ao valor simbólico que carrega. Afinal, nas proximidades encontra-se a Praça *Simón Bolívar*, lugar emblemático para a trajetória migratória venezuelana em Boa Vista. Foi ali que muitos passaram, conheceram alguém ou fizeram parte do grupo inicial de migrantes que ocupou esse espaço nos primeiros fluxos, especialmente a partir de 2017.

Para os venezuelanos, a Feira não é apenas um meio de subsistência ou de acúmulo de excedentes, mas também um espaço que proporciona um vínculo com sua terra natal. A sonoridade da língua espanhola evoca memórias, e os sabores dos pratos reforçam a conexão

com esses momentos vividos — transformando o ato de cozinhar e servir em uma prática de resistência cultural e afirmação identitária.

As interações sociais na Feira são marcadas por leveza e informalidade, sem exigências explícitas de aceitação ou exclusão. Cada barraca funciona como um subespaço dentro do pedaço Feira, onde se formam vínculos seletivos e redes de apoio. Os feirantes que estão há mais tempo no Brasil orientam os recém-chegados, compartilhando estratégias de subsistência e modos de organização cotidiana.

Apesar da proximidade física, as relações entre feirantes não são intensas em termos de comunicação. Em uma ocasião, por exemplo, a feirante ao lado de Jonny não compareceu, e ele comentou que, se tivesse sido avisado, teria trazido mais alimentos para suprir a demanda. Rafael, Daniele e Jonny pouco conhecem as histórias pessoais uns dos outros. A coesão no pedaço é sustentada pelo respeito mútuo e pela consciência compartilhada da condição migrante, mas não configura uma comunidade coesa em sentido amplo.

As relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) operam como círculos fechados. Cada barraca delimita um espaço próprio, com regras implícitas de convivência. Raramente um cliente transita entre diferentes barracas. Em situações pontuais, como quando o estoque de Rafael se esgotou, alguns clientes migraram para a barraca de Jonny, que estava mais próxima. As barracas mais distantes, no entanto, não foram procuradas. Há uma preocupação tácita em preservar os vínculos estabelecidos, evitando a abertura indiscriminada das relações pessoais.

Observa-se uma política de boa vizinhança, expressa em cumprimentos, gestos de cordialidade e respeito entre feirantes e clientes. Os migrantes parecem conscientes de que estão longe de seu país, e recriam, em cada barraca — como pedaço dentro da mancha Feira — um fragmento da Venezuela, com seus sabores, sons e modos de convivência. Esses pedaços são espaços de vínculos seletivos, onde a coesão se estabelece pela solidariedade, pela memória compartilhada e pelas práticas cotidianas.

A experiência migratória está profundamente conectada ao que significa ser venezuelano em território brasileiro, e essa conexão é intensamente vivida nos pedaços da Feira-Mancha. As histórias que se cruzam nesses subespaços revelam sujeitos abertos ao diálogo e à partilha, desde que já estejam inseridos nos vínculos estabelecidos em cada barraca. Ao conseguir me inserir em três pedaços distintos, ouvi interlocutores narrando experiências marcadas pela escassez alimentar — tanto no país de origem, especialmente em 2017, quanto nos primeiros dias após a chegada ao Brasil.

Como aponta Vasconcelos (2018), a chamada “dieta de Maduro” revela o significado profundo que a fome possui para os migrantes venezuelanos. Muitos passaram por essa experiência em seu país — o que motivou a maioria a migrar — e, posteriormente, enfrentaram novas privações ao chegar ao Brasil. Durante o governo Chávez, os alimentos e outros itens básicos eram subsidiados, o que permitia acesso amplo às classes populares. Essa política de redistribuição de renda transformou a relação dos venezuelanos com o consumo e com a alimentação.

Celso Furtado (2001, p. 222) enfatiza que a melhoria na distribuição de renda tem impacto direto no consumo básico, especialmente na alimentação. Segundo ele, ao aumentar o poder aquisitivo das classes mais baixas, a primeira mudança perceptível seria a busca por uma dieta mais adequada e nutritiva. A redistribuição promovida pelo chavismo proporcionou fartura alimentar e acesso a bens antes restritos às elites, redefinindo o cotidiano das classes populares.

Ainda neste contexto, para compreender melhor como funcionam as relações econômicas em países como a Venezuela, que se autodenominava "socialismo do século XXI", Furtado (2001) explica que:

os empresários iam aumentando a sua cota no rateio das divisas e dessa forma se apropriando de uma parcela maior do fruto do aumento de produtividade econômica através das importações. A elevação contínua do nível dos preços internos foi, destarte, o instrumento que favoreceu a apropriação pelos empresários — particularmente os industriais — de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica de que se estava beneficiando a economia com a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. (FURTADO, 2001. p.222)

Como o governo não permitia aumentos nos preços dos produtos básicos, os empresários se voltaram contra o Estado. A redistribuição de renda proveniente do petróleo, que beneficiava as classes populares, passou a ser alvo de resistência por parte do setor empresarial. Não satisfeitos com os lucros obtidos, muitos empresários ligados aos setores de alimentação e medicamentos iniciaram uma guerra econômica contra o governo de Maduro, buscando desestabilizá-lo por meio da escassez e da pressão popular.

Ângelo (2021) aponta que esse conjunto de fatores — incluindo as sanções internacionais e a falta de diversificação da indústria venezuelana — foi determinante para o movimento populacional que levou milhares de venezuelanos a migrar. Em vez de investir na ampliação do parque industrial, o governo Chávez optou por manter o controle de preços por meio de subsídios a produtos importados. Furtado (2001, p. 226) observa que uma inflação

absolutamente neutra seria aquela em que todos os preços crescessem simultaneamente e com o mesmo ritmo — o que não ocorreu na Venezuela.

O parque industrial, responsável pela produção dos bens consumidos pelas classes populares, não foi expandido. Os empresários, em vez disso, elevaram os preços dos produtos já existentes, apropriando-se de uma parcela maior da renda gerada. Esse movimento contribuiu para a intensificação da guerra econômica contra o governo. Furtado (2001, p. 226) reforça essa perspectiva ao afirmar que, uma inflação absolutamente neutra seria aquela em que todos os preços crescessem simultaneamente e com o mesmo ritmo.

Esse movimento se tornou um dos fatores que contribuíram para a guerra econômica dirigida ao governo de Maduro. Furtado (2001, p. 226) reforça essa perspectiva ao afirmar, "[...] As observações que vimos de fazer põem a claro que a inflação é fundamentalmente uma luta entre grupos pela redistribuição da renda real e que a elevação do nível de preços é apenas uma manifestação exterior desse fenômeno" (FURTADO, 2001. p. 226)

A essa altura, as sanções econômicas já impactavam significativamente a economia venezuelana. Diante desse cenário, para os empresários, a derrubada do governo parecia ser o caminho mais viável para retomar o controle sobre a riqueza gerada pelo petróleo.

As novas configurações econômicas e sociais implantadas pelo chavismo transformaram profundamente a relação dos venezuelanos da classe popular com os alimentos, os bens de consumo e os serviços básicos. Essas mudanças foram marcadas por um período de fartura, seguido por escassez e instabilidade — experiências que moldam, até hoje, as memórias e os discursos dos migrantes que ocupam os pedaços da Feira-Mancha em Boa Vista.

Dessa forma, construiu-se uma prática relacionada à abundância alimentar, com porções que, muitas vezes, ultrapassam os hábitos brasileiros. Essa prática persiste entre os migrantes venezuelanos já integrados no Brasil, como pude observar na casa de Rafael, Daniele e Jonny, quando fui convidado para lanche e tomar café da manhã. Nessa ocasião, foram servidos *caraotas* (feijão preto adoçado), ovo *perico* (omelete), salsichas fritas, carne desfiada, *arepas* assadas com queijo coalho e suco de *parchita* (maracujá).

Cabe uma breve observação: ‘ovo’ em espanhol é *huevo*, e, na fala do meu interlocutor, o nome do prato surgiu misturado com o português. Os três interlocutores principais deste estudo, com quem mantive contato mais próximo e confiança mútua, estão há mais de sete anos no Brasil e já se encontram inseridos socialmente — não apenas pelo domínio funcional da língua, embora o sotaque e a mistura entre palavras do espanhol ainda sejam perceptíveis, mas sobretudo pela experiência acumulada e pelos vínculos construídos através do trabalho. Esse processo está em consonância com a concepção de Bourdieu (1989), que enfatiza a importância

das práticas sociais e da experiência como formas de legitimação simbólica da posição dos indivíduos em novos contextos.

Surpreso com a generosidade da refeição, comentei que não deveriam ter se empenhado tanto em uma recepção tão elaborada. Uma das filhas do meu interlocutor, no entanto, respondeu pedindo desculpas por não terem oferecido tudo o que realmente deveriam, pois não haviam tido tempo de ir ao mercado.

A fartura na alimentação, seja nas refeições ou nos lanches, foi a primeira prática restabelecida pelos migrantes venezuelanos com quem tivemos contato, assim que conseguiram alcançar o mínimo de estabilidade econômica no Brasil. Para muitos deles, essa abundância representa um retorno simbólico ao período de prosperidade vivenciado na Venezuela, permitindo esquecer, ao menos momentaneamente, as dificuldades que marcaram sua saída do país e os desafios enfrentados após a chegada ao Brasil.

Conforme Júlia Capdeville Silva (2021):

A última onda (migração do desespero), que seria a que começou na primeira metade de 2015, estaria protagonizada por todos os espectros sociais e motivada pela insegurança, desesperança política, alta da inflação, crescimento da violência e repressão e pela crítica escassez de comida e remédios, o que levou a população a índices alarmantes de desnutrição, fome e mortes. Os destinos apontados pelos autores eram os mesmos da onda anterior, somando Colômbia, Ilhas do Caribe, Brasil e América do Sul de maneira abrangente. (SILVA, C., 2021. p. 17)

Os momentos de extrema dificuldade foram vivenciados por muitos migrantes, incluindo meus interlocutores. Um exemplo concreto de como as adversidades e a fome foram enfrentadas no Brasil é a trajetória de Isadora, nome fictício dado a uma de minhas interlocutoras.

Isadora vende dim-dim na Feira e nas ruas próximas, um produto que recebe diferentes denominações conforme a região do Brasil: geladinho em Minas Gerais, dudu em Recife, sacolé no Rio de Janeiro, chup-chup no Espírito Santo e *chupi-chupi* na região de onde minha interlocutora provém. Recentemente, ela chegou à Feira vinda do estado de Santa Catarina, após ter sido direcionada para Boa Vista por um amigo de sua cidade natal.

A Operação Acolhida desempenhou papel crucial no deslocamento de Isadora, sua filha, dois primos e a esposa de um deles, viabilizando sua interiorização para o Brasil sem custos econômicos. No entanto, a rede pessoal mediadora de sua chegada não se configurou como uma rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA), pois não foi gerada em espaços compartilhados no Brasil, nem envolveu vínculos seletivos de acolhimento.

Em janeiro de 2024, ainda na Venezuela, Isadora enfrentava graves dificuldades econômicas, a ponto de não conseguir adquirir alimentos. Os preços estavam equiparados à

moeda dos Estados Unidos, e seu salário mensal mal era suficiente para comprar um frango. Diante dessa realidade, foi atraída pelas promessas de prosperidade e oportunidades no Brasil, feitas por um amigo de seu bairro, especificamente em Santa Catarina. Animada com essa perspectiva, decidiu migrar.

Seguindo as orientações recebidas, ela e seus familiares passaram pela Operação Acolhida em Pacaraima, onde deveriam obter a documentação necessária e ser transportados para abrigos em Boa Vista. No entanto, a interiorização foi adiada devido à demora do amigo de Isadora em concluir a solicitação. Após muita insistência, o pedido foi finalmente processado e, em menos de uma semana, ela e sua família foram interiorizados.

A agilidade no processo de interiorização também foi mencionada pelos interlocutores de Ângelo (2021) ao descreverem as solicitações feitas por meio de suas relações pessoais:

Conheci o meu amigo aqui na *matica*, quando minha esposa e os meus filhos vierem em março (2021) vou ver a possibilidade de irmos, caso a minha família concorde, vou falar para esse meu amigo me *pida* (solicite) para poder ir pra Curitiba. Ele faz a solicitação junto à empresa na qual trabalha e por meio do Posto de Triagem da Operação Acolhida, aí eles me mandam buscar. (Ângelo, 2021. p. 101)

Esse tipo de intermediação ocorre exclusivamente a partir das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA), geradas em espaços compartilhados já no Brasil. Afinal, apenas uma relação pessoal ou uma rede pessoal não assegura uma migração menos sofrida, como podemos observar na trajetória de Isadora.

Ao chegarem à cidade de Porto Belo, em Santa Catarina, os migrantes enfrentaram uma realidade muito diferente da prometida. Não havia espaço suficiente para acomodá-los, e passaram um mês dormindo em um cômodo improvisado com papelão. O frio era intenso, e as poucas cobertas que possuíam não eram suficientes para aquecê-los. As refeições eram escassas, e o custo de vida elevado dificultava sua adaptação.

Isadora relatou que o único aspecto positivo era a beleza da cidade. No entanto, o trabalho informal como diarista mal cobria suas despesas, e sua filha de 14 anos não conseguiu vaga na escola. Um dos primos e sua esposa conseguiram um apartamento, enquanto o outro primo se acomodou temporariamente na casa de uma amizade que fez na cidade.

Além disso, Isadora mencionou que, como mulher, as oportunidades na região eram escassas. Com o apoio dos primos, conseguiu uma passagem de volta para Boa Vista para ela e sua filha. O amigo que havia recepcionado o grupo abandonou-os no galpão onde ficaram hospedados por um mês.

Atualmente, Isadora se sente mais tranquila e segura em Boa Vista, onde sua subsistência é menos custosa. Sua filha conseguiu uma vaga na escola onde leciono, sendo

aluna da primeira série. Para Isadora, a Feira representa um espaço que reduz a sensação de distância de sua terra natal um lugar de obtenção de informações úteis sobre a cidade. No entanto, ela me disse que mantém relações pessoais próximas apenas com dois feirantes; com os demais, a interação é limitada. Suas trocas sociais mais dinâmicas ocorrem com aqueles que frequentam a Feira e procuram seu produto.

Dessa forma, entendo que as dinâmicas sociais nesse espaço são fechadas. Onde cada barraca funciona como pedaço — o que transforma esse ambiente em um ponto de acolhimento no processo migratório, além de um centro de referências e informações obtidas a partir do consumo de alimentos, inclusive de algo tão simples como uma xícara de café.

Os migrantes, após sua integração social, buscam retomar a profissão que exerciam na Venezuela. Entre os venezuelanos com quem conversei, os estudos superiores ou técnicos não estavam em seus planos como estratégia para alcançar mobilidade social e uma inserção social em Boa Vista. Esse padrão difere da realidade de outros grupos migrantes, como os bolivianos, conforme Silva (2006):

os mais jovens o trabalho da costura é visto como algo transitório, pois grande parte deles alimenta o sonho de estudar e, assim, poder mudar de profissão num futuro não tão distante, ou simplesmente voltar a exercer a atividade que realizava na Bolívia, antes de emigrar. Para isso, ele terá que estar regularizado no país. Contudo, para esses jovens, o grande desafio é conciliar as exigências do trabalho na oficina de costura com os horários de estudo. (SILVA, 2006, p. 166)

Para compreender o significado que os migrantes atribuem às suas ações, é essencial observar as interações e dinâmicas que emergem no espaço da Feira, além de ouvir as experiências dos feirantes e daqueles que frequentam o local. A dinâmica social da Feira é multifacetada: intensa em alguns aspectos, superficial em outros, mas sempre atravessada por um significado compartilhado que, de alguma forma, garante um sentimento de coesão entre os migrantes de cada pedaço.

3.1 O lugar e seu significado

A interação na Feira-Mancha envolve diversos grupos: migrantes venezuelanos recém-chegados, aqueles que permanecem nos abrigos próximos, os que ocupam as calçadas ao redor do terminal rodoviário, migrantes em trânsito — incluindo venezuelanos, cubanos e haitianos — e migrantes já inseridos socialmente na cidade, que residem no bairro ou em outras regiões de Boa Vista. Além desses, circulam pelo espaço brasileiros que frequentam o terminal rodoviário, trabalhadores de empreiteiras vindos de outros estados e profissionais que atuam

nos abrigos. Todos esses sujeitos compõem a dinâmica social da Feira, ainda que com graus distintos de envolvimento e permanência.

Dessa forma, esse espaço de sociabilidade, segundo Silva (2006), configura-se como um ambiente onde redes sociais são formadas e fortalecidas:

Tais práticas, além de outras realizadas por esses imigrantes durante o ano naquela igreja, conferem a esse espaço a característica de um 'pedaço' boliviano em São Paulo, lugar onde, à semelhança de outros na cidade, se estabelece uma multiplicidade de relações, tecendo, assim, redes de sociabilidades. (Silva, 2006, p. 168).

Os migrantes venezuelanos que já se encontram integrados socialmente — ou seja, que possuem vínculos locais, ocupações e certa estabilidade — frequentam a Feira quase diariamente, vindos de diferentes pontos da cidade. Entre eles, há jovens e famílias que chegam em motocicletas, veículos particulares, automóveis das empresas onde trabalham ou por meio de aplicativos de transporte como Uber e mototáxi.

Além dos feirantes e frequentadores habituais, notei a presença de membros de igrejas protestantes, funcionários do Tribunal de Justiça do Estado e estudantes de uma faculdade particular, que visitam o espaço para oferecer serviços variados, como pregação religiosa, atividades educativas para crianças e distribuição de lanches para os adultos. Os cultos ocorrem semanalmente, às quartas-feiras, das 18h30 às 20h, seguidos por momentos de confraternização.

Dois funcionários do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), um venezuelano e uma brasileira, frequentam o espaço duas vezes por semana para oferecer serviços de orientação sobre a formalização de casamentos. Em determinado momento, um migrante compartilhou sua preocupação: “Minha namorada é colombiana. Preciso formalizar minha união com ela para que ela possa ser contemplada para a interiorização junto comigo pela Operação Acolhida. Caso contrário, ela não conseguirá.”

Como propõe Roberto Cardoso de Oliveira, “se a identidade étnica é um valor, enquanto categoria ideologicamente valorizada, ela é passível de uma certa escolha ou não em situações determinadas” (OLIVEIRA, 1976, p. 22). Essa formulação permite compreender que a identidade étnica não é apenas uma condição herdada, mas também uma classificação estratégica, que pode ser acionada, silenciada ou negada conforme o contexto social e político.

Essa dinâmica se revela com nitidez na Operação Acolhida, onde os migrantes venezuelanos são contemplados como grupo específico, enquanto outros migrantes — como cubanos, colombianos e haitianos — não recebem o mesmo reconhecimento institucional. A identidade “venezuelana”, nesse caso, é valorizada ideologicamente como categoria de

acolhimento, enquanto outras identidades migrantes permanecem invisibilizadas ou deslegitimadas.

Trata-se de um processo de atribuição seletiva de valor étnico, em que o reconhecimento oficial não decorre apenas da condição de deslocamento, mas da construção política e simbólica de quem merece ser acolhido. A identidade étnica, portanto, não opera apenas como marcador cultural, mas como instrumento de inclusão ou exclusão, conforme os interesses do Estado e os discursos públicos sobre migração.

Assim, como o interlocutor citado anteriormente, muitos outros venezuelanos buscam formalizar casamentos com migrantes de outras nacionalidades para usufruir das benfeitorias oferecidas pela Operação Acolhida⁷, como capacitação profissional, interiorização e aquisição de documentos como carteira de trabalho e CPF.

Acadêmicos de diferentes cursos de uma faculdade particular promovem a distribuição de marmitas, sopas e salgados toda quinta-feira, a partir das 18h30. Filas se formam para a distribuição de alimentos, embora nem todos consigam ser atendidos. Eventualmente, veículos particulares estacionam no local para doar roupas e lençóis aos migrantes que permanecem nas calçadas ao redor da Feira. Em uma ocasião específica, observei uma família trazendo balões, salgados e bolos ao espaço, sugerindo que, ao final de uma festa de aniversário, parte da celebração foi destinada à doação para os migrantes.

Crianças e adultos rapidamente se reúnem toda vez que um veículo estaciona em frente aos feirantes. Além disso, há um campo improvisado onde meninos jogam futebol, brincam com brinquedos improvisados — como mostrado na figura 11 — e outros interagem com os feirantes e com os frequentadores da Feira.

⁷ A Operação Acolhida é executada e coordenada pelo governo federal, em conjunto com mais de uma centena de entidades da sociedade civil, sobre ela, pode-se dizer que: Desde o início da crise migratória, até janeiro de 2020, estima-se que mais de 264 mil migrantes e refugiados venezuelanos entraram e permaneceram no Brasil. A Operação Acolhida está organizada em três eixos:

- 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle do Exército Brasileiro;
- 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde;
- 3) interiorização – deslocamento voluntário de migrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica.

Em 2019, a Operação Acolhida teve continuidade, organizando a chegada, garantindo atenção à saúde e fortalecendo a interiorização de milhares de migrantes e refugiados venezuelanos que chegam pela fronteira. Ao entrar no País, o migrante e refugiado venezuelano dirige-se ao Posto de Recepção e Identificação (PRI). Enquanto aguarda atendimento, recebe água, lanche e pode utilizar banheiros. O posto controla e organiza (...), realizando a expedição de documentos e oferecendo auxílio médico aos migrantes e refugiados venezuelanos em sua chegada. Em seguida, são encaminhados para um dos 13 abrigos e para o processo de interiorização. (GOV.BR. Acolhida, 2020)

Figura 11: Brinquedo improvisado



Foto: Imagem do acervo do pesquisador

O espaço da Feira é, simultaneamente, um local de trânsito e um ponto de construção de vínculos duradouros, especialmente para os migrantes que residem nos bairros próximos e circulam regularmente pelo local. Além disso, profissionais vinculados a instituições e ONGs que frequentam o ambiente atuam como mediadores em relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), criando vínculos com os feirantes — que, por sua vez, mobilizam esses contatos para facilitar a integração funcional dos recém-chegados.

Os próprios feirantes desempenham papel essencial nesse processo, interagindo com migrantes recém-chegados e compartilhando informações sobre moradia, trabalho e acesso a serviços básicos. No entanto, esse suporte não é imediato: para que a relação se fortaleça, o migrante precisa demonstrar constância no espaço, sendo reconhecido como alguém confiável ou minimamente familiar.

Além da dimensão prática, muitos migrantes buscam na Feira uma reconexão com os aspectos culturais de sua terra natal, encontrando ali referências linguísticas, gastronômicas e sociais que os aproximam de suas origens e reforçam o sentimento de pertencimento. O espaço se consolida, assim, como um território onde identidade e sociabilidade se entrelaçam no contexto migratório.

Ao observar a trajetória dos feirantes já integrados e estabilizados, nota-se que esses sujeitos superaram a fase de subsistência e passaram a acumular excedentes, o que lhes permite adquirir bens materiais e estruturar suas vidas com maior estabilidade. As estratégias adotadas por esses migrantes vão além da subsistência, envolvendo mecanismos que favorecem sua permanência e fortalecimento econômico.

Essa leitura encontra respaldo na análise de Escobar (2005), que questiona a ideia de globalização pós-desenvolvimentista ao sugerir que os mercados não operam apenas como espaços econômicos, mas também como formas de ser e agir, incorporando relações sociais e simbólicas. Nesse contexto, os feirantes ocupam posição central: não apenas como mediadores econômicos, mas como agentes na construção de identidade e pertencimento, especialmente por meio da culinária, que carrega memórias, afetos e vínculos com a cultura venezuelana.

Entre os interlocutores com quem estabeleci vínculos mais duradouros, Rafael, Jonny e Daniele exemplificam com nitidez os modos de atuação que transcendem a lógica da subsistência. Já integrados socialmente, esses feirantes mobilizam recursos econômicos e acumulam diferentes tipos de ganho — inclusive simbólicos — que lhes conferem prestígio nas redes de interação que se desenham no espaço da Feira. Suas trajetórias revelam não apenas estratégias de permanência, mas também formas de agenciamento identitário, pois suas práticas cotidianas — especialmente ligadas à culinária — funcionam como dispositivos de memória e pertencimento. A atuação desses sujeitos permite que o espaço se configure como um território de reconstrução cultural, onde o passado migrante é continuamente atualizado nas relações presentes.

As estratégias desenvolvidas pelos migrantes venezuelanos ao longo do processo migratório também se manifestam na Feira, assim como ocorre nas maticas, conforme observado por Ângelo (2021). Esses espaços representam um campo de interação, onde as relações sociais estabelecidas influenciam diretamente os modos de integração funcional dos migrantes. No entanto, nem todas essas interações seguem padrões de reciprocidade e acolhimento.

O caso de Isadora ilustra essa questão: a rede pessoal que ela construiu na Venezuela não se revelou uma relação de apoio eficaz ao chegar ao Brasil. Sua trajetória evidencia que nem toda rede pessoal constitui uma rede de solidariedade assistida (REPSA), e que a presença de vínculos anteriores não garante acolhimento no novo contexto.

Dessa forma, nota-se que certas relações pessoais e redes sociais estabelecidas na Feira não apresentam os elementos de solidariedade e assistência que caracterizam as RPSA. Mais do que o “lugar e seu significado”, conforme o título deste item, são as dinâmicas sociais que

emergem nesse espaço que moldam os processos de agenciamento e pertencimento entre os migrantes.

A Feira não é apenas um local de encontros, mas um ambiente onde as interações se transformam continuamente, evidenciando os diferentes modos de integração e os limites da inserção social dos migrantes venezuelanos. A constância, a confiabilidade percebida e a capacidade de mobilizar vínculos são elementos que definem quem pode acessar determinadas redes e quem permanece à margem.

3.2 A Feira e seu papel de aproximação com a terra natal

A Feira de Culinária Venezuelana não é apenas um espaço de comercialização de alimentos, mas também um ambiente onde os migrantes venezuelanos encontram uma forma de conexão com sua cultura de procedência. A experiência do deslocamento muitas vezes carrega consigo um sentimento de perda e um desejo de manter vivas as referências culturais do país de origem. Nesse sentido, a Feira representa um território simbólico, no qual os migrantes podem reproduzir tradições alimentares, linguísticas e sociais, reforçando o sentimento de pertencimento e identidade.

A valorização do passado representa a afirmação identitária por meio da memória e da reprodução dos costumes de origem. Como exemplo, pode-se citar a narrativa de Florencia Soares, dentista de 45 anos, natural de Puerto Ordaz, que reside em Boa Vista há três anos. Quando questionada sobre o que sente mais falta da Venezuela, sua resposta revela um forte vínculo com a tradição: "Yo siento falta de tudo, de los costumbres, la comida, la música, de mis amigos y especialmente a mi familia. No me acostumbré a la realidad de Brasil." (SANTOS, 2021, p. 10).

Esse relato evidencia que a identidade não é uma essência herdada, mas uma construção social situada, ativada em contextos de interação e marcada por contrastes. A noção de identidade contrastiva, elaborada a partir de Barth e desenvolvida por Cardoso de Oliveira (1976), permite compreender que a identidade étnica se afirma em relação a um "outro" significativo. Como afirma o autor:

Partindo de Barth, pudemos então elaborar a noção de identidade contrastiva, tomando-a como a essência da identidade étnica: a saber, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam; é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do 'nós' diante dos 'outros', jamais se afirmando isoladamente. (OLIVEIRA, 1976, p. 24).

Essa perspectiva desloca o foco da identidade como essência cultural para entendê-la como prática discursiva e estratégica, ativada em contextos de interação.

No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, a afirmação de pertencimento como grupo se dá frequentemente em oposição às percepções e rótulos sociais atribuídos pela

sociedade local. A construção do “nós migrante” — seja por meio das práticas de solidariedade assistida, da linguagem compartilhada ou da ocupação de espaços como a Feira — mobiliza classificações étnicas que operam por contraste, consolidando uma identidade em resposta ao olhar externo. A identidade étnica emerge, portanto, não como um traço herdado, mas como uma forma de reconhecimento e diferenciação diante dos grupos com os quais os migrantes se relacionam e disputam recursos, legitimidade e visibilidade social.

As relações interétnicas, segundo Cardoso de Oliveira (1976), referem-se aos processos de interação entre grupos étnicos distintos, construídos historicamente e marcados por dinâmicas de representação e negociação. Embora sua análise se concentre em povos indígenas, como os Terena e os Tükúna, sua abordagem relacional oferece uma chave interpretativa relevante para pensar a convivência entre migrantes venezuelanos e brasileiros no contexto urbano fronteiriço.

No contexto da migração venezuelana em Boa Vista, observa-se uma tendência à homogeneização das expressões identitárias entre os migrantes em situação de subsistência. No espaço microssocial investigado nesta pesquisa, não foram identificadas manifestações étnicas diferenciadas entre os atuantes da Feira. Ao contrário, a identidade “venezuelana” é acionada como referência coletiva em contextos de interação e negociação, funcionando como marcador estratégico diante do olhar externo.

As relações sociais nesse ambiente se organizam a partir da solidariedade cotidiana e das dinâmicas internas de cada barraca. A subsistência, como prática comum, opera como princípio articulador das interações e dos pertencimentos. Entre os brasileiros, identificam-se três segmentos: os que compartilham práticas de subsistência com os migrantes; os que exploram sua força de trabalho; e os que instrumentalizam a questão migratória como plataforma política. Esse é o campo social interétnico observado no perímetro urbano de Boa Vista, especialmente no bairro 13 de Setembro.

Os migrantes venezuelanos constituem um grupo marcado por diversidade étnica e por uma composição cultural rica, influenciada por tradições africanas, indígenas e europeias — assim como ocorre no Brasil. A língua predominante é o espanhol, e sua história é atravessada por processos de colonização, resistência e convivência multiétnica. Contudo, esse patrimônio cultural é frequentemente invisibilizado diante do olhar do “outro”, aqui representado pelos brasileiros em Boa Vista. Essa invisibilidade contribui para a simplificação da alteridade migrante, reduzindo sujeitos complexos e historicamente constituídos a estereótipos sociais que ignoram suas identidades plurais e trajetórias de deslocamento.

A Feira, frequentada majoritariamente por migrantes, pode ser compreendida como espaço de resistência cultural e afirmação identitária. Embora esteja aberta a todos os moradores da cidade, a presença de brasileiros ainda é reduzida, mesmo com preços acessíveis em comparação aos estabelecimentos da rodoviária e das redondezas.

Esse distanciamento pode ser atribuído a múltiplos fatores que operam simultaneamente. Um deles é a barreira linguística: o espanhol predomina no ambiente, e poucos migrantes se arriscam noportunhol — especialmente os recém-chegados que ainda não falam português. Essa diferença não apenas dificulta a comunicação, mas também contribui para a construção de fronteiras simbólicas que limitam as interações cotidianas.

Outro elemento é a gastronomia, ainda pouco incorporada ao repertório alimentar dos diferentes segmentos sociais que compõem Boa Vista. A culinária venezuelana, embora acessível em termos econômicos, não ocupa lugar de familiaridade entre os frequentadores brasileiros, o que reduz o interesse espontâneo pelo espaço. Além disso, a representação social da migração venezuelana — frequentemente associada a narrativas de precariedade e marginalização — influencia a forma como esses espaços são percebidos, contribuindo para sua segregação simbólica.

Importa destacar que essas dinâmicas não devem ser interpretadas como resultado de uma identidade “boavistense” homogênea ou essencializada. A cidade é composta por múltiplos grupos sociais, com trajetórias diversas e posicionamentos distintos frente à presença migrante. O que se observa, portanto, não é uma rejeição uniforme, mas um conjunto de práticas, percepções e disputas que variam conforme os contextos de interação, os vínculos estabelecidos e os interesses em jogo.

Mesmo que os migrantes estejam integrados funcionalmente ao tecido urbano — ocupando postos de trabalho, acessando serviços públicos e circulando pela cidade — sua inserção social permanece limitada. A ausência de reconhecimento simbólico e a fragilidade dos vínculos interétnicos revelam os limites dessa integração, que se dá mais pela utilidade econômica do migrante do que por sua aceitação como sujeito pleno de direitos e pertencimento.

Essa realidade, no entanto, não se restringe aos migrantes venezuelanos. Roraima, por sua posição geográfica estratégica, também acolhe sujeitos migrantes de outras nacionalidades, cujas dinâmicas de sociabilidade diferem das observadas entre os que ocupam espaços consolidados como a Feira. Esses grupos, muitas vezes invisibilizados nos circuitos públicos da cidade, não contam com territórios reconhecidos de interação e enfrentam desafios específicos na construção de redes pessoais e relações sociais.

3.3- Para além das dinâmicas em espaços físicos: outras relações e redes pessoais em contextos migratórios em Roraima

O estado de Roraima configura-se como um espaço de trânsito para diversas etnias e nacionalidades, incluindo migrantes cubanos que entram no Brasil pela Guiana. Com duas fronteiras físicas que conectam estados-nações, Roraima se torna um ponto estratégico para fluxos migratórios. A maioria dos migrantes cubanos que passam pelo estado segue para os Estados Unidos da América, enquanto uma parcela menor, com quem tive a oportunidade de interagir, se direciona a São Paulo.

A inclusão deste item busca compreender as dinâmicas de migrantes que não são venezuelanos e que, diferentemente destes, não ocupam espaços consolidados de sociabilidade na cidade. Embora existam cubanos já estabelecidos em Boa Vista — alguns há mais de oito anos — eles são frequentemente homogeneizados com os migrantes venezuelanos por parte da população local, o que contribui para sua invisibilidade social. Por serem numericamente menos expressivos e não ocuparem territórios reconhecidos, acabam passando despercebidos nos circuitos urbanos e institucionais.

Como antropólogo, senti-me instigado a investigar como se dão as relações pessoais e as redes sociais no processo migratório de um povo que está em movimento há mais de seis décadas. Esse fluxo populacional começou três anos antes do nascimento de um dos meus interlocutores.

Arturo, um migrante cubano de 63 anos, é um exemplo emblemático das complexidades desse processo. Ele foi abandonado pela filha em Boa Vista, após ter vendido sua casa em Cuba para financiar a viagem dela e do genro aos Estados Unidos. Após mais de seis meses detidos, ambos foram liberados sob custódia para responder em liberdade à sua entrada no país. Segundo Arturo, eles saíram da prisão com permissão para *pinchar* (trabalhar).

A entrada para *el Yuma* — como os cubanos chamam os Estados Unidos — ocorre pela fronteira com o México, especificamente por Nuevo Laredo. Esse trajeto é marcado por desafios extremos: viagens longas, atravessando fronteiras de forma irregular, com relatos frequentes de roubos, sequestros e até mortes. Muitas vezes, familiares nos Estados Unidos enviam dinheiro para pagar resgates, mas essas tragédias permanecem invisíveis nas estatísticas oficiais, apagando a realidade vivida por esses migrantes.

Em agosto de 2024, a filha de Arturo deu à luz um neto, e não tem notícias dele. A filha conseguiu adquirir bens materiais, incluindo uma casa e automóveis. Ela e o marido agora são proprietários de um restaurante. No entanto, Arturo lamenta a falta de solidariedade entre os

migrantes mais jovens, contrastando com a ajuda contínua que os mais velhos oferecem entre si e aos mais jovens. Amigos de infância de Arturo, residentes nos Estados Unidos, enviam-lhe dinheiro regularmente, enquanto sua filha, para quem ele sacrificou tudo, não contribui financeiramente, mesmo após se estabelecer.

Conheço Arturo, Mesbelita, Agustin e José desde dezembro de 2016 e início de 2017, assim como muitos outros cubanos com quem mantenho contato até hoje. Quando chegaram ao Brasil, ficaram hospedados no bairro onde resido, em Boa Vista. Minha esposa é proprietária de um pequeno estabelecimento que, além de vender chips de celular, disponibilizava uma rede Wi-Fi aberta ao público, amplamente utilizada por migrantes cubanos que chegavam em grupos numerosos.

Esses migrantes eram trazidos por uma rede que os abordava no aeroporto da capital da Guiana, atravessando-os pela fronteira sem registrar sua entrada no Brasil. Em Boa Vista, eram hospedados em uma residência onde lhes cobravam quantias elevadas em moeda americana pelos serviços de travessia, transporte e hospedagem. Muitos permaneciam por longos períodos nessa residência até receberem dinheiro via *Western Union*, enviado por familiares nos Estados Unidos. Esse dinheiro era intermediado por terceiros, que lucravam uma porcentagem pelo serviço prestado.

A partir Boa Vista, os migrantes cubanos seguiam um percurso extenso e complexo: Manaus-Tabatinga-Iquitos (Peru)-Equador-Colômbia-Panamá-América Central-México, até finalmente chegarem aos Estados Unidos. Esse foi o trajeto percorrido por Mesbelita, Agustin e José. Eles confidenciaram que a ajuda financeira necessária para custear a viagem precisava ser recebida ao longo do percurso, evitando carregar grandes quantias em dinheiro. Em diversos países, relatavam que eram frequentemente abordados por policiais que, cientes de sua condição de migrantes ilegais, exigiam subornos. Outras vezes, eram revistados e tinham todo o dinheiro confiscado.

Mesbelita, que tinha 23 anos na época, conseguiu um financiador: um senhor de pouco mais de 50 anos que morava no Canadá, com quem havia se relacionado em um restaurante em Havana, Cuba. José, por sua vez, teve o apoio de um amigo com quem trabalhou por 20 anos como enfermeiro em um hospital público cubano. Esse amigo havia migrado anteriormente em uma balsa e, ao chegar às praias americanas, foi contemplado pela política "pies secos, pies mojados", que concedia status legal a cubanos que pisassem em solo norte-americano. Já estabelecido há mais de uma década nos EUA, esse amigo convenceu José a abandonar tudo em Cuba e buscar uma nova vida. Segundo José, ele nunca foi deixado desamparado durante o processo, recebendo apoio até sua chegada definitiva aos Estados Unidos.

Agustin e sua esposa enfrentaram um percurso diferente. Ele era açougueiro e sua companheira, engenheira agrônoma. Chegaram a Boa Vista com o dinheiro contado, sem financiadores, amigos ou redes de apoio disponíveis para essa empreitada. Os familiares e amigos não respondiam às mensagens após sua chegada ao Brasil, tornando sua situação ainda mais vulnerável.

Em Boa Vista, trabalharam por seis meses em um supermercado, período em que conheceram Jamila e Maria, duas jovens cubanas de pouco mais de 20 anos. Durante dois meses, receberam ajuda do casal até que Jamila conseguiu entrar em contato com seu pai, migrante antigo nos EUA e proprietário de uma empresa de limpeza que empregava centenas de trabalhadores.

Agustin e sua esposa aguardavam apoio das duas jovens, mas, após um mês trabalhando nos Estados Unidos, suas mensagens deixaram de ser respondidas. Diante desse cenário, decidiram migrar para o Chile, onde trabalharam por um ano para financiar a viagem até *el Yuma*.

Mantemos contato até hoje com Agustin, que nos relata que, após finalmente reunir toda a família que havia ficado em Cuba, percebeu que o chamado “sonho americano” não era tão idealizado quanto imaginava. Segundo ele, para arcar com os custos da viagem de seus filhos e genros, precisou trabalhar em dois turnos, evidenciando que a integração nos Estados Unidos exige esforço contínuo, comprometimento financeiro e capacidade de mobilizar redes de apoio — nem sempre disponíveis ou estáveis.

As relações pessoais no processo migratório cubano, a partir dos interlocutores apresentados, oferecem uma perspectiva situada sobre o que Arturo já havia relatado: os migrantes mais jovens, ao alcançarem os Estados Unidos, frequentemente rompem com os compromissos de reciprocidade assumidos durante a travessia, enquanto os mais velhos mantêm vínculos de solidariedade com seus conterrâneos. Arturo observa que os jovens conseguem empregos com maior rapidez após a liberação das detenções, o que, segundo ele, torna injustificável o abandono daqueles que os ajudaram ao longo do percurso.

Para além das dinâmicas em espaços físicos como a Feira de Culinária Venezuelana, as redes pessoais e os vínculos sociais desempenham papel central na trajetória migratória. Esses circuitos de interação não operam de forma isolada, mas se articulam a um cenário mais amplo de deslocamentos populacionais em Roraima.

Embora esta pesquisa tenha como foco exclusivo a migração venezuelana, é importante mencionar que outros grupos migrantes também passam pela região, cada qual com estratégias próprias de mobilidade e integração social. Entre eles, estão os cubanos, que entram no Brasil

pela Guiana e, na maioria dos casos, seguem viagem até os Estados Unidos. Os que permanecem em Roraima ou se direcionam a São Paulo enfrentam desafios distintos, muitas vezes sem redes de acolhimento formal ou informal em Boa Vista.

Apesar da presença de migrantes cubanos na cidade, observa-se que eles são frequentemente homogeneizados com os venezuelanos, devido à proximidade linguística e cultural entre os dois grupos. No entanto, suas formas de organização social diferem significativamente. Enquanto os venezuelanos criaram espaços conjuntos de interação, como a Feira e *maticas* muitos cubanos se apoiam em relações pessoais fechadas, sustentadas por conexões externas com familiares ou contatos nos Estados Unidos.

Ao voltar o olhar para a Feira de Culinária Venezuelana, percebe-se que este espaço opera como um território de resistência e pertencimento, onde dinâmicas sociais emergem como instrumentos de agenciamento para uma inserção social e subsistência. Segundo Escobar (2005), a valorização da diversidade cultural e da sustentabilidade transcende questões ambientais, revelando como as interações sociais podem promover justiça social. No caso da Feira, a falta de informação e de orientações adequadas pode ser superada por meio das relações pessoais que ali se consolidam. Para os migrantes, essas conexões representam oportunidades de acesso ao trabalho, saúde e educação, fundamentais para a sua integração social na cidade.

A Feira pode ser compreendida como um espaço de construção identitária face à homogeneização cultural e à lógica do mercado global, pois valoriza a produção local e mantém vivas tradições gastronômicas e sociais venezuelanas. Simultaneamente, o espaço também se configura como alternativa ao modelo de desenvolvimento hegemônico, promovendo formas de organização social mais justas e sustentáveis.

Predominantemente, a Feira funciona como espaço de passagem, interseção e lazer, caracterizado por interações dinâmicas e circulação intensa de pessoas. Embora sua territorialidade esteja delimitada fisicamente, sua influência se expande por diversos circuitos urbanos. Boa Vista abriga mais de 120 mil venezuelanos, dentro de uma população de pouco mais de 600 mil habitantes, o que faz com que a presença migrante reconfigure a estrutura da cidade e suas formas de sociabilidade.

A língua predominante continua sendo um portunhol, marcado por um sotaque mais suave e menos agudo do que o espanhol tradicional, evidenciando um processo de acomodação linguística que permeia as relações cotidianas. Essas dinâmicas transcendem os limites da Feira e se refletem nos espaços de trabalho, nas redes de apoio e nas interações interpessoais.

Na Feira de Culinária Venezuelana em Boa Vista-RR, as dinâmicas sociais acontecem dentro dos pedaços (barracas) da feira—e são baseadas na solidariedade e na confiança. O

contato físico entre os participantes é reduzido, sendo raros os apertos de mão ou abraços. No entanto, a interação se intensifica por meio da comunicação verbal, marcada pelo tom elevado da fala e pelo uso frequente de apelidos, que, longe de serem pejorativos, funcionam como expressões de apreço e carinho. Os migrantes já estabelecidos na comunidade são continuamente moldados por esse ambiente e, por meio dessas vivências, reelaboram suas experiências, contribuindo para a construção de um novo modo de ser dentro da RPSA.

Escobar (2005) oferece uma perspectiva sobre como as interações sociais formam a dinâmica dos espaços e como, a partir dessas relações pessoais, redes são construídas em processos migratórios, destacando a REPSA. Na visão de Escobar, a Feira seria um lugar onde os migrantes venezuelanos se reúnem para compartilhar sua cultura, história e tradições por meio da culinária. Este espaço físico e social não apenas proporciona um senso de pertencimento e identidade para os migrantes, mas também serve como ponto de encontro e interação com a comunidade local venezuelana e outros migrantes e alguns brasileiros que interagem diretamente

Neste capítulo apresentei a Feira de Culinária Venezuelana como território simbólico de interação, resistência e construção identitária, articulando práticas de subsistência, vínculos sociais e estratégias de integração laboral dos migrantes em Boa Vista. Ao ampliar o olhar para outros grupos migrantes, como os cubanos, evidenciou-se que a cidade abriga múltiplas trajetórias e circuitos de sociabilidade, nem sempre visíveis ou reconhecidos. A análise das dinâmicas internas da Feira — suas barracas, relações interpessoais e redes de apoio — revelou que esse espaço não apenas organiza a vida cotidiana dos migrantes, mas também reconfigura os modos de estar na cidade. Assim, o título do capítulo se justifica pela centralidade da Feira como lugar de interação social, onde se entrelaçam experiências migrantes, disputas por reconhecimento e formas alternativas de pertencimento.

CAPÍTULO IV- A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE VENEZUELANA A PARTIR DA FEIRA DE CULINÁRIA EM BOA VISTA-RORAIMA

A partir das dinâmicas observadas na Feira de Culinária Venezuelana — compreendida aqui como uma mancha urbana que abriga pedaços sociais, nos quais se constroem vínculos seletivos — emerge um campo fértil para compreender os processos de construção identitária entre migrantes venezuelanos em Boa Vista. Cada barraca da Feira funciona como um pedaço relacional, onde se ativam redes pessoais situadas (RPSA) e, em alguns casos, redes pessoais ampliadas (REPSA), que operam como estratégias de subsistência e circulação de informações. Essas redes não promovem necessariamente inserção social, mas viabilizam formas de integração funcional, especialmente no campo laboral, onde os migrantes acessam oportunidades de trabalho, renda e mobilidade.

O capítulo anterior revelou como esse território simbólico opera como lugar de pertencimento, resistência e reelaboração da experiência migrante, evidenciando que a identidade não é uma essência herdada, mas uma prática situada, ativada em contextos de interação, contraste e disputa. Neste capítulo, aprofunda-se a análise sobre os sentidos de “ser venezuelano” na migração, articulando o conceito de identidade contrastiva às tensões interétnicas que atravessam o cotidiano urbano fronteiriço.

Segundo Cardoso de Oliveira (1976), a identidade étnica não se apresenta como uma construção abstrata ou homogênea, mas como um processo relacional que depende do contraste com o outro. Esse caráter contrastivo é fundamental, pois revela que os grupos não se definem apenas por suas características internas, mas também pelas representações que constroem do que está fora deles. O autor argumenta:

É consistente, por outro lado, com o que afirmamos anteriormente a respeito do caráter contrastivo da identidade étnica, na medida em que implica o confronto com outra(s) identidade(s), e esta(s) é(são) apreendida(s) num sistema de representações de conteúdo ideológico. (OLIVEIRA, 1976, p. 9)

Essa perspectiva permite compreender que as identidades étnicas são moldadas por discursos e ideologias que estruturam o pertencimento social, sendo esse processo especialmente evidente em cenários marcados por migração e conflito intercultural.

A análise empírica revela que a conflitualidade entre sujeitos migrantes venezuelanos e segmentos da população local em Boa Vista constitui um campo fértil para compreender como se articulam os contrastes identitários. Os interlocutores em situação de migração, diante da experiência do deslocamento, mobilizam a identidade de “ser venezuelano” como uma etnia de base universal, ativada como elemento de coesão e afirmação frente ao contexto de recepção.

Já entre os residentes com os quais estabeleci interlocução, o pertencimento étnico se manifesta por meio de narrativas ideológicas que estabelecem fronteiras simbólicas entre grupos sociais.

Essa construção fragmentada da identidade brasileira — observada entre os três segmentos sociais identificados neste estudo — está alicerçada em representações que orientam a percepção do outro migrante. Conforme o modelo teórico de Cardoso de Oliveira (1976), a identidade local se desenha a partir de um sistema de representações ideológicas que regula a alteridade, revelando que os marcadores identitários são interdependentes e politizados.

4.1 Ideologia igualitária e conflitos interétnicos

As relações interétnicas vivenciadas pelos migrantes venezuelanos em Boa Vista revelam tensões que ultrapassam a convivência cotidiana. Embora discursos institucionais e humanitários promovam uma ideologia igualitária — baseada em princípios universais de direitos e acolhimento —, no plano local predomina uma lógica de diferenciação e hierarquização entre “nós” e “eles”.

Como afirma Roberto Cardoso de Oliveira:

“Se caracterizarmos a ideologia étnica como uma forma em que se assumem representações etnocêntricas, isto é, aquelas representações engendradas por uma não-relativizada concepção de si, veremos que ela não ‘admite’ uma concepção igualitária entre etnias, entre seu próprio grupo e um outro, entre ‘nós’ e os ‘outros’. [...] A candente verdade está no fato de só se observarem ideologias igualitárias transitando fora — e tão somente fora — dos ‘níveis locais’, onde se dão efetivamente as relações interétnicas.” (OLIVEIRA, 1976, p. 71)

Essa formulação é fundamental para compreender por que, apesar das políticas públicas e ações de acolhimento, os sujeitos migrantes continuam sendo alvo de estigmas, disputas e exclusões no cotidiano urbano. A ideologia igualitária, quando presente, circula nos planos institucionais e discursivos, mas não se manifesta plenamente nas interações concretas entre migrantes e residentes da sociedade receptora.

No nível local, o etnocentrismo se expressa em práticas que vão desde a disputa por espaço e trabalho até a instrumentalização da presença migrante como força de mão de obra barata ou como plataforma eleitoral. É nesse campo relacional que a conflitualidade simbólica se intensifica, revelando que a convivência interétnica é marcada por assimetrias, classificações e estratégias de aproveitamento — e não por uma igualdade efetiva entre os grupos.

Na tentativa de interpretar os significados atribuídos aos venezuelanos por diferentes interlocutores, iniciei este capítulo formulando a seguinte pergunta a brasileiros que, de alguma

forma, interação com os migrantes da Feira de Culinária Venezuelana: "O que é ser venezuelano para você?"

As respostas vieram carregadas de impressões imediatas, que revelam tanto a percepção generalizada quanto estereótipos incorporados na convivência cotidiana. O primeiro entrevistado respondeu de forma direta: "São migrantes." Outro afirmou: "São os *miras*." Um terceiro mencionou: "São *venecas*." Alguns expressaram uma visão mais subjetiva: "*Muchachos e muchachas*." Já um entrevistado que frequenta a Feira se referiu a eles com afeto: "São gente fina, cozinham bem." Em contraste, outro respondeu de maneira crítica: "São legais, mas tem uns que não valem nada, e por culpa desses, pagam todos."

Mas e para os próprios interlocutores venezuelanos em situação de migração? O que significa ser venezuelano? As respostas emergiram em camadas, revelando tanto a migração como fator central na construção identitária quanto elementos afetivos e culturais. "Venezuelano é alguém que está longe do seu país e de sua família." "É alguém em busca de oportunidades para melhorar a minha vida e a da minha família." "Sou empreendedor, quero melhorar minha situação, porque na Venezuela está ruim, e aqui também tudo está caro."

Entre os interlocutores em situação de migração que atuam ou circulam na Feira de Culinária Venezuelana, emergem diferentes sentidos atribuídos à identidade venezuelana. "Venezuelano é alguém que gosta de curtir a vida." "É alegre." "É trabalhador e respeitoso." "Ser venezuelano é ser responsável." Ao ser questionado sobre o que significa ser venezuelano, um participante da Feira devolve a pergunta antes de responder: "Venezuelano no Brasil? Falo sim." E então complementa: "É alguém solidário, que já sofreu muito e que não deixa sofrer '*los míos*'." Essa última formulação carrega um profundo senso de coletividade e cuidado, revelando que a identidade venezuelana na migração está entrelaçada com a experiência de apoio mútuo e com a mobilização de vínculos afetivos como estratégia de pertencimento.

No cotidiano da Feira, o espanhol predomina, mas o portunhol emerge espontaneamente nas interações. Em meio a uma conversa, alguém brinca: "*Habla claro, ahora eres brasileiro?*", seguido de risadas e cumprimentos. O curioso é que muitos não percebem que, no dia a dia, estão misturando o português ao espanhol, criando uma linguagem híbrida que reflete o trânsito entre códigos culturais.

Jonny, um dos sujeitos migrantes com os quais estabeleci interlocução etnográfica, comentou que os participantes da Feira, em contexto migratório, ocasionalmente criam palavras entre os dois idiomas. Um exemplo é "guardanapo", que em espanhol se traduz como "*servilleta*", mas que entre os feirantes já foi chamado de "*servigete*", ilustrando o constante diálogo linguístico e a criatividade lexical que emerge da convivência intercultural.

Outro marcador cultural presente na Feira é a vestimenta. Os interlocutores venezuelanos chamam sandálias de “*cholas*”. Assim como muitos sujeitos locais, Jonny e Daniele usam frequentemente sandálias para ir à Feira, ao mercado e até ao shopping. Lembro que, ao visitar a Venezuela em 2016, uma guia mencionou que poderia reconhecer brasileiros nos espaços públicos pelo uso de *cholas*, já que, naquele contexto, essa prática não era considerada adequada para locais como shoppings ou clínicas.

A alimentação também se configura como um marcador identitário em trânsito. Jonny e Rafael comentaram que passaram a consumir farinha com mais frequência, algo que não era comum em sua dieta na Venezuela. No Brasil, como destaca Leonardo (2009, p. 1), “A cultura alimentar brasileira traz em si um ‘mix’ de diferentes culturas em sua formação, tais como a africana, a portuguesa, a europeia e a indígena.” Essa adaptação alimentar revela não apenas uma mudança de hábitos, mas também uma reconfiguração cotidiana da identidade migrante, articulada entre memória, necessidade e disponibilidade local.

Em Boa Vista, observa-se a incorporação de elementos da gastronomia venezuelana à culinária local, ao mesmo tempo em que interlocutores em situação de migração passam a absorver práticas alimentares brasileiras. Essas transformações nos hábitos alimentares, conforme pontuam Jonny e Rafael — participantes da Feira de Culinária Venezuelana —, implicam em um processo de adaptação que pode ser compreendido, segundo Leonardo (2009), como uma:

transformação mais ou menos súbita e profunda de certo sistema de equilíbrio, uma fase, pois, de ruptura, até a instauração de novo equilíbrio. Esse processo é acompanhado por um estado de tensão psíquica, por sentimentos vividos muitas vezes confusos, nos quais se misturam ansiedade e certa nostalgia ante a ordem passada, a pressão de uma urgência (LEONARDO, 2009. p. 1)

Além dessa mudança na rotina alimentar, Leonardo (2009) destaca que:

A alimentação brasileira é mais voltada para o prazer de comer, do que para o valor nutritivo do alimento. Come-se por prazer e não pelo que aquele alimento representa nutricionalmente. Não se dá ênfase ao valor nutricional do alimento, mas ao gosto e prazer da alimentação. Em síntese, a comida brasileira, a comida do povo, se concentra em massas, gorduras, açúcares e carne”. (LEONARDO, 2009. p. 1)

Nas conversas com meus interlocutores sobre suas preferências alimentares no Brasil, todos mencionaram características semelhantes às descritas por Leonardo (2009). Para os migrantes, a alimentação não se limita ao ato de ingerir um alimento, mas envolve dimensões sociais e culturais que os conectam à sua experiência de deslocamento. Como o autor pontua, “Comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas naquele ato. A cultura alimentar está diretamente ligada com a manifestação desta pessoa na sociedade.” (LEONARDO, 2009, p. 2).

Na Venezuela, a preferência recaía sobre o *casabe*, um tipo de pão feito a partir da mandioca amarga. Como destaca Rivas (2014):

Casabe, el cual es obtenido de la yuca amarga (...) Sopa de Casabe: Sopa hecha con carne (pecho), tomates, cebolla, ajo, pimentón, mantequilla, casabe tostado y molido, sal. Se hace un caldo de carne con aliños; al ablandarse se cuela el caldo y se le añade el casabe, el pimentón en polvo y la sal. Al servirla se le agrega la mantequilla se acompaña con pedacitos de casabe tostado servidos aparte. (RIVAS, 2014. p. 435)

Além do *casabe* e da *arepa*, há também a *cachapa*, servida com recheios diversos, como queijo, carne e outros ingredientes. Tanto a *arepa* quanto a *cachapa* são preparadas a partir do milho e possuem origem indígena. Como observa Rivas (2014):

El pan de los indios es el maíz; cómenlo comúnmente cocido así en grano y caliente, que llaman ellos mote... Algunas veces lo comen tostado; hay maíz redondo y grueso... que lo comen españoles por golosina, tostado y tiene mejor sabor que garbanzos tostados. Otro modo de comelle mas regalado es moliendo el maíz y haciendo de su harina, masas y de ellas unas tortillas que se ponen al fuego, y así calientes se ponen a la mesa y se comen; en algunas partes las llaman arepas. (RIVAS, 2014. p. 438)

Na Feira, não há oferta de *cachapas* nem de *casabe*. Os migrantes venezuelanos desse espaço têm apenas a *arepa* e as *empanadas* como alimentos tradicionais. Entre as bebidas típicas, destacam-se a *chicha* e o *papelón*. O prato que mais remete às suas origens é o *arroz chino*, de influência chinesa. Já o restante da gastronomia apresenta elementos semelhantes à culinária boavistense, sendo compostos por macarrão, arroz, frango frito, além de frango e porco guisado.

Um elemento essencial na diferenciação gastronômica está no uso dos temperos. Embora os ingredientes sejam similares aos da culinária brasileira, a distinção ocorre na proporção empregada, que, segundo meus interlocutores, altera o sabor original dos alimentos, proporcionando uma sensação de leveza.

O molho amplamente consumido pelos venezuelanos na Feira é a *guasacaca*, preparada com abacate e uma versão caseira de maionese, tendo o coentro e o alho como ingredientes principais.

De acordo com Zanini e Santos (2023):

No entanto, ao contrário do que acredita o senso comum, as tradições culturais e culinárias se transformam continuamente, dialogando com outras dinâmicas sociais, nos processos de produção, distribuição e consumo. A fabricação e vivência da cultura é um processo sempre inacabado, em transformação, dinâmico e interativo. Mas, também em diálogo que, por vezes, pode ser tenso, outras fontes de coesão. A vida vivida se expressa nesses fazeres e também em suas narrações. Esse aspecto dinâmico se manifesta frequentemente na alimentação: no quibe com catupiry, no *strudel* de banana, na avó que deixa de fazer a paçoca no pilão e passa a utilizar o processador de alimentos. (ZANINI & SANTOS, 2023. p. 12)

A construção da identidade e do pertencimento nos espaços de sociabilidade ativados por interlocutores migrantes venezuelanos não ocorre apenas por meio da inserção econômica, mas também pelo reconhecimento social e pela resistência simbólica. Por meio da gastronomia, esses sujeitos comunicam aos segmentos locais que suas práticas culturais não apenas são preservadas, mas também reelaboradas, incorporando elementos da culinária brasileira em um processo contínuo de troca e transformação.

Esse processo comunica à sociedade receptora que os sujeitos migrantes aprendem a gostar dos pratos locais, construindo uma forma de pertencimento cultural híbrido. Entretanto, esse reconhecimento é frequentemente atravessado por estereótipos negativos, que dificultam a inserção social desses interlocutores no cotidiano de segmentos residentes em Boa Vista com os quais se estabelecem relações de convivência.

Tomo como exemplo a experiência dos migrantes bolivianos em São Paulo, cuja percepção pública foi historicamente marcada por associações ao trabalho escravo e ao tráfico de mão de obra. Silva (2006) explica esse fenômeno ao afirmar:

Se a mobilidade econômica é possível mediante a combinação de estratégias já apontadas anteriormente, o mesmo não se pode dizer em relação ao reconhecimento social, pois esse depende da desconstrução da imagem negativa que foi se construindo ao longo dos anos 1990 sobre os bolivianos em São Paulo. Esses são associados com frequência ao trabalho escravo e ao tráfico de mão-de-obra para as oficinas de costura. Além dessa identificação negativa e que, às vezes, assume um caráter acusativo, eles têm que lidar com outros preconceitos decorrentes do desconhecimento de grande parte dos brasileiros de suas raízes étnicas e culturais. Para esses, eles são vistos como pessoas descendentes de “índios”, “pobres” e de “pouca cultura (...) Essa praça se transforma todos os domingos num “pedaço” boliviano em São Paulo, pois nesse local é estabelecida uma multiplicidade de relações, sejam elas de ordem comercial, gastronômica, artística, de oferta de trabalho e de outros serviços, como corte de cabelo, fotografia, entre outros (SILVA, 2006, p. 165-166)

Silva também observa que, apesar da estigmatização, os migrantes bolivianos ativam estratégias culturais para desconstruir essas representações. A praça boliviana em São Paulo, por exemplo, torna-se um espaço de múltiplas relações — comerciais, gastronômicas, artísticas e de serviços — que reconfiguram a presença migrante na cidade.

De forma semelhante, interlocutores venezuelanos em Boa Vista fomentam espaços culturais como a Feira de Culinária, o jogo de beisebol e outros eventos, buscando desconstruir a imagem estigmatizada do migrante. Como aponta Silva (2006):

As práticas festivas realizadas por esses imigrantes na cidade revelam, portanto, a vitalidade cultural de um grupo que, apesar da conjuntura adversa em que está inserido, procura mostrar que eles têm algo a mais para oferecer à sociedade paulistana, além de sua mão-de-obra mal paga nas oficinas de costura. Um exemplo disso são as fraternidades folclóricas que foram criadas nos últimos anos na cidade, com o objetivo de animar as festas devocionais. (SILVA, 2006, p. 168)

Neste sentido, Zanini e Santos (2023) afirmam:

O trânsito das pessoas leva à difusão de alimentos e técnicas culinárias, mas também ao aprendizado de novos sabores e saberes. A troca de experiências, vivências e alimentos nos enriquece a todos, permitindo identificações mais multifacetadas e menos etnocêntricas. Há mais diálogo, mais empatia e mais reflexão. Há, igualmente, mais possibilidades interativas e de trocas de conhecimentos, ampliando gostos e encontros interculturais. (ZANINI & SANTOS, 2023. p. 12)

A partir dessa perspectiva, a identidade pode ser compreendida como uma construção social dinâmica, permeada por conflitos e moldada dentro dos campos sociais, conforme conceituado por Bourdieu (1989). Essa visão está alinhada ao que Hall (2006, p. 21) aponta sobre identidade, ao afirmar que:

A identidade não é tão transparente ou desproblematizada como gostamos de pensar. Por isso, em vez de pensarmos na identidade como um facto, que encontra representação *a posteriori* em práticas culturais novas, talvez devamos pensar na identidade como uma "produção"; algo que nunca está completo, que é sempre processual e sempre constituído no quadro, e não fora, da representação (HALL, 2006. p. 21)

Dessa forma, a identidade se torna um campo de disputa, sobretudo quando há tentativas de definir fronteiras sociais como forma de exercer relações de poder. Nesse sentido, Pollak (1992) argumenta que, “Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.” (POLLAK, 1992. p. 5)

A questão da fronteira cultural, ou como diria Cardoso de Oliveira (2000), “limite cultural”. Nesse contexto, é fundamental para compreender os desafios da identidade venezuelana na migração. Como ressalta Fredrik Barth (2005), essas fronteiras se intensificam quando o indivíduo está fora de seu grupo de origem, mas podem ser deslocadas pela experiência compartilhada, que está em constante transformação, promovendo novas formas de aprendizado e pertencimento.

No caso dos migrantes venezuelanos no Brasil, a identificação ocorre principalmente pelo gentílico, tanto entre brasileiros quanto entre os próprios migrantes. No entanto, em Boa Vista, muitos boavistenses percebem os migrantes como indesejáveis, conforme aponta

Vasconcelos (2021). Expressões pejorativas, como *veneco*⁸ ou *mira*, são frequentemente utilizadas para se referir aos venezuelanos, reforçando a fronteira simbólica que separa os grupos e evidenciando processos de exclusão social e estigmatização.

Na Venezuela, por outro lado, a identidade migratória não está centrada no gentílico, mas sim na região de origem. Por exemplo, alguém do estado de Zulia é chamado de *maracucho*, enquanto aqueles com traços indígenas são conhecidos como *guajiro*. Essas diferenciações regionais são predominantes dentro do território venezuelano, mas, em eventos internacionais, como competições esportivas, a identidade nacional torna-se mais evidente, reforçando a coesão entre venezuelanos fora do país.

Em Boa Vista, as fronteiras culturais emergem a partir das relações sociais, políticas e econômicas entre interlocutores migrantes venezuelanos e segmentos locais. Vasconcelos (2021) discute como o sujeito migrante é colocado em uma condição de submissão diante das normas e costumes da sociedade receptora. Assim, o migrante precisa negociar sua autonomia individual e orgulho próprio para ser aceito. Como a autora aponta, "[...] sob o risco sempre iminente da transformação em 'indesejável' por qualquer inadaptação ou resistência que ofereça." (VASCONCELOS, 2021, p. 37).

A construção da identidade venezuelana em Boa Vista, portanto, não se dá apenas pela presença física dos migrantes, mas pela forma como são percebidos e posicionados socialmente. Atribuições de identidade, como o uso do gentílico no Brasil ou da regionalidade na Venezuela,

⁸ Uma mistura das palavras "venezuelano" e "colombiano", a palavra *Veneco* surgiu na Colômbia sem uma carga ofensiva para se referir aos filhos de colombianos nascidos na Venezuela. Surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, em meio à migração massiva de colombianos para a Venezuela.

Naquela época, a palavra designava um sentimento de pertencimento a ambas as culturas e, na maioria dos casos, tinha uma conotação positiva, refletindo laços de irmandade entre colombianos e venezuelanos

Falar de *Veneco* é, por exemplo, sugerir que os migrantes venezuelanos são ladrões, preguiçosos, preguiçosos ou covardes e estão associados a qualquer atividade ilícita. Assim, Liliana Fernández e Yesenia Camacho indicam, constroem-se narrativas infundadas que dificultam as possibilidades de integração efetiva.

No final, estamos diante de uma estigmatização xenófoba, continua o sociólogo Jair Veja (2024), que consiste em atribuir características negativas, falsas ou exageradas a todos os migrantes venezuelanos devido à sua origem, sem considerar as individualidades.

Fernández e Camacho (2024) explicam que "Uma mistura das palavras 'venezuelano' e 'colombiano', a palavra *Veneco* surgiu na Colômbia sem uma carga ofensiva para se referir aos filhos de colombianos nascidos na Venezuela. Surgiu entre as décadas de 1970 e 1980, em meio à migração massiva de colombianos para a Venezuela. Naquela época, a palavra designava um sentimento de pertencimento a ambas as culturas e, na maioria dos casos, tinha uma conotação positiva, refletindo laços de irmandade entre colombianos e venezuelanos." *No entanto, as autoras alertam que, atualmente, "falar de Veneco é, por exemplo, sugerir que os migrantes venezuelanos são ladrões, preguiçosos ou covardes e estão associados a qualquer atividade ilícita. Assim, constroem-se narrativas infundadas que dificultam as possibilidades de integração efetiva."*

O sociólogo Jair Vega (2024) complementa, afirmando *que* "Estamos diante de uma estigmatização xenófoba, que consiste em atribuir características negativas, falsas ou exageradas a todos os migrantes venezuelanos devido à sua origem, sem considerar as individualidades."

revelam processos de diferenciação e pertencimento que transcendem a nacionalidade e se conectam a aspectos culturais, sociais e políticos mais amplos.

Rafael, em uma das muitas conversas que tivemos, compartilhou uma experiência emblemática:

"O dono da casa que alugo, toda vez que vou renovar o contrato, me destrata e é todo ignorante, isso que nunca atrasei no aluguel e cuidado do imóvel dele. Tanto é assim que ele renova o contrato. No entanto, quando precisa de mim na assistência, vai muito humilde e educado, ainda barganha o preço ao ponto de querer ele mesmo definir o valor do serviço. Ele não vai em outro lugar porque sabe que sou uma pessoa confiável e séria, não enrolo no trabalho. Já fiz vários serviços para ele. Aliás, ele nem sabia que eu trabalhava com assistência técnica de *smartphone*. Ele veio até mim depois de percorrer quase toda a cidade sem encontrar ninguém que resolvesse o problema na placa do celular. Quando perguntou quem poderia resolver, foi indicado a mim. Foi uma surpresa quando chegou ao meu local de trabalho e se deparou comigo, percebendo que eu era justamente a pessoa capaz de resolver o problema"

Essa dinâmica revela como os migrantes podem ser tratados com desconfiança em alguns momentos, mas com valorização em outros, dependendo das necessidades, interesses e experiências nas relações pessoais entre migrantes e setores sociais de Boa Vista. A Feira de Culinária Venezuelana representa, portanto, um espaço de encontros e desencontros, onde sabores, memórias e identidades se entrelaçam.

Ao longo de sua experiência em Boa Vista, o migrante venezuelano passa a degustar pratos locais, como carne de sol na chapa, espetinhos e pastéis, além de incorporar ingredientes como farinha de mandioca, que fazem parte da culinária brasileira. No entanto, certos alimentos, como assado de panela e galinha caipira, não são comercializados na Feira, sendo mais apreciados no ambiente privado das famílias, preparados com o tempero venezuelano, conforme informado pelos interlocutores desta pesquisa.

Essa transformação alimentar reflete o processo das trocas culturais, no qual os migrantes ajustam suas práticas gastronômicas, incorporando elementos da culinária local ao mesmo tempo em que preservam tradições de sua terra natal

Conforme Zanini e Santos (2023):

as tradições culturais e culinárias se transformam continuamente, dialogando com outras dinâmicas sociais, nos processos de produção, distribuição e consumo. A fabricação e vivência da cultura é um processo sempre inacabado, em transformação, dinâmico e interativo". (ZANINI & SANTOS, 2023. p. 12)

Esse aspecto dinâmico da cultura manifesta-se claramente na Feira de Culinária Venezuelana, onde a apropriação do espaço e a comercialização de alimentos funcionam como formas de expressão cultural. Nesse contexto, os interlocutores migrantes reelaboram sua identidade e preservam vivas as memórias de seu país de origem.

A relação entre gastronomia e língua constitui um elemento central para compreender a dinâmica cultural dos migrantes venezuelanos na Feira. O modo como os alimentos são preparados, apresentados e consumidos, bem como os termos utilizados para nomeá-los, revela sistemas de significados compartilhados, que, segundo Geertz (2006), devem ser interpretados como "textos" culturais. Conforme o autor destaca, "A cultura de um povo é um conjunto de textos." (GEERTZ, 2008, p. 210).

Além disso, essas práticas culturais não apenas moldam as interações dentro da Feira, mas também influenciam a maneira como os migrantes se integram à sociedade local. Muitos atuam como mediadores, desempenhando papel fundamental nas Relações Pessoais de Solidariedade Assistida (RPSA) e nas Redes Pessoais Ampliadas (REPSA), facilitando a integração de novos migrantes e promovendo conexões sociais essenciais para sua permanência na cidade.

Entretanto, para aprofundar a compreensão sobre o significado de “ser venezuelano” nesse contexto, é necessário analisar como a Feira de Culinária Venezuelana contribui para a construção identitária dos sujeitos migrantes dentro da cidade.

Para aprofundar a compreensão sobre o significado de “ser venezuelano” nesse contexto, é necessário analisar como a Feira contribui para a construção identitária dos migrantes dentro da cidade. Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a identidade étnica não se configura como uma essência cultural, mas como uma estrutura relacional construída na interação entre grupos sociais distintos. Trata-se de um marcador simbólico que emerge especialmente em contextos de fricção interétnica, negociação ou oposição social, operando como classificador ideológico capaz de delimitar fronteiras simbólicas entre coletividades.

Essa identidade manifesta-se tanto no comportamento quanto no discurso dos sujeitos, podendo ser ativada, manipulada ou atribuída em função das relações estabelecidas no espaço social. Como tal, ela não é estática, mas dinâmica, situada e tensionada pelas condições concretas de convivência. A identidade étnica pode ser pensada, portanto, como expressão coletiva de pertencimento, que se afirma geralmente em contraste com um “outro”. Cardoso denomina essa lógica como identidade contrastiva — ou seja, uma identidade que se define na negação ou oposição à alteridade percebida.

No campo empírico, essa dinâmica se revela nas classificações simbólicas, nos estigmas sociais e nas estratégias de legitimação que ocorrem entre os diferentes sujeitos envolvidos na relação interétnica. Por outro lado, Cardoso de Oliveira — influenciado por Daniel Glaser — distingue esse fenômeno da identificação étnica, entendida como o processo por meio do qual

um sujeito ou grupo reconhece a si mesmo, ou é reconhecido por outros, como pertencente a uma classificação étnica.

A identificação étnica envolve mecanismos de autoatribuição ou atribuição externa, atualizados nas interações cotidianas, sendo empiricamente observável no posicionamento dos sujeitos em contextos sociais específicos. Ela revela como os agentes negociam sua inserção, sua classificação e os sentidos que atribuem ao pertencimento étnico — tanto como afirmação, quanto como adaptação ou resistência.

Essa distinção entre identidade e identificação étnicas é central para os objetivos desta pesquisa. Ao investigar os modos como interlocutores migrantes constroem vínculos sociais na Feira — e como são simultaneamente classificados por segmentos locais com os quais interagem — busca-se equacionar essas duas dimensões de forma teórica e metodológica.

Como sugere Cardoso de Oliveira, “O equacionar consistentemente a identidade e a identificação étnicas poderá resultar numa contribuição para o desenvolvimento de pesquisas que, conjugadas, logrem um mais completo conhecimento e uma mais aprimorada metodologia.” (OLIVEIRA, 1976, p. 8)

No campo urbano fronteiriço, os migrantes não acionam etnias formais de origem, mas são identificados como grupo por atributos simbólicos como idioma, aparência e condição de subsistência. A pesquisa busca, portanto, compreender como essa identidade relacional e a identificação social se produzem na fricção cotidiana, moldando experiências de pertencimento e exclusão.

O espaço da Feira de Culinária Venezuelana, situado em Boa Vista, constitui um território relacional onde práticas alimentares, laços migratórios e trocas econômicas se entrelaçam na composição de vínculos seletivos e arranjos sociais marcados por fricção interétnica. A convivência entre interlocutores migrantes e segmentos locais — especialmente residentes em condição de subsistência — revela tensões, classificações e estratégias de articulação que ativam formas de pertencimento e posicionamento social.

Aprofundar essa questão exige compreender como tais processos se articulam à dinâmica cultural dos sujeitos migrantes, o que será explorado a seguir.

4.1 A identidade e sua relação com a dinâmica cultural do migrante venezuelano

O processo migratório venezuelano para o Brasil — especialmente após a intensificação do fluxo em 2017 — contribuiu para a construção de uma identidade distinta, que não apenas se diferencia da identidade nacional venezuelana, mas se reconfigura no novo contexto social. A migração não se resume à mudança geográfica, mas implica transformações na percepção

dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, gerando novas formas de pertencimento e interação cultural e negociação simbólica.

As identidades não são estáticas; elas se constroem na relação com o outro, enfatizando tanto quem somos quanto quem não somos. Conforme aponta Doty (*apud* Machado, 2021, p. 106), no processo migratório, as ambiguidades da identidade nacional se tornam mais evidentes, pois os migrantes passam a ser vistos como exteriores à identidade dominante, ao mesmo tempo em que influenciam sua redefinição.

Essa dialética entre identidade e alteridade é justamente o que mantém as fronteiras sociais, determinando quem pertence e quem é excluído. Nesse sentido, Berger e Luckmann (2004) explicam:

Quando a socialização secundária se diferenciou até o ponto em que se tornou possível a desidentificação subjetiva do «lugar adequado» do indivíduo na sociedade, e quando ao mesmo tempo a estrutura social não permite a realização da identidade subjetivamente escolhida, acontece um interessante desenvolvimento. A identidade subjetivamente escolhida torna-se uma identidade de fantasia, objetivada dentro da consciência do indivíduo como seu «eu real». Pode-se admitir que as pessoas sempre sonham com desejos impossíveis de serem realizados, e coisas semelhantes. A peculiaridade deste particular fantasia reside, na objetivação, no nível da imaginação, de uma identidade diferente daquela objetivamente atribuída anteriormente interiorizada na socialização primária." (BERGER; LUCKMAN, 2004. P 226)

A citação evidencia como a socialização secundária pode gerar conflitos identitários quando a estrutura social não possibilita a vivência plena da identidade subjetivamente construída. Muitos interlocutores migrantes chegam ao Brasil com uma identidade socialmente atribuída — “imigrantes”, “refugiados”, “trabalhadores informais” — enquanto carregam uma identidade subjetiva mais complexa, composta por memórias, aspirações e tradições que sustentam o distanciamento de sua terra natal. Quando o contexto social não permite que essa identidade seja vivida plenamente, ela permanece como uma identidade imaginada, sem reconhecimento externo.

Nesse cenário, a identidade étnica assume um papel contrastivo, como aponta Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Para o autor:

A identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., a base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. (OLIVEIRA, 1976, p. 5)

No espaço da Feira de Culinária Venezuelana, os migrantes não se reconhecem mutuamente pelas etnias às quais pertenciam na Venezuela — como *Warao*, *Kariña* ou *Pemón* — mas sim pelo gentílico “venezuelanos”. Esse rótulo coletivo é também reforçado por

segmentos da população local, que os classificam como “migrantes”, “pobres” e muitas vezes como responsáveis pelas mazelas sociais que se agravaram no estado com sua chegada.

Essa lógica de rotulação e oposição simbólica encontra paralelo em outras fronteiras sociais. Silva (2008), ao investigar a dinâmica identitária na Tríplice Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, observa que:

a afirmação de identidades nacionais ocorre, sobretudo, em momentos nos quais é necessário eleger um ‘bode expiatório’ para os problemas do cotidiano, como violência, tráfico de drogas, contrabando e desemprego. Nessa conjuntura, brasileiros e colombianos tendem a se unir para responsabilizar os peruanos, estigmatizados por meio de imagens deterioradas — ‘ladrões’, ‘invasores’, ‘traficantes’, ‘sujeitos’. (SILVA, 2008, p. 43)

A analogia com Boa Vista torna-se pertinente: embora não se trate de uma fronteira física entre Estados-nação, os conflitos identitários emergem de fronteiras sociais construídas por relações de poder, classificações simbólicas e disputas por espaço, visibilidade e legitimidade. A lógica contrastiva entre “nós” e “eles”, nesse cenário, alimenta processos de exclusão, reforça estigmas e orienta a maneira como migrantes venezuelanos são percebidos e incorporados à dinâmica urbana local.

Assim, a identidade construída na Feira se define por contraste — tanto nos discursos dos migrantes, quanto nos juízos dos segmentos brasileiros que interagem com eles. Trata-se de uma identidade relacional, que emerge na oposição simbólica entre “nós” e “eles”, e que molda as formas de convivência, estigma e articulação no campo interétnico urbano.

Nesse contexto, a identidade não é apenas uma construção interna ou subjetiva, mas depende da aceitação social e da legitimidade atribuída pelas relações intergrupais. O descompasso entre a identidade subjetivamente vivida e a identidade socialmente imposta pode gerar uma experiência de não pertencimento, como revelam os relatos dos interlocutores desta pesquisa. Muitos migrantes venezuelanos enfrentam um duplo processo de rotulação: ao chegar ao Brasil, são automaticamente classificados como estrangeiros; em seguida, enfrentam estigmas que os posicionam como mão de obra precarizada, dificultando sua inserção social e econômica.

A identidade real do migrante — composta por memórias, aspirações e tradições — muitas vezes permanece invisibilizada. Dentro das disputas sociais, muitos optam por aceitar temporariamente a identidade imposta como estratégia de subsistência, minimizando vulnerabilidades e acessando oportunidades. Essa negociação revela que a identidade é também uma prática adaptativa, moldada pelas condições concretas de convivência.

Berger e Luckmann (2004) reforçam essa dinâmica ao afirmar:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. [...] As identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. (BERGER E LUCKMANN, 2004. p. 228)

Essa perspectiva é complementada pela abordagem de Pierre Bourdieu (2006), que entende a identidade como produto de disputas simbólicas e materiais. Para este autor, a identidade não é fixa, mas negociada continuamente nas interações sociais, sendo condicionada pelas estruturas objetivas e pelas estratégias individuais de posicionamento.

A identidade dos interlocutores migrantes venezuelanos, portanto, é moldada pela estrutura social na qual estão integrados, mas, ao mesmo tempo, é constantemente recriada a partir das interações, das práticas culturais e das estratégias que mobilizam para se posicionar no novo contexto. Em vez de mera adaptação, esse processo envolve resistência, negociação e recriação dos papéis sociais, revelando a agência dos sujeitos migrantes na produção de significados e na transformação da própria estrutura que os circunda.

Ao integrar essas perspectivas teóricas, é possível compreender como a identidade dos interlocutores migrantes venezuelanos se constrói dentro de um sistema social que pode legitimá-los ou estigmatizá-los, tornando-se um campo de disputa simbólica no contexto da migração. Como destacam Berger e Luckmann (2004, p. 230), “A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade.”

No caso dos sujeitos migrantes em Boa Vista, essa dialética se manifesta nas relações cotidianas, nas quais reconfiguram vínculos e desenvolvem estratégias coletivas de apoio, dando origem a práticas solidárias como as RPSA e REPSA. A identidade, portanto, não é fixa, mas continuamente construída ao longo da experiência migratória, emergindo da interação entre estrutura social e agência individual.

A integração em novas realidades, relações e costumes no território brasileiro configura um processo dinâmico, no qual os migrantes reelaboram suas práticas culturais, reorganizam suas experiências e negociam formas de pertencimento e subsistência no novo meio social que os acolhe. Essa identidade em transformação não se limita ao nível pessoal, mas se expressa em práticas coletivas, como na Feira de Culinária Venezuelana, onde os interlocutores articulam formas de socialização e pertencimento, negociando elementos de sua cultura de origem com aspectos da sociedade receptora.

O contato diário com sabores, tradições e relações interpessoais na Feira permite que esses sujeitos não apenas reelaborem sua identidade, mas ressignifiquem sua presença em Boa

Vista, contribuindo para uma integração social que ultrapassa os limites da simples inserção econômica.

4.2 Das memórias e da trajetória à reelaboração identitária na experiência migratória venezuelana

A migração não se constitui apenas como deslocamento geográfico, mas como um processo no qual experiências e memórias individuais se entrelaçam, criando formas de pertencimento e redes comunitárias. Mais do que um fluxo populacional, a mobilidade de interlocutores venezuelanos para Boa Vista representa um fenômeno marcado por negociações simbólicas e construção de significados que transcendem a dimensão física e territorial.

Segundo Truzzi (2008), os padrões recorrentes de deslocamento podem moldar estratégias de integração social ao longo do tempo. No entanto, a migração venezuelana para Boa Vista não seguiu um modelo consolidado de redes migratórias preexistentes, como no caso de haitianos ou cubanos, que já haviam desenvolvido mecanismos de suporte e circulação. No século XIX, os emigrantes europeus possuíam vasta experiência em deslocamentos internos dentro do próprio continente, migrando para regiões vizinhas em busca de melhores condições de trabalho (TRUZZI, 2008, p. 200). A experiência venezuelana, por outro lado, foi abrupta e marcada pela ausência de redes em processo migratório, exigindo dos deslocados a criação de novas formas de pertencimento e subsistência dentro do território brasileiro.

De acordo com Ângelo (2021), esse fluxo ocorreu de maneira repentina e intensa, sem tempo suficiente para que os migrantes estabelecessem redes sólidas antes do deslocamento. O movimento ganhou força apenas a partir do final de 2017, criando um cenário no qual muitos precisaram construir formas de apoio e pertencimento já dentro do novo território — tanto físico quanto social — em vez de contar com redes preexistentes. Desta maneira, os interlocutores migrantes buscaram se integrar por meio da criação de práticas e estratégias em Boa Vista.

Entre os que partiram para o Brasil nesse período estavam Jonny, fundador da Feira de Culinária Venezuelana, bem como Daniele e Rafael — sujeitos que enfrentaram diretamente os desafios desse deslocamento abrupto. Suas trajetórias exemplificam como, diante da ausência de redes prévias, foi necessário construir novas estratégias de subsistência, criando espaços de sociabilidade e novas vivências identitárias no Brasil.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, ao perguntar sobre o momento da decisão de migrar e as experiências vividas no processo, percebi que todos recorriam ao mais profundo de suas memórias seletivas — conceito abordado por Pollak (1992). A migração, longe de ser

um evento pontual, revela-se como um marco emocional intenso, cujos impactos permanecem vivos nos corpos e nas expressões dos interlocutores.

Ao revisitar suas trajetórias de vida e o processo migratório até o Brasil, os entrevistados destacavam episódios marcantes, preservados em suas lembranças. Como afirma Pollak (1992, p. 4), "A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica".

A angústia de deixar tudo para trás era perceptível em suas reações. Enquanto falava, Jonny levava as mãos ao rosto, como se revivesse mentalmente as dificuldades enfrentadas. Daniele, com os olhos brilhando, segurava as lágrimas, evidenciando o peso das lembranças. Rafael, por sua vez, permaneceu em silêncio, precisando de um momento para se recompor antes de dar sua resposta.

Neste sentido Pollak (1992) aponta que,

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (POLLAK, 1992. p. 4)

Essa luta interna entre a saudade e a reconstrução no novo território revela um paradoxo da memória, no qual o passado se entrelaça ao presente, exigindo uma constante reelaboração da experiência vivida. Como aponta Ricoeur (2012), "A narração põe a consonância lá onde há somente dissonância". (RICOEUR, 2012. p. 305)

Na trajetória migratória, essa reorganização narrativa não se trata de mera ficção, mas de um recurso essencial para lidar com o deslocamento, uma tentativa de dar sentido à mudança brusca de realidade. Jonny expressou que nunca imaginou deixar seu país. Naquele momento, parecia reviver sua jornada até Boa Vista e seus primeiros dias como feirante. Como pioneiro, ele e seus amigos abriram caminho para que outros migrantes seguissem essa trajetória desafiadora—papel que também foi desempenhado por Rafael e Daniele.

A experiência migratória carrega marcas profundas do tempo — um tempo que não se limita à cronologia dos deslocamentos, mas que se reconfigura emocionalmente na memória dos que partem. Como aponta Ricoeur (2012), os paradoxos do tempo acompanham toda tentativa de elaborar a relação dialética entre passado, presente e futuro, tornando a migração um fenômeno que transcende a linearidade e se inscreve na subjetividade dos sujeitos em deslocamento,

Os paradoxos que afligem nossa experiência humana do tempo vão mais além do caráter puramente linear e cronológico – ou antes cronométrico – do tempo. Eles acompanham toda tentativa de elaborar a relação dialética entre passado, presente e futuro, e a relação dialética entre parte e todo temporal. (RICOEUR, 2012. p.301)

A migração venezuelana para Boa Vista envolve não apenas deslocamento físico, mas também um intenso investimento identitário, no qual os migrantes se envolvem emocionalmente na reconstrução de suas trajetórias e na reelaboração de sua presença no novo ambiente. Como aponta Bourdieu (2007), "O desejo de entrar na representação, identificando-se com as alegrias ou sofrimentos dos personagens, interessando-se por seu destino, desposando suas esperanças e causas, suas boas causas, vivendo sua vida, baseia-se em uma forma de investimento." (BOURDIEU, 2007. p. 34).

Essa ideia se reflete na maneira como Jonny, Rafael e Daniele percebem suas jornadas e constroem laços dentro da Feira. A mobilidade populacional dos venezuelanos ocorreu de forma acelerada, sem experiência migratória prévia, em um contexto de barreiras linguísticas e desafios econômicos. A criação de redes de acolhimento e integração no mercado de trabalho tornou-se essencial para garantir o sustento dos familiares que permaneceram na Venezuela.

A identidade dos sujeitos migrantes é frequentemente atrelada à busca pela subsistência, sendo associada ao estereótipo do "venezuelano pobre" que disputa vagas de emprego e serviços. Muitos segmentos residentes em Boa Vista os percebem como indivíduos provisórios, que não contribuiriam para o desenvolvimento da cidade, mas sim enviariam remessas para a Venezuela, retirando recursos do Estado.

No entanto, essa percepção não contempla a complexidade da experiência migratória, que não se restringe a questões econômicas, mas envolve memórias, trajetórias e redes de pertencimento que moldam a forma como os migrantes se integram no novo território. Ao longo das entrevistas realizadas, ficou evidente que a migração venezuelana para Boa Vista não se limitou ao deslocamento físico, mas representou um processo profundo de construção identitária.

Para muitos interlocutores migrantes, a possibilidade de obter emprego formal com carteira assinada estava fora de cogitação. Diferentemente dos brasileiros, para quem a carteira representa um pilar de segurança social, os migrantes priorizavam o envio imediato de alimentos e dinheiro para seus familiares, recorrendo a redes informais e conhecidos para viabilizar essa ajuda.

Nesse sentido, Vasconcelos (2018), em seu artigo "Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil", apresenta um panorama da experiência venezuelana no processo migratório, evidenciando que sua formação ocorreu de maneira distinta em relação a outros movimentos populacionais no Brasil. Como indica a autora, os venezuelanos priorizavam o envio de alimentos como parte fundamental da sua estratégia de subsistência.

Além disso, Vasconcelos discute como essa experiência é marcada pela solidariedade, caracterizada pela formação de laços de amizade entre sujeitos migrantes de diferentes origens. Essa dinâmica foi observada nos espaços de sociabilidade venezuelanos, conforme relatado por Ângelo (2021) e complementado pelos dados construídos em nossa pesquisa de campo em 2024. Esses núcleos de convivência são constituídos com base na confiança e respeito, funcionando como mediadores da integração social a partir da experiência compartilhada, do conhecimento da língua e da compreensão dos elementos culturais específicos de Boa Vista.

A migração venezuelana também envolvia desafios relacionados ao envio de alimentos para familiares na Venezuela. Naquele período, as remessas em dinheiro ainda não estavam institucionalizadas, tornando o envio de alimentos a única alternativa viável para garantir o sustento dos que permaneceram no país de origem.

Vasconcelos (2018) identifica três momentos vivenciados pelos venezuelanos no Brasil.

O primeiro é marcado pela relação de trabalho assimétrica com os brasileiros/as, cuja centralidade está na exploração de sua mão de obra e na necessidade vital de conseguir comida. Já no segundo, consiste na transição entre a condição de sujeito passivo (que recebe comida) para a de agente (que dá comida), concretizada pelo envio de remessas aos seus familiares na Venezuela e o status de provedor. O terceiro é assinalado pela comensalidade estabelecida entre pessoas venezuelanas que motivadas pelo contexto de deslocamento passam a compartilhar um mesmo ponto de vista e a se perceber como semelhantes (a despeito das diferenças de classe no país de origem), tendo como principal ponto comum a condição de fugitivo da chamada “Dieta de Maduro” – expressão utilizada por venezuelanos/as como analogia ao desabastecimento de gêneros alimentícios atribuído ao governo do presidente Nicolás Maduro. (VASCONCELOS, 2018. p. 137)

A relação dos migrantes com a comida não apenas define suas estratégias de subsistência, mas também funciona como elemento de identidade e pertencimento. Muitos caminharam por dias até Boa Vista, buscando garantir alimentos para seus familiares. A comensalidade, nesse contexto, transcende barreiras sociais, políticas e econômicas, funcionando como elo unificador entre diferentes grupos.

Como afirma Vasconcelos (2018, p. 139), “são pessoas com origens diversas”, representando a Venezuela desde o Oriente até o Ocidente e da Amazônia ao Caribe. Essa diversidade ficou evidente para Ângelo (2021) nas *maticas* e em nossa pesquisa de campo, especialmente nos encontros observados na Feira de Culinária Venezuelana.

A proximidade geográfica entre Roraima e as cidades venezuelanas facilitava o envio de alimentos, que era realizado principalmente por taxistas venezuelanos ou por meio de viagens até *Santa Elena de Uairén*. Jonny conseguiu enviar alimentos após um mês de sua chegada, utilizando o serviço de um taxista, e retornou à Venezuela três meses depois, levando uma quantidade significativa de comida.

Daniele utilizava um taxista conhecido para enviar mantimentos semanalmente, enquanto Rafael viajava até *Santa Elena de Uairén* para despachar sacas de alimentos. Ambos retornaram à Venezuela para passar Natal e Ano Novo após dois anos no Brasil—mas nunca mais voltaram definitivamente.

A escolha de Boa Vista como cidade de trânsito para garantir a subsistência dos familiares se deve à sua localização estratégica, permitindo um deslocamento mais acessível e reforçando a percepção dos migrantes sobre, “[...] sua condição temporária na cidade enquanto buscam trabalho e renda. O objetivo principal é enviar comida para as famílias na Venezuela” (VASCONCELOS, 2018, p. 140).

A relação dos migrantes com a alimentação reflete não apenas a luta pela subsistência, mas também a afirmação de sua identidade cultural. A abundância nos pratos servidos na Feira de Culinária Venezuelana remete à tradição de refeições generosas na Venezuela. Como relatou Jonny, a Feira é conhecida entre os migrantes como *La Calle del Hambre*, em referência a um espaço semelhante em sua cidade natal. A evocação dessa memória afetiva revela como a alimentação se torna um canal privilegiado de conexão com o passado e com a identidade nacional.

Essa dinâmica remete à pergunta que orientou a pesquisa de doutorado sobre os Terena, conduzida por Roberto Cardoso de Oliveira, que buscava compreender como, mesmo em constante interação com os não indígenas, esse grupo continuava a afirmar sua identidade étnica. Ainda que transformada pelas relações interétnicas, a identidade persistia como um marcador fundamental. Para Cardoso de Oliveira (1976), a etnicidade não se reduz à preservação de traços culturais fixos, mas se atualiza nas interações sociais, sendo uma construção relacional que se afirma na fricção interétnica — ou seja, nas trocas, tensões e negociações entre grupos com diferentes referências culturais.

No caso dos migrantes venezuelanos observados na Feira de Culinária, nota-se que mesmo aqueles socialmente integrados ou que adotam práticas cotidianas semelhantes às dos brasileiros — como vestimentas e hábitos alimentares — continuam evocando sua identidade nacional e étnica por meio das memórias culturais. Como afirmava Cardoso de Oliveira, “a identidade se fixa na memória”. Essa identidade é vivenciada através de elementos como a gastronomia, a música, a língua e outras práticas culturais que, embora transformadas pelo contexto de acolhimento, são transmitidas intergeracionalmente no seio familiar e em espaços de sociabilidade como a Feira. Trata-se de um processo de articulação étnica, no qual a identidade se redefine e se reafirma em contextos de interação, sem perder sua força simbólica e afetiva.

Esses elementos, no entanto, não permanecem inalterados. Ao interagir com o contexto brasileiro, a culinária venezuelana na Feira passa por um processo contínuo de trocas, ainda que sutis, devido à baixa presença de consumidores locais. Nesse cenário, os migrantes reelaboram receitas, incorporam ingredientes regionais e constroem sabores que dialogam com as preferências dos poucos brasileiros que frequentam o espaço, sem comprometer os fundamentos de sua tradição gastronômica.

Alguns interlocutores, contudo, relatam dificuldades em lidar com essas transformações. Em um episódio marcante, um participante expressou sua frustração ao afirmar: “Vocês misturam macarrão com arroz.” Para muitos venezuelanos, essa combinação seria impensável, evidenciando um conflito de hábitos alimentares e a necessidade de reelaboração das práticas gastronômicas. Esse tipo de tensão revela que a identidade cultural não é apenas uma recuperação do passado, mas, como propõe Stuart Hall (2006, p. 25), um tornar-se — uma construção contínua e negociada, marcada por deslocamentos, rupturas e reinterpretações.

A Feira de Culinária Venezuelana, portanto, não se limita a um espaço de comércio. Ela se configura como um território de resistência e afirmação cultural, onde os migrantes reafirmam suas raízes e compartilham suas práticas com a comunidade local. Ao mesmo tempo, torna-se um ponto de encontro entre diferentes culturas, promovendo trocas e influências mútuas. Nesse processo, a identidade cultural dos venezuelanos em Boa Vista não é apenas preservada, mas também recriada e enriquecida pela experiência migratória.

Entre os diversos elementos que compõem essa reelaboração, a alimentação ocupa lugar central. A fartura e o consumo de alimentos funcionam como símbolos de resistência, pertencimento e memória coletiva, articulando dimensões afetivas e identitárias. Essa centralidade da alimentação na experiência migratória venezuelana abre caminho para uma análise mais aprofundada das relações entre memória, práticas alimentares e construção identitária.

4.4- Memória e Alimentação: A experiência venezuelana e o ser venezuelano em Boa Vista-Roraima

A alimentação dos interlocutores migrantes venezuelanos não representa apenas um meio de subsistência, mas constitui um elo essencial entre passado e presente, fortalecendo a identidade coletiva e as relações sociais no novo território. As práticas alimentares, nesse contexto, tornam-se marcadores culturais significativos, capazes de ativar memórias, reafirmar

pertencimentos e negociar estigmas nas dinâmicas urbanas de Boa Vista, especialmente nas interações entre migrantes e segmentos locais com os quais se estabelecem vínculos.

Retomando a relação com a fartura alimentar, cabe perguntar: como essa prática foi construída e ressignificada no contexto migratório? Muitos migrantes, afetados diretamente pelas crises que assolavam sua nação, enfrentaram momentos delicados em relação à segurança alimentar em pleno século XXI. Acostumados à abundância, passaram a buscar um lugar fora de seu país de origem para garantir o básico. No entanto, ao se integrar à sociedade receptora, retomaram padrões de consumo como nos tempos em que adquiriam alimentos em fartura — aspecto fundamental da identidade venezuelana.

Essa valorização da fartura pode, à primeira vista, parecer exagerada ou um ato desesperado, mas revela uma expressão cultural profundamente enraizada. Por exemplo, o cachorro-quente — ou *perro caliente*, como chamam — não se compara aos encontrados em Boa Vista. A generosidade nos ingredientes faz com que sua aparência pareça excessiva para quem não está familiarizado com esse modo de servir.

Em uma das muitas conversas, Jonny compartilhou lembranças do sítio onde cresceu. Que de acordo com Pollak (1992),

Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Pode ser, por exemplo, um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu (POLLAK, 1992. p.3)

Jonny recordou como seu pai costumava abater o maior *cochino* (porco), que era frito em uma enorme panela e servido com *yuca* (macaxeira). Ao narrar, ele fez um som com a boca e indicou o tamanho da barriga, enfatizando a fartura. Contou que sempre foi forte, mas, no início da crise no país de origem e durante os primeiros meses no Brasil, emagreceu bastante. Agora, após começar a trabalhar na Feira, começou a recuperar peso.

A relação dos migrantes venezuelanos com a comida é uma característica marcante que eles trouxeram consigo. Essa valorização da fartura pôde ser observada nos pratos servidos na Feira e em nossa visita à Venezuela. Lá, os hambúrgueres eram enormes e cobertos por camadas generosas de *queijo ralado*. Os *pepitos* tinham o tamanho de um pão baguete, parecendo impossível de serem consumidos por uma única pessoa—mas os venezuelanos conseguiam.

A abundância nos pratos venezuelanos também se mostrou vantajosa para nós durante nossa estadia no país vizinho, pois uma refeição ou um lanche típico poderia ser compartilhado entre duas pessoas. Nas feiras e pontos de venda de comida de rua, as *arepas* eram tão grandes

que mal cabiam na boca, mas os venezuelanos tinham um jeito próprio de degustá-las, tornando a experiência prazerosa a cada mordida.

Daniele lembra dos *pepitos* servidos na orla de *Puerto La Cruz*, dizendo que o pão, os legumes e o queijo lá têm um sabor único. Rafael nos contou que gosta muito de *arroz chino*, prato extremamente popular entre os venezuelanos. Esse prato costuma ser acompanhado por maionese caseiro realçando ainda mais seu sabor.

Ele relembra que, em sua cidade, *Puerto Ordaz*, as feiras de comida noturnas próximas ao shopping *Alta Vista* ofereciam pratos em tamanho extragrande—comparados aos pratos comuns servidos em Boa Vista, poderiam facilmente ser compartilhados por duas pessoas.

Para os interlocutores migrantes, a referência de um prato não se limita ao sabor, mas ao ato de degustação coletiva: quanto mais saboroso e farto, mais valorizado. A alimentação, nesse sentido, ultrapassa a função nutricional e se torna um elo entre memória, afeto e identidade.

Assim, a comida não representa apenas um meio de subsistência, mas constitui um canal privilegiado de conexão entre passado e presente, fortalecendo vínculos coletivos e relações sociais no território de acolhimento. As práticas alimentares, nesse contexto, tornam-se marcadores culturais significativos, capazes de ativar memórias, reafirmar pertencimentos e negociar estigmas nas interações cotidianas entre migrantes e segmentos locais em Boa Vista.

A partir das leituras sobre a migração venezuelana em Roraima e das observações realizadas na Feira de Culinária Venezuelana, é possível interpretar essa dinâmica à luz de Geertz (1989). A forma como os sujeitos migraram foi moldada por estruturas sociais e condições adversas enfrentadas na Venezuela e durante a estadia no Brasil. Essas experiências são canalizadas por meio do agenciamento entre migrantes, que constroem estratégias para superar ou amenizar os desafios de se estabelecer na cidade.

A identidade do migrante venezuelano precisa ser entendida a partir de algumas particularidades:

A prioridade na subsistência se destaca, pois, diferente de outras migrações motivadas por oportunidades econômicas ou busca por melhor qualidade de vida, os venezuelanos migraram essencialmente para garantir alimentos e recursos básicos para suas famílias, o que moldou suas estratégias de deslocamento.

A centralidade da alimentação aparece no envio de alimentos para familiares na Venezuela, como observado na pesquisa de Vasconcelos (2018). Isso explica por que a Feira de Culinária assumiu papel tão significativo, funcionando não apenas como um espaço de

subsistência econômica, mas também como um elo com a identidade e memória afetiva dos migrantes.

As relações pessoais e redes informais desempenharam um papel essencial, uma vez que, com a ausência do Estado em um primeiro momento e após a instauração da Operação Acolhida, os migrantes venezuelanos passaram a depender da RPSA e REPSA para sua organização e integração.

A mobilidade estratégica se evidencia na escolha da capital do estado de Roraima como destino inicial, diretamente ligada à proximidade geográfica com cidades venezuelanas, possibilitando uma migração mais acessível e temporária. Muitos migrantes retornavam à Venezuela periodicamente para levar mantimentos ou administrar sua situação familiar.

A reorganização improvisada também se manifesta na maneira como os migrantes desenvolveram suas próprias estratégias de subsistência em um país de língua diferente, sem experiência prévia de deslocamento internacional. Inicialmente, sua presença se concentrava na Praça Simón Bolívar e nos arredores da Rodoviária Internacional, onde buscavam se organizar de forma espontânea, criando redes de apoio e espaços de convivência.

A comensalidade e a identidade mostram como a alimentação não apenas funcionava como mecanismo de subsistência, mas também como elemento que reforçava a identidade coletiva. A valorização de pratos típicos, como as *arepas*, *perros calientes*, *arroz chino*, molhos como o *guasacaca*, bebidas como a *chicha* feita de macarrão e o *papelón*, entre outros, evidencia a tentativa dos migrantes de recriar aspectos de sua cultura mesmo em território estrangeiro. Essas práticas alimentares funcionam como formas de resistência simbólica e de afirmação cultural, especialmente em contextos de fricção interétnica.

Pollak (1992, p. 5) destaca a relação entre memória e identidade ao afirmar: “Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.” Dessa forma, as práticas alimentares dos migrantes venezuelanos em Boa Vista não são apenas uma resposta à necessidade de subsistência, mas também um mecanismo de preservação e reelaboração de sua identidade coletiva — ativando memórias, reafirmando pertencimentos e negociando estigmas nas relações sociais que se constroem no cotidiano urbano fronteiriço.

A identidade também é construída socialmente a partir de elementos culturais. No caso da migração venezuelana em Boa Vista, a representação social dos migrantes por parte de determinados segmentos locais está diretamente ligada à forma como suas trajetórias foram veiculadas pelos meios de comunicação. Isso inclui tanto a cobertura sobre sua chegada quanto

os arranjos que estabeleceram na cidade para garantir sua subsistência. No território, essa identidade se reelabora continuamente, a partir das experiências vividas nas interações entre migrantes e residentes.

A identidade, afinal, é uma construção que envolve tanto a maneira como o sujeito se imagina e deseja ser reconhecido quanto a forma como é percebido pelos outros. Pollak (1992, p. 5) aprofunda essa questão ao afirmar que a memória é um dos fatores essenciais para o sentimento de continuidade e coerência, tanto individual quanto coletiva. A memória herdada, segundo ele, ajuda a moldar a imagem que uma pessoa constrói de si mesma e apresenta ao mundo, influenciando como deseja ser vista.

Dessa forma, a identidade dos migrantes venezuelanos não é constituída apenas por suas experiências individuais, mas pelo contexto social que os envolve, pelas relações que estabelecem e pela memória coletiva que compartilham com sua comunidade. A migração, além de ser um deslocamento geográfico, é também um processo de reconstrução subjetiva, no qual os sujeitos reelaboram sua identidade a partir das interações estabelecidas na sociedade receptora.

4.5- Entre identidade e alteridade: o que significa ser venezuelano em Boa Vista?

A identidade é um processo socialmente construído, emergente na interação entre o eu e o outro. Com essa perspectiva, busquei compreender, a partir dos interlocutores migrantes que frequentam a Feira de Culinária Venezuelana, os sentidos atribuídos ao “ser venezuelano” em Boa Vista. Ao estar fora de seu país, o migrante reconhece-se nessa condição e elabora formas de expressão identitária. Diante disso, propus uma única pergunta: O que significa ser venezuelano em Boa Vista?

As respostas revelam um sistema complexo de significados culturais, nos quais hábitos, gestos, linguagem e práticas alimentares funcionam como marcadores identitários. Um interlocutor afirmou:

Interlocutor 1: "Ser venezuelano no Brasil significa enfrentar diferentes reações da sociedade. Alguns boavistenses nos aceitam e até demonstram curiosidade, dizendo: 'Quero aprender seu idioma', enquanto outros mantêm distância ou expressam preconceito."

Outro destacou:

Interlocutor 2: "Nossa identidade está na cultura que carregamos. A língua espanhola nos distingue, e pequenos hábitos cotidianos revelam nossa origem. Por exemplo, na Venezuela, o anfitrião serve a comida ao convidado, enquanto aqui, cada pessoa se serve sozinha."

Interlocutor 3: "Os traços culturais aparecem na alimentação. Embora a farinha não seja essencial no nosso cotidiano, em Boa Vista já aprendemos a consumi-la. Na Venezuela, o mais comum é o *casabe*, um alimento tradicional. O café tem um significado especial para nós: servimos até encher o copo, independentemente do tamanho. Já na gastronomia, há diferenças marcantes, como o costume de evitar misturar arroz e macarrão, algo que é comum aqui".

Interlocutor 4: "Nosso modo de vestir também nos identifica. Os venezuelanos costumam combinar roupa e calçado. Quando nos encontramos, cumprimentamos de maneira particular, e, em situações informais, dizer que estamos sem dinheiro pode ser uma forma de comunicação espontânea, especialmente se estamos de sandálias."

Interlocutor 5: "Expressamos nossa identidade não apenas pela fala, mas pelo corpo. Gesticulamos muito, e nossas expressões são intensas. Também há características visuais, como cortes de cabelo com detalhes e riscos, o uso de muitos acessórios e o hábito de carregar maquiagem, unhas decoradas e cílios bem trabalhados, o que contrasta com os costumes das brasileiras locais."

As respostas dos interlocutores revelam um sistema complexo de significados culturais, no qual hábitos, gestos, linguagem e práticas alimentares funcionam como marcadores identitários que distinguem os migrantes venezuelanos no cotidiano urbano de Boa Vista. Seguindo a interpretação de Geertz (1989), esses elementos não são expressões isoladas de identidade, mas sim *textos culturais* que, quando analisados, permitem compreender a lógica interna da experiência migratória. O modo como os interlocutores descrevem suas rotinas revela um processo no qual a identidade venezuelana se reorganiza no novo contexto, sem perder suas referências culturais.

Essa dinâmica encontra paralelo na pesquisa de Silva (2008) sobre a construção identitária na Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. O autor apresenta falas que evidenciam como elementos simbólicos sustentam preconceitos com conotações étnico-raciais. José, um colombiano que trabalha com mototáxi, afirma:

O povo brasileiro é muito amigável e limpo. Quando você entra numa casa vê as panelas brilhando. Já quando entra numa casa peruana não se vê o mesmo." Márcia Vasquez, brasileira que trabalha numa pousada próxima ao Mercado Municipal de Tabatinga, diz: "As mulheres peruanas oriundas de Iquitos se vestem mal e exageram na maquiagem, pintando os lábios de vermelho. Além disso, elas deixam a desejar na higiene pessoal. Já com relação às colombianas, elas são bonitas e se vestem bem. E, além do mais, elas são cultas." (SILVA, 2008, p. 43)

Esses relatos revelam como a alteridade é construída por meio de classificações simbólicas que reforçam estigmas e hierarquias sociais. No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, as falas dos interlocutores demonstram a dialética entre memória individual e

memória coletiva. A memória individual emerge dos relatos sobre a saída da Venezuela, a chegada ao Brasil e as estratégias de subsistência. Já a memória coletiva se manifesta na construção de um sentimento de pertencimento, no qual os migrantes se reconhecem uns nos outros, compartilham códigos culturais e enfrentam desafios comuns — como a percepção social negativa.

Essa interação entre passado e presente reforça o que Pollak (1992) descreve como um processo contínuo de reconstrução identitária, no qual os sujeitos se mobilizam para preservar sua cultura e, ao mesmo tempo, redefini-la na nova realidade social.

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível perceber que os migrantes articulam uma memória individual relacionada às particularidades da saída, chegada e permanência no Brasil, ao mesmo tempo em que se identificam com os mais de 120 mil venezuelanos que vivem na cidade, compartilhando experiências comuns, como os conflitos com segmentos locais e a transformação da percepção social sobre sua presença.

Inicialmente, houve um forte movimento de solidariedade para com os migrantes venezuelanos, mas essa recepção foi gradualmente deteriorada, dando lugar a uma representação social negativa. Diante desse cenário, os migrantes desenvolveram estratégias para sua de integração, que se manifestam por meio das RPSA e REPSA, como forma de resistir e construir sua identidade dentro da nova realidade social.

Essa dinâmica pode ser analisada a partir do conceito de memória coletiva de Pollak (1992),

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de 'vividos por tabela', ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não." (POLLAK, 1992.p.2)

Dessa forma, a identidade dos migrantes venezuelanos não se constrói apenas a partir de suas vivências individuais, mas também por meio das experiências compartilhadas dentro do grupo social ao qual pertencem. A sensação de pertencimento e a identificação com a coletividade influenciam a maneira como internalizam e respondem à representação social estigmatizada, mobilizando-se para criar estratégias de resistência e integração na sociedade brasileira.

Nesse processo identitário a alimentação assume um papel central na construção da memória coletiva dos migrantes. A comida não é apenas uma necessidade básica, mas um elemento que carrega significados profundos sobre pertencimento, tradição e resistência

cultural. Os venezuelanos que se estabeleceram em Boa Vista utilizam a culinária como uma maneira de manter vivas suas referências culturais e afetivas, recriando sabores e rituais alimentares que os conectam às suas origens.

A identidade, portanto, está intrinsecamente ligada à dinâmica do espaço e às interações sociais que nele ocorrem. Foi essencial abordar os elementos que constituem essa nova identidade do migrante venezuelano, considerando que estamos tratando de indivíduos que foram obrigados a se deslocar para além de seus lugares de aconchego na tentativa de garantir condições mínimas de subsistência — algo que seu país de origem não pôde oferecer.

Esse migrante venezuelano, fruto da miscigenação, representa a maioria dos que migraram para o Brasil. Em meio às observações realizadas no campo, percebi que, entre os próprios migrantes, havia distinções em relação à procedência e identidade étnica. Os *criollos*, por exemplo, foram mencionados em diversas conversas como um grupo com características próprias dentro da diversidade venezuelana. Além disso, um termo muito utilizado para definir a identidade de alguns migrantes era "*guajiro*", que, em determinados contextos, se tornava quase um sinônimo de indígena. Essa categorização, no entanto, se manifestava especialmente fora dos espaços pesquisados, pois não foi a população branca venezuelana que migrou para Boa Vista de maneira predominante.

A identidade se forma a partir da interação e do reconhecimento mútuo entre indivíduos, baseando-se em critérios de aceitação, pertencimento e legitimidade. No contexto da migração venezuelana para Boa Vista, a Feira de Culinária Venezuelana se configura como um espaço onde essa identidade é negociada e reafirmada. O intercâmbio gastronômico não é apenas uma forma de preservar tradições, mas também uma maneira de estabelecer conexões, construir aceitação social e fortalecer vínculos culturais entre migrantes e segmentos da sociedade local.

Essa análise reforça como as fronteiras — tanto físicas quanto sociais — influenciam profundamente a dinâmica da Feira e as interações entre migrantes e representantes de diferentes grupos sociais. A Feira pode ser vista como um espaço de negociação de identidades, onde ocorrem diálogos interculturais entre os poucos brasileiros moradores de Boa Vista que frequentam o espaço e os migrantes venezuelanos. Essas trocas não se limitam à Feira, mas também se estendem a outros espaços próximos, como agências de viagem utilizadas por migrantes em trânsito, abrigos, a sede da Operação Acolhida, a Polícia Federal e outros pontos de circulação e atendimento.

A ideia de fronteira pode ser uma lente para compreender o processo de formação da identidade reelaborado do venezuelano. Como destaca Machado (2021),

as fronteiras aqui discutidas não são feitas apenas de arames farpados ou campos de retenção, estão dentro de cada indivíduo, podendo ser invisíveis, subjetivas, “ontopoliticamente” demarcadas. Em outras palavras, para além daquela visão das fronteiras como locais que dividem o “dentro” e “fora”, que asseguram a soberania estatal, defende-se aqui que as fronteiras traçam mais que uma mera passagem, elas dão condições de possibilidade para uma constante articulação identitária, permitindo o encontro do “eu” e “outro”. As fronteiras são linhas de encontro, nas quais o diálogo pode ser estabelecido, bem como relação com a alteridade, permitindo que determinadas (re)construções de identidade sejam realizadas. (MACHADO, 2021.P. 122)

A identidade brasileira, por sua vez, é construída em relação à alteridade. Como aponta Machado (2021),

temos que questionar como essas construções dependem da negação de “outros”, como perigosos, ameaçadores, nos afirmando como diferentes e antagônicos aos não nacionais. Ao ser propagada uma ideia da Venezuela como nação assolada por uma ideologia esquerdista, com desastre econômico, governo ilegítimo e que merece ser tomada como um alerta, haja vista os indivíduos que saem de lá e vem para o Brasil (MACHADO, 2021.P. 152)

No entanto, a construção social da identidade não é fixa e pode mudar, tal como afirmam Berger e Luckmann (2004),

A mesma função legitimadora refere-se à ‘exatidão’ da identidade subjetiva do indivíduo. Pela própria natureza da socialização, a identidade subjetiva é uma entidade precária. Depende das relações individuais com os outros significativos, que podem mudar ou desaparecer. A precariedade é ainda mais aumentada por autoexperiências nas situações acima mencionadas. A ‘sadia’ apreensão de si mesmo como possuidor de uma identidade definida, estável e socialmente reconhecida está continuamente ameaçada pelas metamorfoses ‘suprarrealistas’ dos sonhos e das fantasias, mesmo se permanece relativamente coerente na interação cotidiana. A identidade é fundamentalmente legitimada pela colocação dela no contexto de um universo simbólico. (BERGER; LUCKMANN, 2004. p. 138)

Assim, a identidade subjetiva está constantemente sendo construída e reconstruída. Ela depende das relações sociais, das experiências vividas e da inserção em um universo simbólico que a legitima. No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, a percepção social sobre sua identidade é frequentemente estigmatizada, no sentido depreciativo de Goffman.

A Feira de Culinária Venezuelana pode ser compreendida, dentro do processo migratório, como um espaço de fortalecimento de redes informais de acolhimento e solidariedade. Nesse território relacional, as estratégias de subsistência econômica transcendem a lógica estrita do mercado. A obtenção de capital, por exemplo, é frequentemente direcionada não apenas à subsistência individual, mas também ao apoio de familiares que permanecem na Venezuela e de conterrâneos inseridos em redes como a Relação Pessoal de Solidariedade Assistida (RPSA) e a Rede Pessoal de Solidariedade Assistida (REPSA).

A identidade dos migrantes venezuelanos, nesse contexto, é constantemente reconfigurada ao longo da experiência migratória. Trata-se de um processo de negociação simbólica, no qual as referências culturais são transformadas pelas interações sociais e pelas condições concretas de deslocamento. A identidade migrante não é fixa nem essencialista; ela é construída e reconstruída continuamente, em diálogo com o universo simbólico e social no qual os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, Berger e Luckmann (2004) afirmam que,

o universo simbólico estabelece uma hierarquia, da ‘mais real’ até a mais fugitiva auto-apreensão da identidade. Isto significa que o indivíduo deve viver em sociedade com certa segurança de que realmente é o que considera ser, enquanto desempenha seus papéis sociais rotineiros à luz do dia e sob o olhar dos outros significativos”. (BERGER; LUCKAMN, 2004. p. 139)

Essa percepção reforça a ideia de que a identidade dos migrantes venezuelanos é frequentemente estigmatizada por determinados segmentos da sociedade local. Os migrantes são conscientes dessa manipulação simbólica, o que os leva, muitas vezes de forma inconsciente, a internalizar modos de ser e agir que moldam redes de apoio como a Relação Pessoal de Solidariedade Assistida (RPSA) e a Rede Pessoal de Solidariedade Assistida (REPSA).

Essa hierarquização simbólica da identidade migrante também se manifesta nas relações sociais e econômicas dentro da cidade. Na Feira de Culinária Venezuelana e em outros espaços de sociabilidade — como as *maticas*, conforme definido por Ângelo (2021) — os migrantes constroem redes informais de apoio e estratégias de subsistência que articulam pertencimento, resistência e negociação cultural. Para além da Feira, essa identidade, frequentemente estigmatizada, influencia não apenas a interação com segmentos locais, mas também as relações entre os próprios migrantes já estabelecidos no território.

A estigmatização se reflete de maneira concreta no mercado de trabalho, onde os migrantes mobilizam essa percepção social para reorganizar suas ofertas e garantir formas de integração. Muitos atuam como autônomos e ajustam preços, serviços e garantias para dialogar com as expectativas locais. O marido de Daniele, por exemplo, trabalha com refrigeração e oferece três meses de garantia, preços acessíveis e maior agilidade — demonstrando como essa negociação simbólica influencia diretamente as relações econômicas e sociais na cidade.

Dessa maneira, a identidade venezuelana, reconstruída pelos próprios migrantes a partir da experiência migratória, manifesta-se em espaços como as *maticas* descritas por Ângelo (2021) e a Feira de Culinária Venezuelana. Esse processo ocorre por meio da apropriação de

territórios, da fronteira cultural e do reconhecimento de elementos simbólicos que definem o que significa ser venezuelano em Boa Vista.

Práticas cotidianas como o consumo de farinha — antes ausente da rotina alimentar de muitos migrantes — passam a ser incorporadas à vivência no Brasil. Da mesma forma, o uso de sandálias em espaços públicos, anteriormente considerado inadequado em determinados contextos culturais, adquire novos significados na experiência migratória. Esses deslocamentos simbólicos revelam como a identidade é continuamente negociada e ressignificada.

Além disso, a identidade dos migrantes venezuelanos é frequentemente homogeneizada por segmentos da população local, sendo referidos genericamente como “os venezuelanos” ou “os migrantes”, o que apaga as diferenças étnico-raciais, regionais e culturais que compõem esse grupo. Essa simplificação revela uma tendência à essencialização, que ignora a diversidade interna e reforça estigmas.

Carvalho (citando Canclini, 1997. p. 294) complementa essa discussão ao afirmar que,

A identidade é uma construção que se narra. Pode-se dizer que os sujeitos sociais são ativos narradores ao mesmo tempo em que são narrados, isto é, são formados pelas estruturas narrativas dominantes de seu tempo, e particularmente dos campos de ação onde estão inseridos." (CARVALHO, 1997, p. 296)

Ou seja, há uma dupla dimensão na construção da identidade social. Os migrantes venezuelanos não são apenas agentes que contam suas próprias histórias, de acordo com suas percepções e vivências, mas também são moldados pelas narrativas que circulam entre os segmentos locais — sejam elas acolhedoras ou carregadas de estigmatização. Dessa forma, sua identidade não é construída de maneira isolada, mas dentro de um campo social onde certos discursos são mais aceitos e valorizados do que outros.

A linguagem, a vestimenta e a alimentação são alguns dos elementos reconstruídos pelos migrantes em Boa Vista, compondo um processo contínuo de trocas culturais e reelaboração identitária a partir dos espaços de sociabilidade. Dentre esses elementos, a linguagem emerge como um dos fatores mais determinantes na construção de uma identidade estigmatizada. O idioma espanhol constitui um marcador identitário imediato, diferenciando os migrantes da população brasileira e influenciando diretamente suas experiências de integração.

A forma como falam, seus sotaques e dificuldades com o português frequentemente reforçam percepções de alteridade e intensificam estereótipos, tornando a comunicação um dos maiores desafios no convívio com segmentos locais. A língua, nesse contexto, não é apenas um instrumento de expressão, mas também um campo de disputa simbólica, onde se negociam pertencimentos, legitimidades e fronteiras sociais.

A identidade migrante, portanto, não é uma essência imutável, mas uma construção relacional e situada, atravessada por fronteiras simbólicas, práticas cotidianas e discursos sociais. Ao longo deste capítulo, foi possível compreender como os migrantes venezuelanos em Boa Vista reelaboram suas referências culturais, constroem redes de apoio e enfrentam os desafios da integração em um território marcado por tensões, estigmas e negociações identitárias.

No próximo capítulo, aprofundaremos a análise sobre a representação social estigmatizada do migrante venezuelano e seus impactos na integração social em Boa Vista. Serão examinadas as formas como a linguagem, os discursos midiáticos e as interações cotidianas moldam a experiência migratória, influenciando oportunidades, relações e modos de existência no novo território.

CAPÍTULO V- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL ESTIGMATIZADA DO MIGRANTE VENEZUELANO EM BOA VISTA-RORAIMA

Este capítulo analisa como uma parcela expressiva da sociedade local constrói e reproduz representações sociais estigmatizadas sobre os migrantes venezuelanos, especialmente por meio de discursos midiáticos, interações cotidianas e manifestações públicas — como comentários em redes sociais diante de notícias relacionadas à migração.

Como mencionado ao longo deste estudo, no início da migração venezuelana em larga escala, por volta de 2017, havia um sentimento de solidariedade direcionado aos migrantes que ocupavam ruas, esquinas e a Praça Simón Bolívar. Entretanto, com a intensificação dos fluxos migratórios, essa percepção começou a se transformar. Os migrantes passaram a ser responsabilizados por problemas sociais em áreas como saúde, educação e segurança, e os conflitos passaram a marcar as interações entre segmentos locais e migrantes, reforçando a construção de uma identidade estigmatizada.

5.1 O conceito de estigma e sua relação com a identidade migrante

Afinal, o que é estigma? Para Erving Goffman, trata-se de uma identidade deteriorada. Esse conceito será a base teórica para compreender como se constrói a identidade dos migrantes venezuelanos a partir da percepção de determinados segmentos da sociedade local, especialmente aqueles que se manifestam publicamente nas redes sociais.

Na obra, “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Goffman (2008), traz um debate sobre a identidade e relações sociais:

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos na América obrigam os seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconderem isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos. (GOFFMAN, 2008. p. 13)

Dos três tipos de estigmas identificados por Goffman, este estudo foca no terceiro: os “estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 2008, p. 15). Essa abordagem é especialmente relevante para a análise do grupo de migrantes venezuelanos em Boa Vista, pois parte da população local tende a associar imperfeições individuais à coletividade migrante, reforçando estereótipos que dificultam sua integração social.

Apesar dos desafios impostos pela estigmatização, os migrantes também podem mobilizar essas representações sociais de forma estratégica, convertendo-as em recursos para sua integração no mercado de trabalho.

Como destaca Goffman (2008), o estigma envolve o processo de “inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados” (p. 15). Nesse sentido, o estigma não apenas delimita os contornos da aceitação social, mas também pode impulsionar os sujeitos estigmatizados a desenvolver estratégias de agenciamento. No caso dos migrantes venezuelanos, isso se manifesta na reelaboração de suas relações e na mobilização de oportunidades dentro do contexto urbano de Boa Vista.

O estigma não é apenas uma marca visível, mas um processo social que envolve a construção de identidades deterioradas. Ele opera como um mecanismo de diferenciação em relação aos padrões normativos da sociedade local, gerando exclusão e discriminação.

Um dos fatores que contribuem para essa diferenciação é a linguagem — não apenas pelo uso do espanhol, mas também pela tonalidade de voz, já que muitos migrantes tendem a se expressar em tom elevado, característica de sua cultura comunicativa. Essa diferença sonora, percebida como incômoda por alguns segmentos locais, reforça a alteridade e intensifica os estereótipos.

Além de ser imposto externamente, o estigma pode ser ressignificado pelos próprios migrantes como estratégia de integração. Como argumenta Goffman (2008), “A criatura estigmatizada usará, provavelmente, o seu estigma para ‘ganhos secundários’” (p. 20).

Nesse contexto urbano, marcado por desigualdades e disputas simbólicas, a condição social dos migrantes venezuelanos é frequentemente mobilizada como estratégia para acessar oportunidades laborais e garantir formas de integração econômica. A alta competitividade do mercado de trabalho, combinada com o custo de vida elevado, exige dos migrantes alternativas de agenciamento que vão além das vias institucionais, revelando uma capacidade de adaptação que se articula com os estigmas atribuídos à sua presença.

Ainda nesse cenário, a interação entre migrantes e diferentes segmentos da sociedade local configura-se como um campo social complexo, no qual a presença física pode determinar o grau de aceitação ou rejeição. Como aponta Goffman (2008), “A presença física imediata um do outro, quer durante uma conversa, quer na mera presença simultânea em uma reunião informal.” (GOFFMAN, 2008, p. 22)

Para os sujeitos que reforçam a estigmatização, evitar o contato direto com os migrantes torna-se uma estratégia de manutenção de barreiras simbólicas. A distância física, nesse caso,

opera como mecanismo de exclusão, reforçando fronteiras sociais que delimitam quem pertence e quem deve ser mantido à margem.

Por outro lado, os migrantes, ao reconhecerem sua condição social e os limites impostos pelas representações estigmatizadas, constroem alternativas de acolhimento e pertencimento. Criam redes de sociabilidade, ativam vínculos afetivos e desenvolvem práticas de solidariedade que lhes permitem enfrentar a marginalização e construir espaços de legitimidade. Essas estratégias não apenas desafiam os estigmas, mas também reconfiguram os modos de existir e de se relacionar no território.

De acordo com Goffman (2008), "Os migrantes fornecem um círculo de lamentação no qual ele possa refugiar-se em sua casa, em seu ambiente, aceito como uma criatura que realmente é igual a qualquer outra." (GOFFMAN, 2008, p. 29).

Esses espaços de sociabilidade surgem como mecanismos de resistência, onde os migrantes encontram suporte emocional e estratégias de integração social. No contexto das migrações, tais redes podem assumir diferentes formas organizativas, "Tendem a reunir-se em pequenos grupos sociais cujos membros derivam todos da mesma categoria, estando esses próprios grupos sujeitos a uma organização que os engloba em maior ou menor medida." (GOFFMAN, 2008, p. 32).

As relações sociais que emergem nesse processo estão diretamente ligadas à construção de redes pessoais solidárias e assistidas, fundamentais para a subsistência dos migrantes em contextos adversos. Por meio dessas redes, o agenciamento social torna-se uma ferramenta crucial para garantir oportunidades no mercado de trabalho e redirecionar os impactos do estigma.

Goffman (2008) destaca a importância desse processo na formação de grupos sociais:

Observa-se também que quando ocorre que um membro da categoria entra em contato com outro, ambos podem dispor-se a modificar o seu trato mútuo, devido à crença de que pertencem ao mesmo "grupo". Além disso, fazendo parte da categoria um indivíduo pode ter uma probabilidade cada vez mais de entrar em contato com qualquer outro membro e, mesmo, de entrar em relação como ele, como resultado. Uma categoria, então, pode funcionar no sentido de favorecer entre seus membros as relações e formação de grupo, mas, sem que seu conjunto total de membros constitua um grupo. (GOFFMAN, 2008. p. 33)

Nesse sentido, os migrantes venezuelanos souberam capitalizar os estigmas e transformá-los em estratégias de integração laboral, garantindo sua subsistência dentro das dinâmicas econômicas da cidade. Boa Vista tornou-se um campo social de disputas simbólicas, onde os migrantes vivenciam processos de negociação por reconhecimento e pertencimento. Elementos como a língua e o modo de migração desempenham papéis centrais na forma como

esses sujeitos são identificados socialmente. A diferença linguística — especialmente o uso do espanhol em interações públicas — torna-se um marcador de distinção, influenciando as percepções de alteridade e os modos de interação entre migrantes e diferentes segmentos da sociedade local.

A construção dessa representação social também é alimentada pelas imagens veiculadas nos meios de comunicação, que frequentemente destacam aspectos relacionados à precariedade, vulnerabilidade e dependência dos migrantes. Representações recorrentes de sujeitos chegando a pé em busca de comida, vivendo em abrigos superlotados ou atuando em atividades informais reforçam narrativas que os posicionam à margem da identidade nacional e regional.

Nos parágrafos seguintes, será aprofundada a análise sobre como a língua desempenha um papel crucial na estigmatização social dos migrantes, explorando dinâmicas de interação, desafios comunicacionais e percepções construídas a partir das diferenças linguísticas.

Segundo Macêdo Júnior et al. (2022),

o português e o espanhol compartilham a mesma gênese, sendo ambas línguas românicas derivadas do latim vulgar, falado pelos soldados do Império Romano. Durante a expansão territorial do império, essa variante popular do latim se espalhou pela Península Ibérica, dando origem a diversas línguas, como o galego-português — que posteriormente se dividiu em galego e português — e o castelhano, que viria a ser o espanhol. Apesar das semelhanças entre o português brasileiro e o espanhol, especialmente na gramática e no vocabulário, cada uma dessas línguas apresenta particularidades fonéticas e variações de pronúncia que podem dificultar a comunicação fluida entre falantes de ambos os idiomas. (MACÊDO JÚNIOR et al., 2022, p. 59)

Historicamente, moradores de Roraima mantiveram interações com venezuelanos da fronteira, especialmente na região de Santa Elena de Uairén, o que favoreceu certo nível de familiaridade com o espanhol. Como destacam Generali e Cogo (2023),

Observamos, ainda, que historicamente a imigração venezuelana assume particularidades em decorrência das dinâmicas da fronteira Brasil-Venezuela. Para além do estranhamento em relação ao uso da língua espanhola, a relação da população de Roraima com a Venezuela vem de um histórico ligado à fartura, às relações comerciais e ao turismo, que há anos já não prospera. (GENERALI; COGO, 2023, p. 98).

Entretanto, muitos moradores de Boa Vista, acostumados ao português nas interações com venezuelanos da região fronteira, passaram a sentir estranhamento diante da chegada de migrantes oriundos de outras partes da Venezuela, cujos padrões linguísticos não possuíam a mesma influência do português. Apesar das semelhanças estruturais entre os dois idiomas, quando falados em velocidade natural, as diferenças fonéticas e lexicais dificultam a compreensão imediata. Como destaca Lara, citado por Generali e Cogo (2023, p. 98), “Eu não

entendo a língua deles, tem algumas palavras que eu sei, mas não totalmente, e eles falam muito rápido.”

Essa questão evidencia como a língua atua como marcador social na migração, podendo tanto facilitar quanto dificultar os processos de integração. O impacto da linguagem será explorado em mais detalhes em um tópico adiante, com foco nas dinâmicas de interação e nas estratégias comunicacionais adotadas pelos migrantes.

A relação entre brasileiros e venezuelanos, no entanto, não se limita às interações urbanas. A fronteira Brasil–Venezuela, historicamente marcada pelo fluxo de pessoas e bens, funcionou como espaço de trocas comerciais e culturais que influenciaram a percepção mútua entre diferentes grupos sociais. Ao analisar um período de mais de uma década, torna-se evidente a intensa interação entre os estados de Bolívar e Nueva Esparta, na Venezuela, e Roraima e Amazonas, no Brasil.

Para compreender melhor essa dinâmica, é necessário recorrer à memória coletiva de brasileiros que frequentavam *Santa Elena de Uairén* antes da intensificação dos fluxos migratórios. Essas experiências individuais revelam como as interações sociais no contexto fronteiro moldaram percepções sobre os venezuelanos — seja reforçando estereótipos negativos, seja promovendo relações de proximidade, dependendo do contexto específico vivido por cada grupo.

5.2 Entre memórias e experiências: algumas relações sociais entre brasileiros e venezuelanos em *Santa Elena de Uairén* e *Puerto Ordaz*

Santa Elena de Uairén, a primeira cidade venezuelana ao atravessar a fronteira com o Brasil, é reconhecida pelos venezuelanos como um importante polo minerador. O município abastecia diversas regiões de garimpo, funcionando como um centro comercial estratégico para a compra e venda de metais e pedras preciosas. Além desse setor, a cidade possuía um mercado diversificado, com lojas especializadas na venda de roupas, calçados, eletrônicos, pneus, gasolina, utensílios domésticos, cervejas, alimentos, produtos de limpeza e medicamentos.

A proximidade com a *Gran Sabana* consolidou *Santa Elena* como um destino turístico recorrente para os roraimenses. No entanto, essa visita variava conforme o perfil econômico dos viajantes. Enquanto *Santa Elena* era mais acessível para compras e viagens curtas, o turismo médico concentrava-se em *Puerto Ordaz*, onde muitos brasileiros buscavam atendimento especializado. Já a Ilha de Margarita, conhecida por suas praias e infraestrutura turística, era o principal destino de lazer para aqueles que, devido ao câmbio favorável, conseguiam viabilizar essa experiência. O câmbio entre o real e o bolívar venezuelano permitia aos brasileiros

adquirirem bens e serviços a preços acessíveis, estimulando um fluxo constante de visitantes, especialmente nos finais de semana.

Recordo-me das viagens semanais a *Santa Elena de Uairén, Puerto Ordaz*, Ilha de Margarita, *Lechería*, Caracas (*Junquitos, Galipán, Maiquetía*), Colônia Tovar, *Chichiriviche* e Maracaibo, e da sensação de transitar por um espaço de consumo que, no Brasil, estava além do meu alcance. A possibilidade de hospedar-me em hotéis de alto padrão e acessar serviços que antes pareciam inacessíveis não se limitava apenas ao poder de compra gerado pelo câmbio favorável, mas também à forma como essa experiência momentaneamente redefinía minha percepção de status e acesso. Esse deslocamento revelava um jogo de distinção social, no qual o consumo não era apenas uma prática econômica, mas também um marcador simbólico que influenciava a forma como eu experiênciava esses espaços e me situava dentro deles.

O fluxo intenso de turistas brasileiros fez com que, em determinados momentos, o português se sobrepusesse ao português ou ao espanhol nos estabelecimentos comerciais. No entanto, as interações entre brasileiros e venezuelanos nem sempre foram harmoniosas, e algumas experiências moldaram percepções distintas sobre os venezuelanos — tanto positivas quanto negativas.

Durante uma visita à Feira, conheci José, que pediu para sentar-se à mesa comigo e minha esposa enquanto aguardava seu pastel. Perguntei se ele costumava frequentar o local ou se estava apenas de passagem. Ele respondeu que queria uma refeição rápida e acessível antes de seguir viagem. Curiosamente, o pastel que José havia pedido era o mesmo que eu havia escolhido. Como ele estava com pressa, decidi ceder minha vez. Enquanto comia, perguntei se era residente da cidade e qual era sua percepção sobre a presença crescente de migrantes venezuelanos e a criação da Feira de Culinária.

José respondeu: "Os caras sofrem muito preconceito na cidade, mas também nós já passamos por cada perrengue lá". Aproveitei o momento para compartilhar minhas experiências em *Santa Elena* e contei que, quando o câmbio ainda era favorável, viajei pelo interior da Venezuela e realizei diversos procedimentos médicos por lá.

José verificou o celular para conferir o horário e mencionou que ainda faltavam 20 minutos para seu embarque. Como a rodoviária ficava a poucos metros, ele aproveitou para pedir outro pastel antes de partir. No instante em que seu pedido ficou pronto, mais uma vez cedi minha vez para ele.

Nossa conversa fluiu de maneira leve, iniciada por um gesto simples de gentileza ao ceder minha vez no pedido. Enquanto terminava sua refeição, José disse: "Matei quem queria me matar", referindo-se ao prazer de saciar sua fome.

Ele então compartilhou lembranças de suas viagens à Venezuela, comentando sobre os desafios e conflitos que enfrentou em *Santa Elena* antes de se mudar para Pernambuco para trabalhar.

"Quem diria, agora eu comendo pastel na banca de um venezuelano aqui em Boa Vista. Pensar que até 2012, antes de ir para Pernambuco, frequentava semanalmente *Santa Elena*. Mas lembro que meu primo, meu cunhado, minha esposa e eu, em ocasiões diferentes, passamos por discussões acaloradas. Minha esposa pediu para experimentar o cheiro de um perfume, e a vendedora disse que só poderia desde que ela comprasse o produto. Em outra ocasião, eu queria provar uma camisa, e o vendedor respondeu que só permitiria se eu comprasse. Meu cunhado viajou de carro até Margarita e enfrentou diversos problemas nos controles policiais, os chamados '*alcabalas*'. Já meu primo e sua esposa foram assaltados quando estavam em *Puerto Ordaz* para realizar uma cirurgia estética e aproveitaram para visitar o Parque de *la Llovizna*".

A partir da narrativa de José, podemos perceber que a experiência dos brasileiros na Venezuela não foi homogênea. O caráter fragmentado dessas vivências revela como as interações entre brasileiros e venezuelanos eram marcadas por diversas dinâmicas sociais, econômicas e culturais. Conforme destaca Halbwachs (1990),

"A memória individual não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade." (HALBWACHS, 1990, p. 36).

Assim, as memórias individuais dos brasileiros sobre sua experiência na Venezuela são fortemente influenciadas por contextos históricos e sociais mais amplos. Essas percepções são reforçadas ou modificadas pelas trocas simbólicas estabelecidas ao longo dos anos.

Experiências como essas são abordadas em um estudo realizado na fronteira entre o Brasil e a Venezuela por Generali e Cogo (2023) que analisam,

Percepções sobre a falta de cordialidade histórica na relação entre brasileiros e venezuelanos, relacionada a disputas por status socioeconômico. Muitas vezes, isso é usado como justificativa para a falta de receptividade dos brasileiros em relação aos imigrantes." (GENERALI; COGO, 2023, p. 99)

Um dos interlocutores entrevistados por Generali e Cogo (2023, p. 99) menciona: "Nós íamos para lá para comprar, para turismo, [...] e muitas vezes a gente acabava consumindo muita coisa que era sonho de consumo deles também. Então tinha uma certa resistência, um certo preconceito com o brasileiro."

Essas falas revelam que as interações na fronteira não se deram de forma uniforme ou harmoniosa. Ao contrário, foram marcadas por tensões simbólicas, disputas por reconhecimento e percepções de alteridade que se reconfiguram ao longo do tempo.

A análise de Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva se torna fundamental para compreender essa dinâmica. Segundo o autor, a memória coletiva refere-se à maneira como os grupos sociais constroem e preservam lembranças ao longo do tempo, sendo moldada pelas interações sociais, instituições e discursos compartilhados.

Dessa maneira, "A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta." (HALBWACHS, 1990, p. 57).

Ainda nesse contexto, Halbwachs (1990) destaca que as lembranças individuais nunca existem de forma isolada; elas são constantemente influenciadas pelo ambiente social. Além disso, a memória coletiva é um processo dinâmico e não estática—ela se transforma à medida que os grupos sociais reinterpretam eventos históricos, ajustando narrativas de acordo com mudanças políticas, culturais e econômicas.

Esse movimento de redefinição do passado para atender às necessidades do presente evidencia como as interações na fronteira Brasil–Venezuela contribuem para a construção de estereótipos e percepções de alteridade. Essas representações influenciam o olhar dos brasileiros sobre os migrantes venezuelanos — e vice-versa —, moldando expectativas, receios e formas de convivência que se atualizam no cotidiano urbano e nas práticas de sociabilidade.

5.3 A chegada dos migrantes venezuelanos em território brasileiro: tensões e representações sociais

Após décadas de circulação entre brasileiros e venezuelanos na região de fronteira, a migração venezuelana para o Brasil passou a assumir proporções inéditas, especialmente a partir de 2017, com a intensificação dos fluxos motivados pela necessidade de subsistência. Esse novo perfil migratório — marcado pela urgência e pela vulnerabilidade — contrastava com o de turistas que anteriormente frequentavam o país vizinho, gerando tensões e reconfigurando as representações sociais sobre os migrantes.

Segundo Ângelo (2021), três grandes conflitos marcaram a chegada dos migrantes ao estado de Roraima, gerando ampla repercussão na mídia. O autor destaca que:

A Operação Acolhida iniciou suas atividades no dia 14 de março 2018, cinco dias depois estourou o primeiro conflito entre nativos e migrantes venezuelanos, o site de notícias G1, trazia na sua manchete do dia 19 de março de 2018, “Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em

RR”⁹, isso ocorreu no interior do estado na cidade de Mucajaí, distante 50 quilômetros aproximadamente da capital, localizada à beira da BR-174 sentido à capital do estado do Amazonas.

Após cinco meses, ocorre novo conflito, dessa vez na cidade que faz fronteira com a Venezuela e porta de entrada dos migrantes, no site de notícias do G1 RR, veiculada no dia 18 de agosto de 2018, podemos ler: “Prefiro morrer de fome na Venezuela do que agredido aqui, diz migrante atacado por brasileiros na fronteira em RR”¹⁰

Nesse mesmo ano, quase um mês após as manifestações em Pacaraima no dia 07 de setembro, a manchete do site O Globo.com, informa: “Suspeito de assassinar brasileiro, venezuelano é morto a pauladas em Roraima”, outro conflito envolvendo manifestações a favor da expulsão dos migrantes venezuelanos, dessa vez na capital do estado de Roraima¹¹ ocorreria um dia após a morte do brasileiro¹². (ÂNGELO, 2021, p.36-37)

Ainda nesse contexto Oliveira (*apud* Ângelo, 2021) destaca que:

a falta de engajamento de maneira articulada por parte dos governos: estadual e municipal, pois para estes a migração representava uma ameaça (...) nos serviços públicos básicos, em especial, no de saúde. Grande parte da demora no enfrentamento da questão residiu no fato de não existir instância que faça a gestão das políticas migratórias, hoje dispersa pelos Ministérios da Justiça, Trabalho e Relações Exteriores, além de não haver ações integradas com os governos estaduais e municipais (...) Mesmo com as implementações feitas pelo governo Federal, o tema migração vai continuar sendo plataforma política em si, a governadora do estado¹³

⁹ O protesto teve a participação de 300 moradores, segundo a Polícia Militar. Os organizadores não divulgaram estimativa de público. Durante a manifestação, os moradores entraram no prédio de uma escola abandonada onde os imigrantes se abrigam, reviraram e destruíram algumas coisas, atearam fogo em outras e expulsaram os venezuelanos do local. (G1RR. Moradores ateiam fogo em objetos e expulsam venezuelanos de prédio abandonado durante protesto em RR. 2018)

¹⁰ O tumulto na fronteira começou por volta das 7h deste sábado quando moradores de Pacaraima incendiaram pertences de imigrantes depois de um comerciante brasileiro ter sido assaltado na cidade. A suspeita é que venezuelanos tenham cometido o crime, o que revoltou a população.

A venezuelana Mariver Guevara, de 42 anos, também vivia com a filha de 13 anos no mesmo acampamento. (...) "Chegaram nos atacando, atirando pedras, garrafas. Foi muito violento. Aqui moravam crianças, mulheres, recém-nascidos de dois meses. As pessoas saíram correndo. Foram empurradas. Durante a tarde, as ruas de Pacaraima ficaram vazias. As lojas do comércio estavam fechadas e o cenário era de destruição nos locais onde viviam os imigrantes. No Centro de Triagem, onde os venezuelanos passam para se regularizar no Brasil, também não havia ninguém. (G1RR. Prefiro morrer de fome na Venezuela do que agredido aqui, diz imigrante atacado por brasileiros na fronteira em RR. 2018)

¹¹ Na noite dos crimes, testemunhas relaram à Polícia Militar que o imigrante teria furtado um mercado e, ao ser capturado por Manoel de Sousa, desferiu uma facada no pescoço dele. Em seguida, o venezuelano foi linchado. Ele teve o corpo arrastado até o local onde vivia - um acampamento nos arredores do abrigo Jardim Floresta. Ninguém foi preso e a Polícia Civil investiga as duas mortes. O corpo do venezuelano continuava no Instituto Médico Legal até o início desta tarde. (O Globo.Com. Suspeito de assassinar brasileiro, venezuelano é morto a pauladas em Roraima)

¹² Brasileiros fizeram uma manifestação neste sábado (8) em Boa Vista após a morte do pintor Manoel Siqueira de Souza, 35, na quinta (6). No ato, eles percorreram ruas do bairro Jardim Floresta, na zona Oeste, exigiram a expulsão de venezuelanos de Roraima, o fechamento da fronteira, e punição ao crime. (G1RR. Após cortejo, corpo de brasileiro esfaqueado por venezuelano durante confusão é enterrado em Boa Vista. 2018)

¹³ Governadora disse que o estado não está conseguindo lidar com a quantidade de imigrantes. Relatora do pedido será a ministra Rosa Weber (G1. Roraima entra com ação no STF para pedir fechamento da fronteira com a Venezuela, 2018)

pediu o fechamento da fronteira argumentando a impossibilidade de atendimento aos migrantes nos serviços públicos (...) a governadora reclamava do não recebimento de verbas por parte da União, “Tudo indica que a reação dos poderes locais estava associada ao fato de parcela principal dos recursos ter sido repassada ao Ministério da Defesa e não ao estado e municípios. (OLIVEIRA, apud ÂNGELO, 2021. p. 38).

Entre 2018 e 2020, os episódios de violência envolvendo migrantes venezuelanos foram amplamente explorados pela mídia, contribuindo para a consolidação de uma representação social depreciativa. Essa imagem foi alimentada por discursos discriminatórios, estigmatizantes e, em alguns casos, segregacionistas, que associavam a presença migrante ao aumento da insegurança, à sobrecarga dos serviços públicos e à desordem urbana.

Silva (2021) descreve um dos momentos mais tensos desse período, ocorrido em 18 de agosto de 2018, na cidade fronteira de Pacaraima. Segundo relatos de moradores e comerciantes, o episódio teve início quando um migrante venezuelano tentou assaltar um estabelecimento comercial e, ao ser surpreendido, agrediu o proprietário durante a fuga. Como os militares da Operação Acolhida não puderam prestar socorro imediato, parte da população se revoltou e passou a atacar os acampamentos improvisados onde os migrantes dormiam. Além da destruição dos abrigos, pertences e alimentos foram queimados, e um espaço público utilizado para eventos culturais foi incendiado.

Esses acontecimentos revelam como a presença migrante, ao tornar-se mais visível nos espaços urbanos e nas disputas por recursos, passou a ser interpretada por determinados segmentos sociais como fator de instabilidade. A resposta simbólica e física que emergiu desses contextos não pode ser dissociada das representações construídas sobre os migrantes — representações historicamente situadas, socialmente produzidas e politicamente mobilizadas.

Durante esse período, a então

governadora Suely Campos chegou a anunciar o fechamento da fronteira, mas a medida foi considerada inconstitucional e não teve efeito duradouro. Em resposta à crise, algumas medidas emergenciais foram implementadas, incluindo a criação do BV8, um centro de acolhimento para venezuelanos em processo de documentação e interiorização. O governo federal também intensificou a interiorização dos migrantes, que, segundo o programa de rádio Voz do Brasil, já avançava para sua sexta etapa. No entanto, as tensões ainda reverberavam na sociedade, e os trabalhadores das agências da ONU que atuavam na Operação Acolhida receberam recomendações para não saírem do espaço da operação, devido ao aumento da hostilidade da população local. O fluxo de venezuelanos naquele dia foi extraordinariamente grande, marcando um dos momentos mais dramáticos do processo migratório. (SILVA, 2021, p. 45).

Compreender como a memória coletiva sobre os migrantes é construída e transformada ao longo do tempo torna-se essencial para analisar o impacto desses episódios na percepção social. Em 2020, por exemplo, os discursos públicos já estavam fortemente atravessados pelas disputas eleitorais. Como destacam Ferreira e Cardin (2025, p. 64), “[...] o estigma sofrido pelos

migrantes venezuelanos em Roraima é fomentado por entes estatais, através de políticas públicas, discursos políticos e ações governamentais.”

Esse uso político da migração voltou a se intensificar em 2024. Na Figura 12, observa-se uma publicação na mídia digital Instagram, na qual três vereadores em busca de reeleição gravaram uma matéria no Terminal Rodoviário de Boa Vista, próximo à Feira de Culinária Venezuelana, antecipando suas campanhas em um ano.

Essa dinâmica evidencia como a memória coletiva sobre a migração não é fixa, mas sim modificável e politicamente manipulável, conforme explica Halbwachs (1990):

"Uma vez que a memória de uma sociedade se esgota lentamente, sobre as bordas que assinalam seus limites, à medida em que seus membros individuais, sobretudo os mais velhos, desapareçam ou se isolem, ela não cessa de se transformar, e o grupo, ele próprio, muda sem cessar." (HALBWACHS, 1990, p. 58).

A memória coletiva, portanto, é um processo em constante reconstrução, influenciado por disputas simbólicas, interesses eleitorais e transformações sociais. No caso da migração venezuelana em Roraima, essa memória é continuamente atualizada por meio de discursos públicos, práticas institucionais e narrativas midiáticas que moldam o olhar sobre os migrantes — ora como sujeitos vulneráveis, ora como ameaças à ordem social.

Figura 12: Vereadores no Terminal Rodoviário



Fonte: [instagram.com/p/CyzBEuAIL/?igshid=](https://www.instagram.com/p/CyzBEuAIL/?igshid=)

A partir da figura acima, destacam-se comentários que expressam diferentes posicionamentos: alguns apoiam os vereadores, outros criticam sua postura diante da vulnerabilidade dos migrantes, há aqueles que questionam a aparição dos candidatos por estar próxima ao período eleitoral, e os que afirmam que os migrantes possuem mais direitos do que os boa-vistenses. Por fim, há quem cobre fiscalização para que seja aplicada uma tarifa justa na conta de energia. Dos três candidatos à reeleição que aparecem na imagem, apenas um conseguiu se reeleger.

Assim, a estigmatização dos migrantes torna-se uma estratégia política para alguns candidatos, que buscam captar a simpatia dos eleitores ao mesmo tempo em que desviam a atenção de questões urgentes que afetam diretamente a população, como o alto custo da energia elétrica. Como mencionado por um dos comentaristas:

"Eu não tô nem aí pros venezuelanos, quero uma tarifa de energia decente."

Grande parte da população reconheceu que essas estratégias políticas eram discursos vazios, sem impacto real na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. A prova disso é que dois dos vereadores que participaram dessa manifestação não foram reeleitos, o que indica que o problema não é a presença dos migrantes venezuelanos, mas sim a ausência de políticas públicas eficazes para atender às demandas da população.

Aliás, se os migrantes venezuelanos tivessem direito ao voto, certamente a estratégia política em torno da migração seria outra. No entanto, esse direito só pode ser adquirido após um processo de naturalização extremamente complexo. Contudo, neste momento, não pretendo aprofundar a discussão sobre as relações políticas vinculadas à eleição de candidatos.

É interessante notar, porém, que Boa Vista é amplamente conhecida pela consciência política de sua população. Seja por experiência própria ou pela divulgação midiática, grande parcela dos boa-vistenses tem conhecimento sobre a prática das bocas de urna (B.U)¹⁴. E sua recorrência no cenário eleitoral da cidade. A percepção de que Boa Vista se destaca nesse aspecto é reforçada tanto pela mídia convencional quanto pelas redes sociais, que frequentemente a mencionam como um espaço onde essa dinâmica se manifesta de maneira evidente.

Nesse período eleitoral, os estigmas se manifestam de diferentes formas, incluindo memes e áudios que imitam o modo de falar dos venezuelanos. Muitos desses conteúdos fazem

¹⁴ Prática de compra de votos por candidatos às vésperas das eleições. Na véspera do pleito, muitos moradores costumam permanecer fora de suas residências e, às vezes, passam a noite esperando que alguém apareça para comprar votos. Nesse período, as festas de aniversário são bastante comuns.

referência à expectativa de receber algum benefício pela negociação de votos—mesmo que, de fato, os migrantes não votem—e à cobrança por votos durante o processo de B.U.

Em seguida, surgem áudios nas mídias sociais, nos quais o sotaque do portunhol se mistura às palavras, reforçando estereótipos. Um exemplo recorrente é a frase: *‘Solo por que soy venezolano no recido a BU.’*”

Essas manifestações reforçam discursos que associam a condição dos migrantes à exclusão política e ao acesso desigual a determinados recursos, incluindo aqueles obtidos de forma ilícita¹⁵.

Esse tipo de representação digital contribui para a construção e difusão de estereótipos sobre a comunidade migrante, influenciando percepções sociais e até políticas sobre sua presença em Boa Vista.

Assim, a identidade deteriorada do migrante passou a ser cada vez mais explorada e direcionada, especialmente no campo político. Como descrevem Generali e Cogo (2023), essa construção simbólica foi reforçada por discursos midiáticos e políticos que vinculavam a Venezuela à pobreza, à degradação e ao conflito.

Durante o trabalho de campo realizado em Roraima, foi possível observar que o território venezuelano passou a ter sua imagem associada à pobreza, à degradação e ao conflito, reforçada pela mídia e por políticos de direita e extrema direita, principalmente em campanhas eleitorais. Essa percepção sobre o território também acaba sendo associada à sua população imigrante, que passa a ser vista como problema. Um claro exemplo dessa abordagem se deu na campanha eleitoral de 2020 para a prefeitura municipal de Boa Vista, quando os candidatos (...) adotaram uma retórica anti-imigração, mais especificamente voltada ao fluxo de venezuelanos para a região (GENERALI; COGO, 2023. p. 99)

Um exemplo claro dessa abordagem ocorreu na campanha eleitoral de 2020 para a prefeitura municipal de Boa Vista, quando candidatos adotaram uma retórica marcadamente anti-imigração, especialmente direcionada ao fluxo de venezuelanos na região. Esse tipo de discurso contribuiu para o reforço de estigmas, aprofundando tensões sociais e moldando percepções sobre os migrantes como atores externos à dinâmica local.

¹⁵O esquema de compra e venda de votos para um candidato a vereador envolve ao menos 3.600 pessoas, conforme estimativa preliminar da Polícia Federal. A Polícia Federal apreendeu com o grupo R\$ 4 mil em espécie, além de documentos contendo listas de possíveis eleitores e registros de pagamentos de boca de urna via PIX.

Uma análise preliminar indicou o possível envolvimento de 3.600 pessoas, que teriam recebido entre R\$ 250 e R\$ 500 pela venda de seus votos. Segundo o artigo 299 do Código Eleitoral, o crime de compra de votos é cometido tanto por quem oferece ou promete vantagem quanto por quem recebe ou solicita.

Para os eleitores que venderam seus votos, foi estipulada fiança de R\$ 500, enquanto os coordenadores da campanha do vereador tiveram fiança fixada em R\$ 20 mil durante o procedimento na sede da PF.

Figura 14- Post de campanha política: eleição para a prefeitura de 2020



Fonte: [instagram.com/p/CHEO5crlgvj](https://www.instagram.com/p/CHEO5crlgvj) - Fonte: [instagram.com/p/CGS7k6clNSW](https://www.instagram.com/p/CGS7k6clNSW)

Assim, como observamos neste post de campanha de uma candidata:

"Vamos limitar os atendimentos na saúde e as vagas nas escolas. A imigração é uma questão difícil, e respeitamos todos os imigrantes, mas os boa-vistenses precisam voltar a ser prioridade para a prefeitura."

Esse discurso reforça processos de discriminação e segregação, consolidando uma representação social do migrante venezuelano como alguém que não pode ser prioridade nos serviços públicos por sua condição de estrangeiro. A formulação da mensagem enfatiza a necessidade de estabelecer limites para o acesso dos migrantes a direitos básicos, criando uma distinção entre quem deve ser favorecido e quem deve ser colocado à margem.

Do ponto de vista etnográfico, esse tipo de posicionamento político reforça narrativas que reafirmam a alteridade dos migrantes venezuelanos, afastando-os do pertencimento pleno à cidade e à sua estrutura institucional. Esse processo de categorização social impacta diretamente como os migrantes são percebidos e tratados no cotidiano, influenciando tantas relações interpessoais quanto decisões políticas e administrativas.

Sobre esses episódios, Ângelo (2021) apresenta a fala de um migrante que reflete sobre esse cenário:

“vi em uma publicação no Facebook, que um candidato¹⁶ à prefeitura afirmava que eleito, venezuelano não teria privilégios aqui”. Houve um silêncio entre pesquisador e interlocutores, a tristeza na voz dele mexeu com todos e, logo disse, “só queremos trabalhar, para ajudar os nossos familiares”. (ÂNGELO, 2021. p. 62)

Esse trecho evidencia a consciência dos migrantes sobre sua posição social e política, sendo apontados como culpados pelos problemas estruturais do Estado, como dificuldades na saúde, segurança e educação. Atribuir essas falhas à presença dos migrantes torna-se um recurso estratégico para desviar o foco da ineficiência política.

Pierre Bourdieu (2007, p. 399) descreve o campo político como um espaço social estruturado por relações de poder, no qual os agentes disputam posições e legitimidade. No contexto da migração venezuelana, os migrantes são posicionados à margem desse campo, sem influência direta nas decisões políticas. Essa estrutura reflete a desigualdade de acesso ao poder e à participação política, demonstrando que determinados grupos sociais possuem menos capital político e, portanto, menos capacidade de interferir nas dinâmicas institucionais de Boa Vista.

A estigmatização dos migrantes como estratégia política pode ser interpretada à luz da noção de capital simbólico. Certos agentes políticos reforçam discursos que posicionam os migrantes como “ameaça” ou “privilegiados”, buscando acumular apoio entre grupos sociais que se sentem desassistidos. Ao sustentar essas narrativas, esses atores fortalecem suas posições no campo político, explorando percepções públicas para obter vantagens eleitorais — ainda que isso aprofunde desigualdades e intensifique tensões entre segmentos locais e migrantes venezuelanos.

O fato de dois candidatos não terem sido eleitos sugere que, para parte da população, o problema não está nos migrantes, mas na própria estrutura política. Isso pode estar relacionado a noção de *habitus* de Bourdieu (1996), isto é, às disposições internalizadas que orientam a percepção e a ação dos indivíduos. Se os eleitores não enxergam os migrantes como agentes de transformação política, isso revela uma visão consolidada sobre quem tem legitimidade para atuar nesse campo, reforçando que a política continua sendo dominada por grupos tradicionais, enquanto os migrantes permanecem à margem das decisões políticas.

¹⁶ Sobre a postagem do candidato a prefeito de Boa Vista, deputado federal Antônio Nicoletti (PSL), nesta terça-feira (13), que utilizou sua rede social para publicar um banner com a frase “Na minha gestão municipal, venezuelano não terá privilégio”, a Embaixada da Venezuela no Brasil, por meio da embaixadora Maria Teresa Belandria Expósito, enviou um comunicado se manifestando sobre a atitude do candidato. (FOLHA DE BOA VISTA, 07 de outubro de 2020. Disponível em> <https://folhabv.com.br/noticia/POLITICA/Roraima/Embaixada-da-Venezuela-se-manifesta-sobre-publicacao-de-candidato/69645>)

5.4 Entre solidariedade e tensão: as disputas no campo laboral e as questões raciais e étnicas

A migração venezuelana tem sido objeto de análise por diversos pesquisadores, especialmente no que diz respeito à representação social deteriorada dos migrantes e aos preconceitos raciais e étnicos que atravessam suas experiências.

Generalì e Cogo (2023) destacam que seus interlocutores,

revelaram em suas falas uma mistura de sentimentos dicotômicos em relação à população venezuelana imigrante, que aparenta se alicerçar na oposição superioridade/inferioridade, reforçando preconceitos estruturantes na sociedade, como a “aporofobia” (Cortina, 2020), que emerge das desigualdades econômicas, ou mesmo a xenofobia e o racismo, que derivam de um histórico colonialista. (GENERALÌ; COGO, 2023. p. 101)

Ao observar a realidade do mercado de trabalho em Boa Vista, nota-se uma disputa no campo social e laboral entre migrantes venezuelanos e segmentos locais. Essa disputa, no entanto, não se limita à competição por empregos formais. Há empresários venezuelanos que estabeleceram seus próprios negócios na cidade e passaram a empregar tanto contrerrâneos quanto brasileiros, criando redes complexas de interação e interdependência no mercado local.

Por outro lado, Cortina (apud Generalì e Cogo, 2023) aborda a aversão à pobreza, argumentando que a rejeição aos migrantes nem sempre está relacionada à raça ou à etnia, mas à condição socioeconômica.

é certo que as portas se fecham(...) ante os imigrantes pobres que não têm a perder mais do que seus grilhões [...]. O problema não é, então, a raça, a etnia e nem mesmo o estrangeiro. O problema é a pobreza. O mais impressionante nesse caso é que há muitos racistas e xenófobos, mas quase todos são aporófobos. É o pobre, o áporos que incomoda [...]. É a fobia do pobre o que leva à rejeição às pessoas, raças e etnias que habitualmente não têm recursos e, portanto, não podem oferecer nada ou parecem não poder fazê-lo. (Cortina apud Generalì e Cogo, 2023. p.101)

O conflito entre migrantes e segmentos locais no mercado de trabalho insere-se, portanto, na luta por oportunidades de subsistência — tema que será aprofundado ao longo deste estudo por meio de entrevistas, conversas informais e revisão da literatura.

No que diz respeito à disputa por subsistência, parte da população local adere à ideia de que os migrantes são responsáveis pelas mazelas sociais, enquanto outra parcela reconhece que o problema está na má gestão pública. Essa divergência revela diferentes formas de interpretar a crise social e econômica em Roraima e os impactos da migração venezuelana na dinâmica urbana.

Caso estivéssemos diante de um estado economicamente robusto, com baixa taxa de pobreza, composição demográfica homogênea e sem histórico de formação a partir de fluxos

migratórios — tampouco vinculado aos troncos linguísticos Caribe (Macuxi), Aruaque (Wapishana) e Ianomâmi (Yanomami) — talvez fosse possível interpretar o fenômeno migratório exclusivamente como expressão de racismo, xenofobia ou etnocentrismo. No entanto, as dinâmicas que envolvem a migração venezuelana em Roraima são mais complexas, atravessadas por fatores históricos, econômicos e culturais que desafiam leituras simplificadas.

Em 2017, Boa Vista, capital de Roraima, contava com uma população estimada de 332.020 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano seguinte, 2018, o fluxo migratório de venezuelanos se intensificou, levando a cidade a abrigar aproximadamente 40 mil imigrantes daquele país, segundo a Folha de São Paulo. Esse movimento demográfico modificou profundamente a composição populacional, trazendo desafios sociais, econômicos e culturais que impactaram diversas áreas da cidade.

Em 2022, a população total de Boa Vista chegou a 413.486 habitantes, refletindo tanto o crescimento natural quanto o impacto da migração. De acordo com estimativas do IBGE, projeta-se que, em 2024, a cidade alcance 470.169 habitantes. Essa transformação demográfica ilustra como a migração reorganiza espaços de trabalho, influencia redes sociais e molda novas formas de convivência entre migrantes e brasileiros moradores de Boa Vista.

Com base nas literaturas citadas e não citadas neste estudo, nos dados apresentados e nas observações de campo, é possível delinear o seguinte panorama: Boa Vista passou por uma reconfiguração profunda, incorporando novas expressões culturais e formas de resistência que redesenham o espaço social. Essa dinâmica influencia as práticas e posições dos agentes, redefinindo valores simbólicos e econômicos no cotidiano da cidade.

O comércio foi significativamente impactado pela presença venezuelana, com a introdução de novos produtos e práticas mercadológicas, além da ampliação de serviços realizados por migrantes, como capina de quintais, aluguel de máquinas de lavar e tanquinhos, cortes de cabelo com acabamentos, e outras atividades que passaram a integrar o ambiente urbano como alternativas de trabalho e subsistência.

5.5 A relação entre pobreza e migração: um breve panorama estatístico

No campo das relações sociais, observa-se um processo de convivência marcado por oscilações entre solidariedade e tensão. Enquanto iniciativas humanitárias e redes de apoio atuam para facilitar a integração dos migrantes venezuelanos, há segmentos da sociedade que disputam espaços e, em alguns casos, exploram a identidade deteriorada do migrante como recurso político e simbólico.

A pobreza em Boa Vista passou por variações ao longo da última década, intensificando-se a partir de 2018 com a chegada dos migrantes venezuelanos. Esse fenômeno é discutido por Cortina (apud Generali e Cogo, 2023), que aborda a aporofobia — ou aversão à pobreza — como fator central na forma como os migrantes são tratados socialmente.

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicações jornalísticas, é possível traçar um panorama das mudanças socioeconômicas na cidade. Em 2017, Boa Vista contava com 332.020 habitantes e um índice de pobreza de 34,5%. No ano seguinte, aproximadamente 40 mil venezuelanos chegaram à cidade, elevando a população total sem que a taxa de pobreza sofresse uma variação estatisticamente significativa (queda para 32,6%).

Nesse período, muitos migrantes venezuelanos se inseriram em setores econômicos diversos, impulsionando atividades comerciais e serviços informais. Esse movimento gerou um breve crescimento econômico e uma redução da pobreza. No entanto, com a saturação da demanda por esses serviços e o acirramento das disputas laborais, a tendência de aumento da pobreza foi retomada.

A partir de 2022, a PNAD¹⁷ Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) registrou um aumento expressivo da pobreza em Roraima, que passou de 33,4% para 45,1%, refletindo dificuldades econômicas enfrentadas tanto por brasileiros quanto por migrantes. O crescimento populacional acelerado — 413.486 habitantes em 2022, com projeção de 470.169 em 2024 — ocorreu paralelamente à elevação da taxa de pobreza no estado, que variou entre 45,7% e 57,5% em 2024.

Ao analisar o período entre 2014 e 2015, observa-se que Boa Vista apresentava um índice de pobreza que variava entre 30,23% e 45,68%, sem influência significativa da migração venezuelana. Com a chegada dos imigrantes a partir de 2017 e sua fixação em 2018, os índices de pobreza apresentaram uma leve queda, chegando a 45,1% em 2022. Contudo, nos anos seguintes, com o aumento da competição no mercado de trabalho e o esgotamento das oportunidades econômicas iniciais geradas pela migração, a taxa voltou a crescer, alcançando 57,5% em 2024.

Apesar do aumento populacional e da intensa disputa por empregos, o impacto da migração sobre a pobreza não foi linear. A integração dos venezuelanos no mercado de trabalho

¹⁷ A PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) é uma pesquisa realizada pelo IBGE para monitorar indicadores socioeconômicos do Brasil. Seu objetivo principal é fornecer dados sobre o mercado de trabalho, rendimento da população e outras características demográficas de forma contínua e detalhada

impulsionou setores informais, estimulou o consumo e gerou riqueza em determinados segmentos, como comércio imobiliário e serviços personalizados.

A chegada de mais de 40 mil migrantes venezuelanos a Boa Vista reconfigurou as relações sociais e culturais da cidade. O processo migratório não apenas transformou o espaço urbano, mas também introduziu novas dinâmicas de trabalho e solidariedade. Redes de apoio foram criadas, permitindo que os recém-chegados acessassem oportunidades informais de emprego e se integrassem ao comércio local. Paralelamente, a cidade passou a conviver com tensões sociais e disputas laborais, refletindo um processo contínuo de negociação entre segmentos da população de Boa Vista e os migrantes.

Goffman (2008) argumenta que:

Frequentemente, as pessoas que têm um estigma particular patrocinam algum tipo de publicação que expressa sentimentos compartilhados, consolidando e estabilizando para o leitor a sensação da existência real de 'seu' grupo e sua vinculação a ele. Nessas publicações, a ideologia dos membros é formulada — suas queixas, suas aspirações, sua política." (GOFFMAN, 2008, p. 39).

As mídias digitais tornaram-se ferramentas centrais no processo migratório para o Brasil, funcionando como espaços de articulação, mobilização e expressão de identidade dos migrantes. No entanto, também se tornaram ambientes de reprodução de estigmas e discursos pejorativos, onde muitos moradores de Boa Vista manifestam percepções negativas sobre os migrantes venezuelanos.

As mídias digitais tornaram-se ferramentas centrais nesse processo, funcionando como espaços de articulação, mobilização e expressão identitária dos migrantes. Ao mesmo tempo, também se configuraram como ambientes de reprodução de estigmas e discursos pejorativos, nos quais diversos segmentos da população local manifestam percepções negativas sobre os venezuelanos.

Nesse contexto, o migrante que se integra à vida urbana — especialmente aqueles cujos traços físicos se aproximam dos pardos brasileiros, grupo racial majoritário na cidade — pode passar despercebido, sendo identificado apenas pela fala. Rafael, por exemplo, é um migrante que, à primeira vista, parece ser originário do Maranhão. Ele só é reconhecido como venezuelano quando começa a falar, pois suas vestes já seguem os padrões locais.

O aprendizado da língua portuguesa tem sido um fator determinante para a integração de muitos migrantes, especialmente os pioneiros. Como destaca Goffman (2008, p. 48), “Quando um estigma de um indivíduo é muito visível, o simples fato de que ele entre em contato com outros levará o seu estigma a ser conhecido.”

A aquisição da língua, portanto, não apenas facilita a comunicação, mas também influencia a maneira como os migrantes negociam sua identidade e enfrentam as percepções sociais na cidade. Quando o estigma não é imediatamente perceptível — como no caso de Rafael — a fala torna-se o principal marcador de identificação, revelando sua condição de estrangeiro no espaço social.

5.6 A língua como marcador social na integração e inserção social em Boa Vista

Além da fala rápida, outros elementos comunicativos ficaram evidentes e, muitas vezes, difíceis de compreender, como gestos, expressões faciais e postura corporal. Geertz (1989) discute como a linguagem e os gestos podem gerar interpretações diversas dependendo do contexto:

"O modelo da "confusão de línguas" — a visão de que o conflito social não é algo que acontece quando, a partir da fraqueza, da indefinição, da obsolescência ou da negligência, as formas culturais cessam de funcionar, mas, ao contrário, algo que acontece quando, como as piscadelas imitadas, tais formas são pressionadas por situações não-usuais ou intenções não-habituais de operar de formas não-usuais. (GEERTZ, 1989. p. 20)

Assim como discutido anteriormente sobre a distinção entre uma piscadela e um tic nervoso, essa diferenciação pode influenciar a aceitação social e até mesmo a obtenção de benefícios e oportunidades de integração. A linguagem, portanto, não é apenas um meio de comunicação, mas um campo de disputa simbólica, no qual se negociam pertencimentos, legitimidades e fronteiras sociais.

Geertz (1989) também explora o termo *rasa*, termo javanês que possui dois significados principais: "sentimento" e "significado". Ele descreve *rasa* como algo que permeia todas as dimensões da experiência humana:

O *rasa* tem dois significados básicos: "sentimento" e "significado". Como "sentimento", ele é um dos cinco sentidos tradicionais dos javaneses — ver, ouvir, falar, cheirar e sentir — e inclui em si mesmo três aspectos do "sentimento" que a nossa ideia sobre os cinco sentidos separa: paladar na língua, tato no corpo e "sentimento" emocional dentro do "coração", como a tristeza e a felicidade. O gosto de uma banana é o seu *rasa*, um pressentimento é um *rasa*, uma dor é um *rasa* e também o é uma paixão. (GEERTZ, 1989. p. 99)

A interpretação adequada da língua portuguesa revelou-se, entre os interlocutores migrantes, como uma porta de entrada para diversas esferas sociais. Mesmo em países onde o espanhol é o idioma oficial — como a Colômbia — a recepção aos migrantes venezuelanos não foi necessariamente harmoniosa. Freddy, um interlocutor cuja trajetória acompanhei desde sua chegada a Boa Vista, atualmente reside em Bucaramanga. Ele relatou que, apesar de

compartilhar a mesma língua, enfrentou preconceito, o que demonstra que as barreiras linguísticas não se limitam ao idioma em si, mas envolvem também aspectos culturais e sociais que impactam diretamente os processos de integração.

Geertz (1989, p. 153) aponta como padrões de comportamento social influenciam a comunicação, "Um padrão de comportamento socialmente contemporâneo de língua inglesa, aos quais tenho que me ajustar para me fazer compreender."

A proximidade linguística entre espanhol e português gera expectativas de compreensão mútua que, na prática, nem sempre se concretizam. Isso pode dificultar a interação entre migrantes e brasileiros, tornando a comunicação um desafio para aqueles que buscam integração ou inserção em novos espaços sociais e laborais.

A principal barreira enfrentada pelos migrantes em Boa Vista, conforme observado ao longo da pesquisa, foi a linguística. Essa dificuldade ultrapassou a dimensão da compreensão verbal entre interlocutores e se configurou como um marcador social que influenciava diretamente o acesso a redes de apoio, oportunidades de trabalho e serviços essenciais. A maneira como os sujeitos migrantes se expressavam — e, sobretudo, como eram interpretados por diferentes segmentos da população local — contribuía para definir sua posição nos circuitos sociais da cidade.

Nesse sentido, a língua não se limitava a um meio de comunicação funcional, mas operava como elemento central na construção da identidade migrante e na negociação de pertencimento. Seu domínio facilitava interações cotidianas, ampliava possibilidades de integração e, em muitos casos, funcionava como um diferencial na forma como esses sujeitos eram acolhidos ou excluídos dos espaços sociais. A linguagem, portanto, tornou-se uma chave simbólica para compreender os processos de reconhecimento, legitimação e marginalização vividos pelos migrantes em Boa Vista.

5.7 - A língua como parâmetro e ponte para uma inserção social

A língua é um dos primeiros aspectos notados em um processo de mobilidade populacional entre dois Estados-nações como Brasil e Venezuela. Ela é um dos principais elementos na construção social da identidade dos sujeitos migrantes. Nesse sentido, Seyferth (2000, p. 163) questiona, "[...] o que significa ser alemão, italiano ou polonês no Brasil? O primeiro dos critérios diferenciadores acionados é a língua materna (SEYFERTH, 2000. p. 163).

Com a chegada dos migrantes venezuelanos, passou-se a ouvir espanhol, português eportunhol nos espaços urbanos de Boa Vista. Embora outras línguas, como o *Warao*, estejam presentes, sua percepção nos espaços sociais — como mercados, feiras e áreas comerciais — é mínima. Nesse contexto, não se observa um bilinguismo urbano, como pontua Seyferth (2000, p. 163), ao discutir identidade imigrante e dinâmicas multiculturais em outras regiões.

A autora enfatiza que, além da língua, outros elementos cotidianos contribuem para a definição identitária,

a língua é o instrumento diferenciador por excelência, mas o exercício da distintividade também contempla outros elementos do cotidiano: a origem comum percebida através da culinária, da música, das festas, da arquitetura, da organização social do campesinato, da distribuição espacial no interior das casas e nas propriedades, do traçado urbano, das práticas esportivas (especialmente as sociedades de atiradores entre os alemães e a bocha entre os italianos), etc., coadjuvantes na definição de cada grupo através de estilos de vida, *ethos*, compreensíveis como costumes (SEYFERTH, 2000. p.168)

Dessa forma, a diferenciação entre migrantes e segmentos locais não se limita à língua, mas se expressa por meio de práticas culturais como gastronomia, música, festividades e esportes. Entre os migrantes, o beisebol se destaca como marcador cultural, enquanto entre os residentes locais, o futebol e os bares com música ao vivo são referências predominantes.

Seyferth (2000, p. 169) observa que, em muitos nacionalismos, a ideia de nação pressupõe unidade linguística e cultural. A experiência dos migrantes venezuelanos ilustra esse processo de reelaboração identitária: para se integrarem socialmente, muitos aprenderam a língua portuguesa e incorporaram práticas culturais locais, promovendo trocas socioculturais que viabilizaram sua presença cotidiana, especialmente na esfera laboral — ainda que isso não tenha representado uma inserção em outras dimensões da vida social.

A familiaridade com a língua portuguesa ou o esforço para adquiri-la influencia diretamente a aceitação social dos migrantes. Conforme Seyferth (2000, p. 170), "Os preceitos do nacionalismo brasileiro delineados na mesma época mostram que a identidade nacional, embora fundamentada no *jus soli*, é relacionada a uma língua vernácula (o português)."

A língua, portanto, funciona como marcador de identidade, definindo pertencimentos sociais. Esse fenômeno se observa não apenas entre migrantes venezuelanos, mas também entre migrantes haitianos, que chegaram ao Brasil há mais de uma década e enfrentaram barreiras linguísticas ainda mais intensas, devido à distância entre o crioulo haitiano e o português brasileiro.

5.8- A experiência haitiana como referência na barreira linguística

O movimento populacional dos haitianos, mencionado no início desta tese, reforça a relevância da língua como barreira na inserção social. A maioria dos haitianos que chegou ao Brasil não dominava o português, o que dificultava suas interações iniciais com os circuitos sociais da cidade.

Bourdieu (1996) destaca o papel do Estado na construção de uma homogeneidade linguística, afirmando que, "O Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos — jurídico, linguístico, métrico — e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática." (BOURDIEU, 1996. p. 105)

Essa padronização institucional impacta diretamente os sujeitos migrantes, que precisam adaptar-se não apenas à língua, mas às formas de comunicação legitimadas pelo Estado. Santos et al. (2015) complementam essa análise ao observar que:

Além das barreiras jurídicas encontradas pelos haitianos ao chegarem à fronteira para entrarem no Brasil, há o fator linguístico que dificulta sobremaneira a inserção desses imigrantes. A questão jurídica é superada em cerca de uma semana – mas já foi de até 2 meses –, porém, os entraves advindos do contato com a língua portuguesa não têm e não pode ter, um prazo para que os sujeitos possam se afirmar em uma situação tranquila." (SANTOS et al., 2015, p. 45)

Assim como os haitianos, os venezuelanos também enfrentaram barreiras linguísticas antes da instalação da Operação Acolhida. Nesse período, muitos deles buscavam alternativas para aprender português. Uma dessas iniciativas surgiu na Universidade Federal de Roraima, onde um grupo de professores e alunos organizou aulas voluntárias para os migrantes. Esse esforço reforça o papel central da língua na busca pela integração ou inserção social, laboral e econômica.

Sobre isso, Santos et al. (2015) narram a experiência de um projeto de extensão criado para auxiliar haitianos no aprendizado da língua portuguesa,

O projeto de extensão aqui abordado foi criado com o objetivo de oferecer aos haitianos uma via para aprenderem a língua portuguesa e, desde 2011, tem proporcionado, o ensino da língua, além de vincular-se a outros trabalhos com o objetivo da inserção social desses imigrantes residentes em Porto Velho. Inicialmente, os coordenadores do projeto perceberam que três necessidades precisavam ser supridas em curto prazo: vencer a barreira da língua, inserção no modo de produção local e a habitação (SANTOS et al., 2015, p. 45)

Os relatos demonstram que aprender a língua da sociedade receptora é um fator determinante na inserção sociocultural dos migrantes.

Como enfatiza Santos et al. (2015, p. 45),

“Na fase inicial do projeto, no segundo semestre de 2011, dedicou-se mais à necessidade de contribuir no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa para os haitianos, pois o aprendizado de uma língua é condição básica para uma comunicação mais eficaz, (SANTOS et al., 2015, p. 45)

5.8.1- A inserção sociocultural e o papel da língua

A transição entre os relatos haitianos e a experiência dos migrantes venezuelanos permite aprofundar a análise sobre o papel da língua na construção de vínculos sociais. Santos et al. (2015) definem o conceito de integração sociocultural como:

A inserção sociocultural o processo de *socialização* por meio da inclusão social e cultural de indivíduos, ou grupos, em dada sociedade. Nessa relação os grupos ou indivíduos “aceitam” a sociedade que se encontram, “se aceitam” como parte dela – ainda que parcialmente – e são “aceitos” por ela. Numa relação mútua, independentemente da situação em que se encontrem – quer seja definitiva ou temporária, como é o caso dos imigrantes. (SANTOS et al., 2015, p. 49)

O aprendizado da língua revelou-se essencial nesse processo, pois a comunicação viabiliza interações sociais, permite o acesso a serviços, facilita a compreensão de normas locais e contribui para o estabelecimento de vínculos com diferentes segmentos da população.

Entre os interlocutores migrantes venezuelanos, havia consciência das limitações impostas pela barreira linguística. No entanto, diante da urgência de garantir condições mínimas de subsistência, o aprendizado do português não era uma prioridade imediata. Como relatam alguns participantes da pesquisa, nos primeiros momentos, a comunicação se dava principalmente por linguagem não verbal, “Da linguagem não verbal, utilizando sinais, movimentos dos braços e expressões faciais.” (SANTOS et al., 2015, p. 50)

Rafael, Daniele e Jonny narraram experiências semelhantes, afirmando que, nos primeiros momentos, sua principal forma de comunicação era gestual: “Naquele tempo, era só levar a mão à boca, abrindo e fechando os lábios, e fazer careta ao mesmo tempo em que se sinalizava a barriga”.

A interação entre brasileiros e migrantes venezuelanos da região fronteira contribuiu minimamente para a compreensão mútua. No entanto, migrantes provenientes de regiões mais afastadas da Venezuela enfrentaram dificuldades maiores, pois não tinham familiaridade com o português falado em *Santa Elena de Uairén*.

Alguns moradores conseguiam inferir o significado de frases ao identificar palavras soltas em português dentro de construções em espanhol. Contudo, com a chegada de migrantes que não possuíam esse repertório linguístico, a comunicação tornou-se mais desafiadora.

Assim como os migrantes haitianos, os venezuelanos se depararam com uma nova língua e uma nova cultura. O aprendizado do português tornou-se um caminho essencial para sua integração na sociedade brasileira, pois é a ferramenta que viabiliza a comunicação com os brasileiros moradores de Boa Vista e a participação na dinâmica social (SANTOS et al., 2015, p. 49).

Aprender a língua do outro revelou-se, entre os interlocutores migrantes, como um pré-requisito para processos de integração social. Não é possível dissociar a construção de vínculos sociais da capacidade de comunicação. Como enfatiza Santos et al. (2015),

Entendemos o quanto é importante para um imigrante a aquisição da língua, pois, dentre seus sonhos e planos, individuais ou coletivos, ele necessita de um emprego, expressar-se e ser atendido nas mais diversas situações do dia a dia.” (SANTOS et al., 2015, p. 50)

Os desafios do aprendizado da língua envolvem não apenas aspectos gramaticais, mas também diferenças culturais e hábitos sociais distintos, tornando o ensino do português uma experiência complexa e variável.

5.8.2- O papel do capital linguístico na inserção dos migrantes

O capital linguístico é um recurso essencial adquirido por migrantes que buscam se in à sociedade brasileira. Como afirmam Oliveira e Kulaitis (2017, p. 29), "O capital linguístico diz respeito ao conhecimento da própria língua nacional e de outras línguas estrangeiras”.

Esse capital linguístico opera como um fator de distinção dentro da estrutura social, funcionando como um capital simbólico que medeia relações em diversas instituições e espaços sociais. Em uma das visitas à Feira, observei que jovens venezuelanos falavam português fluentemente ao interagir com mototaxistas e taxistas, demonstrando como o domínio da língua facilita a circulação dentro do campo social e econômico.

Além disso, duas das interlocutoras entrevistadas trabalhavam como ajudantes em barracas, o que reforça a relação entre capital linguístico e acesso a oportunidades laborais. Elas frequentavam a escola desde que chegaram ao Brasil e relataram que seus pais ou parentes mais velhos falavam a língua de maneira limitada.

Essa diferenciação no domínio do português evidencia a lógica de transmissão de capital dentro do núcleo doméstico migrante. Em geral, são os filhos que assumem o papel de tradutores e mediadores linguísticos, funcionando como agentes que acumulam e redistribuem capital cultural no ambiente familiar. Esse mecanismo é essencial para a integração dos mais velhos, viabilizando sua interação mínima nos espaços sociais e econômicos.

Os pais e parentes mais velhos dessas interlocutoras já estavam no Brasil há mais de sete anos, mas sua integração ainda dependia, em grande parte, da intermediação linguística dos filhos — o que revela desigualdades no acúmulo de capital linguístico e suas consequências dentro do campo social.

O momento em que surgiu a possibilidade de conversar com essas jovens ocorreu quando se aproximaram e perguntaram se poderiam compartilhar a mesa, pois as demais estavam ocupadas. Prontamente, minha esposa e eu aceitamos. Para iniciar a conversa, perguntei às que não trabalhavam na Feira se eram brasileiras. Elas sorriram e responderam que não, que eram venezuelanas.

Comentei que havia reparado no português fluente que falavam. Assim, a conversa se desenrolou de maneira natural, aproveitando o tempo de espera pela preparação dos alimentos. Após serem servidos os pratos, a conversa foi interrompida, encerrando aquele instante de troca. O resultado dessas conversas foram:

Interlocutora 1 "Cheguei ao Brasil com 11 anos, hoje tenho 18. Existem pessoas legais, mas outras são ignorantes, o que as torna chatas. Algumas me chamam de 'veneca', e isso me incomoda. Os que são respeitosos tratam sem distinção. Na escola, uma professora tratava mal os venezuelanos e bem os brasileiros. Aprendi a língua por necessidade, para me comunicar no trabalho. Hoje, falo melhor que meus pais."

Interlocutora 2 "Cheguei com 12 anos, agora tenho 18. Alguns brasileiros são legais, mas outros, ao me conhecerem, perguntam logo se sou venezuelana. Tenho amigos brasileiros, mas quando chegam novas pessoas, elas já vêm dizendo: 'Ah, você é amiga da veneca'. Foi muito importante aprender português."

Interlocutor 3 "Cheguei com 11 anos e vou completar 19. Nunca passei por episódio de preconceito. Aprender a língua foi uma necessidade. Sofri mais com venezuelanos do que com os próprios brasileiros."

Interlocutor 4 "Cheguei com 11 anos e hoje tenho 18. Quando cheguei, morava em um abrigo e não falava português. As pessoas que prestavam serviços terceirizados lá diziam que '*veneco* não aprende português'. Mas aprender a língua foi essencial, era o caminho."

Interlocutor 5 "Cheguei com 10 anos e hoje tenho 18. Falar português é importante, abre portas e muda o tratamento que recebemos. Alguns acham que, por falarmos português, somos reprimidos por nossos conterrâneos."

Esses relatos evidenciam que o domínio da língua portuguesa é percebido como um recurso fundamental para a integração social. A capacidade de se comunicar com diferentes

segmentos da população local permite aos migrantes construir relações, acessar serviços e participar de dinâmicas cotidianas.

Durante a degustação dos alimentos, a apreciação dos molhos era evidente. A conversa com Daniele e Rafael girava em torno da família, ressaltando a importância dos laços afetivos e das redes de apoio na experiência migratória. A Feira, nesse sentido, se configura como um espaço de trocas, convivência e construção de vínculos intersubjetivos.

No processo migratório venezuelano, é possível afirmar que a língua portuguesa é um dos fatores determinante no processo de estigmatização. A barreira linguística também dificulta a integração social, tornando os migrantes mais vulneráveis a preconceitos e exclusão social. Quando chegam ao Brasil sem fluência em português, enfrentam dificuldades para conseguir emprego, acessar serviços públicos e se comunicar no dia a dia. Isso pode reforçar estereótipos negativos e intensificar a discriminação.

Além disso, a percepção da língua como um marcador de identidade nacional pode gerar resistência por parte da população local, que pode ver os migrantes como "estrangeiros" que não compartilham da cultura brasileira. Essa percepção pode levar à marginalização e à criação de barreiras sociais entre grupos em mobilidade e residentes da cidade.

A língua é, sem dúvida, um elemento fundamental da cultura, mas também pode ser considerada como cultura em si. Ela não apenas reflete os valores, tradições e história de um povo, mas também molda a forma como ele percebe e interage com o mundo.

No caso dos migrantes em Boa Vista, a barreira linguística é uma das primeiras dificuldades culturais que enfrentam ao chegar ao Brasil. O idioma não é apenas um meio de comunicação, mas também um marcador de identidade e pertencimento.

Esse processo de integração linguística está profundamente ligado a dinâmica social e cultural dos migrantes no contexto urbano de Boa Vista, o que nos leva a refletir sobre outras dimensões da inserção dos venezuelanos na cidade.

5.9- A inserção dos migrantes e as dinâmicas culturais no contexto urbano de Boa Vista

Observa-se que há uma integração funcional dos migrantes no cotidiano urbano de Boa Vista, mas uma inserção social ainda está distante. Essa integração ocorre de forma setorial, conforme registrado nas observações etnográficas realizadas entre 2022 e 2025. Os interlocutores migrantes estão presentes nas esferas laboral, econômica, educacional e cultural, mas sua participação nas dinâmicas comunitárias permanece limitada, com vínculos sociais restritos e pouca presença em espaços de convivência mais amplos.

Santos (2021, p. 2) destaca que os processos de inserção das mulheres migrantes no contexto urbano boavistense apontam para mudanças culturais significativas, evidenciando a relação entre identidade, mobilidade e práticas sociais. A autora reconhece que o fenômeno migratório não é motivado exclusivamente por fatores econômicos, mas também por dimensões afetivas, subjetivas e relacionais.

Os migrantes venezuelanos que foram interlocutores desta pesquisa chegaram a Boa Vista no auge da intensificação do fluxo migratório, praticamente ao final do período analisado por Santos (2021). A pesquisadora enfatiza que, "O interesse pelas estratégias de inserção das imigrantes venezuelanas no contexto urbano surgiu com a pesquisa de doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizada entre 2015 e 2017." (SANTOS, 2021, p. 1)

Ao acompanhar as trajetórias dos meus interlocutores, interagir na Feira e ouvir seus relatos, torna-se evidente que suas motivações migratórias estão essencialmente ligadas à subsistência. Chegam ao Brasil em busca de alimentos, pois na Venezuela o abastecimento é escasso e, diante da inflação galopante, o dinheiro não supre sequer as necessidades básicas.

Essa realidade contrasta com a noção de migração por carreira, como descrita por Truzzi (2008), que compreende deslocamentos motivados por ascensão profissional ou busca por melhores oportunidades econômicas. A migração observada nesta pesquisa se aproxima da concepção de migração forçada, na qual os deslocamentos ocorrem por necessidade imediata, e não por planejamento estratégico.

Ao longo desta tese, mobilizo o conceito de migração por circulação, conforme proposto por Truzzi (2008), para analisar os fluxos migratórios em Boa Vista. No entanto, no caso dos interlocutores migrantes, esse padrão mostra-se ínfimo, insuficiente para sustentar uma lógica de mobilidade baseada em redes consolidadas. As mulheres mencionadas no estudo de Santos (2021) chegam em um período anterior à crise extrema, quando a situação econômica e política ainda não havia alcançado os patamares de colapso observados nos últimos anos.

Santos (2021) reforça que a migração venezuelana anterior à crise não apresentava ainda o perfil de deslocamento em massa. Sua abordagem permitiu analisar a inserção das mulheres venezuelanas nos fluxos migratórios, demonstrando que os deslocamentos não são exclusivamente decisões racionais, mas também influenciados por redes migratórias e fatores familiares, afetivos e subjetivos. Como destaca,

Apontamos, no entanto, como principal tendência motivadora do processo migratório a escolha condicionada por motivações chamadas de subjetivas e, até mesmo, afetivas, marcadas pelo desejo de manter a família reunida ou de formar novas famílias." (SANTOS, 2021, p. 11-15)

Durante esse período, não existem ainda espaços de sociabilidade migrante como a Feira ou a *matica*, no sentido proposto por Magnani (1996). Tampouco há registros de caravanas de migrantes caminhando de Pacaraima até Boa Vista ou de milhares de pessoas acampadas na Praça *Simón Bolívar* — fenômenos que só passam a ocorrer no final de 2017.

Com a apresentação de seu estudo em 2021, Santos observa esse novo cenário e destaca que, embora haja presença de mulheres venezuelanas na migração, o fluxo continua sendo majoritariamente masculino. No que diz respeito a esse movimento populacional a autora destaca:

Esse processo revela que o movimento migratório de venezuelanos para Roraima possui um fator de expulsão muito expressivo, no qual as situações de debilidade econômica, social e de segurança fazem com que muitos venezuelanos deixem seu país em busca de um emprego em condições dignas ou de uma moradia para que, assim, amenizem o desespero causado pela fome e pela pobreza." (SANTOS, 2021, p. 5)

Além disso, a autora observa que as redes migratórias se tornaram mais estruturadas, desempenhando um papel fundamental na intermediação dos deslocamentos. Como destaca:

A maioria das venezuelanas que vivem em cidades brasileiras, seja em Boa Vista ou em outro lugar, possui algum tipo de contato no Brasil antes de migrar, facilitando-lhes a inserção no local de destino. Contudo, tais redes podem criar também relações de dependência, em que o favor pode transformar-se em dívida, submetendo e subjugando as pessoas que as recebem." (SANTOS, 2021, p. 5)

A inserção social, laboral, cultural e econômica são dimensões interligadas, cada uma com dinâmicas próprias dentro do processo de socialização dos migrantes.

A inserção social refere-se à participação ativa do indivíduo nas relações comunitárias, na construção de redes de apoio e na convivência com grupos locais. Ela envolve processos de pertencimento, aceitação e interação dentro da sociedade receptora, sendo exemplificada por um migrante que participa de eventos comunitários, estabelece amizades e é reconhecido como parte do grupo.

A inserção laboral diz respeito à entrada no mercado de trabalho, à obtenção de emprego e à estabilidade profissional. Inclui fatores como reconhecimento de qualificações, oportunidades de ascensão e segurança no ambiente de trabalho.

A inserção cultural envolve reelaboração, apropriação e compartilhamento de costumes e valores da sociedade receptora, configurando um processo interpretativo de construção simbólica. Em vez de uma mera adoção passiva de práticas locais, a cultura se define por interações e trocas, nas quais migrantes e residentes reinterpretam suas experiências, criando novos sentidos para o espaço urbano.

Diferente do que seria uma inserção cultural — entendida nesta pesquisa como participação ativa e transformação mútua dos espaços sociais — observo que ocorre, na Feira de Culinária Venezuelana, uma integração cultural funcional. Interlocutores migrantes não apenas comercializam pratos típicos, mas também participam de eventos culturais organizados pela cidade, como o Mormaço Cultural, as Festas Juninas e o Carnaval.

No entanto, esse movimento não se concretiza como inserção, pois não há presença significativa de migrantes venezuelanos na organização ou nas apresentações culturais desses eventos. Elementos como culinária, danças e práticas tradicionais são raramente protagonizados por migrantes em espaços institucionais ou festividades públicas. Nessas interações, o que se observa é uma negociação de significados limitada, na qual a cultura migrante influencia formas de sociabilidade e presença urbana, mas sem ocupar plenamente os circuitos simbólicos da cidade.

Nesse sentido, a cultura não se apresenta como algo estático ou imposto, mas como um sistema de significados em constante construção, tal como propõe Geertz (1989) em sua concepção de descrição densa. A prática cultural dos migrantes em Boa Vista não se resume à reprodução de hábitos pré-existentes; ao contrário, reflete um campo de significação dinâmica, onde identidade e pertencimento são constantemente negociados e redefinidos nas interações sociais.

A inserção econômica, por sua vez, está diretamente ligada à forma como os migrantes acessam e circulam dentro do sistema financeiro da sociedade receptora. Esse processo não se resume ao simples consumo de bens e serviços, mas envolve estratégias e práticas econômicas negociadas entre migrantes e instituições locais, refletindo dinâmicas que moldam sua presença no espaço econômico.

Entre os interlocutores, um dos exemplos mais recorrentes é o uso do CPF como instrumento para obtenção de crédito, facilitando a entrada nos circuitos de consumo e nos mecanismos formais de financiamento. Além disso, a participação em programas sociais e o acesso a direitos básicos evidenciam uma presença ativa na economia roraimense e brasileira. Os migrantes não atuam apenas como consumidores, mas como agentes econômicos que negociam seu espaço dentro do campo social, influenciando e reconfigurando relações produtivas no contexto migratório.

Além disso, a participação dos migrantes venezuelanos em programas sociais e o acesso a direitos básicos evidenciam sua presença ativa na economia roraimense e brasileira. Eles não atuam apenas como consumidores, mas como agentes econômicos que negociam seu espaço em diferentes campos sociais — como o econômico, o cultural e o educacional — mobilizando

capitais diversos para influenciar e reconfigurar relações produtivas no contexto migratório. Ao transitar por esses campos e ativar capitais econômicos, sociais e culturais, os migrantes transformam as condições de sua integração funcional ao mercado de trabalho e ampliam sua presença nas redes de circulação financeira. No entanto, essa atuação, embora expressiva, ainda não configura uma inserção social, pois não implica pertencimento consolidado ou reconhecimento simbólico nos circuitos institucionais da cidade.

Esse impacto é perceptível na Feira de Culinária Venezuelana, que exemplifica como a integração ocorre para além da dimensão puramente econômica. Embora muitos interlocutores migrantes ocupem espaços no mercado informal e em ambientes públicos, sua participação ainda se dá de forma segmentada. Quando a Feira ultrapassa sua função comercial e se torna um espaço de trocas culturais, ela possibilita a construção de laços comunitários que fortalecem a vivência migrante na cidade. Ainda assim, essa dinâmica permanece no campo da integração funcional, pois os migrantes raramente protagonizam ou organizam os eventos culturais da cidade. A reelaboração da identidade migrante, portanto, se manifesta na formação de redes pessoais e sociais, ampliando sua presença na dinâmica sociocultural de Boa Vista — mas sem que isso represente, necessariamente, uma inserção simbólica nos espaços públicos mais amplos.

A análise da inserção dos migrantes não deve ser confundida com a discussão sobre cidadania formal. Aqui, não se trata de considerar o migrante como cidadão brasileiro, com pleno acesso a direitos e deveres, mas como alguém que busca uma inserção significativa na sociedade receptora. Esse processo ultrapassa a ocupação de espaços físicos e envolve a construção de redes de pertencimento reais, sustentadas por interações que permitem uma participação social mais equitativa.

A inserção social, tal como definida nesta pesquisa, não implica a concessão automática de cidadania, mas sim a possibilidade de que o migrante se torne parte ativa da sociedade, ocupando espaços de trabalho, cultura e sociabilidade de maneira menos segmentada e mais fluida. Na Feira de Culinária Venezuelana, por exemplo, interlocutores migrantes não apenas comercializam produtos, mas reconstroem suas identidades e ampliam sua presença na cidade, gerando conexões que vão além da lógica estritamente econômica. Ainda assim, essa atuação permanece no campo da integração funcional, sem que se configure uma inserção plena nos circuitos simbólicos e institucionais da vida urbana.

Essa presença ativa dos migrantes em espaços como a Feira revela que a integração social está profundamente entrelaçada com as condições materiais de existência. A construção de vínculos e a participação comunitária não ocorrem em abstração, mas são mediadas por

fatores concretos como renda, moradia e acesso a serviços. Nesse sentido, tanto a integração quanto os primeiros traços de inserção dos migrantes não podem ser dissociados das dificuldades enfrentadas pela população local, pois ambos compartilham os desafios impostos pelo custo de vida elevado em Boa Vista.

A convivência entre migrantes e alguns segmentos da população de Boa Vista se dá em um cenário de escassez e negociação cotidiana, onde a subsistência se torna um eixo comum que atravessa fronteiras simbólicas e redefine formas de pertencimento. Boa Vista é marcada por uma economia urbana frágil, na qual a maioria dos trabalhadores vive com um salário-mínimo, comprometendo grande parte da renda com despesas básicas. Quando há aluguel a pagar, pouco resta para alimentação e outros gastos essenciais.

Esse custo de vida elevado afeta tanto migrantes quanto segmentos da população local. A busca por subsistência não distingue nacionalidade, e muitos interlocutores — brasileiros e venezuelanos — relatam estratégias semelhantes para lidar com a instabilidade financeira.

Durante uma conversa com André e José, trabalhadores da construção civil, essa disputa econômica foi evidenciada de forma concreta. José relatou que o uso de contas bancárias digitais foi essencial para driblar a instabilidade financeira. Ele explicou:

"Imagina, aqui todo mundo está tentando subsistir, não só os venezuelanos, nós também. Fico no vermelho todo mês. Uso um cartão para cobrir o outro, que já gastei com a alimentação do mês. A cada seis meses, quando as contas não fecham mais e não há opção de criar uma nova conta digital para solicitar outro cartão de crédito, aproveito o dinheiro das férias para pagar as dívidas. Enquanto isso, passo um mês trabalhando em outro lugar ou vendo minhas férias. No final do ano, uso o décimo terceiro salário para começar mais um ciclo, quase sempre endividado. E quando não dá mais, a gente deixa o nome sujar."

A seu lado, um venezuelano, colega de trabalho, complementou: *"Yo no dejo que meu CPF fique negativado, cuido de pagar tudo em dia. Yo conosco muchos brasileños que trabajan conmigo y tienen el nombre sucio"*.

Esse relato revela não apenas a precariedade compartilhada, mas também a forma como o CPF se torna um marcador de responsabilidade e pertencimento. O interlocutor migrante, já integrado ao cotidiano urbano, compreende que manter o "nome limpo" transcende a prática financeira — é um símbolo de credibilidade e reconhecimento social. Essa consciência molda sua autoimagem, levando-o a se perceber como mais organizado e prudente em comparação a muitos colegas brasileiros.

Entretanto, essa percepção não emerge isoladamente. Ela se constrói dentro de um ambiente onde a subsistência é central à experiência cotidiana. Boa Vista é atravessada por uma

instabilidade socioeconômica que, com a intensificação dos fluxos migratórios, reconfigura disputas, tensões e formas de interação entre diferentes segmentos da população.

A integração funcional dos migrantes à lógica local não se dá sem fricção. As relações sociais passam a ser marcadas por conflitos subjetivos e, em alguns casos, físicos, nos quais questões de pertencimento e competição por recursos afloram como narrativas recorrentes. O migrante, ao mesmo tempo que internaliza essas dinâmicas, também constrói seu papel dentro desse espaço, ajustando estratégias de mobilidade, trabalho e interação para garantir sua subsistência.

Entre muitos dos meus interlocutores migrantes, o CPF emerge como o documento mais mencionado — um elemento central na sua integração ao Brasil. Com a expansão do trabalho como mototaxista e taxista, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) também se torna essencial. Antes, bastava trazer a habilitação da Venezuela e validá-la no Departamento de Trânsito local, mas agora o processo se torna mais burocrático, tornando o CPF e a CNH os principais documentos para viabilizar o trabalho.

José nos relatou um episódio significativo ocorrido no Natal do ano passado. Ele levou seus parentes recém-chegados da Venezuela a um centro comercial, onde todos, já munidos de CPF, conseguiram crediário e puderam comprar sem precisar dar qualquer valor de entrada. Ele, que já morava há anos no Brasil, foi o único a não conseguir crédito, pois havia feito um crediário para um amigo que não pagou a dívida. Somente após quitar o débito em 12 parcelas pôde restaurar seu acesso ao crédito. Aprendeu, assim, que o CPF é o documento mais importante para viabilizar sua vida financeira no Brasil.

Mariza Peirano (2014) aborda a questão da identificação no mundo contemporâneo, destacando que os documentos são as formas privilegiadas de comprovar quem somos, pois no mundo moderno a palavra não basta como prova:

“Eu” só sou Mariza Peirano se provar, por meio de mecanismos externos a mim, e oficialmente válidos, minha condição como tal. Há apenas uma maneira de fugir à regra: estar em meio conhecido, quando, então, sou “reconhecida”, sem precisar me identificar. Quando estou com Ruben Oliven, Claudia Fonseca ou Cornelia Eckert, eles podem atestar que sou quem digo que sou porque já me conhecem. Mas se chego ao aeroporto, preciso apresentar um documento válido, isto é, de cunho oficial e com foto. Ou, se vou votar, preciso firmar minhas digitais. (PEIRANO, 2014. p. 387)

Para o brasileiro, um documento oficial geralmente precisa conter foto para ser considerado legítimo. No entanto, para o migrante venezuelano em Boa Vista, o CPF adquire outra conotação — ele não apenas comprova sua identidade, mas representa um lugar na sociedade. O CPF é associado à noção de “nome limpo” e ao acesso ao crédito, simbolizando a condição de alguém que honra compromissos e participa dos circuitos econômicos locais.

Trata-se de uma forma de integração funcional que, embora não configure inserção simbólica plena, revela estratégias de reconhecimento e pertencimento no cotidiano urbano.

Os migrantes venezuelanos em Boa Vista estão integrados — e alguns inseridos — em diferentes setores da sociedade, como a economia, a cultura e, de maneira mais expressiva, o mercado de trabalho. No entanto, a inserção social nos diferentes campos sociais ainda não se concretiza, sendo a educação um dos principais caminhos para sua efetivação.

Essa realidade pode ser observada na trajetória de Rosa e Paul, migrantes venezuelanos vinculados à REPSA de Rafael. Ambos iniciaram suas jornadas profissionais como auxiliares de limpeza em duas empresas privadas foram integrados no campo laboral. Após dominarem o idioma português, decidiram ingressar no ensino superior. Quatro anos depois, com a conclusão da formação acadêmica, alcançaram inserção laboral.

Atualmente, atuam como gerente e administrador em uma empresa local, participando diretamente das decisões estratégicas voltadas ao bem-estar organizacional. Suas experiências demonstram que a educação formal é um dos principais vetores de mobilidade social e reconhecimento profissional, permitindo que migrantes não apenas ocupem postos de trabalho, mas também sejam legitimados como agentes ativos no campo econômico e institucional da cidade.

Apesar desses avanços individuais, como os de Rosa e Paul, é importante reconhecer que a inserção laboral dos migrantes em Boa Vista, ainda enfrenta obstáculos significativos, especialmente no campo das relações cotidianas. A interação direta entre migrantes venezuelanos e brasileiros que moram em Boa Vista, permanece limitada, marcada por barreiras simbólicas que dificultam um engajamento mais profundo entre os grupos.

Um exemplo disso pode ser observado na Feira de Culinária Venezuelana: embora seja um espaço de visibilidade cultural, poucos brasileiros frequentam o local, reforçando uma dinâmica de isolamento comunitário, na qual os migrantes compartilham entre si, mas raramente estabelecem laços para além de seu círculo, na qual diferentes grupos sociais ocupam espaços urbanos específicos sem, necessariamente, interagir entre si. A presença venezuelana em Boa Vista se materializa em núcleos sociais relativamente autônomos, que não se conectam de forma significativa com a população local.

A ausência de um engajamento social mais profundo sugere que a integração dos migrantes ocorre de maneira fragmentada. Embora estejam presentes no trabalho, na economia e na cultura, sua participação na esfera social ainda é restrita. A tendência é que socializem e confraternizem majoritariamente em eventos voltados aos seus compatriotas, criando redes internas de pertencimento que raramente se expandem para outros setores da cidade.

Essa fragmentação pode ser compreendida à luz da teoria da descrição densa, de Geertz (1989), segundo a qual os significados culturais não emergem isoladamente, mas a partir das práticas cotidianas e das formas de interação social. Se a Feira representa um espaço de integração econômica e cultural, ela ainda não se traduz como ambiente de troca genuína entre migrantes e brasileiros, evidenciando um afastamento simbólico entre os grupos.

As estruturas sociais incluem regras, normas e relações de poder que organizam e regulam a dinâmica social dentro de espaços formais e informais — como as *maticas*, igrejas, feiras e demais ambientes de convivência. Esses espaços operam como campos sociais, nos quais os agentes disputam diferentes formas de capital: econômico, social, cultural e simbólico.

Cada um desses espaços contém regras explícitas e implícitas, que podem promover a coesão social, estabelecendo pertencimento e solidariedade, mas também gerar conflitos, especialmente quando há disputas por reconhecimento, legitimidade ou acesso a recursos dentro do campo social.

Portanto, a distinção entre inserção e integração não é apenas conceitual, mas se revela nas práticas e experiências cotidianas dos interlocutores migrantes. A integração funcional permite que ocupem espaços de trabalho, consumo e cultura, estabelecendo presença nos circuitos econômicos e urbanos da cidade. No entanto, a inserção social — entendida nesta pesquisa como pertencimento simbólico e reconhecimento pleno — ainda se configura de maneira limitada.

Essa limitação não decorre da ausência de esforço ou agência por parte dos migrantes, mas da forma como suas trajetórias são recebidas e interpretadas pelos grupos locais. Entre os interlocutores, apenas alguns — como Rosa e Paul — alcançam inserção mais ampla, marcada por legitimidade institucional e participação ativa em espaços de decisão. A maioria, contudo, permanece em zonas de integração funcional, atravessadas por fronteiras invisíveis que dificultam a construção de vínculos mais amplos com a sociedade receptora. Essas fronteiras não são apenas espaciais, mas simbólicas, e operam como barreiras à circulação social, restringindo o acesso a redes de pertencimento que ultrapassem os núcleos migrantes.

Essa limitação revela um aspecto fundamental que influencia o lugar dos migrantes na cidade: o estigma. A forma como são percebidos pelos grupos locais, os estereótipos que lhes são atribuídos e as dinâmicas de exclusão simbólica contribuem para reforçar essa barreira social. O estigma não se manifesta apenas como julgamento moral, mas como estrutura simbólica que atravessa as interações cotidianas, afetando diretamente as possibilidades de inserção social.

Encerrando este capítulo, é possível afirmar que a integração funcional dos migrantes venezuelanos em Boa Vista está consolidada em setores estratégicos, como o mercado de trabalho e a economia urbana. No entanto, sua inserção social plena permanece tensionada por representações estigmatizadas e barreiras simbólicas que atravessam as relações interpessoais e institucionais. No capítulo seguinte, aprofundaremos o papel do estigma como mecanismo estruturante das interações sociais, analisando como ele influencia as estratégias de subsistência, reconhecimento e pertencimento dos migrantes no contexto boavistense.

No próximo capítulo, exploraremos como o estigma atua não apenas como um obstáculo à inserção social dos migrantes, mas como um elemento que reorganiza suas práticas cotidianas e negociações identitárias. Conforme Goffman (2008), o estigma é uma estrutura simbólica das interações sociais, sustentada por expectativas normativas que definem os papéis sociais dos indivíduos. No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, o estigma não se limita à imagem pública, mas atravessa suas relações de trabalho, moradia, consumo e convivência, influenciando diretamente sua posição nos campos sociais da cidade.

CAPÍTULO VI- O ESTIGMA E SEU PAPEL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E INSERÇÃO SOCIAL DO MIGRANTE VENEZUELANO EM BOA VISTA-RORAIMA.

Tal como afirma Roberto Cardoso de Oliveira (1976. p. 1), o contato interétnico ocorre entre indivíduos e grupos de diferentes procedências nacionais, raciais ou culturais. No caso da migração venezuelana em Boa Vista, esse contato se manifesta de forma intensa e cotidiana, especialmente nas interações que se estabelecem entre os migrantes e três segmentos sociais boavistenses identificados nesta pesquisa: os que compartilham práticas de subsistência, os que exploram a força de trabalho migrante e os que instrumentalizam a presença dos migrantes como pauta política.

A chegada dos venezuelanos ao território roraimense inaugura uma situação de conflitualidade urbana, marcada por interdependência, tensão simbólica e negociação social. Embora não se organizem como grupo étnico formal — no sentido proposto por Roberto Cardoso de Oliveira (1976), que associa a formalização étnica à mobilização identitária em torno de direitos coletivos reconhecidos institucionalmente — os migrantes são percebidos e classificados por atributos culturais, linguísticos e econômicos que os posicionam como “outros” no imaginário local. Essa percepção ativa um sistema interétnico em constante movimento, no qual os vínculos são construídos e tensionados no cotidiano da cidade, dando forma a uma dinâmica relacional que envolve tanto rejeição quanto cooperação.

Neste capítulo, propomos analisar como o estigma social, longe de representar apenas uma barreira à integração e inserção dos migrantes venezuelanos, pode também ser mobilizado estrategicamente como recurso de subsistência e acesso a campos laborais. A partir da perspectiva de Erving Goffman (2008), o estigma é compreendido como um mecanismo de distinção social que opera por meio da atribuição de marcas simbólicas, associadas às expectativas normativas de conduta e caráter. Como afirma o autor, “A manipulação do estigma é uma ramificação de algo básico na sociedade, ou seja, a estereotipia ou ‘perfil’ de nossas expectativas normativas em relação à conduta ou caráter” (GOFFMAN, 2008, p. 61).

Nesse sentido, os migrantes, enquanto sujeitos estigmatizados, podem explorar essa condição para acessar determinadas oportunidades, convertendo o preconceito em estratégia de integração laboral. A estigmatização, portanto, não se limita à exclusão; ela pode ser reelaborada como ferramenta de negociação social, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Essa dinâmica é visível na representação social dos migrantes venezuelanos, frequentemente reforçada nas redes sociais digitais Goffman (2008, p. 63) também observa que “As pessoas normais que vivem próximo de colônias constituídas de grupos tribalmente estigmatizados conseguem, com bastante habilidade, manter os seus preconceitos”. Essa dinâmica é visível na representação social dos migrantes venezuelanos, frequentemente reforçada nas redes sociais digitais.

O público jovem, em especial, tende a absorver discursos estereotipados, em parte por não possuir memórias das interações anteriores com os venezuelanos de *Santa Elena de Uairén* — interações que, em outros tempos, marcaram períodos de circulação e convivência entre os dois grupos. Muitos dos interlocutores brasileiros entrevistados mencionaram conflitos passados como elementos que influenciam diretamente a construção da imagem dos migrantes no presente, revelando como o estigma se articula com a memória social e com os regimes de visibilidade que operam na esfera pública.

6.1 O papel da mídia na construção do estigma migratório em Boa Vista-Roraima

6.1.1- Identidade como ideologia e representação coletiva

No contexto da migração venezuelana em Boa Vista, a concepção da identidade como ideologia — conforme proposta por Roberto Cardoso de Oliveira — mostra-se fundamental para compreender os processos sociais vivenciados em território urbano fronteiriço. O autor afirma, “A identidade social, ela própria, é uma ideologia e uma forma de representação coletiva.” (OLIVEIRA, 1979, p. 39)

Essa formulação indica que identidade não é uma essência natural ou uma expressão pura de pertencimento, mas uma construção social carregada de disputas, interesses e classificações. Trata-se de uma representação que emerge e se transforma nas interações cotidianas, funcionando como instrumento simbólico de reconhecimento, exclusão ou resistência.

A perspectiva de Cardoso de Oliveira dialoga diretamente com Erikson, que entende identidade e ideologia como dimensões complementares de um mesmo processo. Segundo o autor:

[...] identidade e ideologia são dois aspectos do mesmo processo”, sendo a identidade tanto uma condição para o amadurecimento individual quanto uma forma elevada de identificação coletiva, baseada na solidariedade entre vivências comuns, ações compartilhadas e processos de criação conjunta. (ERIKSON apud OLIVEIRA, 1979, p. 37)

Partindo dessas premissas, compreende-se que a identidade do migrante venezuelano por subsistência — frequentemente responsabilizado pelas mazelas sociais locais — não é espontaneamente reconhecida por amplos segmentos da população local. Ela é construída a partir de representações coletivas que envolvem estigmas, fricções simbólicas e disputas por legitimidade.

Ainda assim, os próprios migrantes elaboram formas de pertencimento e articulação social, como as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), que operam como práticas seletivas e coletivas de reconhecimento e resistência. Essas estratégias não apenas contribuem para a subsistência cotidiana, mas também para a afirmação de vínculos e identidades que se tornam socialmente eficazes dentro do campo interétnico urbano.

Como o próprio Cardoso de Oliveira esclarece, a ideologia pode ser consciente ou inconsciente — sendo, na maioria dos casos, opaca aos agentes que vivenciam as relações sociais que lhe deram origem e que a sustentam. Contrariamente, as representações coletivas são sempre inconscientes, fracamente integradas e desprovidas do caráter sistemático presente no discurso ideológico (OLIVEIRA, 1979, p. 40).

Essa distinção entre ideologia e representação coletiva reforça que a identidade atribuída aos migrantes venezuelanos em Boa Vista não apenas emerge de práticas cotidianas, mas é sustentada por um imaginário social que classifica, diferencia e legitima posições sociais. As fricções, estigmas e disputas observadas no campo urbano não derivam de uma identidade “essencial”, mas de um conjunto de representações que, ainda que desarticuladas, orientam classificações ideológicas carregadas de valor, julgamento e expectativa.

Nesse cenário, Gamboa (2021) aponta que a migração venezuelana apresenta padrões distintos de deslocamento, sendo direcionada principalmente a países fronteiriços, como Colômbia e Brasil, devido à proximidade geográfica e à busca por alternativas viáveis de subsistência, "Os principais destinos procurados pelos migrantes venezuelanos, especialmente aqueles com menos recursos, são a Colômbia e o Brasil, países fronteiriços com a Venezuela." (GAMBOA, 2021, p. 103)

Gamboa (2021) examina os discursos midiáticos que contribuem para a construção do estigma social dos migrantes venezuelanos em território brasileiro. As mídias digitais, redes sociais e plataformas jornalísticas frequentemente reforçam narrativas de criminalização da migração, associando os venezuelanos a crise econômica, insegurança e sobrecarga dos sistemas públicos. Algumas manchetes veiculadas demonstram essa abordagem: "Multidões fogem da crise, fome e miséria e chegam ao Brasil para morar em abrigos e ruas, contribuindo

para o colapso do sistema de saúde. Se dedicam ao roubo, tráfico, prostituição e assassinatos." (GAMBOA, 2021, p. 136)

Em outra matéria, um representante da segurança pública de Roraima declara que a imigração venezuelana modificou o padrão criminal do estado:

A imigração venezuelana trouxe um novo ‘modus operandi’ ao crime no estado [...]. Ao longo dos últimos cinco anos, passaram mais de 700 mil pessoas vindas da Venezuela por aqui. Com isso, houve aumento nos pequenos delitos, prostituição e tráfico de drogas. (GAMBOA, 2021, p. 136)

Além disso, discursos políticos também exploram o tema da migração para fins eleitorais, como evidencia a declaração durante a campanha de 2022: "Nosso Brasil não vai ser uma Venezuela". (GAMBOA, 2021, p. 136).

Aqui, percebe-se o uso do medo social e da migração como estratégia discursiva para mobilizar eleitores, associando os venezuelanos à precarização do Estado.

Gamboa (2021) reforça que a mídia exerce um papel central na produção e reprodução dos discursos de exclusão, moldando a percepção pública sobre a migração venezuelana: "A comunicação mediada tecnologicamente tem um papel fundamental nas dinâmicas socioculturais. Ela produz discursos e narrativas que incidem diretamente na percepção das realidades." (GAMBOA, 2021, p. 135-139).

Essa influência midiática se reflete diretamente na forma como os venezuelanos são representados em Roraima. Segundo Gamboa (2021), os veículos de comunicação não contextualizam adequadamente os fatores que motivam esse deslocamento populacional e omitem as reais razões por trás da migração. Em geral, a cobertura midiática reduz a migração venezuelana a uma consequência da crise econômica, política e social, sem aprofundar as dinâmicas estruturais que contribuíram para esse fenômeno, [...] “uma crise econômica, política e social que os venezuelanos fogem da Venezuela, frase que é repetida constantemente, sem falar dos porquês da situação”. (GAMBOA, 2021. p.139)

Esse discurso oculta elementos fundamentais, como as sanções econômicas externas e a fragilidade interna da economia venezuelana, fatores que intensificaram a necessidade de migração. Nesse sentido, Ângelo (2021) complementa que a migração venezuelana não pode ser reduzida a um fenômeno espontâneo, pois foi fortemente influenciada por políticas externas e internas, incluindo restrições econômicas impostas pelos Estados Unidos e a falta de diversificação econômica da Venezuela.

No tratamento midiático da migração, Gamboa (2021) observa que o sujeito migrante é frequentemente retratado como um coletivo homogêneo, desvinculado de sua individualidade e identidade. Os venezuelanos são representados como perturbadores da estabilidade social,

sendo associados a problemas nos sistemas de saúde, criminalidade e ocupação de espaços públicos. Esse processo invisibiliza as vozes dos migrantes, já que a maioria das fontes utilizadas pelas mídias são anônimas ou provenientes de discursos oficiais que reafirmam a migração como uma ameaça.

Ainda neste contexto Gamboa (2021), vai dizer que, "Os discursos textuais e visuais, com esses elementos, reforçam aspectos xenofóbicos e preconceituosos, gerando rejeição generalizada à população migrante, o que pode ser considerado uma forma de violência simbólica." (GAMBOA, 2021, p.140)

Dessa forma, as mídias sociais e os veículos jornalísticos não apenas informam, mas também moldam e direcionam percepções sobre os migrantes venezuelanos, contribuindo para a consolidação do estigma social. Esse fenômeno está diretamente ligado a interesses políticos e econômicos de grupos locais, que exploram a migração para justificar políticas de exclusão, mobilizar eleitorado e mascarar dificuldades na gestão de problemas sociais, políticos e econômicos.

Além disso, o estigma se reflete diretamente na disputa por vagas no mercado de trabalho, onde parte da população percebe os migrantes como concorrentes, reforçando a rejeição e a construção de discursos excludentes, frequentemente utilizados para legitimar restrições à inserção em todos os campos sociais, não só no campo laboral.

Após essa análise mais ampla sobre a construção midiática do estigma, voltamos agora para um recorte antropológico, buscando compreender como essa representação social do migrante venezuelano se manifesta na interação cotidiana, especificamente na Feira de Culinária Venezuelana e nas áreas ao seu redor.

6.2 Percepções de brasileiros sobre os migrantes venezuelanos em Boa Vista

Esta seção busca compreender as percepções dos brasileiros que frequentam a Feira, bem como os moradores das redondezas e os passageiros que transitam pelo espaço fronteiriço. Os interlocutores deste estudo tiveram seus nomes alterados para preservar suas identidades, conforme solicitado por eles—com exceção de Jonny, que fez questão de aparecer tanto em imagem quanto na escrita.

Dentro da proposta metodológica deste estudo etnográfico, baseado na observação participante, o processo de construção e análise dos dados envolveu diversas estratégias, incluindo revisão de literatura, entrevistas, diário de campo e outras ferramentas fundamentais para a investigação. Além disso, também foram realizadas conversas informais, conduzidas de maneira espontânea, aproveitando momentos oportunos para interação.

Entre as diversas perguntas que guiaram essas trocas, ajustadas conforme o contexto de cada interação, uma delas foi: "Qual sua opinião sobre os migrantes venezuelanos em Boa Vista?"

As respostas revelam uma diversidade de percepções, evidenciando como o estigma social impacta a inserção dos migrantes na cidade. As falas dos interlocutores oferecem um panorama da negociação de pertencimento, onde os venezuelanos são vistos ora como subsistentes que compartilham dificuldades com os brasileiros, ora como indivíduos disputando espaços e oportunidades.

Interlocutor 1:

É cliente da Feira e costuma frequentá-la após sair do trabalho como açougueiro em um supermercado nas proximidades.

"Eles são sobreviventes, igual a nós. Ganhamos um salário e só de energia, água, gás e internet vai mais da metade. O que sobra é para aluguel e comida, e nem sempre dá. A comida vem dos cartões digitais que faço na internet, esperando metade do ano ou o final para tentar equilibrar as contas. Somos brasileiros tentando sobreviver. Imagine para eles, que não têm nossa cultura, não falam nosso idioma e, quando falam, muitas vezes interpretam errado."

Interlocutor 2:

Este empresário das redondezas recorda sua experiência com venezuelanos em *Santa Elena de Uairén*:

"Já sofremos muito nas mãos deles lá em Santa Elena. As coisas para o brasileiro eram mais caras, e o trato era rude. Minha mãe trabalhava lá e também sofria preconceito. Talvez eles se sentissem invadidos, porque éramos muitos os que frequentávamos a cidade. Hoje, tenho pena dos que ficam ao redor da rodoviária. Vejo que são pobres e estão tentando sobreviver. Mas pensando bem, não só eles, os brasileiros também, com esse governo aí."

Interlocutor 3:

Outro empresário da região manifesta preocupação com o impacto da migração no bairro:

"Aqui é 'Roraizuela' (junção de Roraima e Venezuela). Eles pegam vagas nas escolas, nos postos de saúde e até nas aposentadorias. Têm mais direitos do que nós, brasileiros. Aqui no bairro, o crime aumentou com a chegada deles. Está uma bagunça, e os políticos não fazem nada. E agora ocuparam até parte do estacionamento para vender comida e bebidas."

Interlocutor 4:

Este interlocutor trabalha como taxista, transitando entre Boa Vista e *Lethem*, na Guiana Inglesa. Entre uma corrida e outra, vez ou outra ele se senta para comer arroz chino com frango frito—uma refeição que, mais do que alimentar, carrega consigo os traços dos deslocamentos daqueles que a cozinham e daqueles que a consomem.

E é ali, nesse espaço de passagem, que ele reflete sobre suas interações com os migrantes: percebe gestos, escuta histórias, reconhece padrões. Entre o deslocamento físico e o deslocamento simbólico, ele transita não apenas entre cidades, mas entre experiências, entre modos de estar e subsistir.

"É difícil, enfrentam preconceito de todo tipo, e aguentam porque precisam sobreviver e ajudar os parentes. Eles gostam de se divertir. Conheço muitos deles e faço corrida para eles toda semana. Às vezes me convidam para compartilhar momentos, mas dificilmente eu vou. Agora te digo: conheço muitos brasileiros que estão iguais ou até pior que os migrantes, tentando sobreviver."

"Eu trabalho com carro alugado e ganho, em média, uns 3.000 reais por mês. Moro na casa da minha mãe, não pago aluguel, mas a conta de energia vem sempre alta—entre 900 e 1.200 reais todo mês. E olha que só usamos duas centrais de 12 mil BTUs à noite, temos uma geladeira nova, que economiza energia, duas TVs, dois ventiladores e umas cinco lâmpadas de LED. Como pode a energia ser tão cara?"

A água vem na faixa de 180 a, às vezes, 250 reais. O gás, 135. A internet, 100. E com comida, gastamos em torno de 1.500 reais por mês. Moramos eu, minha mãe, minha esposa, meu filho e duas filhas. A caçula, graças a Deus, já não toma mais leite NAN, porque a lata de 900g custava quase 70 reais. Ainda gasto cerca de 150 reais por mês com fralda—ela só usa para dormir.

Me diga, mano, como isso não é apenas sobreviver? Eu falo com certeza porque conheço cada detalhe dos gastos."

Interlocutor 5:

É cliente de uma das barracas onde realizamos pesquisa, trabalhador de um hotel nas proximidades onde trabalha como serviços gerais. Entre suas idas e vindas, observa e relata estratégias que os migrantes venezuelanos desenvolvem para lidar com os altos preços da moradia.

Aprendeu a comer, ou melhor, acostumou-se a comer, como ele mesmo diz, o arroz chino—não pelo sabor, mas pelo preço e pela quantidade. Cinco reais e ainda ganha um suco. Quando pergunto sobre os migrantes venezuelanos em Boa Vista, ele responde com uma franqueza direta, quase como quem fala de um cotidiano evidente, que não precisa ser explicado:

"Meu amigo, trabalho com seis no hotel. Deixa eu te contar... Dois deles moram em uma casa compartilhada com suas famílias, os outros, em quartos de um cômodo, também com suas famílias. O aluguel é mais em conta desse jeito: um quarto sai, em média, 600 reais, enquanto uma casa chega a 1.200. Eu pago 800 porque é de um conhecido. A conta de energia? Vem uns 500 reais, e olha que só tenho uma central, uso só à noite. Tenho duas filhas pequenas e minha sogra. A mulher cuida delas e da minha sogra. Tenho que trabalhar aos finais de semana num bar para conseguir fechar as contas todo mês—e nem pensar em adoecer."

A interpretação das falas dos interlocutores neste item, assim como nos demais ao longo deste estudo, não pretende universalizar percepções, mas sim compreender as particularidades das relações sociais entre migrantes venezuelanos e brasileiros.

Seguindo a perspectiva de Geertz (1989), que enfatiza a interpretação dos significados das práticas sociais, buscamos explorar como os discursos dos entrevistados revelam camadas simbólicas da migração e da busca por integração. Da mesma forma, a abordagem de Bourdieu (1996) nos permite entender como essas relações estão estruturadas dentro dos campos sociais, evidenciando dinâmicas de poder, disputa por capital e estratégias de subsistência.

Ao longo da pesquisa, foi necessário ampliar o olhar para aspectos mais amplos, compreendendo como o estigma social e a integração dos migrantes em Boa Vista estão interligados a dinâmicas políticas, econômicas e históricas. Os interlocutores, ao responderem, o fazem a partir dos espaços e circuitos sociais que integram seu dia a dia, demonstrando como as experiências individuais moldam percepções coletivas sobre os migrantes e suas trajetórias.

Assim, a partir dos relatos analisados, compreendemos que a percepção dos migrantes por parte dos brasileiros com quem interagimos na Feira não se limita àquele espaço específico, mas está associada a uma rede mais ampla de significados sociais que atravessa o cotidiano urbano. Essa rede é estruturada por três eixos interpretativos que emergem das narrativas dos interlocutores.

O primeiro eixo diz respeito à luta pela subsistência e à disputa nos diferentes campos sociais, com ênfase no campo laboral. Essa disputa é agravada pela escassez de oportunidades, resultado da estrutura econômica de Roraima, marcada pela predominância do setor público — o que se convencionou chamar de “economia do contracheque”.

A atividade ilegal de garimpo também impacta as relações econômicas e as formas de integração no mercado de trabalho, levando brasileiros e migrantes venezuelanos a mobilizarem estratégias diversas de subsistência. Essa dinâmica evidencia uma precariedade compartilhada entre os grupos e expõe os desafios de negociação e reelaboração das práticas laborais diante das adversidades econômicas.

Nesse contexto, as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) operam como práticas que possibilitam apenas a integração social dos migrantes, permitindo acesso a redes formais e informais que sustentam sua presença na cidade, mas sem configurar inserção plena — que, como será demonstrado mais adiante, só se torna possível por meio da educação superior.

O segundo eixo está relacionado às memórias e tensões históricas, que moldam a construção do estigma social dos migrantes venezuelanos. Esse estigma não surge de maneira isolada, mas se conecta a experiências passadas de interação entre brasileiros e venezuelanos, especialmente em *Santa Elena de Uairén*. Segundo Pollak (1992), a memória seletiva preserva experiências que influenciam interpretações do presente, reforçando barreiras simbólicas entre

os grupos. No entanto, essas percepções também podem se transformar, especialmente quando se reconhece a vulnerabilidade compartilhada na realidade atual.

O terceiro eixo trata da disputa por território — tanto físico quanto simbólico — e por recursos públicos, envolvendo o acesso a programas sociais, escolas, saúde e aposentadorias. A presença dos migrantes não é percebida apenas como deslocamento populacional, mas como uma disputa por espaços urbanos e serviços essenciais. Essa percepção se alinha à concepção de campo social de Bourdieu (1996), em que diferentes grupos negociam e disputam posições dentro da estrutura urbana de Boa Vista, mobilizando capitais diversos para garantir visibilidade, legitimidade e acesso. O processo de reelaboração do significado de território é evidente na Feira de Culinária Venezuelana e em outras áreas próximas, onde os migrantes criam novos espaços de pertencimento ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras e percepções excludentes.

Dessa forma, a percepção dos migrantes venezuelanos, a partir das narrativas dos interlocutores, revela que o estigma social não opera de maneira uniforme, mas sim como um processo negociado na interação cotidiana. Ao integrar as perspectivas de Geertz (1989), Bourdieu (1996) e Pollak (1992), compreendemos que a migração não se limita ao deslocamento físico, sendo um processo contínuo de reelaboração simbólica do pertencimento, tanto para os migrantes quanto para os brasileiros que compartilham esses espaços em Boa Vista.

6.3- Boa Vista: uma tentativa de descrever o que significa ser um subsistente na capital de Roraima

Boa Vista, capital do estado de Roraima, completa 134 anos em 9 de julho de 2025. Frequentemente referida como o extremo norte do Brasil, a cidade, por vezes, é confundida com outras regiões, como Rondônia. Além disso, por estar situada às margens do rio Branco, seu nome é ocasionalmente associado à cidade de Rio Branco, localizada no estado do Acre.

A capital do estado de Roraima emerge como um projeto urbano concebido dentro de uma lógica planificada, instaurada em 1944 sob a influência do urbanismo francês. Seu traçado radial reflete não apenas uma ordenação espacial, mas uma visão simbólica do poder, materializada na convergência das ruas ao Palácio do Governo. As amplas avenidas e ruas não são meramente vias de trânsito; tornam-se espaços de sociabilidade e circulação simbólica, expressando uma estética de ordenação e controle.

Ao longo da última década, a prefeitura tem se engajado na manutenção da limpeza das ruas e praças, imprimindo um caráter disciplinador à paisagem urbana. Os visitantes, ao adentrar a cidade, frequentemente evocam a sensação de um ambiente limpo e organizado, uma experiência sensorial que reforça os significados atribuídos ao espaço e à gestão pública do território.

Boa Vista esteve desconectada da rede nacional de energia até setembro de 2025, dependendo exclusivamente da geração local por meio da queima de combustíveis fósseis. A interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN) foi concluída em 10 de setembro de 2025, com a energização do Linhão Manaus–Boa Vista. Ainda assim, o preço da energia elétrica permanece elevado, sem impacto imediato na redução das tarifas. Essa persistência no custo reflete não apenas questões estruturais, mas também dinâmicas políticas e econômicas que atravessam o campo energético regional. Além disso, a infraestrutura de internet continua instável, com quedas frequentes que afetam a comunicação e o funcionamento de diversos serviços essenciais.

A economia local permanece dependente do setor público, consolidando o modelo conhecido como “economia do contracheque”, no qual os salários da esfera pública e privada sustentam grande parte da circulação financeira. Embora as monoculturas de soja e outras commodities agrícolas tenham se expandido nos últimos anos, o setor do agronegócio não gera empregos suficientes, e grande parte das divisas produzidas não permanece no estado.

Geograficamente, Boa Vista é uma cidade plana, com apenas dois prédios que ultrapassam cinco andares. O clima é quente e seco, com duas estações bem definidas: verão e inverno. As altas temperaturas, somadas à sensação térmica, tornam o cotidiano particularmente desafiador para aqueles que trabalham em espaços abertos ou com pouca infraestrutura.

A cidade abriga uma população de mais de 600 mil habitantes e possui uma posição estratégica que permite conexão terrestre com países vizinhos, como a Guiana e a Venezuela, além do acesso rodoviário a Manaus, distante aproximadamente 900 quilômetros.

O custo de vida em Boa Vista está entre os mais elevados do país, especialmente no que se refere à alimentação e aos serviços essenciais. Em abril de 2025, os preços médios dos produtos básicos refletem essa realidade: o café custa cerca de R\$20 por 250 g, enquanto o arroz produzido localmente beira os R\$9 por quilo. O gás de cozinha, em botijões de 13 quilos, varia entre R\$135 e R\$147, e o litro de gasolina chega a quase R\$7. O custo da energia elétrica, segundo registros oficiais, é de R\$0,825 por kWh. Outros itens seguem a mesma tendência: um litro de óleo de soja custa R\$9, o feijão carioca chega a R\$12 por quilo e o feijão preto a R\$10.

O macarrão de 500 gramas, na versão mais acessível, custa R\$5, e o leite em pó atinge valores próximos a R\$20. Figura 15 conta de energia.

Figura 15: Conta de energia detalhando o consumo e tarifas aplicadas.

Itens Faturados	Tar. sem impostos	Valor
Consumo 1.024 kWh a 0,825762	0,860610	845,58
Correção Monetária Ipca/Igpm 11/2024-00		1,97
Multa Por Atraso 11/2024-00		15,60
Juros De Mora De Importe / Serviços 11/2024-00		3,64
Iluminacao Publica Municipal		27,25

Descrição da Grandeza	Leit. Atual	Leit. Anterior	Constante	Registrado
En Ativa F-Pia	0,00	0,00	0,00000	0

Base de Cálculo
(*)

Alíquota
(*)

Valor do ICMS
(*)

Vencimento
01/02/2025

Valor a Pagar
R\$ 894,04

(*) ICMS, quando aplicável foi recolhido por ST - Substituição Tributária. Lei Nº. 217/2021.

recorte aqui



RORAIMA ENERGIA S.A
AV. CAPITAL ENE GARCEZ 691 - CENTRO - BOA VISTA
CNPJ: 02.341.470/0001-44 IE: 240070223
Atendimento: 0800 701 9120 www.roraimaenergia.com.br
Ouvidoria: 0800 095 1152 (08 às 18h/Dias úteis)
Visualizado em: 03/05/2025 às 15:01:04

UC	Mês/Ano	FD	Vencimento	Valor
0222682-0	01/2025	0	01/02/2025	R\$ 894,04

Fatura Paga Dia - 05/03/2025

Fonte: Acervo pessoal.

Esse panorama reflete não apenas a economia local, mas também os desafios enfrentados pelos trabalhadores na tentativa de equilibrar seus gastos diante de um mercado que restringe cada vez mais o acesso a itens essenciais.

Segundo a reportagem da TV Imperial RR (2025), Roraima se destaca como o segundo estado com a cesta básica mais cara do Brasil, evidenciando o impacto da tributação sobre alimentos essenciais. Esse cenário reforça as preocupações dos sindicatos locais, que reivindicam isenção de impostos sobre itens básicos como forma de aliviar o custo de vida da população. Ainda na reportagem, é mencionado que os altos valores do aluguel, da energia e da água forcem muitos trabalhadores a desempenharem múltiplas ocupações ou recorrer a atividades informais para garantir a subsistência.

A população de Boa Vista é composta por indígenas e migrantes de diversas regiões do Brasil, além dos migrantes venezuelanos. Os migrantes nacionais são majoritariamente oriundos do Maranhão, concentrando-se em bairros como Pintelândia e Senador Hélio Campos. Segundo Ângelo, Lima e Souza (2015), muitos maranhenses chegaram à cidade incentivados por políticas do governo, transformando Boa Vista em um ponto significativo de migração, apesar de seu isolamento geográfico.

Apesar dos desafios econômicos, Boa Vista oferece oportunidades para quem busca cursar o ensino superior. Por ser uma cidade de pequeno porte, o acesso às diversas faculdades e universidades é facilitado, atraindo estudantes de diferentes estados para formação acadêmica. Além disso, a cidade possui paisagens naturais belíssimas, como as margens do Rio Branco, que marcam sua identidade ambiental e suas práticas sociais ligadas ao território.

O morador de uma cidade cujo custo de vida está entre os mais altos do país enfrenta um clima quente e sufocante, muitas vezes sem poder recorrer a aparelhos que amenizem a temperatura. Aqueles que possuem uma central de ar-condicionado precisam de modelos potentes, como os de 12 mil BTUs, especialmente devido à altura dos telhados e ao material utilizado, que potencializa o calor interno. Em espaços de 4x3 metros, um ventilador grande torna-se essencial para minimizar o desconforto térmico.

Além dessas dificuldades, tal como vimos no item anterior a população local disputa oportunidades nos diferentes campos sociais em específico a de subsistência no campo laboral com migrantes venezuelanos, estando geograficamente isolada do restante do Brasil. A cidade enfrenta limitações no acesso à internet, energia e transporte terrestre que ultrapasse os limites do estado do Amazonas, reforçando sua condição de isolamento.

No item anterior vimos também como memória coletiva de uma parcela dos moradores de Boa Vista, persistem lembranças dos períodos em que o câmbio favorecia as trocas comerciais com o país vizinho. Nessas circunstâncias, a Venezuela se tornava um destino viável para férias, funcionando como alternativa aos altos preços do turismo nacional, especialmente das praias marítimas brasileiras.

Anny, uma das poucas brasileiras que frequenta a Feira de Culinária Venezuelana, compartilha sua experiência:

"Só pude conhecer uma praia graças aos custos baixos que havia lá em 2014. Vivemos momentos de glória, quando me sentia de classe média alta, viajando e me hospedando nos melhores hotéis da Venezuela, tudo isso com os dois salários-mínimos que ganhava trabalhando em dois lugares. Ah! No final sempre viajava para Margarita."

Como já mencionado anteriormente, Boa Vista se configura como um espaço de interações marcadas pela competição laboral, na qual brasileiros e migrantes venezuelanos compartilham uma condição de vulnerabilidade. No entanto, as narrativas dos interlocutores revelam tensões e desigualdades que podem ser analisadas sob diferentes perspectivas.

Quando questionados sobre a presença da Feira de Culinária Venezuelana, os interlocutores reforçaram que suas opiniões não partiam de um sentimento xenofóbico, mas sim de uma preocupação com a equidade na concorrência econômica. As falas demonstram uma

percepção de que os migrantes ocupam um espaço comercial menos regulamentado e sem fiscalização, o que gera uma sensação de desvantagem para os empreendedores brasileiros.

Interlocutor 6: "Acho errado que eles têm mais privilégios que os brasileiros. Não pagam impostos e ainda podem trabalhar de forma irregular, sem fiscalização. Até na saúde eles têm mais vantagens. Os brasileiros estão vivendo no país dos venezuelanos e não o contrário."

Interlocutor 7: "No meu ver, essa feira tem dois lados. O lado bom, porque esses imigrantes estão trabalhando e correndo atrás do dinheiro deles de forma honrosa, em comparação aos demais que vendem drogas e roubam. E o lado ruim, porque os órgãos públicos são muito exigentes com os empreendedores brasileiros. A fiscalização cobra documentação em dia, cumprimento das normas sanitárias e regras da vigilância sanitária, enquanto os imigrantes trabalham sem qualquer fiscalização, sem parâmetros mínimos de segurança e higiene. Isso compromete a qualidade dos alimentos consumidos, e ninguém fiscaliza isso."

A análise dessas falas não pode ser conduzida de maneira simplista. Embora não haja uma racialização explícita do discurso, é preciso considerar que as relações sociais sempre estão atravessadas por estruturas mais amplas de desigualdade. Conforme Barrios e Caetano (2018), o racismo estruturante está inscrito no tecido social brasileiro e se manifesta de formas distintas, muitas vezes naturalizadas nas interações cotidianas:

O racismo estruturante está inscrito no tecido social brasileiro, sobre os corpos daqueles que compõem sociedades que foram colonizadas. Estes sujeitos e sujeitas negras, negros e indígenas são desde muito cedo submetidos a marginalização, inferioridade, exotismo, subserviência, pobreza e dentre tantas outras formas de violência. De modo que, pessoas brancas e brancos, acessam referências que compõem seu repertório imagético de superioridade, beleza, poder, dinheiro, liderança, vitória, cuidados. (BARRIOS; CAETANO, 2018, p. 221-222)

No entanto, ao observar especificamente as interações entre brasileiros e migrantes venezuelanos — seja na Feira de Culinária, nas mídias digitais ou no cotidiano urbano — percebe-se que a disputa não no campo laboral e nos outros campos sociais não se estrutura diretamente por marcadores raciais, mas sim pela busca por condições mínimas de subsistência. Essa dinâmica revela uma prática relacional ajustada à precariedade compartilhada, na qual migrantes e locais negociam espaços e recursos em meio à escassez, tensionando fronteiras simbólicas e estratégias de integração social.

Isso não significa que o racismo estrutural esteja ausente, mas sim que sua manifestação ocorre de forma situada, atravessada por dinâmicas econômicas que deslocam o foco das percepções para questões relacionadas à regulação do trabalho e ao acesso a recursos públicos. Como Silvio Almeida (apud Barrios; Caetano, 2018, p. 228) destaca, o racismo estrutural não se restringe à economia ou à política, mas opera também no campo subjetivo e simbólico, moldando representações e experiências mesmo quando não há um discurso explicitamente racializado.

Dessa forma, ao invés de universalizar esse debate, é essencial situá-lo dentro do contexto etnográfico específico. No caso da Feira, a subsistência se sobrepõe a outras formas de diferenciação social, e as tensões ocorrem principalmente na disputa por espaços e oportunidades laborais. Esse aprofundamento exigiria uma análise mais ampla das relações políticas que instrumentalizam o tema da migração em períodos eleitorais, uma discussão que poderia ser explorada em estudos futuros.

Barrios e Caetano (2018) reforçam essa ideia ao afirmar que:

racismo estrutural pode ser explicado a partir de uma racialização do mundo como um fenômeno associado ao desenvolvimento capitalista, que se legitima graças à ideologia racista e se reproduz devido à atuação de mecanismos de discriminação racial. Tanto a ideologia quanto os mecanismos se apresentam de maneira distinta, conforme o contexto social, político e econômico do país, estas categorias viabilizaram a coisificação dos humanos, sobretudo a condição mercantil de escravos. (BARRIOS; CAETANO, 2018, p. 222)

Embora a pesquisa não tenha identificado uma racialização explícita nas narrativas dos interlocutores, isso não exclui a possibilidade da presença do racismo estrutural, que pode operar de maneira menos evidente. Em muitos casos, as disputas que parecem meramente econômicas ou laborais estão inseridas em sistemas mais amplos de desigualdade, nos quais hierarquias simbólicas e sociais influenciam a forma como grupos interpretam e vivenciam suas relações.

Karl Marx nos alerta que as relações econômicas estruturam e orientam os demais tipos de relações sociais, e no contexto político de Roraima, o interesse econômico surge como elemento central. Para aqueles que estão iniciando na esfera política, a disputa por recursos pode representar uma possibilidade de ascensão social, enquanto para aqueles que acumulam vastos capitais, a questão se desloca para a manutenção e ampliação do poder.

Esse tema exige um aprofundamento maior, o que não será objeto deste estudo. No entanto, como pontua Max Weber, na política se vive dela ou para ela, e compreender a gestão política do Estado é essencial para analisar seus impactos na vida cotidiana.

Os apagões continuam sendo uma realidade em Boa Vista, e, no dia 23 de maio de 2025, a cidade enfrentou um dos mais longos episódios de falta de energia, causando colapso em serviços essenciais como abastecimento de água e comunicação, gerando um verdadeiro blackout urbano.

As Figuras 15 e 16 ilustram a repercussão desse evento. Na Figura 15, observa-se a postagem da página Notícias 24h RR, trazendo informações sobre o apagão e as reações da população local. Na Figura 16, os comentários refletem o descontentamento generalizado, com

críticas dirigidas à classe política, considerada responsável pela precariedade do setor elétrico no estado.

A crise energética tornou-se um fator determinante na vida dos moradores de Boa Vista, impactando não apenas as relações sociais, mas também as dinâmicas econômicas da cidade. Para os migrantes venezuelanos, o custo elevado da energia representa um obstáculo significativo ao planejamento financeiro, levando muitos a compartilhar moradias e dividir despesas, incluindo o pagamento pelo fornecimento de energia elétrica.

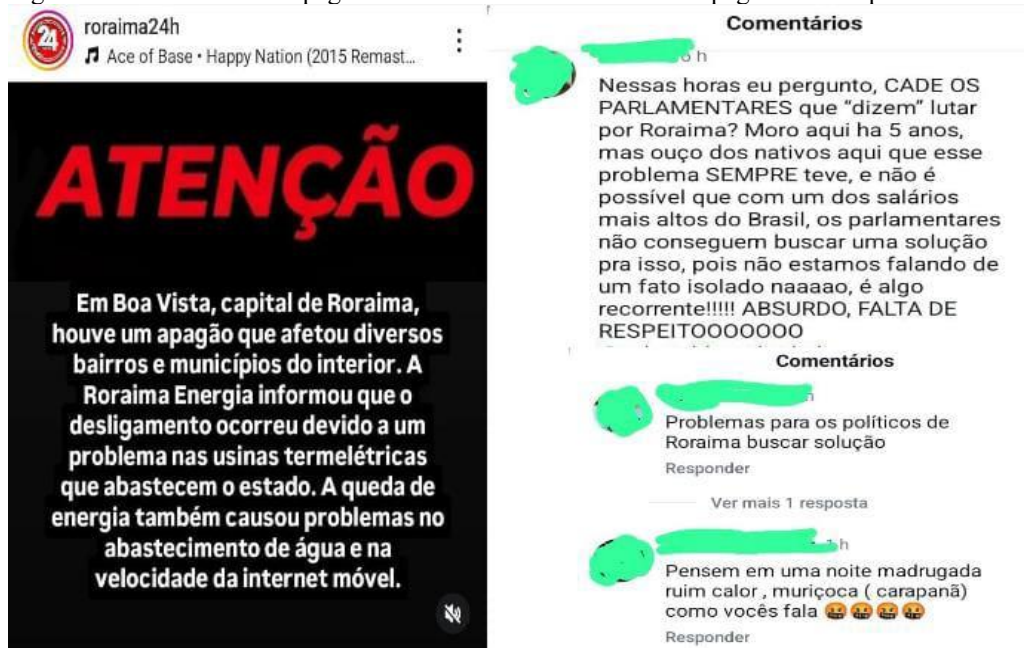
Diante das dificuldades econômicas, interlocutores venezuelanos relataram que a necessidade de reduzir gastos com energia tornou-se parte de uma estratégia de subsistência, permitindo-lhes enviar remessas financeiras aos familiares na Venezuela e garantir sua permanência em Boa Vista. Os brasileiros também destacam os desafios de viver em um estado com custo de vida elevado, onde o clima quente dificulta o acesso a condições mais confortáveis, tornando a gestão dos recursos essenciais — como energia e água — um fator crucial para a qualidade de vida.

Figura 15 – Post da página Notícias 24h RR: Blackout no estado de Roraima



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DKBf0CUgUDrx3S9laaBwaf0w1HT7iW9ICqUMVQ0/?>

Figura 16 – Post da página Notícias Roraima 24h: Apagão na capital do estado de Roraima



Fonte: <https://www.instagram.com/p/DKBsc4Hudoc/?igsh=MXdiN21yMTQ1bnFzOQ>

A descrição espacial, social e econômica da cidade de Boa Vista não é apenas um pano de fundo, mas um elemento fundamental para compreender as práticas e significados que permeiam a experiência migratória venezuelana. Boa Vista se apresenta como uma cidade esteticamente organizada, limpa, quase exemplar, mas carrega, em suas estruturas, marcas de um atraso que se manifesta na comparação com outros estados da federação.

Esse atraso, no entanto, não se limita à ausência de conexão ao sistema energético nacional, mas reflete uma lógica própria—uma “indústria do apagão”¹⁸ Essa leitura não apenas revela relações políticas e interesses específicos, mas também evidencia que o patrimonialismo de Raymundo Faoro (1958) e o coronelismo de Victor Nunes Leal (1948) continuam presentes, embora sob novas configurações. Essas formas de poder não desapareceram, mas se reinventaram, preservando dinâmicas que, apesar do tempo, seguem ativas na sociedade brasileira¹⁹ como um todo.

Os migrantes venezuelanos, frequentemente à margem das relações institucionais, desenvolvem estratégias para minimizar sua vulnerabilidade e enfrentar as dificuldades

¹⁸ Embora não caiba nos limites deste trabalho uma comparação histórica circunstanciada, é oportuno lembrar Celso Furtado (1959), cuja reflexão sobre o Nordeste ressoa aqui: “Nunca foi a falta de chuva, mas sim a indústria da seca.”

¹⁹ Para quem pensa em realizar uma pesquisa sobre esses tipos de relações políticas, econômicas e sociais, como o patrimonialismo e o coronelismo, que ainda são vigentes, Boa Vista e o estado de Roraima como um todo são um campo muito propício.

impostas pelo contexto local. Por meio das relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e das redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), constroem vínculos e redes de apoio que viabilizam sua integração social, garantindo o suporte necessário para lidar com limitações econômicas, sociais e políticas.

6.4- Estratégias de subsistência dos migrantes venezuelanos em Boa Vista

Nas disputas nos campos sociais que envolvem a parcela menos favorecida da população local, os migrantes desenvolvem estratégias eficazes para garantir uma subsistência de maneira menos vulnerável. Compartilham gastos, moram juntos e alugam casas coletivamente, evitando despesas com centrais de ar e limitando-se ao uso de ventiladores. Essas práticas revelam uma racionalidade econômica ajustada à precariedade, na qual a coletividade se torna um recurso de subsistência.

Ao perguntar a um dos interlocutores como conseguem economizar dinheiro, ele nos explica sobre o compartilhamento de gastos e a ausência de despesas com refrigeração artificial. Sua alimentação, baseada na *Harina Pan*, supre suas necessidades básicas, mas muitos não consomem esse alimento diariamente.

Muitos clientes da Feira também compartilham essa realidade. A maioria dos trabalhadores se alimenta apenas no almoço e espera até a noite para comer na Feira, onde os custos são mais acessíveis do que cozinhar em casa. Além da economia, esse espaço possibilita encontros entre conterrâneos, conversas sobre a vida no país de origem e momentos nostálgicos ao som de músicas familiares. “Aqui os venezuelanos são muitos”, pontua Carlos, um cliente brasileiro, em meio a uma conversa descontraída, destacando a Feira como um espaço de sociabilidade e resistência.

6.4.1 Identidade: Estigmatização e desafios da inserção social

A subsistência é um desafio tanto para segmentos da população local quanto para os migrantes venezuelanos. Contudo, a estigmatização dos estrangeiros é uma estratégia utilizada por uma parcela da população para afastá-los das oportunidades de emprego, reforçando representações negativas que geram desconfiança e dificultam sua contratação.

Nesse cenário, o estigma direcionado se torna mais uma barreira na luta pela subsistência em um espaço de disputas econômicas. Evocando Da Silva (2008), vemos que os preconceitos são construídos, como no caso dos “colombianos em relação aos peruanos tem

também sua origem na disputa fronteiriça entre os dois países, chamado de conflito colombo-peruano (Silva 2008. P. 43) Essa perspectiva nos ajuda a entender que os estigmas não são naturais, mas sim produtos de processos históricos e políticos que se atualizam em contextos específicos.

Ao analisar a presença dos migrantes venezuelanos na Feira de Culinária Venezuelana, tal como citado anteriormente nesta pesquisa, percebi que suas experiências eram marcadas por diferentes percepções da população local. Esses estigmas se manifestam de diversas formas, desde questões relacionadas ao trabalho e à economia até debates sobre serviços públicos e convivência social.

Algumas opiniões refletem preocupações sobre desigualdades no acesso a oportunidades e serviços. Um dos interlocutores expressa sua visão de que os venezuelanos possuem mais privilégios do que os brasileiros, citando como exemplos a falta de fiscalização sobre seu trabalho e um suposto favorecimento no sistema de saúde. Para ele, a presença dos migrantes impacta diretamente a disputa por empregos no setor informal, já que estes oferecem diárias mais baixas, o que os torna mais competitivos no mercado.

Por outro lado, uma das interlocutoras apresenta uma percepção ambígua. Enquanto reconhece que muitos migrantes trabalham de forma honrosa — contrastando com aqueles que, segundo ela, se envolvem em atividades ilícitas — também ressalta uma desigualdade na fiscalização entre empreendedores brasileiros e migrantes. Em sua experiência, os brasileiros enfrentam exigências rigorosas de documentação e normas sanitárias, enquanto os venezuelanos operam sem fiscalização, o que, em sua visão, comprometeria a qualidade dos alimentos vendidos na Feira.

Além dessas questões, essa interlocutora manifesta um estigma mais marcante na maneira como categoriza os migrantes, atribuindo-lhes características generalizadas como ingratidão ou exploração da ajuda recebida. Essa visão pode ser interpretada como uma disputa por espaço no campo social, reforçando a divisão entre “nós” e “eles” e criando barreiras simbólicas que dificultam a convivência e a integração dos migrantes. Como pontua Machado (2021), ao abordar essas percepções, o objetivo não é reproduzir preconceitos, mas expor os discursos que circulam socialmente para compreendê-los e analisá-los criticamente, “Dessa forma, ao trazer essas percepções, minha intenção não é reproduzir preconceitos, mas sim expor os discursos que circulam socialmente para compreendê-los e analisá-los criticamente.” (MACHADO, 2021, p. 113)

6.4.2 A construção da identidade dos migrantes venezuelanos em Boa Vista e as disputas nos campo sociais

A identidade dos migrantes venezuelanos em Boa Vista não se constitui de maneira linear ou completamente voluntária, mas emerge dentro de um processo contínuo de reelaboração dos significados dos seus papéis sociais. Esse processo envolve estratégias de resistência e negociações no campo social, influenciado por fatores externos que moldam suas trajetórias. migrantes são atravessados por movimentos culturais e processos históricos involuntários, afetando suas percepções e práticas sociais muitas vezes sem plena consciência disso.

Dessa forma, os migrantes venezuelanos não possuem controle absoluto sobre sua identidade social em Boa Vista, pois sua posição dentro do campo social local é moldada tanto por suas redes de apoio quanto pelas representações que os diferentes segmentos da população local sobre eles. O novo contexto migratório gera um processo de incorporação de elementos das práticas sociais locais e reconfiguração das relações cotidianas, que se desenrola dentro de uma dinâmica de interação muitas vezes forçada e não plenamente voluntária.

6.4.3 Disputas sociais e simbólicas na construção da percepção sobre os migrantes

A construção identitária dos migrantes venezuelanos em Boa Vista está profundamente entrelaçada com as disputas sociais e simbólicas que atravessam o território fronteiriço. Segundo Silva (2021), o estado de Roraima passou por transformações estruturais que evidenciaram precariedades nas políticas públicas, revelando falhas nos serviços essenciais e intensificando discursos protecionistas.

Em sua análise, Silva (2021), descreve como o discurso autóctone — de pertencimento ao solo — nega espaço para o diferente:

Apesar de os roraimenses brancos que se autointitulam macuxis tratarem os venezuelanos como um problema para as suas terras, a história do estado e da relação com as terras indígenas demonstra certa ambiguidade. Os indígenas no estado de Roraima são vistos como invasores, uma vez que eles têm reservas na região, e às terras indígenas são atribuídas as mazelas econômicas do estado por vários roraimenses não indígenas. Os brancos e fazendeiros da região se apropriaram da identidade Macuxi, das terras indígenas e reproduziram a ideia de que eles são os originários da terra. Com a entrada de venezuelanos, um novo inimigo externo é identificado (SILVA, C., 2021. p. 17)

Esses discursos não representam necessariamente uma rejeição homogênea aos migrantes, mas funcionam como mecanismos estratégicos em disputas por espaço, recursos e legitimidade social. A chegada dos venezuelanos intensificou conflitos interétnicos, provocando transformações identitárias tanto entre os moradores locais quanto entre os recém-chegados. Essas disputas se manifestam

especialmente no acesso a programas sociais e no campo laboral, onde a competição por oportunidades de subsistência acirra tensões entre diferentes segmentos da população.

Silva (2008) descreve como os conflitos em torno da reserva Raposa Serra do Sol revelam um padrão histórico de rejeição aos grupos considerados “externos”:

Na verdade, os recentes conflitos na reserva Raposa Serra do Sol em Roraima trouxeram à tona o velho ódio em relação aos indígenas, pois, para aqueles que cobiçam as suas terras, há muita terra para pouco índio., já que eles ocupam 13% do território nacional e representam apenas 0,2% do total da população brasileira. Porém, o inverso nunca é revelado, de que há poucos fazendeiros para muita terra. Nesse caso, contudo, o argumento recorrente que justificaria a posse da terra pelos rizicultores seria a produção de alimentos em larga escala, o que não acontece com os indígenas (SILVA, 2008. p. 46)

Complementando essa reflexão, Silva (2008) afirma:

Se o problema é combater um inimigo real ou em potencial, é preciso, portanto, apontá-lo e, nesse caso, ele vem de fora, é o estrangeiro, em geral pobre, que fala uma outra língua, mas que na verdade é portador de raízes culturais comuns à de tantos outros amazonenses que compartilham uma mesma área cultural, a do Alto Solimões. É, portanto, nesse contexto acusatório da busca de um bode expiatório, que o preconceito e a discriminação ganham fundamento e força simbólica para se reproduzir. (SILVA, 2008. p. 47)

A rejeição aos migrantes, portanto, não pode ser interpretada de forma simplista como xenofobia pura. Dentro das relações cotidianas e da economia informal, muitos trabalhadores locais — também em situação de vulnerabilidade — percebem os migrantes como concorrentes diretos por recursos escassos. O estigma social, nesse contexto, é mobilizado como estratégia discursiva que reforça barreiras simbólicas e dificulta a integração dos venezuelanos no mercado de trabalho. Essas disputas, conforme Bourdieu (1996), não se limitam ao campo econômico, mas atravessam os campos sociais e simbólicos, onde diferentes agentes competem por legitimidade, reconhecimento e acesso a capitais diversos.

O conflito interétnico pode gerar efeitos de etnocentrismo, especialmente quando uma identidade é afirmada em oposição à outra, como propõe Cardoso de Oliveira (1976). No caso da migração venezuelana em Boa Vista, esse etnocentrismo não se expressa necessariamente por meio de preconceitos morais explícitos, mas sim por estigmas direcionados, acionados em disputas por subsistência, exploração laboral e uso político da presença migrante. O estigma, nesse sentido, funciona como instrumento de diferenciação simbólica, produzindo desigualdades materiais e discursivas entre grupos que compartilham o mesmo espaço urbano.

Nesse cenário de disputas simbólicas e materiais, o migrante venezuelano passa a ocupar o lugar de ‘inimigo externo’, figura construída social e politicamente como alvo de tensões, medos e interesses diversos — como será explorado no próximo item.

6.4.4 Migrantes venezuelanos em Boa Vista como “inimigos externos”: uma construção simbólica e política

O migrante venezuelano emerge como um “novo inimigo” dentro de um contexto no qual diferentes grupos da sociedade local disputam acesso a empregos, serviços públicos e políticas sociais. Essa dinâmica não deve ser interpretada como um sentimento xenofóbico absoluto, mas sim como um mecanismo social que ajusta percepções em função de interesses econômicos imediatos.

Doty (*apud machado* 2021) analisa o,

processo de construção do inimigo nacional, as minorias e os adversários políticos também podem ser desumanizados, constituídos como ameaças através da mobilização de valores, tradições, informações comuns a uma dada “identidade” (MACHADO, 2021. p.81)

A partir desse enquadramento, a identidade do migrante venezuelano é construída em parte por discursos que os associam à crise econômica e à precarização do trabalho, justificando práticas de exclusão social. Como destaca Machado (2021), essas percepções alimentam ações de marginalização e violência, tanto verbal quanto física:

Uma parcela da população opina que deve-se conter, expulsar, eliminar as diferenças existentes nesses outros, possibilitando ações desde marginalização, violência verbal e violência física, ou seja, efeitos práticos da construção dessa periclitante alteridade." (Machado, 2021, p. 81)

Além disso, o abandono social governamental se manifesta na intolerância contra migrantes venezuelanos, conforme aponta a mesma autora:

A mobilidade humana é um aspecto recorrente nesse município fronteiriço, mas a partir de 2017, principalmente com a intensificação do fluxo venezuelano, o abandono social governamental passou a ser traduzido com a intolerância da população local contra imigrantes venezuelanos." (Machado, 2021, p. 119)

Essa construção simbólica do migrante venezuelano como inimigo externo não pode ser analisada apenas como reflexo de preconceito ou xenofobia estrutural, mas sim como uma resposta estratégica dentro das disputas sociais locais, onde diferentes grupos ajustam suas narrativas conforme seus interesses econômicos e políticos. A figura do migrante torna-se, assim, um marcador simbólico que organiza fronteiras sociais e legitima desigualdades.

Com essa base estabelecida, a análise segue para a relação entre o bairro 13 de Setembro e o estigma social, explorando como os espaços urbanos reforçam e reproduzem essas percepções dentro do circuito da mobilidade migratória.

6.5 O bairro 13 de Setembro e sua relação com o estigma dinâmica da migração venezuelana

Na quinta-feira, 17 de abril, véspera da Sexta-feira Santa, estive na Feira e encontrei uma das minhas alunas, que é venezuelana. Celebramos seu aniversário de 18 anos na semana anterior na escola. Ela mora no Brasil há três anos. Perguntei sobre sua ausência na aula do dia 14, uma segunda-feira. Ela me disse:

Professor, eu estava com virose, mas já estou melhor. Precisei tomar alguns chás que meus pais fizeram, porque, se dependesse do posto de saúde do bairro, minha situação estaria bem pior. No posto de saúde, metade das senhas são distribuídas para brasileiros e a outra metade para venezuelanos. O local está em péssimas condições, sem estrutura adequada, e o atendimento é muito ruim. Por isso, muitos preferem ir ao bairro São Vicente, que fica do outro lado da avenida, onde a situação é diferente. Aqui, no bairro 13 de Setembro, só há venezuelanos.

O bairro 13 de Setembro está localizado entre as margens da BR-174 e da BR-401. Diferente do bairro Paraviana, que faz parte da região mais nobre da cidade, o 13 de Setembro é um bairro de classe popular. Conforme discutido nos primeiros capítulos, sua localização estratégica fez com que fosse escolhido por um número expressivo de migrantes venezuelanos.

Essa distribuição populacional ocorreu conforme a concepção de Agier (2011), que propõe que áreas urbanas podem funcionar como zonas naturais de segregação, onde setores da cidade se organizam sem necessariamente haver uma política segregacionista, assim destaca, "[...] Setores da cidade podem ser definidos a partir de uma segregação que se faz naturalmente, sem política segregacionista." (Agier, 2011, p. 65).

A concentração de migrantes no bairro ocorreu devido às afinidades e ao acesso aos diversos serviços necessários para sua permanência e interiorização. O bairro é reconhecido como "bairro dos venezuelanos" tanto por brasileiros quanto por migrantes.

Ainda nesse contexto, Agier (2011) afirma que, "As áreas formam-se, assim, de acordo com a origem ou a 'etnia', por aglomeração progressiva em função das afinidades ou, pelo contrário, por reação aos preconceitos." (Agier, 2011, p. 66)

Dessa forma, podemos questionar por que a maioria dos abrigos foi estabelecida no bairro 13 de Setembro, além das demais instalações da Operação Acolhida. Mas qual é a relação entre o bairro e a representação social estigmatizada que alguns segmentos sociais em Boa Vista atribuem aos migrantes?

Evocando Agier (2011), podemos considerar que a organização espacial dos bairros populares e sua relação com o trabalho urbano estruturam formas de interação social. O bairro 13 de Setembro abriga trabalhadores que exercem serviços criados pelos próprios migrantes,

disputando espaços no mercado de trabalho junto aos brasileiros. Essa dinâmica reforça a percepção de que o território urbano não é neutro, mas sim atravessado por disputas simbólicas e materiais que moldam a experiência migratória.

Entretanto, as disputas laborais não se resumem à competição por empregos formais. Elas se manifestam em setores já estabelecidos, como mecânica automotiva, construção civil e outros serviços tradicionais, sem que haja um embate direto sobre atividades novas—ou seja, aqueles serviços trazidos da Venezuela ou criados após a chegada dos migrantes a Boa Vista. O conflito não se dá pelo tipo de serviço oferecido, mas sim pela precificação e pela disposição dos trabalhadores venezuelanos em aceitá-lo por valores mais baixos.

O que se observa é que a resistência à presença dos migrantes venezuelanos não parte de uma rejeição ao trabalho que oferecem, mas de um embate econômico. A parcela da população local que mais crítica sua presença não o faz porque despreza os serviços disponibilizados, mas sim porque vê neles um agente de reconfiguração do mercado.

O trabalhador venezuelano, ao aceitar preços mais baixos, opera dentro de uma racionalidade prática distinta daquela do trabalhador de Boa Vista. Para ele, o objetivo não é apenas realizar um único serviço por um valor fixo, mas otimizar o tempo disponível, acumulando o máximo de tarefas dentro do mesmo período. Assim, ele não apenas se insere na economia local, mas redefine seus contornos, construindo uma lógica de trabalho baseada na repetição intensificada de serviços para alcançar, em volume, uma remuneração equivalente àquela de um trabalhador local que, no mesmo período, executaria apenas uma atividade.

Essa dinâmica de inserção não se explica apenas pela busca de subsistência, mas pela estrutura de disposições socialmente incorporadas pelos migrantes—hábitos adquiridos e recriados conforme o contexto. Nessa disputa, o que está em jogo não é apenas a questão econômica, mas a maneira como determinados grupos percebem e se posicionam frente à reconfiguração do espaço social e das relações de trabalho.

O bairro 13 de Setembro frequentemente é associado à violência. Como aponta a Folha FM (2024), "A violência no bairro 13 de Setembro e imediações da Rodoviária tem sido uma preocupação constante na cidade." (Folha FM 100.3, 2024). Dessa forma, setores sociais em Boa Vista consideram o bairro um dos mais perigosos, e muitos associam essa percepção à presença massiva de venezuelanos.

Entretanto, essa visão não corresponde à experiência cotidiana de muitos moradores. O bairro, na prática, é um espaço de circulação segura para diversos trabalhadores e migrantes. Particularmente, posso afirmar que o bairro é tranquilo e seguro. Além de pesquisador durante a noite, sou professor em uma escola estadual situada dentro do circuito dos migrantes

venezuelanos. Em todas as 12 turmas nas quais leciono, aproximadamente 80% dos alunos são venezuelanos. Trânsito pelo bairro de maneira tranquila, assim como muitos outros moradores.

De acordo com Agier (2011, p. 67), em um primeiro momento são os olhares externos que vinculam a identidade ao espaço urbano. Entretanto, essa relação também se constrói internamente, na interação entre brasileiros e venezuelanos que moram nessa área. A construção da identidade pessoal ou coletiva ocorre em diálogo constante com o outro, seja através da convivência direta ou da influência de discursos veiculados nas mídias sociais.

Assim, no bairro 13 de Setembro, a presença dos migrantes venezuelanos é notável, mas sua representação social não é estática. Ela se reorganiza conforme as disputas simbólicas e materiais que atravessam esse espaço, reforçando dinâmicas de pertencimento e estratégias de subsistência na cidade.

Fazer antropologia na cidade onde resido possibilita uma imersão que me permite observar Boa Vista como um espaço dinâmico de mobilidade populacional, onde trajetórias migratórias se entrecruzam e se redefinem constantemente. Evocando Geertz (1989), estabeleço aqui uma analogia: “pesquisei nas aldeias e não as aldeias”. Assim, minha pesquisa se volta para as interações que acontecem na Feira e, de certa maneira, na cidade — e não simplesmente para uma descrição imutável do espaço urbano.

6.5.1- O bairro 13 de Setembro e a construção da identidade dos migrantes venezuelanos

No contexto da migração venezuelana, a identidade dos migrantes no bairro 13 de Setembro é construída não apenas pela interação direta com a população local, mas também pela maneira como são categorizados socialmente. Evocando Agier (2011), pode-se observar como a identificação dos migrantes nesse bairro é frequentemente atravessada por estigmas que os associam a espaços urbanos marginalizados, “[...] é identificada como a referência dos 'marginais' do bairro, autores de diversos delitos (...) O estigma e a rejeição podem ser reforçados pelos habitantes das áreas vizinhas”. (Agier, 2011, p. 70).

Esse processo de estigmatização não deve ser interpretado como um tipo de preconceito moral, mas sim como uma estratégia discursiva que redefine a posição dos migrantes no espaço social. A relação entre migrantes e moradores do bairro ocorre dentro de um circuito de cooperação e disputa, onde os venezuelanos são vistos simultaneamente como parte da estrutura econômica local e como competidores no mercado de trabalho e na disputa por serviços públicos.

No bairro 13 de Setembro, um dos espaços mais simbólicos dessa interação é a Feira de Culinária Venezuelana, onde as relações sociais entre migrantes e brasileiros se organizam por meio de redes informais que definem o fluxo econômico e cultural do território. Evocando novamente Agier (2011), podemos compreender como as redes sociais dos migrantes venezuelanos são estruturadas a partir de diferentes critérios de cooperação:

As redes diferenciam-se mais ou menos segundo o seu principal critério de cooperação, ou, em outras palavras, segundo a natureza da relação social que está na base de sua existência, a qual também não ocorreria sem uma função ou um uso. A presença ou ausência de laços de parentesco e a definição normativa dessa relação (filiação, aliança, parentela espiritual ou fictícia), a aproximação por sexo e classe de idade (os grupos de pares), a correspondência (redes de vizinhos, de rua) etc., são critérios de cooperação cuja presença deve ser posta em relação com outros componentes das redes, quais sejam: a ancoragem social, as funções (econômicas ou políticas), o tipo de desenvolvimento formal (até a institucionalização), a inscrição no espaço etc. Por último, nessas redes circula um conjunto de valores, ideias e normas que permitem o seu funcionamento. Tudo isso define o que se poderia designar como a qualidade das redes: a hipótese é que há uma relação substancial entre o tipo de laço social, a função e o conteúdo moral das redes. (AGIER, 2011. p. 80)

Dessa maneira, na Feira de Culinária, o migrante se percebe como alguém que deve agenciar relações sociais, criando vínculos que possibilitam sua inserção ou integração e a manutenção de sua subsistência. É nesse espaço emergem redes pessoais do tipo RPSA e REPSA, além de outras formas de organização comunitária que reforçam a identidade coletiva dos migrantes. Entender o papel dessas redes a partir da Feira foi essencial para compreender como os migrantes articulam sua permanência no território e constroem alternativas de pertencimento.

6.5.2 O papel das mídias digitais na consolidação do estigma e do pertencimento

Se o bairro 13 de Setembro é constantemente mencionado nas mídias sociais, é necessário considerar que outro campo relevante no circuito dos migrantes não se restringe às relações pessoais diretas—ele também ocorre no espaço digital.

As redes sociais desempenham um papel ambivalente na vivência dos migrantes venezuelanos. Por um lado, elas possibilitam a criação de laços comunitários, a organização de eventos culturais e a troca de informações sobre oportunidades de trabalho. Por outro, também operam como reprodutoras de narrativas de estigmatização, onde discursos públicos associam os venezuelanos a problemas urbanos e tensões sociais.

Na figura 17, é possível observar algumas manifestações que refletem as disputas que envolvem a subsistência na cidade e no bairro. Na notícia veiculada em uma mídia social, vê-se um exemplo concreto desse embate:

Figura 17: Artista venezuelano nas ruas do bairro 13 de Setembro



Imagem: Folha de Boa Vista no *Instagram*

Além disso, o mercado informal — composto por vendedores ambulantes e trabalhadores precarizados — forma uma parte crucial desse circuito, onde a integração funcional se dá por meio de negociações flexíveis e estratégias adaptativas. Nesse contexto, recorri a Magnani (1996) para compreender como os migrantes venezuelanos constroem suas trajetórias dentro de uma cidade marcada por múltiplos campos interligados. Em cada espaço, os migrantes reelaboram sua experiência migratória, ajustando-se aos desafios da subsistência cotidiana e redefinindo suas possibilidades de integração social.

Os migrantes venezuelanos dispõem dos documentos necessários para acessar serviços básicos como saúde, educação, programas sociais e o sistema bancário. Essa documentação facilita, em tese, uma inserção mais rápida à sociedade. Contudo, a representação social construída em torno desses migrantes frequentemente se torna um obstáculo para sua integração e inserção social, pois percepções estigmatizadas podem restringir seu acesso a oportunidades concretas — especialmente aquelas que envolvem socialização efetiva e reconhecimento institucional.

Essa dinâmica pode ser analisada em paralelo com o caso dos migrantes bolivianos em São Paulo, conforme observado por Silva (2006), que aponta:

Estar regularizado no país é, nesse contexto, uma condição *sine qua non* para os que acalentam o sonho de ter a sua própria oficina de costura, pois sem documento não é possível abrir uma firma, uma conta bancária, fazer um crediário etc. Para os trabalhadores, entretanto, o documento não significa necessariamente direitos assegurados, uma vez que seus patrões não os registram após a sua obtenção. Se eles quiserem continuar trabalhando, deverão sujeitar-se, portanto, às regras impostas por esse setor do mercado de trabalho, cuja marca preponderante é a circularidade da mão-de-obra e a desregulamentação das relações de trabalho. (SILVA, 2006, p.164).

Embora os documentos sejam essenciais para o alcance de certos objetivos, como a abertura de negócios ou contas bancárias, a regularização não garante, por si só, direitos trabalhistas para os migrantes. No caso dos bolivianos, por exemplo, muitos empregadores conterrâneos resistem em formalizar vínculos empregatícios, mantendo as relações de trabalho em um circuito de precarização.

Por outro lado, os migrantes venezuelanos apresentam uma dinâmica migratória com particularidades. Muitos evitam, inicialmente, trabalhos formais que demandem a assinatura da carteira de trabalho, pois seu projeto de permanência no Brasil ainda é incerto. Como afirma Silva (2006), "[...] para os recém-chegados, o projeto do retorno é algo que se coloca de forma mais objetiva, pois a razão de sua emigração é a conquista de recursos, para, no retorno, realizar o seu sonho de independência econômica." (Silva, 2006, p. 165)

Assim, prioritariamente, os venezuelanos buscam garantir sua subsistência e a de suas famílias por meio de trabalhos pagos diariamente segundo Ângelo (2021), evitando vínculos formais nos primeiros estágios de sua chegada ao Brasil. Apenas em momentos mais avançados de integração, quando suas famílias estão reunidas e há maior estabilidade financeira, consideram a formalização trabalhista—desde que os salários sejam suficientemente atrativos. Caso contrário, optam por manter-se em regimes informais, como diaristas ou empreiteiros.

O custo de vida em Boa Vista, frequentemente apontado como elevado, influencia diretamente essa escolha. Muitos interlocutores venezuelanos afirmam, na Feira de Culinária, que a flexibilidade do trabalho informal é preferível à adesão às regras do trabalho formal, cujos salários não cobrem despesas básicas.

6.6- O trabalho como eixo de integração ou inserção social dos migrantes venezuelanos em Boa Vista

O trabalho representa uma das principais vias de integração funcional ou inserção social para os migrantes venezuelanos em Boa Vista, desde que não envolva condições análogas à escravidão. Casos noticiados sobre migrantes atuando em áreas rurais de Roraima evidenciam

que a precarização extrema do trabalho limita suas oportunidades de inclusão, tornando sua permanência ainda mais instável.

Assim como ocorre com os migrantes haitianos em outros contextos, muitos migrantes venezuelanos em Boa Vista desenvolvem estratégias para garantir a subsistência que envolvem múltiplas ocupações, especialmente em setores informais. Entre os migrantes bolivianos em São Paulo, por exemplo, observa-se uma concentração no setor de costura, conforme Silva (2006). No entanto, em Boa Vista apresenta particularidades que diferem das demais migrações.

A percepção social sobre os venezuelanos, por exemplo, difere significativamente daquela sobre outras comunidades migrantes, como cubanos e haitianos. Ao longo dos anos, uma parcela da população desenvolveu uma representação social depreciativa em relação aos venezuelanos, o que dificultou sua aceitação e integração na sociedade. Essa estigmatização inicial se tornou um obstáculo à inserção laboral formal, levando muitos migrantes a desenvolverem estratégias alternativas de subsistência, baseadas em redes de apoio e trabalhos informais.

Nesse contexto, emergem as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes sociais de solidariedade assistida (REPSA), que operam como um mecanismo de suporte entre os próprios migrantes, facilitando sua inserção ou integração ao contexto local, permitindo que os venezuelanos se organizem coletivamente para superar barreiras institucionais e sociais, articulando formas de permanência e circulação na cidade.

Simone Tavares (2022) destaca que o:

acesso aos direitos é um desejo que só pode ser realizado dentro de uma política nacional que com vontade política intervenha diretamente sobre as estruturas discriminatórias. A história da acolhida de venezuelanos no Brasil, diz respeito também à hostilização dos migrantes, as tentativas de expulsão, aos protestos contra sua entrada e permanência no Brasil, agressões, exploração laboral e sexual, acusações infundadas sobre crimes não praticados, ataques às entidades que lidavam com esses migrantes, etc. (TAVARES, 2022. p. 159).

No contexto da inserção e com o intuito de entender como os migrantes buscam se integrar ou inserir socialmente, evocamos os estudos de Simone Tavares (2022) ‘Em cruzando Fronteiras: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus’ e de Sidney A. da Silva (2016) sobre os desafios da inserção sociocultural dos haitianos em Manaus.

Segundo Simone Tavares (2022),

A inserção de imigrantes num contexto sociocultural heterogêneo, e quase sempre hostil, é um processo marcado por conflitos e estranhamentos, seja para os recém-chegados, que não dominam os códigos culturais locais, seja para a sociedade

receptora, que tende a vê-los a partir de estereótipos já construídos, transformando as diferenças étnico-culturais em algo depreciativo (TAVARES, 2022. p. 159).

Além disso, a inserção sociocultural depende não apenas da vontade dos migrantes de se tornarem parte da nova sociedade, mas também dos múltiplos atores que tensionam essas relações sociais. Segundo Tavares (2022), "O processo de inserção sociocultural depende não só da vontade dos imigrantes de se tornarem parte de uma nova sociedade, mas também dos múltiplos atores que tensionam as relações sociais." (Tavares, 2022, p. 168)

A forma como os migrantes são acolhidos pela população local tem impacto direto sobre sua permanência, inserção e integração. Em 2017, os primeiros fluxos de venezuelanos chegaram a Boa Vista e foram recepcionados com um forte sentimento de solidariedade, conforme relatado por Ângelo (2021). Naquele período, a maioria dos migrantes conseguia rapidamente doações de roupas, alimentos e ofertas de emprego.

Um dos casos mencionados é o de Jonny, que não apenas encontrou um lugar para dormir, mas também recebeu alimentação e abrigo nas instalações de uma oficina onde temporariamente se estabeleceu.

Contudo, conforme o fluxo migratório aumentou, a percepção dos diferentes segmentos da população de Boa Vista começou a se transformar, atribuindo aos migrantes a responsabilidade por diversos problemas sociais. Segundo Ângelo (2021), essa mudança de narrativa gerou representações sociais depreciativas, dificultando significativamente a integração dos venezuelanos no mercado de trabalho e reforçando barreiras na sua inserção social.

Embora a estigmatização prejudique o processo de integração e inserção social dos migrantes, ela também opera como um mecanismo que favorece a integração em vários campos sociais em especial no laboral que por meio de estratégias identitárias. Estas ocorrem quando os venezuelanos ajustam suas práticas laborais e sociais para se tornarem mais aceitos, muitas vezes enfatizando qualidades como dedicação ao trabalho e baixa exigência salarial para garantir oportunidades econômicas.

Sidney da Silva (2016) ressalta que, "[...] a inserção dos imigrantes não acontece por decreto e não é uma via de mão única, mas depende, em grande parte, da forma como eles reagem aos preconceitos que lhes são atribuídos". (Silva, 2016, p. 148). Essa afirmação reforça que a integração social é relacional e marcada por disputas simbólicas, nas quais os migrantes precisam lidar com estigmas e expectativas normativas.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) aprofunda essa perspectiva ao apresentar o conceito de identidade manipulada, exemplificado no caso de um médico-feiticeiro da aldeia Terena que

transitava entre posições identitárias de forma estratégica. O sujeito, filho de mãe Terena, recorria às palavras Layana para impressionar seus clientes, invocando sua ascendência étnica conforme o contexto. Ao almejar o prestígio de “capitão” da aldeia, alternava entre identidades “virtuais”, revelando que a manipulação simbólica da identidade não é fraude, mas estratégia social (OLIVEIRA, 1976, p. 10–11).

Essa abordagem permite compreender como, em contextos de fricção interétnica, os sujeitos se apropriam dos marcadores disponíveis para afirmar pertencimento, negociar posições ou contornar estigmas. De modo análogo, os migrantes venezuelanos em Boa Vista acionam sua identidade “venezuelana” como recurso de afirmação coletiva, adaptação simbólica ou resistência pragmática. Em determinados contextos, essa identidade inverte estigmas; em outros, é mobilizada para acessar oportunidades laborais, redes de apoio ou espaços de circulação social.

Nesse campo de negociação identitária, o exemplo dos Guaná citado por Darcy Ribeiro e retomado por Cardoso de Oliveira oferece elementos comparativos. Após mais de um século de interação com a sociedade envolvente, os remanescentes Layina e Kinikináu fundiram-se aos Terena, constituindo um coletivo étnico reconhecido como unidade social — não mais os Guaná, mas os Terena majoritários (OLIVEIRA, 1976, p. 11). Essa reorganização revela que a identidade étnica pode se configurar como estrutura agregadora, capaz de incluir múltiplas origens sob um marcador comum.

No caso dos migrantes venezuelanos, observa-se processo semelhante: ainda que não acionem diretamente suas etnias de origem — como *Warao*, *kariña* ou *Pemón* — compartilham experiências de deslocamento, subsistência e estigma que se articulam sob o rótulo coletivo “venezuelanos”. Essa identidade, embora não constitua grupo étnico formal, opera como marcador funcional que estrutura vivências e vínculos no espaço urbano. Na Feira de Culinária Venezuelana, por exemplo, práticas como o preparo do *cassabe* revelam reminiscências étnicas — o alimento, comum em diversas regiões da Venezuela, possui significados distintos conforme a origem regional, evidenciando camadas de pertencimento histórico.

Como sugere Cardoso de Oliveira ao tratar dos Kinikináu, existem contextos em que dimensões profundas da identidade são ativadas por meio da oposição entre diferentes etnias. O autor observa que:

Seus componentes mantêm viva o que se poderia chamar de ‘identidade histórica’, pois comumente, e inclusive na ocasião do censo, fazem questão de se identificar como Kinikináu de modo a contrastarem sua identidade com a dos seus vizinhos Terena. (OLIVEIRA, 1976, p. 12)

A emergência seletiva da memória cultural entre os migrantes reforça que a identidade não é estrutura homogênea ou permanente, mas fenômeno relacional e situado. Essas expressões funcionam como marcadores de memória e pertencimento, reafirmando a complexidade da experiência migrante no campo interétnico em Boa Vista.

Ao discutir o papel das minorias inseridas em sociedades que não lhes reconhecem como parte, Cardoso de Oliveira lança luz sobre os efeitos da estigmatização. Ao citar os Kinikináu, observa:

E é precisamente devido a essa condição de minoria, de representantes da 'classe dos de fora' — como os veem os Terena — que são estigmatizados, a confirmar as conclusões de Goffman de que a estigmatização é um meio de remover minorias dos caminhos da competição. (OLIVEIRA, 1976, p. 13)

Essa formulação permite compreender que a identidade atribuída aos migrantes venezuelanos — como grupo pobre, marginal e culpado pelas mazelas locais — também serve como instrumento de contenção. A estigmatização funciona, nesse caso, como dispositivo simbólico para remover os migrantes das disputas laborais e das arenas de visibilidade social. São posicionados não apenas como estrangeiros, mas como exteriorizados, classificados pela lógica da exclusão e mantidos à margem da competição econômica local.

Uma parcela significativa dos migrantes venezuelanos, cientes do preconceito que os acompanha como estigma, ressignifica essa marca social e a transforma em estratégia para acessar oportunidades de trabalho e garantir sua integração funcional em Boa Vista.

Ainda neste contexto, o migrante, enquanto sujeito étnico, compartilha processos de identificação cultural. Silva (2016) alerta para a ausência de políticas públicas voltadas à inserção sociocultural, destacando que apenas iniciativas privadas — especialmente de igrejas e ONGs — atuam nesse campo. Dessa maneira, os migrantes criam estratégias para se inserir, recorrendo ao trabalho e à educação como principais vias de permanência, como observo cotidianamente na escola.

Ambos os autores, Tavares (2022) e Silva (2016), convergem na ideia de que a inserção dos migrantes não é automática e requer esforços tanto por parte dos migrantes quanto da sociedade local.

Elias e Scotson (2000) analisam como os grupos estabelecidos utilizam mecanismos de estigmatização para reforçar suas posições de poder, gerando distinções entre "estabelecidos" e "outsiders":

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo (...) nos países

de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders." (Elias; Scotson, 2000, p. 27)

Dessa forma, os estigmas operam como um mecanismo simbólico que reforça diferenças sociais e dificulta a aceitação dos migrantes dentro do espaço urbano. Esse processo é particularmente visível na relação entre migrantes venezuelanos e trabalhadores locais em Boa Vista, onde o discurso público muitas vezes associa os venezuelanos à desordem e ao impacto econômico negativo, mesmo sem evidências concretas para essas alegações.

No caso dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, a leitura da identidade como representação estigmatizada — conforme proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) — permite compreender como marcadores negativos podem ser acionados de forma estratégica no interior de relações interétnicas urbanas. Ao analisar a identificação de indígenas Tükúna como “caboclos”, o autor observa:

É assim que, quando um índio Tükúna se identifica como 'caboclo', ele está dando forma àquelas representações altamente negativas, expressas no discurso que os brancos, ou 'civilizados', produzem sobre a população Tükúna como um todo. É toda uma crosta de preconceitos e estereótipos difusamente existentes na 'cultura do contato', produzidos pelos 'civilizados' e consumidos igualmente por índios e brancos. (OLIVEIRA, 1976, p. 46)

Essa formulação revela que estigmas e estereótipos circulam na “cultura do contato” e são apropriados — ainda que parcialmente — pelos sujeitos em interação. Em Boa Vista, observa-se dinâmica semelhante: os migrantes venezuelanos, ao assumirem publicamente a identidade de “migrante por subsistência” — associada à informalidade, vulnerabilidade e carência — acionam um marcador simbólico carregado de estigma, mas também dotado de funcionalidade estratégica.

Ao mobilizar essa identidade, os migrantes constroem formas de visibilidade e negociação que lhes permitem acessar empregos informais, sensibilizar redes de apoio ou justificar presença em espaços urbanos atravessados por fricção social. Nesse sentido, a apropriação do estigma não representa aceitação passiva das classificações impostas, mas uma forma de ação situada, por meio da qual os indivíduos operam os significados disponíveis para sustentar sua permanência.

Essa prática revela que, no campo urbano desigual e seletivo, o estigma pode ser transformado em recurso — acionado conforme as exigências da situação interétnica e laboral. Tal como nos exemplos indígenas discutidos por Cardoso de Oliveira (1976), os migrantes elaboram estratégias de reinterpretação e negociação simbólica que permitem à identidade

estigmatizada funcionar como ferramenta de posicionamento — moldada não pela aceitação acrítica das classificações impostas, mas pelo manejo estratégico dos significados disponíveis na cultura de contato

Nesse cenário, as trajetórias migratórias dos venezuelanos em Boa Vista se inscrevem como experiências marcadas por negociações cotidianas, redes informais e estratégias de subsistência. Muitos migrantes não apenas enfrentam os estigmas que lhes são atribuídos, mas também os mobilizam de forma tática para garantir sua integração ou inserção no mercado de trabalho. Ao invés de serem completamente excluídos, negociam suas posições no campo social por meio de vínculos pessoais, ajustam suas práticas laborais e constroem percursos que lhes permitem sustentar a permanência e acessar oportunidades econômicas.

É justamente sobre essas trajetórias que se debruça o próximo item, por meio da apresentação de experiências concretas de migrantes com quem mantenho relações sociais. A partir da convivência cotidiana — tanto na Feira de Culinária Venezuelana quanto em espaços digitais — busco compreender como esses sujeitos interpretam sua própria migração, os sentidos atribuídos à permanência e as razões pelas quais muitos ainda não pretendem fixar residência definitiva na cidade.

6.7- Trajetórias: experiências migratórias em boa vista

Neste item, apresento a experiência de migrantes com quem mantenho relações sociais, acompanhando suas trajetórias no processo migratório—alguns desde 2017. Como pesquisador, tenho a vantagem de interagir constantemente na Feira, tanto pela proximidade com meu trabalho como professor quanto pela convivência diária na cidade. Assim, além das visitas planejadas à Feira culinária venezuelana, minha relação com os migrantes ocorre de forma contínua, tanto no ambiente físico quanto nas redes sociais, onde a migração venezuelana e seus desdobramentos são discutidos e vivenciados.

O objetivo deste item é compreender, por meio de uma descrição densa, como os migrantes interpretam sua própria migração e por que muitos ainda não pretendem fixar residência definitiva na cidade. Essas reflexões emergem através de conversas informais, sem roteiros estruturados, permitindo que suas histórias sejam narradas livremente e revelando os sentidos atribuídos à mobilidade, à permanência e à expectativa de futuro.

O interlocutor Freddy exemplifica bem essa dinâmica. Desde o final de 2017, acompanho sua trajetória, iniciada durante o período de intensificação da migração venezuelana. Ele chegou a Boa Vista a pé, enfrentando os desafios iniciais da mobilidade. Trabalhou por quatro anos em regime de diárias, buscando oportunidades na área conhecida

como "*mática* do satélite". Eventualmente, conseguiu um emprego fixo como entregador em uma loja de eletrônicos no mesmo bairro, o que lhe proporcionou maior estabilidade financeira.

Com o tempo, ao adquirir alguma fluência na língua portuguesa e juntar uma quantia, Freddy decidiu se aventurar no comércio de compra e venda de veículos, um empreendimento que lhe permitiu economizar uma quantia significativa. No entanto, para alcançar esse objetivo, teve que renunciar a certas comodidades, como a privacidade, pois morava em uma residência compartilhada com sua sogra, cunhado, esposa e filha. O espaço era limitado—uma casa de dois dormitórios—onde cada ambiente era aproveitado ao máximo para acomodar todos.

Após três anos nessa rotina, em 2022, Freddy optou por vender todos os seus pertences e retornar à Venezuela. Durante sua permanência no Brasil, ele acumulou capital econômico suficiente para comprar uma casa e investir em um veículo de transporte público, garantindo-lhe maior autonomia financeira em seu país de origem.

No entanto, em 2025, diante da instabilidade econômica venezuelana e da precarização extrema do mercado de trabalho, Freddy se viu forçado a migrar novamente—desta vez, para a Colômbia. Diferente do seu primeiro deslocamento para o Brasil, agora ele mobilizou sua experiência, planejando sua viagem para Bucaramanga, capital do estado de Santander, onde seu cunhado o aguardava com uma vaga de trabalho garantida como entregador.

Assim, ao chegar pela manhã, Freddy começou a trabalhar no mesmo dia, utilizando uma moto alugada pelo cunhado para fazer entregas. Ele conseguiu juntar dinheiro e agora cogita retornar a Boa Vista, um lugar que, segundo ele, oferece mais estabilidade para o trabalho. Como afirma em suas próprias palavras: "o lugar onde posso trabalhar mais sossegado, porque já conheço o brasileiro".

Freddy lembra de Boa Vista como um espaço onde conseguiu acumular capital por meio da maromba — revenda de carros e motos usadas. Quer retornar porque considera o mercado da cidade mais tranquilo e menos arriscado, além de garantir bons lucros. Conhece o funcionamento do setor e seu capital social no local é amplo, permitindo-lhe integração funcional, ainda que restrita ao campo laboral.

A trajetória de Freddy exemplifica a mobilidade cíclica que caracteriza muitos percursos migratórios venezuelanos, evidenciando que a migração não se configura necessariamente como um deslocamento definitivo, mas como uma estratégia temporária de acumulação de capital — acionada, interrompida ou retomada conforme as condições socioeconômicas. No caso de Freddy, essa mobilidade não se estabiliza como um padrão reconhecido institucionalmente nas sociedades receptoras, talvez por se tratar de um fluxo populacional recente, ainda em processo de consolidação. Sua trajetória revela que, mais do que se fixar em

um território, o migrante opera racionalidades práticas que articulam deslocamento, trabalho e redes de apoio em diferentes cidades e países, compondo circuitos transfronteiriços de subsistência.

Essa forma de mobilidade não corresponde às categorias clássicas de migração laboral ou refúgio, mas se inscreve em uma lógica de circulação estratégica, onde o retorno, a reentrada e o recomeço são partes constitutivas da experiência migratória. Freddy não apenas migra, mas reconfigura sua posição nos campos sociais por meio da ativação de capitais acumulados — econômicos, relacionais e simbólicos — que lhe permitem transitar entre contextos e reconstruir sua subsistência. Sua decisão de retornar a Boa Vista, por exemplo, não se baseia em vínculos afetivos com o território, mas na percepção de que ali possui maior estabilidade laboral e capital social já sedimentado, o que lhe garante integração funcional imediata.

A experiência do André

A experiência de André revela uma trajetória marcada por hesitação, expectativa e reorganização familiar. Ele relata que chegou ao Brasil no final de 2021. Antes disso, nunca cogitou migrar, mesmo diante dos relatos de amigos, familiares e vizinhos que haviam deixado a Venezuela em 2017. Demorou a sair porque recebia remessas de dinheiro enviadas por sua irmã, que vivia no Equador. No entanto, com o crescimento da família, percebeu que precisava garantir o sustento do filho mais novo e do outro, que já tinha quatro anos.

Por meio de um amigo que morava em Boa Vista, migrou carregado de sonhos e esperanças, com o desejo de reunir a família o mais rápido possível. Sempre foi muito apegado aos filhos e, ao narrar sua dor, descreveu: "Imagina uma faca te rasgando de dentro para fora, não conseguir engolir a própria saliva e soluçar por dentro para que minha família não percebesse a dor que era me afastar deles. Migrar não é fácil."

Hoje, está com sua família reunida, sentado à mesa, compartilhando *arepas* e *arroz chino*. Após essa fala, beijou a testa dos filhos e abraçou sua esposa.

Em uma terceira conversa, desta vez sozinho, André comia macarrão com porco guisado e compartilhou sua trajetória de forma breve.

"Passei sete dias no abrigo da Operação Acolhida. Não gostei, era um inferno. Saí e preferi dormir na rua por quatro dias até chegar a uma obra onde estavam construindo uma vila com mais de cinco apartamentos. O encarregado era venezuelano, e me apresentei como pedreiro. Falei para ele que na Venezuela eu era pedreiro. Fiquei um mês na obra ganhando menos do que deveria, não por ser venezuelano, mas porque o encarregado ficava com uma parte do meu salário".

O pedreiro migrante venezuelano, assim como outros profissionais liberais, costuma cobrar um valor menor do que um brasileiro como estratégia para ser contratado novamente e

garantir novas empreitadas. Ele também aprendeu a utilizar o estigma de migrante como recurso estratégico—uma representação social que lhe atribui a aceitação de qualquer valor, por estar em busca de subsistência.

Perguntei a André se já havia passado por algum tipo de conflito por ser estrangeiro. Ele respondeu que não. Então, questionei se já havia sentido alguma diferença no trabalho, ao que ele explicou: "Quando fecho uma empreitada, sou bem tratado, e ainda mais quando finalizo rápido e bem-feito. O segredo é ser claro, *'hablar claro com el cliente'*. Do contrário, pode dar conflito." O cuidado que os migrantes aprenderam a ter na comunicação visa evitar exatamente o que Ângelo (2021) descreve,

Em uma das conversas abordaram a questão das diárias, quanto é uma diária e quando ela passa a ser um empreita, um deles disse que se passar das 8h, já não seria mais uma diária, pois iria acontecer o que aconteceu com ele, certo dia foi contratado para uma diária de R\$ 70, 00 sem o almoço, só que no momento em que foi contratado era pouco mais das 9h, ao chegar ao domicílio do cliente, foi-lhe repassado o serviço, o mesmo tratava da limpeza do quintal, juntar o lixo e deixar na parte externa da residência. Imaginando que seria pago após terminar o que lhe foi repassado, ele trabalhou corrido sem parar para o almoço terminando o serviço às 14h00, quando foi avisar ao dono da casa que tinha acabado o serviço e que precisava receber para ir embora, foi-lhe dito que ainda não tinha dado o horário, que uma diária é de 8 horas e, mesmo que não tivesse parado para o almoço ainda faltaria mais duas horas, sendo assim, teria que lavar o portão da casa e outras coisas que desse para fazer até completar as 8 horas. (ÂNGELO, 2021. p. 71-72)

O contratante aceita o orçamento feito pelo migrante porque ele representa uma vantagem em comparação à contratação de um trabalhador local. Não se trata de uma questão de qualidade, mas de disponibilidade. O trabalhador nacional segue horários formais, enquanto o migrante madruga e avança noite adentro, caso haja iluminação, com a intenção de finalizar a obra o quanto antes e garantir recomendações para novas empreitadas.

Os migrantes, ao entenderem o modo de ser e agir dos brasileiros em Boa Vista, passam a utilizar essa dinâmica a seu favor. No segmento da construção civil, por exemplo, exploram o estigma dos pedreiros nacionais para garantir mais oportunidades. Muitos trabalhadores locais acreditam que certos segmentos da classe operária inflacionam o mercado, atribuindo aos pedreiros brasileiros a fama de demorarem mais para concluir uma obra ou cobrarem valores superiores aos dos migrantes. Esse grupo de trabalhadores locais também sofre com estigmas depreciativos e, na disputa por trabalho, alguns relatam sentir-se em desvantagem.

Com a chegada dos migrantes venezuelanos e a consolidação desse movimento populacional ao longo de mais de uma década, a tabela de preços dos serviços foi ajustada à realidade e necessidade dos profissionais migrantes. Essa mudança não ocorre de maneira

uniforme em toda a cidade, mas se manifesta de forma mais perceptível em bairros com presença expressiva de migrantes.

Como nos relata André:

Quando trabalhava por diária, eu ia devagar, e aguentei um mês para entender como funciona a construção civil no Brasil. Queria aprender sobre os materiais usados, como aplicá-los, e também conhecer o gosto do brasileiro. Depois de me atualizar, passei a ganhar mais e deixei a obra. Logo me mudei para um bairro distante do Treze, bairro Treze de Setembro. Lá fui para uma *mática*, e até hoje trabalho por lá. Já sou conhecido pelos clientes que vão me procurar, não fico sem serviço. Às vezes, passo trabalhos para colegas quando são serviços para ajudantes de pedreiro. Mas tenho maior cuidado para não indicar alguém que acabou de chegar à *mática*.

Essa *mática* está localizada em uma esquina movimentada no bairro Caimbé. Sobre o cuidado ao indicar alguém, perguntei a André o motivo dessa seletividade, e ele contou um episódio marcante. Certo dia, deram oportunidade a um jovem recém-chegado. Durante o serviço, ele furtou uma ferramenta de uma casa da cliente, que logo foi à *mática* com um vídeo no celular mostrando o ocorrido. No instante em que viram as imagens, identificaram o jovem, lembrando que ele havia trabalhado naquele dia. Os mais antigos da *mática*, incluindo André, junto à cliente, foram atrás dele e conseguiram recuperar o objeto furtado. Segundo André: “Se nunca apanhou em casa, apanhou na rua”.

Após esse episódio, o jovem nunca mais foi visto e nem seria aceito novamente na *mática*. Para ser aceito nesse espaço, não basta apenas chegar—é necessário conhecer alguém que recomende, diferentemente do rapaz mencionado na história. Mesmo sendo recomendado, a aceitação definitiva depende da construção de confiança dentro do grupo.

Sobre esse processo, Ângelo (2021) disserta sobre a aceitação de novos membros em uma das três *máticas* do bairro Cidade Satélite. Ao perguntar como ocorre essa integração, recebeu a seguinte resposta:

É fácil identificar um *mañoso*, um *raya*, um pilantra. Normalmente, ao terceiro dia de convivência, ele se revela como realmente é. Mas até lá, já sabemos onde mora e com quem mora. Quando identificamos alguém assim, pedimos que se retire do espaço. Se um não presta, todos podem pagar por isso. Por isso, manter regras é fundamental. (ÂNGELO, 2021. p. 80)

Na Feira de culinária, se alguém for identificado como *mañoso* ou *raya*, sua participação nas relações pessoais dentro das barracas será limitada, impedindo sua inclusão em redes de solidariedade como a RPSA ou REPSA.

Diferente das *máticas*, o acesso à Feira é livre. Não há um processo de aceitação para circular entre as barracas, consumir e interagir. No entanto, as relações pessoais dependem da confiança estabelecida entre os indivíduos e daqueles que detêm capital social, cultural e

simbólico. Além disso, as maticas são espaços de tensão e negociação, enquanto a Feira representa um ambiente de lazer e sociabilidade.

Diante disso, compreendo que a estigmatização não apenas persiste, mas também é reelaborada conforme as dinâmicas das relações sociais se desenvolvem dentro dos diferentes espaços e campos sociais. Durante a pesquisa, por meio da observação participante, conversas informais com migrantes e brasileiros na Feira e seus arredores, além da análise de literatura sobre a migração venezuelana em Boa Vista e mídias sociais, percebo que a identidade estigmatizada do migrante é atualizada desde sua chegada, carregando diversos estigmas prévios, como o de deteriorado, mencionado anteriormente.

A estigmatização dos migrantes venezuelanos em Boa Vista se manifesta de diferentes formas, refletindo interesses e dinâmicas locais. Esse estigma não apenas marginaliza, mas também se torna um instrumento estratégico, mobilizado por três distintos segmentos da população em Boa Vista ora como mecanismo de exclusão, ora como justificativa para as formas de organização social que moldam as interações na cidade. Ao mesmo tempo, os próprios migrantes reelaboram esse estigma, utilizando-o como ferramenta para viabilizar sua integração social.

No contexto das relações laborais, o estigma opera como elemento de negociação, acionado tanto por contratantes quanto por trabalhadores em situação de mobilidade. Relatos como o de André indicam que, em determinados circuitos da construção civil, migrantes são contratados em condições precarizadas, submetidos a formas de exploração que se aproximam do trabalho informal extremo — com jornadas prolongadas, ausência de garantias e remuneração abaixo do valor acordado. Como aponta Ângelo (2021), essas práticas não decorrem exclusivamente da condição migrante, mas da estrutura de informalidade que atravessa o campo laboral em Boa Vista. Para alguns migrantes, lidar com essas representações sociais torna-se uma estratégia relacional: ao reconhecer os estigmas que circulam sobre sua presença, ajustam suas práticas para acessar oportunidades que, de outra forma, seriam inacessíveis.

Do outro lado, trabalhadores locais em situação de subsistência também enfrentam estigmas depreciativos, e muitos relatam sentir-se em desvantagem na disputa por trabalho, especialmente em setores onde a presença migrante é mais consolidada.

Além disso, o estigma é reelaborado a partir das interações sociais, que nem sempre são cordiais, entre segmentos da população local e migrantes venezuelanos. Essa dinâmica se evidencia nos relatos de Rafael, Daniele e outros interlocutores locais, mostrando como determinadas percepções sobre os migrantes se transformam ao longo do convívio. Quando a

reciprocidade no acolhimento não ocorre como esperado, seja por expectativas frustradas ou por divergências na forma como a hospitalidade é interpretada, o estigma ganha novas nuances, reforçando tensões e ajustando as relações dentro dos diferentes espaços da cidade.

No campo político, o estigma se transforma em plataforma discursiva, sendo instrumentalizado por setores da classe política em Boa Vista que associam os venezuelanos às mazelas sociais, atribuindo-lhes responsabilidades que, na realidade, decorrem de gestões ineficientes ou da falta de conhecimento técnico para lidar com questões econômicas e sociais.

Por outro lado, o estigma também se converte em estratégia dos próprios migrantes para sua integração social em Boa Vista, especialmente por meio do trabalho. Dessa maneira, a estigmatização não é apenas imposta, mas também apropriada e reinterpretada pelos migrantes, tornando-se parte do complexo jogo de subsistência e inserção em um contexto de mobilidade e disputa simbólica.

A trajetória de André, portanto, não se encerra em uma inserção social e se apenas em uma integração, mas se desenha como um percurso de negociações contínuas, onde o trabalho, o estigma e as redes de confiança operam como dispositivos de permanência. Ao transformar vulnerabilidades em recursos, André agenciou sua posição no campo social local, revelando que migrar é também aprender a circular, recompor e sustentar a vida onde for possível.

A experiência de Saul

Saul, um amigo era mecânico de nosso veículo, permaneceu no Brasil por cinco anos. Em 2023, retornou à Venezuela, onde abriu sua própria oficina e passou a administrar o negócio até novembro de 2024. No entanto, em abril de 2025, diante da instabilidade econômica em seu país de origem, precisou buscar alternativas para complementar sua renda. Começou a trabalhar como motorista de um coletivo, como ele próprio descreve, tentando equilibrar as perdas financeiras que consumiram boa parte de suas economias acumuladas em Boa Vista.

Saul chegou ao Brasil em 2018, dois meses depois que seu pai conseguiu enviar o dinheiro de sua passagem. Deixou esposa e filho na Venezuela, conseguindo trazê-los seis meses depois. Sua inserção laboral foi rápida. Como mecânico e pintor, conquistou a confiança de seu patrão, que o via como uma mão de obra acessível e lucrativa na área de pintura. No entanto, após um ano, percebeu que recebia uma parcela significativamente menor do que outros profissionais de sua área. Decidiu, então, empreender e abrir sua própria oficina no bairro Cidade Satélite, onde teve sucesso.

Investiu na compra de uma casa²⁰ em Maturín e, aos poucos, adquiriu equipamentos para sua oficina. Dois anos após retornar à Venezuela, suas economias foram consumidas, e agora cogita voltar ao Brasil para trabalhar por um período, enquanto sua esposa administra o empreendimento lá, que, segundo ele, mal cobre os gastos básicos.

A experiência de Jonny

Jonny, fundador da Feira, nos contou que mantém dois filhos na Venezuela cuidando de seus bens. Envia dinheiro regularmente e, com sua rescisão trabalhista, comprou um carro e começou a investir gradualmente na criação de frangos de corte, atividade que exercia antes da migração.

Jonny era empreendedor na Venezuela, mas a crise afetou severamente pequenos empresários como ele, tornando difícil adquirir insumos para o trabalho, especialmente alimentos. Entre 2017 e 2022, houve escassez contínua desses recursos, até que a dolarização informal estabilizou os preços dos produtos, eliminando a escassez alimentar e de insumos essenciais para empreendedores como Jonny, que não conseguia obter os frangos pequenos necessários para a criação de aves para corte. Isso o levou a migrar, pois não conseguia mais trabalhar devido à falta de alimentos e de insumos.

O pouco disponível era vendido pelos "*bachaqueros*" a preços exorbitantes, fora do alcance dos venezuelanos menos favorecidos e diretamente afetados pela crise econômica instaurada no país, como apontado por Ângelo (2021).

Hoje, Jonny está há oito anos no Brasil. Apesar de manter investimentos na Venezuela, ainda não tem planos para retornar. Ele comprou um carro com sua atividade de vendedor de comida na Feira, mas ainda não adquiriu casa ou terreno em Boa Vista. Talvez isso se deva aos preços elevados dos imóveis na cidade, que muitas vezes parecem irrealistas. Na Venezuela, o custo da moradia é mais acessível, permitindo que muitos migrantes adquiram propriedades com maior facilidade.

²⁰ Na Venezuela, muitas casas são vendidas a um preço bastante acessível devido ao risco de perda do imóvel. Segundo vários dos meus interlocutores, a maioria dos proprietários está fora do país e se vê obrigada a vender suas casas. Esse fenômeno é bastante recorrente, assim como muitos perderam suas propriedades devido à ausência prolongada dos que deixaram o país.

A experiência de Juan

Juan meu vizinho, veio me oferecer sua casa, pois está considerando retornar à Venezuela. Chegou ao Brasil em 2018 e, inicialmente, alugou uma casa de madeira em um terreno abandonado, sem manutenção por parte do proprietário. Um mês depois, decidiu comprá-lo, pagando uma entrada de dez mil reais e parcelando o restante em 48 prestações de mil reais.

Pedreiro especializado em acabamentos com resina em porcelanato, Juan encontra satisfação nesse trabalho, que lhe garantiu estabilidade e renda ao longo dos anos. Alguns meses após adquirir o terreno, construiu uma casa com quatro cômodos e um banheiro. Em junho de 2024, nos informou que havia quitado o imóvel e agora pretendia vendê-lo.

Durante sua permanência no Brasil, não conseguiu comprar uma casa na Venezuela, pois concentrou sua renda na construção e pagamento do terreno em Boa Vista. Atualmente, mora com sua esposa, que não trabalha, e não têm filhos. Possuem uma moto, uma bicicleta e a casa está totalmente mobiliada, conforme nos relatou.

Em abril de 2025, ainda não havia conseguido vender o imóvel. Ao perceber que a economia venezuelana seguia instável e que o empreendimento que pretendia comprar com o dinheiro da venda da casa já havia sido negociado, cogitou permanecer mais tempo em Boa Vista. Segundo ele, mesmo adquirindo o negócio planejado, ainda teria recursos suficientes para se manter por um período e, caso nada desse certo, poderia retornar ao Brasil.

Freddy, Saul, André, Juan e Jonny exemplificam diferentes trajetórias de mobilidade e pertencimento em Boa Vista. Entre eles, Juan é o único que possui casa própria na cidade. Jonny busca adquirir um terreno e outros bens, pois considera estabelecer residência no Brasil, embora também planeje retornar à Venezuela assim que tiver recursos. Em conversas, revelou seu desejo de cumprir a promessa feita ao pai, manter seus filhos no país e reiniciar sua criação de frangos para corte.

A presença dos migrantes venezuelanos na economia roraimense levanta reflexões sobre os impactos de seu possível retorno. Caso ocorresse uma saída massiva, setores como o imobiliário seriam os primeiros a sentir os efeitos, seguidos por serviços essenciais. Além dos benefícios econômicos diretos, uma parte significativa da renda dos migrantes permanece na economia local, estimulando diversos setores. Serviços como corte de cabelo, mecânica, manutenção de eletrodomésticos e limpeza de quintais tornaram-se mais acessíveis e frequentes, incorporando elementos culturais trazidos pelos migrantes venezuelanos.

Ao longo dos últimos seis anos, muitos migrantes com quem mantive contato tinham objetivos semelhantes aos de Freddy: trabalhar no Brasil para comprar uma casa na Venezuela,

acumular capital econômico e iniciar um empreendimento em seu país de origem. Para a maioria, a aquisição de imóveis no Brasil parece distante, tornando a compra de bens na Venezuela uma opção mais viável.

A chegada dos migrantes venezuelanos impulsionou vários setores da economia local. No mercado imobiliário, terrenos antes baldios deram lugar a vilas e casas para aluguel. Profissionais venezuelanos trouxeram novas influências culturais em serviços como cabeleireiros, diversificando estilos e aumentando sua acessibilidade. A manutenção de automóveis tornou-se mais econômica sem comprometer a qualidade, e atividades como a limpeza de quintais passaram a ser mais frequentes. Enquanto alguns migrantes já adquiriram bens no Brasil, outros ainda buscam consolidar sua estadia ou garantir um retorno estratégico à Venezuela.

Enquanto circulam entre Brasil e Venezuela, muitos migrantes venezuelanos constroem formas de pertencimento que não se limitam à fixação territorial, mas se expressam por meio do trabalho, das redes e das práticas cotidianas. Suas contribuições são fundamentais para a economia local e para as trocas culturais, transformando práticas e serviços em Boa Vista. No campo laboral, a interação entre brasileiros e migrantes se intensifica, evidenciando que a integração social ocorre de maneira mais expressiva nas relações de trabalho. No cotidiano profissional, compartilham espaços e saberes, estabelecendo vínculos que se constroem e se reorganizam continuamente a partir das experiências vividas e das dinâmicas sociais que emergem desse convívio.

6.8- O processo de inserção social do migrante venezuelano em Boa Vista, Roraima

A chegada dos primeiros fluxos migratórios venezuelanos a Boa Vista ocorreu sem a presença de redes migratórias consolidadas, o que agravou as dificuldades enfrentadas antes, durante e após a travessia da fronteira. A ausência de vínculos prévios e de estruturas de acolhimento organizadas dificultou a inserção social e laboral dos recém-chegados, tornando o processo mais desafiador. Como aponta Santos (2021), mesmo quando redes estão presentes, elas não garantem, por si só, uma inserção solidária ou uma integração efetiva — muitas vezes reproduzem hierarquias e disputas internas.

As experiências migratórias para o Brasil, como no caso da migração boliviana, ajudam a contextualizar esse cenário. Da Silva (2006):

Benigno, 28 anos, casado, com dois filhos, natural da província de Camacho, La Paz, onde trabalhava como camponês: *“trabajaba solo para mi alimentación, no tenia terreno grande. Somos seis hermanos, no tenia un campo para mi. Yo soy el mayor,*

por eso he decidido venir a este lado”. A motivação de Benigno para emigrar é semelhante à de tantos outros bolivianos(as) que partiram em busca de um emprego, de uma possibilidade que viabilizasse seus projetos de vida. (SILVA, 2006. p. 158)

A motivação de Benigno ecoa nas trajetórias de muitos migrantes que buscam, no deslocamento, uma possibilidade de viabilizar seus projetos de vida.

Esse movimento migratório não se restringe ao deslocamento geográfico, mas envolve a formação de redes de apoio e de sociabilidade, essenciais para reduzir os desafios enfrentados. Foi o que também ocorreu com os haitianos, que migraram ao Brasil em busca de melhores condições de vida. No entanto, a migração venezuelana apresenta particularidades importantes.

Ao contrário dos fluxos boliviano e haitiano, que em muitos casos foram planejados com base em redes familiares ou comunitárias, grande parte dos venezuelanos foi forçada a sair de seu país de maneira abrupta, movida pela urgência da subsistência. Esse caráter inesperado da mobilidade impactou diretamente sua capacidade de integração social em Boa Vista.

Apesar das diferenças entre os fluxos, um desafio comum aos três grupos — bolivianos, haitianos e venezuelanos — foi a barreira linguística. A dificuldade com o português tornou-se um obstáculo à socialização e, por consequência, à inserção social. A aquisição do idioma, além de facilitar a comunicação cotidiana, ampliava o capital cultural dos migrantes, tornando-os mais valorizados em diferentes segmentos do setor de serviços.

Nesse contexto, as RPSA (Relações Pessoais de Solidariedade Assistida) e as REPSA (Redes Pessoais de Solidariedade Assistida) emergem como formas específicas de organização social entre os migrantes venezuelanos. Essas redes são moldadas pelas práticas e estruturas sociais que os sujeitos já frequentavam antes da migração e são posteriormente redefinidas durante sua permanência em Boa Vista — especialmente em espaços como o bairro 13 de Setembro e a Feira de Culinária Venezuelana. A solidariedade e a assistência mútua tornam-se, assim, elementos centrais para o modo de agir, sentir e pensar desses sujeitos no processo de integração social.

A análise de Bergen e Luckmann (2004, p. 22) sobre, “[...] identidade socialmente atribuída e identidade subjetivamente real”. É relevante para entender como os migrantes constroem sua percepção sobre si mesmos.

A identidade atribuída aos venezuelanos em Boa Vista frequentemente carrega estigmas — como os rótulos de “refugiado”, “estrangeiro” ou “trabalhador informal” — que os posicionam como ameaça simbólica ou econômica. Essa construção social, no entanto, muitas vezes contradiz a identidade subjetiva dos migrantes, que se percebem a partir de suas vivências, trajetórias e objetivos de vida.

Ainda que estejam presentes na cidade, muitos migrantes não estão plenamente inseridos. Estão integrados de forma funcional, mas vivem em circuitos sociais restritos — “bolhas” onde interação predominantemente entre si. Não são convocados a participar de decisões públicas que envolvem diretamente suas vidas e seus territórios. Essa integração parcial revela que a inserção social não é automática nem garantida, mas depende de disputas simbólicas e do reconhecimento mútuo.

Os migrantes venezuelanos não necessariamente buscam transformar sua identidade para corresponder às expectativas da sociedade local. Em vez disso, a identidade é reelaborada de forma espontânea nos espaços que frequentam — como a Feira — por meio das trocas culturais vivenciadas no cotidiano. Esse processo não ocorre por imposição externa, mas como resultado das interações sociais construídas ao longo da experiência migratória.

A análise de Pollak (1992) reforça essa percepção ao afirmar:

Gostaria de enfatizar que, quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, suficientemente amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros, não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Quando a memória e a identidade trabalham por si sós, isso corresponde àquilo que eu chamaria de conjunturas ou períodos calmos, em que diminui a preocupação com a memória e a identidade. (POLLAK, 1992. p. 7)

Essa formulação fortalece a ideia de que a identidade dos migrantes não passa por uma reconstrução forçada para atender expectativas externas, mas sim por um processo interno e coletivo de reelaboração, no qual os aspectos culturais previamente estabelecidos permanecem centrais, mesmo diante das interações com a sociedade brasileira.

Apesar da reelaboração da identidade dos migrantes, a estigmatização atribuída por uma parcela da população em Boa Vista afeta seu emocional e o processo de aceitação social, impactando diretamente suas possibilidades de integração e inserção. Ainda assim, os migrantes aprenderam a mobilizar esse estigma como estratégia para garantir espaço no mercado de trabalho. Para eles, subsistir e assegurar o sustento dos familiares no Brasil e na Venezuela continua sendo a prioridade.

Além disso, compreendem que essa estigmatização é frequentemente direcionada por interesses econômicos e sociais. Ao serem vistos como vulneráveis, acabam sendo associados à ideia de que “precisam de ajuda” e, conseqüentemente, aceitam remunerações mais baixas. É nesses momentos que os migrantes demonstram suas habilidades em diferentes setores laborais, tornando-se requisitados não apenas pelo custo reduzido de seus serviços, mas também pela qualidade e eficiência do trabalho prestado.

Com o tempo, muitos passam a ser procurados por oferecer garantias, reaproveitar materiais — como ocorre na manutenção de eletrodomésticos e veículos — e executar serviços com maior rapidez. Esse aprendizado os leva a competir no mercado local, ajustando-se à dinâmica de preços e eficiência sem comprometer a qualidade do trabalho.

Goffman (2008. P. 113) aponta que, “Deve-se estabelecer uma nítida distinção entre a situação da pessoa desacreditada que deve manipular a tensão e a situação da pessoa desacreditável que deve manipular a informação. Os estigmatizados empregam uma técnica adaptativa”.

Essa estratégia não significa conformidade ou aceitação passiva do estigma, mas sim a capacidade de reinterpretá-lo e transformá-lo em recurso social, permitindo que os migrantes ocupem espaços no campo laboral a partir das expectativas que circulam sobre eles.

A ambivalência vivida pelo indivíduo estigmatizado, conforme Goffman (2008, p. 117), reflete as oscilações de identidade e a necessidade de negociação contínua dentro das relações sociais, “O indivíduo estigmatizado tem uma tendência a estratificar seus ‘pares’ conforme o grau de visibilidade e imposição de seus estigmas”.

Essa leitura permite compreender que os migrantes não são apenas alvos da estigmatização, mas também agentes que atuam dentro do campo social, reinterpretando as expectativas e disputando espaços no campo laboral.

Goffman (2008) ainda aponta que, “O indivíduo deriva da sociedade de maneira tão completa que ela pode confiar naqueles que são os menos aceitos como membros normais, os menos gratificados pelos prazeres do fácil intercâmbio social com outros”. (GOFFMAN, 2008.p. 127)

Essa formulação sugere que a exclusão e marginalização não significam necessariamente que esses indivíduos estejam completamente fora das normas sociais. Pelo contrário, seu papel dentro da sociedade é reconhecido e, paradoxalmente, necessário para a manutenção do próprio sistema.

A estigmatização torna-se, assim, um elemento de disputa simbólica entre segmentos da população local e migrantes venezuelanos. Enquanto certos setores mobilizam estereótipos para justificar tensões econômicas e sociais, muitos migrantes reelaboram esses mesmos estigmas como estratégia para garantir sua subsistência e integração em alguns campos sociais em específico no campo laboral.

Como aponta Goffman (2008),

a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. As mesmas características estão implícitas quer esteja em questão uma diferença importante do tipo tradicionalmente

definido como estigmático, quer uma diferença insignificante, da qual a pessoa envergonhada tem vergonha de se envergonhar. Pode-se, portanto, suspeitar de que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão” (GOFFMAN, 2008.p. 141)

Dessa forma, o estigma não apenas marginaliza, mas também influencia as possibilidades de integração social. Muitos migrantes reconhecem essa dinâmica e aprendem a mobilizar o estigma como recurso, utilizando-o para criar alternativas de participação econômica e acessar programas sociais nos espaços em que circulam. Essa mobilização não ocorre de forma homogênea, mas é moldada pelas experiências individuais e pelas redes de apoio que cada sujeito consegue acionar.

A partir da observação participante e da escuta de migrantes e brasileiros na Feira de Culinária Venezuelana, bem como em interações nas mídias digitais, percebo que não há uma inserção social dos migrantes venezuelanos em Boa Vista. O que se observa é uma integração social, muitas vezes restrita ao campo laboral e mediada por redes pessoais. Em um primeiro momento, essa integração parece suficiente para garantir a subsistência, mas não promove o envolvimento mais profundo entre migrantes e brasileiros em diferentes esferas da vida social.

Esses momentos de socialização são raros e, quando ocorrem, estão majoritariamente vinculados ao ambiente de trabalho — e mesmo nesses espaços, a interação nem sempre é suficiente para desconstruir estigmas ou promover o reconhecimento mútuo. A ausência de vínculos mais densos interfere diretamente no processo de inserção social, que exige mais do que convivência: requer abertura, escuta e construção de relações que permitam conhecer o outro para além de sua condição migrante.

Um dos ambientes onde essa interação ganha profundidade é a escola. Essa percepção emerge não apenas da instituição onde leciono Sociologia, localizada no bairro 13 de Setembro, mas também de outra escola da cidade, situada em um bairro distinto. Nestes espaços, a presença de estudantes migrantes é significativa e representa uma das poucas vias concretas de onde poderia partir uma inserção social em Boa Vista.

6.9- A escola e seu papel na inserção social dos filhos dos migrantes venezuelanos em Boa Vista

A mobilidade populacional trouxe consigo o desafio da mobilidade social para os migrantes venezuelanos. Se esse processo já se mostrava complexo para segmentos da população brasileira, para os migrantes em situação de vulnerabilidade torna-se ainda mais difícil. A inserção social não se limita à ocupação de espaços físicos, mas envolve a capacidade

de transformar a realidade social na qual se vive. Nesse contexto, o acesso à educação superior aparece como uma das principais vias para essa transformação.

O ensino médio emerge como etapa fundamental nesse percurso. Para ingressar no ensino superior, os alunos precisam concluir essa fase, o que os insere em interações sociais cotidianas que, por sua intensidade, geram vínculos significativos. Durante esse período, estudantes migrantes apropriam-se da língua portuguesa, incorporam expressões locais e práticas sociais — não como imposição, mas como parte de um processo de troca e reelaboração.

A inserção social ocorre como um processo de mão dupla, no qual os migrantes reinterpretam sua condição e consolidam sua participação na sociedade, conforme discutido por Silva (2016), Tavares (2022) e Santos et al. (2015).

Flores-Crespo e Rodríguez-Arias (2021, p. 41) apontam que a mobilidade social é entendida como a mudança experimentada pelos indivíduos em relação à sua condição socioeconômica. Para os migrantes venezuelanos, essa mobilidade está diretamente ligada ao acesso à educação superior, que se mostra como uma das principais vias para superar barreiras sociais e econômicas.

No Brasil, a democratização do ensino superior avançou nas últimas décadas.

Entre 2011 e 2021, segundo o Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), o número de matrículas aumentou 32,8%, com um crescimento médio anual de 2,9% (Motta, Bouzada e Paula, 2024, p.1).

Esse avanço permitiu que parcelas da população antes excluídas dos espaços acadêmicos tivessem acesso ao ensino superior. Como aponta Bourdieu (1996), essa exclusão está diretamente relacionada à desigualdade social, que influencia as oportunidades educacionais e profissionais.

Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos. No Brasil, as desigualdades permanecem marcantes, e a cidade de Boa Vista exemplifica essa realidade com seus altos índices de pobreza. Para ampliar o impacto das políticas existentes, é fundamental que os mecanismos de democratização do ensino superior sejam expandidos e adaptados às realidades locais.

Cientes desses desafios, diversas iniciativas foram implementadas no país, como as políticas de cotas²¹ raciais, que buscam reduzir as barreiras sistêmicas ao ingresso na

²¹ Cotas raciais são reservas de vagas em vestibulares, provas e concursos públicos destinadas a pessoas de origem negra, parda ou indígena. As cotas visam a acabar com a desigualdade racial e o racismo estrutural resultantes de anos de escravidão no Brasil, que ainda excluem pessoas negras e indígenas da universidade, do mercado de trabalho e dos espaços públicos.

universidade. Essas estratégias representam esforços para diminuir as distâncias entre grupos historicamente marginalizados, ampliando o acesso à educação superior como ferramenta de transformação social.

6.9.1 Interações entre estudantes venezuelanos e brasileiros no ensino médio de uma escola estadual no Bairro 13 de Setembro

O ensino médio no Brasil com duração de três anos,

é frequentemente associado à preparação dos jovens para o Enem e demais vestibulares. No entanto, essa etapa escolar também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do autoconhecimento, da autonomia intelectual e do pensamento crítico. A conclusão do ensino médio é essencial para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, mas é igualmente importante continuar investindo na qualificação profissional por meio de uma graduação, curso técnico ou curso de idiomas. O ensino médio é composto pelo 1º, 2º e 3º anos dessa etapa educacional. (Brasil Escola, 2025).

Embora a conclusão do ensino médio seja um requisito fundamental para o ingresso no ensino superior, sua importância também se reflete na construção de trajetórias educacionais e sociais dos jovens, incluindo os migrantes.

A conclusão do ensino médio é a porta de entrada para o ensino superior no Brasil. No contexto migratório, a escola se revela como um espaço fundamental de aprendizado, onde os migrantes não apenas adquirem conhecimento acadêmico, mas também aprendem as normas sociais da escola e da sociedade, além de desenvolverem uma consciência crítica.

Nos primeiros anos da experiência escolar no Brasil, a socialização dos recém-chegados é limitada. Inicialmente, os estudantes venezuelanos passam por um processo de integração, muitas vezes dificultado pela barreira linguística. Aos poucos, com o auxílio de estudantes venezuelanos que já estão há mais tempo no país, essas interações se aprofundam e resultam em processos de socialização mais complexos, geralmente após dois anos. As experiências em atividades em grupo desempenham um papel central nessa transição, permitindo que os alunos progridam da simples integração para a inclusão escolar, preparando-se para o ensino superior.

Na escola onde atuo como professor, acompanho o processo de inclusão escolar dos migrantes venezuelanos nas três séries do ensino médio. Muitos desses estudantes são matriculados apenas com base na idade, sem uma avaliação detalhada de sua formação anterior, o que impacta diretamente sua experiência escolar. Alguns chegam sem saber ler ou escrever, nem mesmo em espanhol—um cenário comum entre indígenas—, enquanto outros, que possuem uma base escolar mais ampla, aprendem rapidamente a língua portuguesa e

internalizam os códigos culturais necessários para sua inserção social parcial. A inserção total, por sua vez, só ocorreria por meio do ensino superior.

Esse aprendizado não se restringe às salas de aula. Os filhos dos migrantes funcionam como mediadores culturais, levando para casa os conhecimentos adquiridos na escola e facilitando a comunicação entre suas famílias os diferentes campos sociais. Dessa forma, o processo de reelaboração identitária ocorre de maneira fluida, ultrapassando o espaço escolar e influenciando a dinâmica social dos migrantes em Boa Vista.

Como mencionado anteriormente, dentro da escola, a integração dos alunos venezuelanos evolui para inclusão efetiva, especialmente por meio de atividades coletivas. Eventos como feiras científicas, competições esportivas e celebrações comemorativas promovem trocas culturais significativas, fortalecendo os laços sociais e expandindo as redes de apoio dos migrantes. Esses momentos demonstram que a escola não é apenas um espaço de aprendizado acadêmico, mas um território de sociabilidade e pertencimento.

Atuando como professor de Sociologia, além de possuir formação em licenciatura, também sou bacharel em Sociologia e Antropologia. Essa formação me proporcionou uma leitura aprofundada das dinâmicas sociais entre migrantes e brasileiros. Embora minha atuação principal seja como docente, minha perspectiva é fortemente influenciada pela Antropologia, o que me permitiu acompanhar de perto o processo de inclusão escolar dos migrantes venezuelanos em onze turmas, nas quais a maioria dos alunos era composta por estudantes migrantes.

Ao longo dos anos, acompanhei a chegada dos estudantes migrantes, desde aqueles que vieram do ensino fundamental até os que alcançaram a terceira série do ensino médio. Em conversas informais com alunos que completaram 18 anos durante o ano letivo, pude conhecer suas trajetórias e percepções sobre o processo migratório. Muitos desses jovens já conheciam minha pesquisa apresentada na Feira e estavam familiarizados com minha trajetória como pesquisador das questões migratórias.

Uma dessas alunas, participante de um projeto de estágio em Boa Vista, me procurou certo dia para compartilhar um diário que havia escrito naquele período de trabalho. O documento continha reflexões sobre sua vivência no Brasil e sua inserção no ambiente escolar e profissional. A pedido dela, parte desse relato foi incluída na epígrafe deste estudo, sem identificação autoral, para preservar sua identidade.

Esse tipo de troca permitiu que eu conhecesse mais profundamente a história dos alunos migrantes, desde sua chegada ao Brasil até suas decisões de partida. A maioria dos estudantes venezuelanos das turmas de 2023 e 2024 optou por retornar à Venezuela após concluir o ensino

médio, seja para continuar os estudos ou para iniciar atividades empreendedoras, financiadas pelos pais que permaneceram em Boa Vista.

Os que decidiram permanecer no Brasil buscaram oportunidades no mercado de trabalho, empregando-se em shoppings, supermercados, lojas de confecções e na prefeitura, na área de limpeza urbana. Muitos dos alunos que entrevistei tomaram a decisão de não seguir para o ensino superior por razões financeiras e pela falta de conhecimento sobre os processos de ingresso nas universidades brasileiras. O discurso recorrente entre eles era de que estavam no Brasil para economizar dinheiro, não para gastá-lo.

Em 2025, uma ONG atuante no contexto migratório venezuelano, disponibilizou uma equipe para assessorar migrantes venezuelanos e brasileiros da segunda e terceira série, auxiliando-os na inscrição para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares das faculdades estaduais e federais, considerando suas respectivas cotas raciais e econômicas. Como resultado desse esforço, a escola informou que mais de noventa por cento dos alunos se inscreveram para fazer o ENEM, sendo que cerca de sessenta por cento são venezuelanos que residem nos abrigos e no bairro 13 de Setembro. Esta é uma escola estadual onde a maioria dos estudantes é venezuelana, incluindo a filha mais nova de Jonny.

Redes de apoio, como as oferecidas por essa ONG, foram comuns no início da migração venezuelana em Boa Vista, desempenhando um papel semelhante ao da Operação Acolhida, especialmente na garantia de segurança alimentar e no suporte social. No entanto, observei que, apesar de muitos alunos dominarem o idioma português, ainda enfrentam barreiras para ingressar no ensino superior brasileiro. O apoio oferecido por iniciativas solidárias tem sido essencial para que esses jovens visualizem oportunidades acadêmicas reais e consigam dar continuidade aos estudos no Brasil.

Observa-se que a escolarização dos filhos dos migrantes venezuelanos desempenha um papel fundamental no processo de inserção social dos migrantes. Mais do que um espaço de aprendizado acadêmico, na escola e nas faculdades a interação social propicia e propiciaria uma socialização das culturas possibilitando assim, uma interculturalidade. Que, por sua vez, concretizaria uma inserção social.

A educação superior surge como o elemento central nesse percurso, permitindo que jovens migrantes superem barreiras sociais e ampliem suas oportunidades de ascensão social e econômica. Como mediadores entre suas famílias e os espaços institucionais, esses jovens influenciam diretamente o processo de integração do grupo migrante, fortalecendo laços de pertencimento e reconfigurando sua posição social em Boa Vista.

Dessa forma, a integração social dos migrantes venezuelanos ocorre de maneira mais expressiva por meio de seus filhos, que, ao acessarem o ensino superior, transformam sua realidade e a de suas famílias. Esse processo não acontece de forma isolada, mas está vinculado às redes de apoio, às políticas educacionais inclusivas e às estratégias familiares, que enxergam a escolarização como um caminho para consolidar a inserção social.

Os filhos dos migrantes, por meio da escola, aprendem o idioma e adquirem maior fluência comunicativa, assumindo o papel de intérpretes para os mais velhos sempre que é necessário compreender situações formais e informais. Já os adultos, por sua vez, demonstram pouco interesse em aprender português além do necessário para o trabalho. Geralmente, sua aquisição da língua se restringe a expressões básicas utilizadas no dia a dia laboral, ao contrário dos mais jovens, que se esforçam para falar e compreender melhor o português brasileiro.

Neste capítulo, analisamos como o estigma influencia o processo de inserção social dos migrantes venezuelanos em Boa Vista. Ao longo das observações e análises, constatamos que a integração social dos migrantes ainda é mínima em Boa Vista. Os migrantes convivem, majoritariamente, entre si, mantendo suas interações dentro de redes sociais próprias, em espaços onde circulam entre familiares, amigos e conhecidos.

Essa dinâmica também se reflete nos locais de lazer, como boates frequentadas exclusivamente por venezuelanos. Em uma das visitas a Feira de Culinária um dos meus interlocutores brasileiros comentou sobre essa separação, "Eles só ficam entre eles, dificilmente ou quase nunca vão com a gente curtir um final de semana depois de uma semana de trabalho na construção."

Ao analisar as interações na Feira, percebo que as relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) são configuradas individualmente em cada barraca (pedaços), sem que haja uma unidade integrada que conecte todo o espaço da Feira como uma mancha.

As relações sociais dos migrantes vão além das fronteiras da Feira de culinária. São suas trajetórias e circuitos de interação que orientam a construção das relações e redes pessoais. A partir das interações na esfera macro, é possível compreender os processos de troca no nível microsocial, evidenciando como os migrantes organizam suas experiências cotidianas e estratégias de pertencimento.

Concordo com Agier (2011) quando afirma que os conhecimentos antropológicos se ancoram no nível microsocial. Nesse sentido, a Feira pode ser vista como um espaço heterogêneo, composto por subespaços com dinâmicas próprias e interações que variam conforme diferentes fatores, como o tipo de produto vendido e a relação de gênero. Quando a

feirante é mulher, por exemplo, observa-se um trato mais cuidadoso e afetuoso, evidenciado por expressões como *"mi reina"* e *"chica"*, que fortalecem os laços entre clientes e feirantes, revelando nuances da comunicação interpessoal.

Esses padrões demonstram que as redes pessoais na Feira operam como mecanismos intermediários na busca por reconhecimento e estabilidade, ainda que essa integração ocorra prioritariamente nos campos do trabalho informal e dos programas sociais. Fora desses contextos, observa-se uma convivência fragmentada, na qual os migrantes preservam seus espaços e vínculos, sem que isso se traduza, necessariamente, em inserção social.

Essa dinâmica pode ser sintetizada pela expressão popular “cada um no seu quadrado”, como sugere a música de Sharon Acioly e a Liga do Axé (2000), evocando a ideia de que os espaços ocupados por migrantes não representam, por si só, pertencimento. Diante disso, torna-se necessário esclarecer, no escopo desta pesquisa, a distinção entre os conceitos de integração social e inserção social, pois operam de maneira distinta na experiência migratória.

A integração social refere-se à aceitação funcional do migrante em espaços já estabelecidos, como o mercado formal e informal de trabalho ou os serviços públicos básicos. Essa forma de inclusão é marcada pela utilidade econômica do migrante, sem que haja, necessariamente, reconhecimento simbólico ou participação ativa nas esferas sociais mais amplas.

Como afirma Abdelmalek Sayad, “O migrante é tolerado enquanto trabalhador, mas recusado enquanto cidadão” (Sayad, 1999, p. 107). Essa lógica de aceitação restrita também é abordada por Zygmunt Bauman ao discutir o lugar dos refugiados nas sociedades contemporâneas: “Os refugiados não são bem-vindos porque não se encaixam facilmente nos moldes sociais existentes. Eles não são convidados a participar — apenas a se adaptar” (Bauman, 2016, p. 28).

Ambos os autores apontam para uma inclusão fragmentada, que não implica pertencimento, mas apenas presença funcional. Essa é a realidade observada a partir da Feira: os migrantes circulam, trabalham e buscam sustento, mas permanecem à margem das dinâmicas sociais locais, com interações limitadas com brasileiros e pouco acesso a espaços de troca simbólica. A presença de brasileiros na Feira é esporádica, geralmente restrita a amigos de trabalhadores da construção civil ou consumidores ocasionais que, ao se depararem com os pratos típicos, percebem que se trata de um espaço migrante.

Por outro lado, a inserção social é compreendida aqui como um processo mais profundo, no qual o migrante participa ativamente das socializações, constrói redes de pertencimento e transforma os espaços sociais nos quais está inserido. A inserção não se limita à ocupação de

espaços preexistentes, mas envolve trocas significativas, reconhecimento mútuo e agência. A escola pública, por exemplo, emerge como um dos poucos espaços onde essa inserção começa a se desenhar, especialmente entre os filhos dos migrantes.

Embora migrantes venezuelanos tenham acesso à saúde e à educação em Boa Vista — com atendimento em UBS, campanhas de vacinação e matrícula escolar — esse acesso ocorre em meio a disputas, precariedades e tensões que revelam os limites da integração funcional. Esta etnografia não se propõe a avaliar políticas públicas, mas a compreender como essas estruturas são vividas, negociadas e reinterpretadas pelos sujeitos migrantes em seus cotidianos.

Assim, os achados desta pesquisa oferecem subsídios para pensar práticas institucionais e estratégias de acolhimento que considerem não apenas a presença dos migrantes, mas sua possibilidade de pertencimento e participação ativa na sociedade.

Ao longo deste capítulo, ficou evidente que a escolarização dos filhos de migrantes venezuelanos desempenha um papel essencial na construção de trajetórias de pertencimento e inserção social. O acesso ao ensino médio e, posteriormente, ao ensino superior, não apenas amplia as oportunidades individuais desses jovens, mas também fortalece a mobilidade social de suas famílias, permitindo uma participação mais equitativa na sociedade receptora.

Dessa maneira, a escola se estabelece como um dos principais espaços de transformação, funcionando não apenas como ambiente de aprendizado, mas como vetor de mobilidade social e de reconfiguração das relações sociais em Boa Vista. A partir dela, os filhos dos migrantes constroem pontes entre mundos, redes de confiança e possibilidades de futuro — e é nesse ponto que se abre o caminho para as reflexões finais desta pesquisa.

Reflexões Finais: A título de transição para a conclusão

Nesta seção, desenvolvo reflexões teóricas e empíricas que emergiram ao longo da pesquisa, com o objetivo de aprofundar aspectos fundamentais das dinâmicas sociais investigadas. As análises aqui apresentadas funcionam como uma ponte interpretativa entre os dados construídos e a síntese conclusiva da investigação, preparando o terreno para a consolidação dos principais achados na seção seguinte.

O presente estudo focou nas relações pessoais como elementos estruturantes das redes sociais no processo migratório, destacando a especificidade da relação pessoal de solidariedade assistida (RPSA) e da rede pessoal de solidariedade assistida (REPSA), termos desenvolvidos para compreender as dinâmicas interacionais dos migrantes venezuelanos em Boa Vista, Roraima. Essas relações não operam como estruturas fixas, mas como práticas situadas, moldadas pelas trajetórias, pelos vínculos e pelas disputas que atravessam o cotidiano migrante.

Ao longo da pesquisa, observei como a alimentação transcende fronteiras, funcionando como marcador identitário que conecta os migrantes à sua cultura de origem e proporciona um sentimento de continuidade. O reencontro com sabores e práticas alimentares familiares não apenas evoca nostalgia, mas também produz alegria e reafirma vínculos culturais, enquanto os migrantes constroem novas formas de sociabilidade em contextos urbanos marcados por deslocamentos e recomposições.

O espaço da Feira é majoritariamente frequentado por migrantes, e a presença de brasileiros é esporádica, o que limita o potencial de intercâmbio cultural e reforça a segmentação dos vínculos sociais. As relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e as redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), embora fundamentais para a sustentação cotidiana e para o acesso a serviços básicos, operam como mecanismos de integração funcional — permitindo a presença e a circulação dos migrantes em determinados campos — mas não garantem, por si só, a inserção social. Mesmo quando os migrantes estabelecem relações com brasileiros, essas conexões raramente se traduzem em pertencimento pleno, pois não envolvem reconhecimento mútuo, participação equitativa ou acesso efetivo às estruturas sociais mais amplas.

A inserção social não se limita à presença física dos migrantes no território, mas envolve participação ativa na sociedade, reconhecimento e construção de novas formas de identidade por meio das interações e trocas culturais.

Em espaços como a Feira, e conforme as dinâmicas descritas por Ângelo (2021) nas *máticas*, o agenciamento social leva à formação de relações pessoais e redes fechadas, caracterizadas pela construção de vínculos internos entre os migrantes. As interações RPSA e REPSA são moldadas pelas estruturas sociais desde a entrada dos migrantes no território brasileiro até sua estadia em Boa Vista, sendo influenciado pelas experiências vividas ao longo do percurso migratório.

No entanto, os migrantes venezuelanos em Boa Vista não apenas operam dentro dessas estruturas, mas também as reconfiguram, desenvolvendo estratégias de mobilidade e disputando espaços nos diferentes campos sociais em específico no campo laboral, evidenciando a constante negociação entre pertencimento e subsistência novo contexto social.

Os migrantes venezuelanos dotados de capital cultural, econômico, social e simbólico assumem papel central na formação das relações RPSA e REPSA. Aqueles que dominam a língua portuguesa conseguem estabelecer laços mais sólidos com os brasileiros, o que facilita o rompimento da mera coexistência e promove formas concretas de pertencimento, incluindo amizades, redes de trabalho e lazer fora dos círculos exclusivamente migrantes.

Nesse processo, o domínio da língua portuguesa se torna um elemento central, pois permite a compreensão dos códigos simbólicos locais e contribui para a construção de estratégias pelos migrantes. Aqueles que conseguem superar essa barreira ampliam suas oportunidades de integração social, pois passam a compreender que é ser brasileiro-morador de Boa Vista.

A Feira de Culinária Venezuelana, localizada no estacionamento do Terminal Rodoviário que está localizada no Bairro 13 de Setembro, é um microcosmo das dinâmicas sociais migratórias em Boa Vista. A formação populacional do bairro inclui migrantes venezuelanos, outras nacionalidades em menor escala e povos originários, como Wapishana e Macuxi. O grupo Macuxi, por sua vez, é um símbolo identitário do estado, e muitos habitantes de Roraima, independente da origem indígena, são reconhecidos como "macuxis".

Além dos migrantes internacionais, Roraima também recebeu fluxos migratórios internos, com populações vindas de Maranhão, Rio Grande do Sul, Amazonas, entre outros estados. Essas mobilidades populacionais reforçam as disputas territoriais e simbólicas entre os diversos grupos que compartilham a cidade.

Diante disso, podemos traçar um paralelo com o estudo de Elias e Scotson (2000) sobre estabelecidos e outsiders. Em Boa Vista, os migrantes nacionais se percebem como os estabelecidos, pois já ocupavam esses espaços antes da chegada dos venezuelanos. Os migrantes venezuelanos, por sua vez, tornaram-se os novos outsiders, ocupando o papel que

antes era atribuído aos povos indígenas, que historicamente foram vistos como externos aos segmentos sociais dominantes em Boa Vista.

Elias e Scotson (2000) afirmam que "[...] a exclusão e a estigmatização dos outsiders pelo grupo estabelecido eram armas poderosas para que este último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar."(ELIAS E SCOTSON, 2000. p. 22)

Neste estudo, observamos como o estigma pode ser mobilizado e direcionado, especialmente por políticos, empresários e segmentos da população local que disputam o campo laboral em busca de subsistência, muitas vezes em tensão com migrantes venezuelanos. Além disso, os próprios migrantes, conscientes dessa dinâmica, podem acionar estratégias de estigmatização como forma de acessar oportunidades no mercado de trabalho, o que contribui para a reprodução de mecanismos de exclusão e diferenciação social. Como apontam Elias e Scotson (2000):

"[...] o grupo estabelecido está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. O desprezo absoluto e a estigmatização unilateral e irremediável dos outsiders." (ELIAS E SCOTSON, 2000. p. 23)

Se uma parcela da população de Boa Vista vive em um estado constante de disputa pela subsistência, a condição de estabelecidos confere a esses grupos uma vantagem na competição social e laboral diante dos migrantes venezuelanos. No entanto, os migrantes desenvolveram estratégias para minimizar o rótulo de *outsiders* e lidar com a representação social estigmatizada, seja por meio das relações pessoais ou pela atuação no mercado de trabalho. A língua permanece como um elemento central nessa dinâmica de poder, funcionando como um marcador de fronteiras sociais que define quem será incluído e quem permanecerá à margem dos setores sociais que se autoatribuem direitos de cidadania plena em Boa Vista.

Nem toda a população de Boa Vista estigmatiza os migrantes venezuelanos. No entanto, aqueles que competem diretamente com eles por empregos e serviços tendem a demonstrar maior resistência à presença dos estrangeiros. A estigmatização, nesse sentido, emerge como um reflexo da concorrência econômica e da disputa por recursos escassos.

E quanto às demais parcelas da sociedade? Como se configura a tolerância em relação aos migrantes venezuelanos? Essa questão nos conduz à compreensão de que a convivência social não se fundamenta exclusivamente na competição, mas também na construção de espaços de interação e reconhecimento mútuo. No entanto, a tolerância não é homogênea; sua manifestação varia conforme as posições ocupadas pelos grupos sociais dentro do tecido

urbano. Para alguns, o contato cotidiano com os migrantes atua como um mecanismo de reelaboração de preconceitos, possibilitando novas formas de aceitação. Para outros, no entanto, a convivência permanece delimitada por fronteiras simbólicas que reiteram diferenças e dificultam a inserção e integração social.

Elias e Scotson (2000) analisam essas dinâmicas ao afirmar que grupos estabelecidos que possuem maior segurança em relação ao seu próprio status tendem à moderação e à tolerância em relação aos outsiders, enquanto aqueles que percebem sua posição social ameaçada demonstram maior hostilidade e resistência à inclusão dos recém-chegados, “[...] a ser implacáveis na luta pelo status quo e contra uma queda ou abolição dos limites entre estabelecidos e outsiders. Normalmente são eles quem mais tem a perder no caso de uma ascensão dos outsiders. (ELIAS; SCOTSON, 2000. p. 213).

Assim, os sistemas de classificação social moldam as interações e influenciam a percepção sobre o "outro", tornando a aceitação dos migrantes um processo complexo e fortemente condicionado pelas dinâmicas estruturais da sociedade receptora

Os grupos estabelecidos tendem a aceitar os migrantes apenas quando estes desempenham funções que lhes são úteis, como serviços básicos e empregos de baixa remuneração. Conforme discutido nos capítulos anteriores, o estigma dirigido aos venezuelanos muitas vezes opera como um mecanismo de controle no campo laboral.

No entanto, entre os migrantes venezuelanos há perfis distintos. Os migrantes econômicos, diferentes daqueles que migram por subsistência, são empreendedores que estabeleceram negócios bem-sucedidos em Boa Vista, especialmente no setor da alimentação. Embora sejam poucos, destacam-se pela diversificação de seus cardápios, incluindo não apenas pratos típicos venezuelanos, mas também alimentos locais. Apesar do sucesso, esses migrantes continuam sendo alvo de estigmatização, pois competem diretamente com brasileiros no mercado.

A estigmatização dos migrantes venezuelanos em Boa Vista não decorre diretamente de sua origem, cor da pele ou qualquer outro aspecto ligado à raça ou etnia. Trata-se, antes, de um mecanismo direcionado, empregado por três grupos distintos dos meios sociais em Boa Vista identificados neste estudo. O primeiro grupo corresponde à parcela menos favorecida da população local que, na busca pela própria subsistência, também reproduz esse estigma. O segundo grupo é impulsionado por interesses econômicos, composto por empregadores que utilizam essa diferenciação como estratégia para obter vantagens na relação de trabalho. Por fim, há uma fração da classe política que instrumentaliza essa percepção negativa como recurso

eleitoral, especialmente durante campanhas, explorando a imagem dos venezuelanos como responsáveis por problemas socioeconômicos da cidade.

Como descreve Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a identidade étnica pode ser evocada pelo próprio sujeito ou atribuída por outros, especialmente em situações de conflito, competição ou oposição social.

A manipulação da identidade não é uma estrutura incorporada, mas uma prática situada, observável nas interações cotidianas que envolvem trabalho, circulação urbana e negociação simbólica. Na feira, os vínculos são construídos seletivamente, especialmente entre feirantes e clientes frequentes, e revelam estratégias de afirmação ou dissimulação que moldam os discursos e condutas dos migrantes no campo social urbano. Trata-se, assim, de uma identidade relacional, dinâmica e tensa — constituída na interação com os demais sujeitos que participam do circuito migratório.

Os próprios migrantes venezuelanos, conscientes do estigma que carregam, por vezes o utilizam estrategicamente para obter oportunidades de trabalho. É comum vê-los em semáforos segurando placas com dizeres como: “Por favor, me ajude, meus filhos estão com fome”, ou buscando trabalho de porta em porta com frases como: “Estou com fome, preciso trabalhar para comprar comida.” Esse apelo à compaixão frequentemente resulta na oferta de serviços temporários, permitindo que os migrantes estabeleçam uma rede inicial de relações laborais.

Após conquistarem um primeiro serviço, muitos trabalhadores venezuelanos buscam fortalecer vínculos com seus empregadores, aceitando condições de trabalho desvantajosas. No entanto, ao realizarem um trabalho bem-feito, frequentemente são recomendados a outros clientes, ampliando suas oportunidades de inserção no mercado. Como destaca Ângelo (2021), os migrantes venezuelanos em Boa Vista, na luta pela subsistência, adotam estratégias laborais flexíveis. Preferem trabalhar por diárias quando percebem que a atividade se estenderá por vários dias e, sempre que possível, optam por empreitadas, garantindo a conclusão de serviços menores em menor tempo. Essa abordagem permite que, em um único dia, executem múltiplos serviços, cobrando valores menores, mas acumulando rendimentos equivalentes aos de trabalhadores locais que realizam apenas uma atividade.

A integração laboral dos migrantes ocorre de diversas formas, seja por meio de empregos temporários, contratos formais ou pequenos negócios que lhes permitem garantir sua subsistência e auxiliar familiares que permaneceram na Venezuela. O deslocamento forçado causado pela crise econômica e política venezuelana os levou a buscar alternativas no Brasil, mas o estado de Roraima não possuía, e ainda não possui, uma infraestrutura capaz de absorver integralmente essa força de trabalho. Antes da chegada dos migrantes, o estado já enfrentava

dificuldades crônicas nas áreas de saúde, educação, segurança pública e economia, problemas que foram agravados por sucessivas gestões políticas ineficientes.

Boa Vista nunca foi um estado economicamente diversificado, com quase metade da população vivendo em situação de pobreza e uma estrutura produtiva limitada que impedia a absorção total da força de trabalho disponível. Essa realidade contribuiu para o acirramento da disputa no campo laboral entre uma parcela de moradores de Boa Vista e os migrantes venezuelanos que, em sua maioria, migraram exclusivamente por questões de subsistência, sem pertencimento ao perfil de migrantes econômicos. A cidade depende fortemente dos contracheques do funcionalismo público, o que restringe a oferta de empregos no setor privado e intensifica a concorrência, especialmente em áreas como construção civil, manutenção de veículos e eletrônicos, dificultando a integração ou inserção dos migrantes em outros campos sociais.

Para superar essa barreira, é fundamental promover sua inclusão, e um dos caminhos mais viáveis é a Escola. Por meio da educação, podemos garantir não apenas a inserção social, mas também a mobilidade, assegurando às migrantes oportunidades semelhantes às já disponíveis para as camadas menos favorecidas da população local. Diante disso, o ensino superior se apresenta como um vetor essencial para essa transformação, abrindo caminhos para a construção de uma sociedade mais equitativa e multicultural.

CONCLUSÃO

Como propôs Roberto Cardoso de Oliveira (1976), o estudo das relações interétnicas no Brasil — sejam entre indígenas e brancos, negros e brancos, nacionais e imigrantes — deve ser orientado não apenas pela descrição das dinâmicas sociais, mas pela busca de uma compreensão mais profunda da própria sociedade nacional

No contexto da migração venezuelana em Boa Vista, essa perspectiva revela-se especialmente potente. Ao observar as práticas de subsistência, as redes seletivas de solidariedade e os estigmas atribuídos aos migrantes, é possível perceber como a sociedade brasileira se projeta sobre o outro — revelando suas ideologias, suas contradições e seus limites. A figura do migrante, classificado como “subsistente”, não apenas ocupa uma posição social, mas também desmascara o imaginário nacional que se constrói em torno da cordialidade e da integração.

O campo etnográfico da Feira de Culinária Venezuelana não é apenas um espaço de análise das relações interétnicas, mas um espelho crítico da sociedade brasileira. Conhecer os migrantes — suas estratégias, suas vulnerabilidades e suas formas de resistência — é também conhecer os modos como a sociedade nacional se organiza, se representa e se confronta com a alteridade.

Buscando responder aos objetivos desta pesquisa, observamos que, na Feira, a dinâmica das interações entre migrantes venezuelanos e brasileiros estão pautadas em disputas dentro de diferentes campos sociais. A apropriação do espaço da Feira ocorreu devido à familiaridade e identificação com o território, desde a chegada dos primeiros migrantes em 2017, que se reuniram na Praça *Simón Bolívar*. Além de representar um ponto de interseção entre histórias e trajetórias, a Feira constitui um espaço físico que integra o circuito migratório no bairro 13 de Setembro.

As dinâmicas sociais na Feira são marcadas por relações fechadas, constituídas por subgrupos que coexistem no espaço, reforçando laços internos enquanto limitam interações externas. As trocas entre as barracas são mínimas, assim como o contato com os brasileiros do bairro, que raramente frequentam o local. Além da Feira, no mesmo bairro, a presença migrante se fragmenta em grupos específicos, como aqueles que ocupam a região da rodoviária e os que se organizam no galpão, evidenciando a segmentação social dentro do fluxo migratório.

A culinária regional brasileira é pouco explorada na Feira, que mantém predominantemente elementos da gastronomia venezuelana. No entanto, essa característica

fortalece a identidade dos migrantes, permitindo-lhes reelaborar aspectos culturais no novo ambiente.

Tal reelaboração se revela em expressões linguísticas híbridas, que misturam elementos do espanhol e do português, na adoção de hábitos alimentares específicos e na forma de vestir dos migrantes mais antigos. O modo de ser venezuelano permanece pujante e latente, evidenciado na intensidade das saudações, na expressividade vocal e na preferência por condimentos característicos, como molhos artesanais. Dentro da Feira, não há distinções étnicas ou raciais entre os migrantes: todos se reconhecem como venezuelanos, independente das divisões que existiam no país de origem.

A solidariedade e a assistência são elementos fundamentais nas relações interpessoais, emergindo como estratégias para se inserir ao novo contexto social. Como discutido por Ângelo (2021), essas práticas se repetem dentro dos sistemas fechados de interação e se manifestam na formação de redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA) e relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA). Não se trata de escolhas individuais, mas de uma lógica social interna que sustenta essas práticas, garantindo apenas integração dos recém-chegados.

Quanto ao papel das relações interpessoais, identificamos que a solidariedade e a assistência são comportamentos internalizados a partir das experiências de contato com as estruturas sociais no território brasileiro. Os migrantes mais antigos acumulam capital social, cultural, econômico e simbólico, formando relações pessoais de solidariedade assistida (RPSA) e redes pessoais de solidariedade assistida (REPSA), que mediam os processos de integração social. Essas redes emergem como uma forma de estratégia às condições do novo contexto social, agenciando migrantes nos meios sociais de Boa Vista.

A experiência compartilhada entre migrantes mais antigos, que enfrentaram dificuldades ao chegar, gerou práticas de solidariedade, levando-os a ajudar os novos. Esse ciclo de reciprocidade estabelece redes de suporte ativas nos processos migratórios, particularmente no contexto da migração venezuelana, que ocorreu de forma acelerada e sem um processo prévio de circulação que pudesse estruturar redes migratórias. Assim, essas redes emergem não apenas como mecanismo de integração, mas como forma de reorganização social.

Esses processos evidenciaram que os interlocutores migrantes não apenas se ajustaram às estruturas sociais existentes, mas também as reconfiguraram, criando formas próprias de interação e organização no novo contexto urbano. Como sujeitos estigmatizados, conscientes dos rótulos atribuídos e da posição que ocupavam em Boa Vista, desenvolveram estratégias de manipulação simbólica e reposicionamento social, transformando o estigma em recurso para

disputar espaços e serviços no campo laboral junto a segmentos locais em condição de subsistência.

Essa atuação revelou a agência dos sujeitos na construção de trajetórias de pertencimento e subsistência urbana, desafiando estereótipos e evidenciando a complexidade das relações nas zonas de fronteira. Embora a inserção social tenha permanecido restrita, observou-se uma integração funcional viabilizada, paradoxalmente, pela mobilização estratégica do estigma.

A integração social efetiva, embora restrita, ocorre predominantemente no campo laboral. No entanto, a escola constitui o primeiro espaço de transformação dessa realidade. É nela que os descendentes dos migrantes adquirem e reelaboram suas culturas, iniciando o processo de socialização por meio de atividades grupais. No ensino superior, essa dinâmica se intensifica, proporcionando ao migrante oportunidades de inserção em múltiplas esferas sociais em Boa Vista.

A pesquisa indicou que uma inserção social plena só seria viável por meio da educação, iniciando na formação básica e consolidando-se no ensino superior. Esse percurso não apenas amplia o acesso ao capital cultural, econômico, social e simbólico, como também permite aos interlocutores migrantes desenvolverem estratégias de participação nos circuitos sociais urbanos. Por outro lado, os agentes políticos — nas esferas municipal, estadual e federal — têm o papel de diferenciar o que pertence ao domínio público e ao privado, garantindo que políticas voltadas ao bem-estar social atendam à maioria da população, e não apenas a grupos específicos.

Somente assim Boa Vista poderá se transformar em uma cidade que vá além das disputas por subsistência e das formas de exploração que atravessam diferentes segmentos da população local em relação aos migrantes venezuelanos — incluindo a instrumentalização política da imagem migrante e a apropriação econômica da força de trabalho por parte de empresários. Tornar-se um espaço desenvolvido e multicultural exige reconhecer que a presença migrante não representa apenas um desafio, mas uma potência transformadora. Quando acolhida por políticas públicas inclusivas e por práticas sociais de reconhecimento, essa presença contribui para a reconfiguração da dinâmica social e econômica urbana.

5-REFERÊNCIAS

AGIER, Michael. **Refugiados diante da nova ordem mundial**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2. 2006.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALMEIDA, Mariana; NEPOMUCENO, Raissa; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência**: soluções brasileiras. REMHU, Brasília, 2015.

ÂNGELO L., Germano. *Matica*: migrantes venezuelanos e trabalho temporário em Boa Vista-RR, 2021. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://https://antigo.ufr.br/ppgants/banco-de-dissertacoes>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BARRIOS, Andressa Farias; CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Racismo estruturante**: as vestes do tecido social brasileiro. Revista GepesVida, Edição Especial: Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em:> <http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>. >Acesso em: 10 maio 2025.

BARTH, Fredrick. **Etnicidade e o conceito de cultura**, Niterói, Antropolítica, n. 19, p.15-30, 2. sem. 2005.

BARTH, Fredrik. *Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference*. Boston: Little, Brown and Company, 1969

Bauman, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: **Antropologia das sociedades contemporâneas**, Bela Feldman-Bianco (org.). São Paulo: Global, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais**. Trad. de Fernando Pinheiro. Publicado originalmente em L’Arc, n. 72, 1978. A presente versão ampliada foi publicada em Journal of Classical Sociology, v. 13, n. 2, maio de 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 560 p. Tradução de: *La distinction: critique sociale du jugement*.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: Difusão Editorial, 1989.

BRANDÃO, R Carlos. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade E Cultura. Disponível em > <https://doi.org/10.5216/sec.v10i1.1719>, 2007 <https://revistas.ufg.br/fcs//article/view/1719>> Acesso em 01 de fevereiro de 2022

BRASIL ESCOLA. **Cotas raciais**. Disponível em:> <https://brasilescola.uol.com.br/educacao/sistema-cotas-racial.htm>> Acesso em: 26 maio 2025.

CARDIN, Gustavo & ALBUQUERQUE, José. L. **Fronteiras e deslocamentos**. Revista Brasileira de Sociologia. 2018

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Os (des) caminhos da identidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais VOL. 15 No 42, pp 7-21 <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1733.pdf> (acesso em 30/05/2018).

CASTELLS, Manuel (Org.) CARDOSO, Gustavo (Org.) CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política; Conferência**. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005.7

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Biografia, identidade e narrativa**: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 283-302, jul. 2003. Disponível em> <https://www.scielo.br/j/ha/a/dpMjFJy3fQ83BMtYnVxzBkF>.> Acesso em: 26 abr. 2025.

COELHO, Maria Claudia Pereira; OLIVEIRA, Eduardo Moura Pereira. **Reflexões sobre o tempo e as emoções na antropologia**: definições, práticas e políticas. *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1087-1100, set./dez. 2020. Disponível em> <https://www.scielo.br/j/sant/a/MNvKMnJzP9T6XhsNMgyT5td>>. Acesso em: 26 abr. 2025.

CORRÊA, DE S. Aline. **Projeto Assistencial**: a construção de uma ouvidoria e saúde escolar. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. Tese de doutorado.

CORRÊA, Mariana Almeida Silveira; NEPOMUCENO, Raísa Barcellos; MATTOS, Wesley H. C.; MIRANDA, Carla. **Migração por sobrevivência: Soluções brasileiras**. REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. XXIII, n. 44, p. 221-236, jan./jun. 2015.

COSTA, Virginia E. Suassuna Martins; MEDEIROS, Marcelo. **O tempo vivido na perspectiva fenomenológica de Eugène Minkowski**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 375-383, abr./jun. 2009. Disponível em> <https://www.scielo.br/j/pe/a/szMZdLPgT95whQbtNdSJwvG>> Acesso em: 26 abr. 2025.

DA SILVA, Sydney A. **Migrações venezuelanas**. IN: Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus: algumas indagações. Disponível em>

https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf> Acesso em 1 de fevereiro de 2022

DA SILVA, Sydney A. **Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil** Revista brasileira de estudos populacionais, Belo Horizonte, V. 34, n1, p. 73-98, jan/abr. 2017

DA SILVA, Sydney A. **Festas e tradições bolivianas na metrópole: o caso das devoções marianas.** Disponível em> <https://gema.ufam.edu.br/images/Gema-documentos/Festas-bolivianas.pdf>> Acesso em 1 de fevereiro de 2022

DA SILVA, Sidney A. **Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade.** Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em>SciELO e Revistas USP. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVA, Sidney A. **Nacionalidade e etnicidade na tríplice fronteira norte.** CADERNOS CERU, Série 2, v. 19, n. 1, jun. 2008

DW. **O comércio com a Venezuela.** Disponível em> <https://www.dw.com/pt-br/da-prosperidade-%C3%A0-fome-o-com%C3%A9rcio-na-fronteira-com-a-venezuela/a-36735399>> Acesso em 14 de fevereiro de 2025

EGAS, José. **Migrações venezuelanas: A solidariedade com os refugiados começa com todos nós.** São Paulo: Editora UNICAMP, 2018.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOBAR, Arturo. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p.69-86. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/escobar-natureza#:~:text=O%20lugar%20%E2%80%93como%20a%20cultura,ao%20capitalismo%20e%20%C3%A0%20modernidade>. Acesso em: 15 maio . 2024.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro.** Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FAULHABER, P. A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 51, p. 105–125, 2001. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/236>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FERNÁNDEZ, Adrián P. **Interculturalidade, mídia e migração na América Latina.** IN_Coletânea interfaces da mobilidade humana na fronteira Amazônica / Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. –Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

FERNÁNDEZ, Liliana; CAMACHO, Yesenia. O contra-ataque veneco divide os migrantes venezuelanos. *El Pitazo*. Disponível em> Contra-ataque venezuelano divide migrantes venezuelanos> Acesso em: 6 maio 2025.

FERREIRA, Max André de Araújo; CARDIN, Eric Gustavo. **O papel do Estado na perpetuação do estigma aos migrantes venezuelanos em Roraima**. In: OLIVEIRA, Bruno Rodrigues de; ZUFFO, Alan Mario; ZUFFO, Rosalina Eufrausino Lustosa; et al. (Org.). *Ciência em foco – Volume XV*. Nova Xavantina–MT: Pantanal. 2024 Disponível em: <<https://editorapantanal.com.br/submissao/index.php/pe/catalog/book/131>>. Acesso em: 03 maio 2025.

FOLHA.uol.com. **Sem estrutura Boa Vista já acolhe mais de 40 mil venezuelanos**. Disponível em> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1954081-sem-estrutura-boa-vista-ja-acolhe-mais-de-40-mil-venezuelanos.shtml>> Acesso em 01 de fevereiro de 2022

FOLHA FM 100.3. **Bom Dia Roraima: A violência no bairro 13 de Setembro e imediações da Rodoviária**. YouTube, 24 out. 2024. Disponível em:> https://www.youtube.com/watch?v=2kv_ltVS8y4> Acesso em: 10 maio 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Sem estrutura, Boa Vista já acolhe mais de 40 mil venezuelanos**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 jan. 2018. Disponível em:> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/01/1954081-sem-estrutura-boa-vista-ja-acolhe-mais-de-40-mil-venezuelanos.shtml>> Acesso em: 9 maio 2025.

FLORES-CRESPO, Pedro; RODRIGUEZ-ARIAS, Nadyra. **Educación superior tecnológica y movilidad social**. Un estudio longitudinal basado en historias de vida. *Rev. iberoam. educ. super*, Ciudad de México, v. 12, n. 33, p. 39-57, 2021. Disponível em<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-2872>. Acesso em 26 maio 2025.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

G1RR. Fuga da fome: **como a chegada de 40 mil venezuelanos transformou Boa Vista**. Disponível em> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/fuga-da-fome-como-a-chegada-de-40-mil-venezuelanos-transformou-boa-vista.ghtml>> Acesso em 20 fevereiro de 2025.

G1RR. **Crise na Venezuela provoca corrida por alimentos na fronteira de Roraima**. Disponível em><https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/07/crise-na-venezuela-provoca-corrida-por-alimentos-na-fronteira-de-roraima.html>> Acesso em 14 de fevereiro de 2025

G1RR. **Operação retira 846 venezuelanos e desocupa praça cercada com tapumes em Boa Vista**. Disponível em><https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/exercito-retira-centenas-de-venezuelanos-de-praca-cercada-com-tapumes-em-boa-vista.ghtml>> Acesso em 20 fevereiro de 2025.

G1RR. **Maratona a pé e casas sem móveis divididas por até 31 pessoas: a rotina dos venezuelanos em Roraima.** Disponível em ><https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/exercito-retira-centenas-de-venezuelanos-de-praca-cercada-com-tapumes-em-boja-vista.ghml>> Acesso em 20 fevereiro de 2025

G1RR. **PF prende 19 pessoas entre eleitores e cabos eleitorais por compra e venda de votos em Boa Vista.** 2024. Disponível em ><https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2024/noticia/2024/10/05/>>. Acesso em 12 maio 2025.

GERENALI, Sabrina; COGO, Denise. **Imigração venezuelana, fronteira e interculturalidade:** uma análise das experiências de educadoras e educadores em escolas públicas de Boa Vista (Roraima). REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Disponível em:><https://www.scielo.br/j/remhu/a/rxkyrxtNx8fKnBDYTmQg4tL/?fo>>. Acesso em: 2 maio 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Léon Schaffter. 1990. Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda.

GAMBOA VELA, N. **Construção da imagem do migrante venezuelano na mídia de Roraima. Textos e Debates,** [S. l.], v. 27, n. 01, p. 99–142, 2021. Disponível em>: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/7809>> Acesso em: 5 maio. 2025.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura.** In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1. ed., 15. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p. Tradução de: *The Interpretation of Cultures*

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GOV.BR. **Acolhida, 2020.** Disponível em> <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/operacao-acolhida>> Acesso e 03 setembro de 2024.

GUIMARÃES, Antonio. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas** / Livio Sansone, Osmundo Araújo Pinho (organizadores). - 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008. 447 p.

G1RR. **Venezuelanos que emigram para o Brasil passam fome e vivem nas ruas em Roraima.** Disponível em > <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/08/29/nao-temos-um-real-sequer-temos-fome-venezuelanos-que-tentam-vida-melhor-no-brasil-sofrem-para-encontrar-o-que-comer.ghml>> Acesso em 01 de fevereiro de 2022

G1RR. **Roraima teve 15 pessoas resgatadas em trabalhos análogos à escravidão em 2022.** Disponível em:> <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/25/roraima-teve-15-pessoas-resgatadas-em-trabalhos-analogos-a-escravidao-em-2022.ghtml>.> Acesso em: 18 abr. 2025.

HALL, Stuart. **Identidade cultural e diáspora.** *Comunicação & Cultura*, n. 1, 2006, p. 21-35. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/688132404/HALL-Stuart-Identidade-Cultural-e-Diaspora>. Acesso em: 29 abr. 2025.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTAGRAM. **Imigração desenfreada e desorganizada.** Publicado em 24 de outubro de 2023. Disponível em: ><https://www.instagram.com/reel/CyzBbBEuAIL/?igshid>>. Acesso em: 10 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Boa Vista, **Roraima:** panorama. Cidades. Disponível em: ><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>> Acesso em: 9 maio 2025.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo,** Enxada e Voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1948.

LEONARDO, Maria. **Antropologia da alimentação.** Revista Antropos. 2009. Disponível em> <https://revista.antropos.com.br/downloads/dez2009/Artigo%201%20%20Antropologia%20da%20Alimentac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Maria%20Leonardo.pdf>> Acesso em 20 de abril de 2025

LIMA, Franknauria Guilherme da Silva. RABELO, Gerson Muniz. **O reflexo da migração de venezuelanos no mercado de trabalho formal e informal no estado de Roraima.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 09, Vol. 06, pp. 78-102. Setembro de 2019. ISSN: 2448-0959

LIMA, Pedro Costa; ÂNGELO, Germano Lopes; SOUZA, Marco Antônio Lucas de. **Bairro Santa Luzia/Boa Vista-RR:** Naturalidade majoritária, maranhense. Revista Eletrônica EXAMÃPAKU, Boa Vista, v. 08, n. 02, 2015. Disponível em> <http://revista.ufrr.br/index.php/examapaku>.> Acesso em 17 maio 2025.

LIMA, Ricardo. **Mercado de trabalho:** o capital humano e a teoria da segmentação. 1980. Disponível em><http://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://ppe.ipea.gov.br>> Acesso em 09 de maio de 2025

MACÊDO JÚNIOR, Adriano Menino de et al. **A diacronia das línguas como contextualização da origem do português**: a busca ancestral da língua mãe, com ênfase no tronco neolatino até o português brasileiro. 2022. Disponível em: <<https://www.iosrjournals.org/iosr-jhss/papers/Vol.27-Issue12/Ser-/I2712045879.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2025.

MACHADO, Victória Figueiredo. **Braço forte, mão amiga**: a migração venezuelana, a operação acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira. 2021. 186 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Disponível em ><https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/consultas.php?tipBusca=intermediaria&nrseqtip=1&vog=&nrSeq=16674&nrPag=1&nrOrd=1&nrDir=0&nrPorPag=20>> Acesso em: 26 abr. 2025.

MAGNANI, José Guilherme. **“Quando o campo é a cidade**: fazendo antropologia na metrópole”. In: Magnani, J.G e Lilia de Lucca Torres (org.) *Na Metrópole - textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.

MAGNANI, José Guilherme. **O Circuito**: proposta de delimitação da categoria. *Ponto Urbe*[online], 15 | 2014, posto online no dia, consultado o 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2041>; DOI: 10.4000/pontourbe.2041.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro, cá e lá**: seguindo trajetos, construindo circuitos. 2013.

MARANDOLA, Eduardo; DAL GALLO, Priscila. **Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração**. Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no VI Encontro Nacional de Migrações, realizado de 12 a 14 de agosto de 2009, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Disponível em > <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n2/10.pdf> > Acesso em 12 out. 2020.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Trad. Hilda Pareto Maciel-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312.p

MAX, Chico. Migrações venezuelanas. IN: **La jornada. A resiliência do povo venezuelano em busca de refúgio no Brasil**. Disponível em >https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf> Acesso em 2 de fevereiro de 2022

MOREIRA, Gabriel B. A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil. FUNAG. Brasília, 2018.

NASCIMENTO, J. L. M.; MOREIRA, B. J. I. B. N. **A Venezuela pela ótica do site Carta Capital: um estudo dos enquadramentos do Governo Maduro, dos grupos de oposição e do passado**. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2018, Belo Horizonte.

NAVES, Mônica M.; CÍCERO, Pedro H. de Moraes. **Desigualdade e desenvolvimento na Venezuela: uma análise histórico-contemporânea**. In: II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. 2016, São Paulo.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Bienvenidos a Brasil: A saga venezuelana em busca de uma vida melhor**. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/dispatches/2018/04/bienvenidos-a-brasil-a-saga-venezuelana-em-busca-de-uma-vida-melhor>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

NILL, Júnior. **Fugindo da crise da Venezuela, imigrantes tentam emprego em RR**. Disponível em: > <https://nilljunior.com.br/fugindo-da-crise-na-venezuela-imigrantes-tentam-emprego-em-rr/>> Acesso em 20 de fevereiro de 2025.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. **Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios**. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 15-47, jan./jun. 2017.> Disponível em: https://www.academia.edu/82104202/Habitus_imigrante_e_capital_de_mobilidade_a_teor%C3%BAa_de_Pierre_Bourdieu_aplicada_aos_estudos_migrat%C3%B3rios> Acesso em 25 de abril de 2025

OLIVEIRA, José Ademir de. Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. In: SILVA, Sidney A. da Silva (Org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010.

OLIVEIRA, Márcia de (2016). **Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea**. Scienza, São Carlos (SP).

OLIVEIRA, Márcia M.; SARMENTO, Gilmara; VALERIO, Joel. **Perfil migratório venezuelano e demandas por políticas públicas em Boa Vista**. IN_ Coletânea interfaces da mobilidade humana na fronteira Amazônica / Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. –Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, v.39, n.1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen (Org.). **Nacionalidades e etnicidade em fronteiras**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2005.

OLIVEIRA, Tadeu R. Antônio. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas** (2019). Disponível em ><https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/24297/21616>> 01 de fevereiro de 2022

ONUBRASIL. **6 fatos sobre os refugiados e migrantes venezuelanos**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/82256-acnur-6-fatos-sobre-os-refugiados-e-migrantes-venezuelanos>> Acesso em 14 de fevereiro de 2025.

ORTIZ, Fernando. *El contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: Reflexões sobre a agência. In.: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia, FRY, Peter Henry (Org). **Reunião Brasileira de Antropologia**. Blumenau: Nova Letra, 2007

OUL. **Prefeitura de Boa Vista cerca venezuelanos em praça com tapumes e controla a entrada e saída**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/02/prefeitura-de-boa-vista-cerca-venezuelanos-com-tapumes-em-praca-e-controla-entrada-e-saida.htm?foto=5>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A espacialidade na construção da identidade**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. X, n. Y, p. Z-Z, mês ano. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/tLkwPppdgdJvMg8D9LCmD6j/?format=html>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

PORTAL RORAIMA 1. **Estudo aponta que Roraima tem quase metade da população vivendo na pobreza**. 30 jun. 2022. Disponível em: <<https://roraima1.com.br/estudo-aponta-que-roraima-tem-quase-metade-da-populacao-vivendo-na-pobreza/>> Acesso em 9 maio 2025.

RABELO, Valeria Melani Santos; REIS, Sonia Cristina. **A construção da identidade de mulheres venezuelanas em situação de deslocamento forçado no Brasil**. Revista Ibero-Americana de Identidade, v. X, n. Y, p. Z-Z, mês ano. Disponível em: <<https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/riai/article/view/6365>>. Acesso em: 22 abr. 2025.

RICOEUR, Paul. Entre tempo e narrativa: concordância/discordância. Tradução de João Batista Botton. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 53, n. 125, p. 299-310, jun. 2012. Disponível em: SciELO. Acesso em: 26 abr. 2025.

RIVAS ALFONZO, Bertha. **El casabe y la arepa**: alimentos prehispánicos de la culinaria indígena venezolana. *PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 12, n. 2, p. 433-442, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/881/88130205018.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006.

RUSEISHUILI, Svetlana; DE CARVALHO, C. Rodrigo; NOGUEIRA, F. S. Mariana. Migrações venezuelanas. IN: **Construção social do estado de emergência e governança das migrações. O decreto Estadual nº 24.468-E como divisor de águas.** Disponível em> https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf> Acesso em 12 janeiro 2022.

SILVA, Sidney Antonio da. **Bolivianos em São Paulo:** entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em>SciELO e Revistas USP. Acesso em: 19 abr. 2025.

SANTOS, Angélica Paixão dos; SANTOS, Maquécia Suzane Furtado dos; ASSIS, Washington Luiz dos Santos; COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel. **Inserção sociocultural de haitianos em Porto Velho:** o ensino e aprendizado da língua portuguesa. *Revista Igarapé*, Porto Velho (RO), v. 1, n. 5, p. 43-53, 2015.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Interação social e estigma na fronteira Brasil/Venezuela: um olhar sociológico sobre a migração de brasileiros e venezuelanos.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, p. 224. 2018.

SANTOS, Alessandra Rufino. **Estratégias na inserção das imigrantes venezuelanas no contexto urbano de Boa Vista/RR.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 12, 2021, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2021. ISSN 2179-510X. Disponível em> <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br.>> Acesso em: 18 abr. 2025.

SAYAD, Abdelmalek. **A ordem da imigração na ordem das nações.** In: _____. *A imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: Edusp, 1998. p. 265-286.

Sayad, Abdelmalek. **A imigração explicada aos meus filhos.** São Paulo: Editora 34, 1998.

Sayad, Abdelmalek. **Os três tempos da migração.** In: *A dupla ausência: das ilusões do emigrante aos sofrimentos do imigrante.* Paris: Seuil, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional.** *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000. Disponível em:> [v6n14a07.pmd](https://www.scielo.br/hor/v6n14a07.pmd)> Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, Sidney A. **Nacionalidade e etnicidade na Tríplice Fronteira Norte.** *Cadernos CERU*, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 1, p. 33–48, 2008. DOI: 10.1590/S1413-45192008000100003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/11842..> Acesso em: 1 fev. 2025.

SILVA, Sidney Antonio da. **Bolivianos em São Paulo:** entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 157-170, 2006. Disponível em>SciELO e Revistas USP. Acesso em: 19 abr. 2025.

SILVA, Júlia de Capdeville. **Llegar, estar y salir:** da Venezuela ao Brasil. 2021.

SILVA, Simone Tavares da. **Cruzando Fronteiras: um estudo sobre mobilidade humana, construção de redes e de novos territórios de imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/Amazonas/** Simone Tavares da Silva. 2022. 326 F.: il. Color; 31cm

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade.** Tradutor Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMÕES, G. et al. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** Conselho Nacional de Imigracao.Brasilia, DF: CNIg, 2017. Disponível em:[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Perfil_imigracao_ven_Roraima_resumo.pdf?](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Perfil_imigracao_ven_Roraima_resumo.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Perfil_imigracao_ven_Roraima_resumo) 01 de fevereiro de 2022

SOARES, WEBER. **Para Além da Concepção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional.** Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

MOTTA, Ana Carolina De Gouvêa Dantas; BOUZADA, Marco Aurelio Carino; PAULA, Vilson Vieira De. **O ensino superior para acesso à mobilidade social: a inserção profissional de alunos egressos da Baixada Fluminense.** Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 31. Disponível em> <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/15606/114117953>> Acesso em: 26 maio 2025.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. *Tempo Social*, São Paulo, n. 1, v. 20, p. 199-218, jun. 2008.

TV IMPERIAL RR. **Sindicalistas cobram imposto zero sobre a cesta básica em Roraima.** Instagram, 08 maio 2025. Disponível em:> https://www.instagram.com/reel/DJXBZaQvj_w/?igsh=MXY4bmh5Z280eTRiZw==>. Acesso em 08 de maio de 2025.

Vasconcelos, Iana dos Santos. **“Desejáveis” e “Indesejáveis”:** diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. 296f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos. Orientador (a): Igor José de Renó Machado. Banca Examinadora: Angela Mercedes Facundo Navia, Guilherme Mansur Dias, João Carlos Jarochinski Silva, Svetlana Ruseishvili.

VASCONCELOS, Iana dos S. **Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil.** REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 26, n. 53, ago. 2018, p. 135-151

VEGA, Jair. **Estigmatização xenófoba e a construção de narrativas infundadas sobre os migrantes venezuelanos.** *El Pitazo*. Disponível em> [Contra-ataque venezuelano divide migrantes venezuelanos](#)>. Acesso em: 6 maio 2025.

WIRTH, Louis. **Urbanismo como modo de vida**, 1938

ZERO, Marcelo. Viomundo, 2017. **Para entender a Venezuela hoje é preciso saber como era antes da revolução bolivariana.** Disponível em>: <https://www.viomundo.com.br/politica/Marcelo-zero-para-entender-a-venezuela-e-preciso-saber-como-era-antes-da-revolução-bolivariana.html>>. Acesso em 2 de fevereiro de 2022.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DOUTORADO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS (PPGAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) (português)

Eu concordo em participar da pesquisa intitulada **“MIGRAÇÃO VENEZUELANA: O PAPEL DAS REDES MIGRATÓRIAS EM UMA FEIRA DE CULINÁRIA EM BOA VISTA-RR”**, que está sendo realizada pelo pesquisador **Germano Lopes Ângelo**, do Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Compreendi que a minha situação de migração com permanência legalizada, é muito importante para uma maior compreensão da realidade migratória dos estrangeiros de nacionalidade venezuelana que vivem em Boa Vista. Entendo que é importante contar a minha história de migração para que as pessoas possam entender melhor as causas da migração e os problemas vividos pelos migrantes venezuelanos tanto na origem da migração quanto no processo de ingresso ao território brasileiro. Sei que essa pesquisa na “Rua da Fome” poderá contribuir para um maior esclarecimento sobre a realidade da migração venezuelana no Brasil, e que isso é importante para nós migrantes que viemos para o Brasil e para quem nos acolhe e nos permite recomeçar nossas vidas em outra pátria. Compreendo que em qualquer fase da pesquisa seus sujeitos correm o risco de sofrerem danos à dimensão moral, social ou cultural. Compreendo ainda que esta pesquisa não corresponde aos interesses pessoais e que não receberei nenhuma remuneração pelas informações que vier a prestar. Autorizo o uso da minha imagem nesta tese de doutorado. Caso precisar de algum esclarecimento ou quiser saber como anda a pesquisa, poderei entrar em contato com a pesquisador Germano Lopes Ângelo, a qualquer hora, pelos telefones (95) 99111-8368 e também posso obter informações junto ao Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Antropologia Social (PPGAS) - localizado no seguinte endereço: Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Aleixo, Cep: 69.077-000, Manaus-AM. Este documento é emitido em duas vias, sendo assinadas pela pesquisador e pelo participante da pesquisa, ficando uma via com cada um.

Boa Vista, 30 de junho de 2024.

Assinatura do (a) entrevistado (a)



UNIVERSIDAD FEDERAL DEL AMAZONAS (UFAM)

PROGRAMA DE POS-GRADO DE DOUTORADO EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL AMAZONAS (PPGAS)

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO (español)

Yo, concordé de participar de la investigación titulada **“MIGRACIÓN VENEZOLANA: EL PAPEL DE LAS REDES MIGRATORIAS EN UNA FERIA DE COMIDA EN BOA VISTA-RR”**, que está a desarrollarse por el investigador científico Germano Lopes Ângelo del Programa de Pos-Grado de Doctorado en Antropología Social (PPGAS) de la Universidad Federal del Amazonas (UFAM). Comprendí que mi realidad de migración con la permanencia legalizada, es muy importante para una amplia comprensión de la realidad migratoria de los extranjeros de nacionalidad venezolana que viven en Boa Vista. Aún comprendí que es muy importante relatarle mi historia de migración para que las personas sepan comprender mejor las causas de la migración y los problemas vividos por los emigrantes venezolanos, sea que sea su situación en el origen de la emigración o en su ingreso en el territorio brasileño. Yo sé que esta investigación en la ‘Calle del Hambre’ podrá contribuir a una mayor aclaración sobre la realidad de la migración venezolana en Brasil, y que eso es importante para nosotros emigrantes que venimos para Brasil y para aquellos que se nos acogen y que se nos permite a nosotros reiniciar nuestras vidas en otra patria. Entiendo que en cualquier etapa de la investigación los sujetos están en riesgo de sufrir un daño a la dimensión moral, social o cultural. Además, entiendo que esta investigación no corresponde a intereses personales y que no recibiré ninguna remuneración por la información que le prestar a ella. Autorizo el uso de mi imagen en esta tesis doctoral. En caso de que si necesite alguna aclaración o quiere saber cómo marcha la investigación, podré entrar en contacto con el investigador Germano Lopes Ângelo, en cualquier tiempo que sea, por el teléfono (95) 99111-8368, y también puedo informarme en la oficina del Programa de Posgrado de Doctorado en Antropología Social (PPGAS) - ubicado en la siguiente dirección: Av. Gal. Octavio Ramos, Rodrigo Jordán, 3000, Alejo, Cep: 69077-000, Manaos-AM. Este documento se expide en dos ejemplares, uno firmado por el investigador y el participante en la investigación, dejando una copia con cada uno.

Boa Vista, 30 de junio de 2024.

Firma del investigador

Firma del encuestado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE DOUTORADO EM
ANTROPOLOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS (PPGAS)

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO (TCLE) (português)

Eu concordo em participar da pesquisa intitulada **“MIGRAÇÃO VENEZUELANA: O PAPEL DAS REDES MIGRATÓRIAS EM UMA FEIRA DE CULINÁRIA EM BOA VISTA-RR”**, que está sendo realizada pelo pesquisador **Germano Lopes Ângelo**, do Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Antropologia Social (PPGAS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Compreendi que a minha situação de migração com permanência legalizada, é muito importante para uma maior compreensão da realidade migratória dos estrangeiros de nacionalidade venezuelana que vivem em Boa Vista. Entendo que é importante contar a minha história de migração para que as pessoas possam entender melhor as causas da migração e os problemas vividos pelos migrantes venezuelanos tanto na origem da migração quanto no processo de ingresso ao território brasileiro. Sei que essa pesquisa na “Rua da Fome” poderá contribuir para um maior esclarecimento sobre a realidade da migração venezuelana no Brasil, e que isso é importante para nós migrantes que viemos para o Brasil e para quem nos acolhe e nos permite recomeçar nossas vidas em outra pátria. Compreendo que em qualquer fase da pesquisa seus sujeitos correm o risco de sofrerem danos à dimensão moral, social ou cultural. Compreendo ainda que esta pesquisa não corresponde aos interesses pessoais e que não receberei nenhuma remuneração pelas informações que vier a prestar. Autorizo o uso da minha imagem nesta tese de doutorado. Caso precisar de algum esclarecimento ou quiser saber como anda a pesquisa, poderei entrar em contato com a pesquisador Germano Lopes Ângelo, a qualquer hora, pelos telefones (95) 99111-8368 e também posso obter informações junto ao Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Antropologia Social (PPGAS) - localizado no seguinte endereço: Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000, Aleixo, Cep: 69.077-000, Manaus-AM. Este documento é emitido em duas vias, sendo assinadas pela pesquisador e pelo participante da pesquisa, ficando uma via com cada um.

Boa Vista, 30 de junho de 2024.


Assinatura do(a) entrevistado(a)



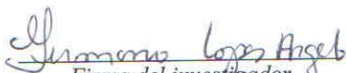
UNIVERSIDAD FEDERAL DEL AMAZONAS (UFAM)

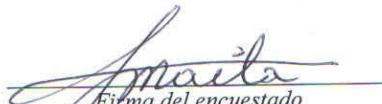
PROGRAMA DE POS-GRADO DE DOUTORADO EN ANTROPOLOGÍA
SOCIAL DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DEL AMAZONAS (PPGAS)

TÉRMINO DE CONSENTIMIENTO LIBRE Y ACLARADO (español)

Yo, concordé de participar de la investigación titulada **“MIGRACIÓN VENEZOLANA: EL PAPEL DE LAS REDES MIGRATORIAS EN UNA FERIA DE COMIDA EN BOA VISTA-RR”**, que esta a desarrollarse por el investigador científico Germano Lopes Ângelo del Programa de Pos-Grado de Doctorado en Antropología Social (PPGAS) de la Universidad Federal del Amazonas (UFAM). Comprendí que mi realidad de migración con la permanencia legalizada, es muy importante para una amplia comprensión de la realidad migratoria de los extranjeros de nacionalidad venezolana que viven en Boa Vista. Aún comprendí que es muy importante relatarle mi historia de migración para que las personas sepan comprender mejor las causas de la migración y los problemas vividos por los emigrantes venezolanos, sea que sea su situación en el origen de la emigración o en su ingreso en el territorio brasileño. Yo sé que esta investigación en la ‘Calle del Hambre’ podrá contribuir a una mayor aclaración sobre la realidad de la migración venezolana en Brasil, y que eso es importante para nosotros emigrantes que venimos para Brasil y para aquellos que se nos acogen y que se nos permite a nosotros reiniciar nuestras vidas en otra patria. Entiendo que en cualquier etapa de la investigación los sujetos están en riesgo de sufrir un daño a la dimensión moral, social o cultural. Además, entiendo que esta investigación no corresponde a intereses personales y que no recibiré ninguna remuneración por la información que le prestar a ella. Autorizo el uso de mi imagen en esta tesis doctoral. En caso de que si necesite alguna aclaración o quiere saber como marcha la investigación, podré entrar en contacto con el investigador Germano Lopes Ângelo, en cualquier tiempo que sea, por el teléfono (95) 99111-8368, y también puedo informarme en la oficina del Programa de Posgrado de Doctorado em Antropologia Social (PPGAS) - ubicado en la siguiente dirección: Av. Gal. Octavio Ramos, Rodrigo Jordán, 3000, Alejo, Cep: 69077-000, Manaus-AM. Este documento se expide en dos ejemplares, uno firmado por el investigador y el participante en la investigación, dejando una copia con cada uno.

Boa Vista, 30 de junio de 2024.


Firma del investigador


Firma del encuestado